

*As plantas brasileiras,
os jesuítas e os indígenas do Brasil:
história e ciência na Triaga Brasília
(séc.XVII-XVIII)*

*As plantas brasileiras,
os jesuítas e os indígenas do Brasil:
história e ciência na Trianga Brasília
(séc.XVII-XVIII)*

Fernando Santiago dos Santos



São Paulo, 2009

Copyright© 2009 by Fernando Santiago dos Santos.
Direitos editoriais reservados ao autor através da Casa do
Novo Autor Editora.

Editores
Fausto Martorelli
Katya Marcos da Silva

Capa
Casa do Novo Autor Editora

Projeto gráfico
Casa do Novo Autor Editora

Revisão ortográfica
Fernando Santiago dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro), SP, Brasil
Santos, Fernando Santiago dos
As plantas brasileiras, os jesuítas e os indígenas do Brasil:
história e ciência na Triaga Brasilica (séc.XVII-XVIII), Casa do
Novo Autor Editora / São Paulo / 2009
ISBN: 978-85-7712-1182 CDD - 581.6340981
09-02649

Índices para catálogo sistemático:
1. 1. Brasil - História 2. Flora - Brasil 3.
Jesuítas - Brasil 4. Plantas medicinais - Brasil
5. Povos indígenas - Brasil 6. Povos indígenas -
Cultura I. Título.

CASA DO NOVO AUTOR EDITORA
CNPJ 02.360.971/0001-78 Insc.Estadual 115.328.382.115
Rua Clóvis Bueno de Azevedo, 159 - Ipiranga - 04266-040
São Paulo - SP - Tel: (011) 2069-9963/2063-0709
e-mail: casadonovoautor@uol.com.br
site: www.casadonovoautor.com.br
www.vitrinedoescritor.com.br

[...] antes que houvesse estes Galenos,
Hipócrates e Avicenas,
já se curavam os homens
mais pela experiência,
que por sciencias e artes da medicina [...]

Nuno Marques Pereira

À minha esposa Darlene dedico este trabalho — fruto de intensas horas de labor, de reflexões solitárias na quietude das madrugadas e da ausência forçada do convívio familiar e social.

Aos meus filhos, Bia e Gui, que souberam dosar momentos de descontração em meio à turbulência do trabalho.

AGRADECIMENTOS

Listar todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a elaboração deste trabalho é uma tarefa árdua. Desde já peço desculpas se, em particular, faltou-me à memória a citação de alguma destas pessoas, na listagem a seguir.

Ao corpo acadêmico da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, do Centro de Estudos Pós-Graduados em História da Ciência, agradeço em especial à Prof. Dr. Ana Maria Alfonso-Goldfarb, minha orientadora desde o primeiro momento em que, nos idos de setembro de 2000, discutiu comigo as primeiras idéias daquilo que viria a amadurecer e se transformar na dissertação de mestrado, agora transformada em livro. Sua bagagem de experiência e de pesquisa foi essencial em todos os momentos deste trabalho.

Agradeço aos professores do Centro, que propiciaram momentos especiais durante minha formação como mestre em História da Ciência: à Prof. Dr. Lilian P. Al-Chueyr Martins, que me incentivou sobremaneira, em vários momentos de minha vida acadêmica; ao Prof. Dr. Roberto de Andrade Martins, que me prestou auxílio na consulta de referências relativas aos jesuítas no programa LusoDat; às Prof. Dr. Luzia Castañeda e Vera Cecília Machline, que igualmente incentivaram-me em várias aulas do Programa; à Prof. Vera Neves que, por intermédio do Projeto Temático do Centro Simão Mathias, resolveu toda a logística da viagem à Bi-

biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Agradeço ao auxílio e recepção calorosa da Prof. Anna Naldi, do Departamento de Difusão e Pesquisa do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que muito me ajudou na pesquisa e consulta de obras da referida instituição.

Agradeço aos meus familiares, em especial à minha esposa Darlene, que me apoiou, ainda que muitas vezes sem o saber; aos meus filhos, Beatriz e Guilherme, que me deram tantas alegrias e momentos de descontração em meio ao turbilhão de afazeres que surgiram pelo caminho; aos meus pais, Antônio e Neyde, que, direta ou indiretamente, contribuíram para a minha formação pessoal, para a minha personalidade e gosto pelo estudo; à minha irmã Miriam, que também busca galgar caminhos mais amplos em sua vida acadêmica.

Agradeço aos meus amigos, gente de vital importância na discussão e confronto de idéias: em especial ao meu mui caro Luciano, meio-irmão que também compartilha da pesquisa acadêmica de pós-graduação; ao André Victor, amigo de tantas jornadas, que foi um dos primeiros a incentivar-me na pesquisa botânica, nos idos da década de 80; ao Marcel, amigo que comigo vivenciou momentos igualmente intensos de pesquisa acadêmica; à Cleide Castardo, que me recomendou este Centro para o desenvolvimento do programa de mestrado.

E, por fim, porém de importância capital, agradeço a Deus, pela força e paz de coração, tão fundamentais para a concretização deste trabalho.

Sumário

RESUMO	13
INTRODUÇÃO	15
OS ÍNDIOS BRASILEIROS E SEUS REMÉDIOS	21
A BOTICA DO COLÉGIO DE JESUS	37
A TRIAGA BRASÍLICA	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
BIBLIOGRAFIA	183
APÊNDICE I	219
APÊNDICE II	227
Triaga Brasilica	229
Far-se-há do seguinte modo	233
Triaga Brasilica reformada	235

RESUMO

Este trabalho constitui uma abordagem preliminar dos simples que compõem a Triaga Brasília, uma receita datada de 1766 e encontrada na Collecção de Receitas do Colégio dos Jesuítas da Bahia. Trata especificamente dos simples constantes da receita, pormenorizados somente em relação aos simples de origem vegetal (plantas medicinais) e não incluídos na Triaga Brasília Reformada. Ao todo, estes ingredientes incluem vinte e uma raízes, sete sementes, quatro extratos e mais oito outras partes vegetais, tais como cipós e cascas.

Para o desenvolvimento da pesquisa, partiu-se do princípio de que os ingredientes da receita eram, em parte, já bastante conhecidos de triagas anteriores, e em parte provenientes da flora nativa brasileira, talvez nunca utilizados em outras receitas. O estudo detalhado das plantas medicinais sugeriu rotas muitas vezes imprecisas quanto à identificação das plantas e à sua aplicação em receitas anteriores. Discute-se, também, os princípios ativos e as ações terapêuticas das plantas, sob a perspectiva da farmacologia e da taxonomia modernas.

O trabalho acrescenta dados à literatura dos simples no Brasil do século XVIII, contribuindo, assim, para a análise de uma receita jesuítica que se tornou bastante conhecida no Brasil colonial setecentista. O material de apoio pesquisado incorpora obras de taxonomia geral, manuscritos, dicioná-

rios, descrições da flora brasileira dos séculos XVI a XVIII, entre outras fontes. Várias obras do jesuíta Serafim Leite foram referências praticamente primárias, principalmente no tocante à transcrição da própria Triaga Brasília.

INTRODUÇÃO

As plantas medicinais brasileiras não curam apenas; fazem milagres (von Martius, Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros, p. 72)

As plantas parecem exercer uma gama incontável de efeitos sobre os seres humanos. Desde tempos inenarráveis, perdidos talvez na poeira da história, a relação do homem com a flora tem sido constante. As plantas têm participado da vida social como elementos decorativos, como peças de mobiliário, como alimentos e como remédios. Esta última qualidade, entretanto, é que chamou nossa atenção, movendo-nos a iniciar este trabalho. Remédios que curam enfermidades, de longa tradição histórica e lendárias propriedades.

Uma receita cujo manuscrito traz a data de 1766¹, de autoria incerta, em meio a dezenas de dezenas de receitas de uma coleção do Colégio de Jesus da Bahia poderia motivar uma dissertação de mestrado e uma publicação como esta? Que imagens não escritas seriam reveladas pela pesquisa? Quantas informações poderiam ser encontradas nas entrelinhas do texto? Como identificar as plantas da receita aos olhos da botânica atual? Estas e outras perguntas foram surgindo à medida que as pesquisas iniciais se desenrolaram. O projeto, ainda tímido em seus primeiros passos, logo se mostrou fascinante e amedrontador. Fascinante pelas histórias

¹ Serafim Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil, Tomo II, Apêndice, p. 584. Esta obra será referida apenas como História.

que vão além da palavra escrita. Amedrontador pela riqueza de informações, talvez nunca exploradas em sua complexidade.

Os horizontes a serem vislumbrados pelo estudo pareciam abrir-se por vias muito amplas e diversas. A linha de pesquisa considerou, então, três vertentes interligadas: os indígenas brasileiros, os jesuítas e a Triaga Brasília. Esta última, receita magna e secreta da botica jesuítica da Bahia, consumiu boa parte do tempo dedicado à pesquisa.

As “considerações preliminares” do título refletem a natureza deste trabalho. Não há, portanto, a pretensão de se esgotar o tema, que talvez seja tão complexo e rico que jamais seja esgotado.

O presente trabalho pretende discutir os simples² da Triaga Brasília — de grande prestígio e considerada uma das “melhores de seu tempo” — e, a partir desta receita, entender como o saber indígena, aliado ao conhecimento europeu da época, foi capaz de estabelecer uma entre mais de duzentas fórmulas da “Collecção de Receitas” da farmacopéia brasileira em voga no século XVIII do Colégio de Jesus da Bahia³.

O objeto de estudo deste trabalho é, portanto, a receita da Triaga Brasília, compreendendo os seus simples, tanto os de origem não americana quanto os nativos do Brasil. Parte-se da hipótese de que os jesuítas utilizaram o saber dos indígenas brasileiros para formularem seus remédios, entre os séculos XVI e XVIII, baseados nas plantas medicinais do Brasil e no próprio conhecimento de outras triagas e fórmulas europeias em voga na Europa da época. Entretanto, triagas e outras receitas semelhantes anteriores, tais como as triagas

² Vide Capítulo 3 acerca da discussão dos simples.

³ Serafim Leite, *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil*, p. 89 (doravante mencionada apenas como *Artes e ofícios*).

de Veneza e de Roma, por exemplo, não foram comparadas à Triaga Brasília. Desta forma, a partir da análise dos textos referentes à ação médica dos jesuítas no Brasil e à confecção de remédios oriundos de plantas medicinais brasileiras, pretende-se começar a entender de que maneira os padres jesuítas, em posse do saber indígena das plantas da flora nacional, compuseram a receita da Triaga Brasília.

A bibliografia abarcou manuscritos, cartas de jesuítas e outros documentos que deram suporte aos objetivos do trabalho. Foram consultados documentos históricos que tratam das descrições do Brasil e das plantas brasileiras, desde as primeiras descrições da flora brasileira, como as de F. Cardim e G. S. de Sousa, por exemplo, até as obras conhecidas, que tratam das floras de outras regiões, como as de Garcia da Orta, C. Clusius e N. Monardes, no século XVI. Naturalistas dos séculos XVII, como G. Piso e G. Marcgrave, foram considerados pela importância histórica das descrições das plantas brasileiras, especialmente as medicinais.

Na pesquisa, foram igualmente incluídas outras descrições da flora brasileira, como as de Frei J. M. C. Veloso, no século XVIII, e as de K. F. von Martius, B. A. Gomes e J. M. Caminhoá, no século XIX. As poucas informações sobre algumas plantas da Triaga foram retiradas de materiais citados por Serafim Leite⁴.

A identificação botânica das plantas contidas na Triaga foi comparada a informações contidas em livros e outros materiais bibliográficos de taxonomia botânica atuais, tais como os de M. P. Corrêa, A. Cronquist, M. G. Ferri, A. B. Joly, F. C.

⁴ No Apêndice II, o leitor poderá encontrar a transcrição de “Notícia breve dos lugares onde se achão alguns simples que compoem a Triaga sobredita”, citada por Serafim Leite, *Artes e ofícios*, pp. 299-300. Estas informações constituíram-se em referências importantes e ponto-de-partida, por assim dizer, para as pesquisas que foram desenvolvidas.

Hoehne, S. Schvartsman, G. M. Barroso, H. F. Leitão Filho, J. A. A. Camargos e J. C. Willis, entre outros. A seleção dos autores atuais foi fomentada basicamente pela ampla aceitação dos mesmos entre os estudiosos da taxonomia, e pelo cuidado na avaliação e discussão das identificações realizadas por tais autores. Não se pretende, portanto, fazer uma abordagem anacrônica das plantas, a partir de materiais taxonômicos atuais⁵.

O primeiro capítulo do trabalho trata especificamente do indígena brasileiro e da sua relação com a flora nativa, abrangendo, também, sua “farmácia” própria, além das questões relativas à oralidade de sua cultura e a transmissão de seus conhecimentos acerca das plantas medicinais aos jesuítas. Aborda-se, igualmente, a biodiversidade brasileira e o potencial medicinal de nossas plantas.

O segundo capítulo discute a farmacopéia jesuítica no Brasil, as boticas dos Colégios e a confecção de remédios nessas boticas. Particularmente, aborda-se com ênfase maior o Colégio de Jesus na Bahia, local onde foram encontrados os manuscritos que compõem as “Collecções de Receitas”, das quais faz parte a Triaga Brasília. O capítulo inclui, também, a farmácia em Portugal no século XVIII.

O último capítulo do trabalho é mais extenso e discute as plantas e demais componentes citados na Triaga. Há, ainda, uma abordagem inicial sobre as triagas na história, particularmente no século XVIII, tanto na Europa quanto no Brasil, além da questão dos simples. Para cada planta, cita-se também a gama de ação terapêutica, conforme dados da literatura disponível atualmente, além das escassas menções

⁵ Como escreve R. A. Martins, “Arquimedes e a coroa do Rei: problemas históricos”, p. 116: “[...] questões envolvendo a história da ciência estão sujeitas a uma análise que leva em conta o próprio conhecimento científico atual [...]”.

feitas a tais princípios ativos em autores anteriores ao século XX.

Dois apêndices foram incluídos no trabalho. O primeiro é um índice remissivo das plantas discutidas no Capítulo 3, citando seus nomes vulgares, de acordo com a descrição na Triaga, acompanhados da identificação botânica sugerida, por ordem alfabética. O segundo apêndice é pura e simplesmente a transcrição da Triaga Brasilica, conforme informações de Serafim Leite, incluindo, além da receita propriamente dita, os procedimentos para confeccionar a Triaga, locais onde alguns simples podiam ser encontrados à época de sua confecção, e seus efeitos.

OS ÍNDIOS BRASILEIROS E SEUS REMÉDIOS

Têm os tupinambás grande conhecimento da terra por onde andam, pondo o rosto no sol, por onde se governam; com o que atinam grandes caminhos pelo deserto, por onde nunca andaram [...] (Gabriel Soares de Sousa, Tratado descritivo do Brasil, p. 319)

A introdução, a partir do século XVI, das medicinas, drogas e alimentos vegetais do continente americano na Europa constitui, para muitos autores, um processo de importância histórica extremamente relevante. Este processo não se dá somente para a evolução da medicina — e, por conseguinte, também da farmácia e da botânica. Entram em jogo, igualmente, questões econômicas, sociais e culturais.

As primeiras notícias e descrições sobre as plantas americanas apareceram na Europa através de obras espanholas, que muitas vezes resumiam-se a apenas breves menções das plantas encontradas no Novo México e regiões vizinhas, porém incluíam, também, descrições mais detalhadas, tanto a nível morfológico quanto medicinal⁶.

Imaginar, porém, que os povos nativos da América pré-colombiana tinham um sistema primitivo de medicina pode ser um erro conceitual muito grande. Apesar de alguns historiadores, talvez menos cautelosos em suas análises históricas, afirmarem que estes povos utilizavam rudimentos de

⁶ Vide J. M. L. Piñero et al., Medicinas, drogas y alimentos vegetales del Nuevo Mundo, pp. 13 et seq. Merecem destaque, entre outras, as obras de Fernández de Oviedo, Pedro Mártir de Anglería, Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, Nicolás Monardes e Francisco Hernández.

medicina, análises mais recentes têm tentado mostrar exatamente o contrário. Devemos redobrar a atenção ao julgar culturas e povos, principalmente quando se têm os olhos centrados em uma visão ocidental, basicamente europeizante⁷.

A relação direta dos povos autóctones das Américas com a natureza ao seu redor faz-nos refletir sobre assuntos interessantes. A utilização das plantas medicinais pelas diversas etnias indígenas, particularmente no Brasil, parece ter seguido sistemas de identificação e emprego prático desconhecidos do colonizador europeu. As culturas basicamente orais são apenas alguns aspectos que não nos permitem inferir, com segurança, que tipos de metodologias eram empregados pelos índios. Divagar sobre este ou aquele sistema, além de constituir terreno difícil de pesquisa e incabível em um trabalho como este, poderia levar-nos a rotas inseguras e com grandes chances de conclusões precipitadas e errôneas.

Analogamente, não se pode enaltecer pura e simplesmente a medicina indígena, numa tentativa de rechaçar as idéias de que sua medicina era primitiva ou inferior à que se fazia na Europa. O fato é que os silvícolas americanos tratavam suas doenças fazendo uso, além da magia ritual, das plantas

⁷ Vide, por exemplo, A. Saint-Hillaire, Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, p. 228: “[...] **algumas plantas medicinais foram indicadas aos portugueses pelos índios**, que sem dúvida as conheciam havia muito tempo; a semelhança mais ou menos impressionante com as espécies usadas na Europa, o gosto e o odor peculiar, e talvez só a fantasia, decidiram da escolha de outras plantas usuais” (grifo nosso). Autores como Di Stasi parecem ser mais categóricos, chegando a afirmar que “**com certeza, inúmeras espécies vegetais foram incorporadas à medicina tradicional [...]** pelo acaso, [...] seguido de avaliação, mesmo que rústica e grosseira, dos sinais e sintomas que apareceriam após seu consumo, até selecionar pela qualidade de respostas, se determinada espécie lhe seria útil ou não” (L. C. Di Stasi, “Arte, ciência e magia”, in L. C. Di Stasi, org., Plantas medicinais, p. 19, grifo nosso).

medicinais, muito antes da chegada dos colonizadores europeus com suas malas cheias de remédios e receitas à base de plantas medicinais empregadas na Europa de então. Neste aspecto, os índios brasileiros tinham, à sua disposição, um vasto “arsenal” de ervas, raízes, cipós, cascas, sementes e outras substâncias vegetais encontradas na abundante e rica floresta⁸.

O contato com o europeu trouxe, entretanto, a introdução gradual e constante de novos medicamentos, alheios à cultura íncola. Como uma estrada de mão dupla, o europeu também beneficiou-se, gradativamente, da medicina praticada pelos silvícolas, incorporando às suas receitas e remédios componentes oriundos da flora nativa. A riqueza da flora americana, discutida logo a seguir, que tanto encantou desde o primeiro desembarque, despertou no europeu, embora acanhadamente durante os primeiros duzentos anos de colonização, um interesse crescente sobre as propriedades e aplicações das ervas medicinais.

Esta mesma riqueza natural parecia fornecer aos habitantes nativos, sem esforço, os alimentos e também os remédios para suas doenças, que muitas vezes eram desconhecidas dos europeus. Para o colonizador, a sobrevivência nas novas terras era uma consequência direta do contato com a tera-

⁸ C. O. Gomes, *História da Medicina no Brasil no século XVI*, p. 174. O autor afirma que os indígenas sul-americanos, particularmente os do Brasil, possuíam vasto conhecimento sobre as virtudes tóxicas de várias plantas, como é o caso do timbó (*Paulinia pinnata* L.) e o tingui (*Tephrosia toxicaria* Pers.), capazes de matar peixes durante a pesca. Vale lembrar que esta técnica é ainda utilizada em algumas tribos na Amazônia.

pia indígena⁹. De fato, “o impacto que a natureza tropical causou nos primeiros europeus que aqui chegaram [...] não foi pequeno. Desavisados da abundância e da orgia germinativa de nossa fauna e flora, os europeus surpreenderam-se, e muito, com a quantidade e com a variedade de novas formas e tamanhos de animais e vegetais”¹⁰.

A migração dos povos pré-colombianos sul-americanos, através do Estreito de Behring, da Ásia para a América do Norte, deve ter sido um processo que trouxe do continente asiático, e posteriormente do próprio continente norte-americano, populações com culturas bastante distintas. Parece ter sido comum aos povos indígenas das Américas a percepção da doença moldada pelas religiões naturais e pela cura a partir do uso de drogas obtidas do ambiente natural circundante, sobretudo de plantas com efeito medicinal conhecido. Muitas delas ainda estão em uso hoje em dia.

Este capítulo pretende oferecer ao leitor uma visão panorâmica sobre a flora do Brasil e sua riqueza de espécies, especificamente relacionadas às propriedades medicinais. Discute-se, também, a relação direta entre essa flora e a “farmacopéia” indígena. A questão da tradição oral e a transmissão do saber do índio acerca das plantas medicinais aos jesuítas será igualmente considerada de forma sucinta, uma vez que o objetivo principal deste capítulo é tentar analisar o conhecimento dos brasilíndios sobre as ervas medicinais nativas, muitas delas tendo sido utilizadas na Triaga Brasileira.

⁹M. H. M. Ferraz, “A Química Médica no Brasil Colonial: o papel das Novas Terras na modificação da Farmacopéia Clássica”, in A. M. Alfonso-Goldfarb & C. A. Maia, orgs., *História da Ciência*, vol. 2, p. 694 (esta obra será doravante mencionada apenas como “A Química Médica”).

¹⁰M. E. B. Prestes, “A investigação da natureza no Brasil colônia”, p. 18.

1. As plantas do Brasil e seu potencial farmacêutico

Há muito que o nosso país vem sendo alvo de pesquisas internacionais, nos campos mais variados da biologia, da farmácia, da química etc.

O Brasil, em termos de biodiversidade, é considerado o país com maior número de espécies no mundo. Esta riqueza de espécies reflete-se, de acordo com vários autores, no potencial de existência de novos medicamentos. Tal potencial é sugerido como sendo proporcional ao número de espécies encontrado em uma dada região. Só entre as plantas fanerogâmicas, há mais de 40 mil espécies, em todos os biomas brasileiros¹¹. Estas estimativas, entretanto, devem ser ponderadas quando se refere à ineficiência da exatidão numérica das espécies fanerogâmicas no Brasil. L. C. Ming diz que “há uma controvérsia, oriunda principalmente da imprecisão de dados e da falta de pesquisa, sobre o número de espécies vegetais [...] existentes no Brasil. Dos diversos biomas brasileiros (Floresta Amazônica, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal, Caatinga, Manguezal etc.), estima-se que existam de 40 mil [...] a 55 mil espécies”¹². S. Pavan-Fruehauf

¹¹ O termo biodiversidade, tão em voga atualmente no meio científico mundial e também na mídia, significa, basicamente, a riqueza de espécies - vegetais, animais e microbiológicas - de um determinado ecossistema. Estima-se, por exemplo, que aproximadamente 40% da biodiversidade amazônica ainda é desconhecida da ciência (“Diversidade”, in A. N. Ab’Saber, org., Glossário de Ecologia, p. 60; cf. José Luís Soares, Dicionário etimológico e circunstanciado de biologia, p. 46). As plantas fanerogâmicas compreendem atualmente todos os vegetais superiores, produtores de flores e sementes (não necessariamente frutos). Incluem as angiospermas, como banana, feijão, rosa etc., produtoras de frutos, e as gimnospermas, como os pinheiros, cedros etc., não produtoras de frutos (“Fanerógamas”, in José Luís Soares, *ibid.*, p. 163). Entende-se por bioma um grande agrupamento florístico e/ou faunístico da Terra, no qual sobressaem-se espécies dominantes. As comunidades de florestas, tundras, desertos etc., constituem biomas (“Bioma”, in José Luís Soares, *ibid.*, p. 48). No Brasil, os principais biomas são a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica, o Cerrado e a Caatinga.

¹² L. C. Ming, “Coleta de plantas medicinais”, in L. C. Di Stasi, org., *op. cit.*, p. 69.

parece ser mais confiante: afirma que o Brasil detém realmente a maior riqueza da flora do planeta, sendo o maior potencial de exploração comercial de plantas medicinais, cujo mercado já envolve mais de 80% da população em países em desenvolvimento¹³.

Quase que a totalidade da composição química das plantas medicinais brasileiras, entretanto, ainda é desconhecida da ciência. Estimativas recentes afirmam que aproximadamente 99% das plantas medicinais do Brasil ainda não têm seus princípios ativos catalogados¹⁴.

Entre os poucos pesquisadores do século XIX que realizaram estudos sistemáticos sobre análise química de plantas nativas da flora medicinal, merece destaque a figura de Theodoro Peckolt, químico que analisou mais de seis mil plantas, na grande maioria nativas da Mata Atlântica, em 65 anos de trabalho¹⁵.

Não se pode deixar de reconhecer ou subestimar os conhecimentos dos silvícolas na arte do emprego das plantas medicinais, principalmente no que se refere ao aproveitamento da imensa flora brasileira. De fato, a mata pode ser considerada, sem exageros ou anacronismos, a “farmácia da nação indígena”¹⁶.

A riqueza da flora e da fauna nativas do Brasil pode ser demonstrada em relatos bastante interessantes e muitas vezes extremamente empolgantes, desde o primeiro século da colonização, por autores variados, de Portugal, de viajantes

¹³ S. Pavan-Fruehauf, *Plantas medicinais de Mata Atlântica*, p. 14.

¹⁴ O. Gotlieb, “New and underutilized plants in the Americas”, pp. 22-9.

¹⁵ N. P. Santos et. al., “A participação brasileira nas exposições nacionais do século XIX: a contribuição de Theodoro Peckolt” in J. L. Goldfarb & M. H. M. Ferraz, orgs., VII Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, Anais, pp. 365-8.

¹⁶ C. O. Gomes, *op. cit.*, pp. 159 e 176.

holandeses ou mesmo de brasileiros, mais tardiamente. A este respeito, acerca do que sentiram e viram os primeiros jesuítas que aportaram em Salvador, em 1549, C. Bresciani nos diz que

as águas [de Salvador] são ótimas, os alimentos característicos destes lugares são úmidos mas abundantes; os peixes, salubres e gostosíssimos; os indígenas não comem senão a carne de animais caçados no mato, apanhados com flechas ou com armadilhas [...] ¹⁷.

Os padres da Companhia de Jesus, ao enviarem relatos destinados aos priores de Roma sobre a Colônia, invariavelmente descreveram as benesses das terras brasílicas, relatando as virtudes das plantas medicinais, os prodígios que o clima desempenhava sobre as hortaliças e árvores frutíferas, a grandeza dos diversos gêneros de legumes, saladas e outros vegetais. Jácome Monteiro, por exemplo, em sua “Relação da Província do Brasil em 1610” diz, acerca do Espírito Santo, que a terra

[...] é fértil de madeira, pau Brasil, real, branco, amarelo; aqui se colhem os bálsamos tão prezados nestas partes. [...] Nesta Capitania se fazem as contas de bálsamo, e é a melhor droga da terra. [...] Dá-se nas ribeiras desta baía muito e excelente gengibre ¹⁸.

¹⁷ Carlos Bresciani, *Companhia de Jesus*, pp. 171-2.

¹⁸ O Pe. Jácome Monteiro é citado por Serafim Leite, *História*, Tomo XI, p. 438, como um dos padres da Companhia que se dedicou profusamente às ciências naturais. Além dele, são igualmente citados os jesuítas Fernão Cardim, José de Anchieta, João Daniel, Francisco de Lima, Diogo Soares e Francisco Soares. *Ibid.*, Tomo VIII, Apêndice, pp. 401 e 404.

Semelhantemente, C. M. de La Condamine, ao viajar pela região amazônica em meados do século XVIII, relata a exuberância da flora e da fauna brasileiras, apontando inclusive a importância medicinal das plantas nacionais. O viajante afirma que “[...] as plantas utilizadas pelos indígenas [...] especialmente o curare, veneno mortal com o qual os índios untam suas flechas, e outros produtos extraídos de plantas ou de peixes, e que servem de inseticida, medicamento, alimento, pintura ou talismã”¹⁹.

A abundância das espécies, aliada à continentalidade do país, gera, entretanto, problemas de identificação, além de dificultar a coleta e catalogação das espécies. Contribuem para a confusão taxonômica, também, a diversidade das línguas indígenas e a desigualdade dos nomes de plantas e animais²⁰. A mandioca, por exemplo, tão comum em praticamente todas as regiões do Brasil, recebe nomes diversos, embora, em algumas vezes, seja a mesma espécie²¹.

Esta exuberância de espécies animais e vegetais parece ter deixado os observadores e naturalistas europeus muitas vezes perplexos. Com efeito, lemos que, durante o período mauriciano (século XVII), nem G. Piso nem G. Marcgrave, naturalistas que se dedicaram a recolher amostras da flora e da fauna do Brasil, conseguiram dar conta da infinidade de plantas nativas brasileiras²².

¹⁹ C. M. de La Condamine, *Viagem pelo Amazonas*, p. 13 (grifo nosso).

²⁰ Acerca da taxonomia, vide nota própria no Capítulo 3 deste trabalho.

²¹ *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*, vol. 2, p. 74. Nesta passagem há referência acerca da diversidade de nomes associados à mandioca (*Manihot utilissima* Pohl., sinônimo *M. esculenta* Crantz, família Euphorbiaceae) - tapera, macaxeira, manioca, maniba, raiz de índio. Muito já se escreveu sobre a mandioca. Uma descrição feita por Alexandre Rodrigues Ferreira, *Viagem filosófica ao Rio Negro*, p. 720, entretanto, representa bem a importância da mandioca na culinária corriqueira do brasileiro: “[...] a farinha de mandioca é o pão usual em **quasi todo o Brasil [do século XVIII]**” (grifo nosso). Frei Cristóvão de Lisboa, *Historia dos animaes, e arvores do Maranhão*, p. 206-9, diz haver quatro “castas” de mandioca: mandioca ata, mandioca ati, macaxeira e mandioca juneco. Cf. G. S. Sousa, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, pp. 172-80.

²² *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*, vol. 2, p. 72.

O principal estímulo para os estudos botânicos nas Novas Terras talvez fosse o veio medicinal. A vinda dos colonizadores europeus para o continente americano intensificou a busca por plantas medicinalmente úteis. Nos chamados jardins medicinais, cultivavam-se as novas espécies. A utilidade prática do mundo das plantas forneceu por muito tempo aos botânicos o seu princípio organizador mais importante²³.

Relatos feitos por jesuítas acerca dos diversos “gêneros” da terra que nasciam nos rios do Amazonas incluem vegetais como mandioca, raízes aromáticas, urucum, salsaparrilha e cacau, óleos como azeite de copaíba e de andiroba, além de mel de pau e castanhas²⁴.

Os jesuítas cuidavam de muitas dessas plantas, além de introduzir outras, como a jaca da Índia e diversos tipos de laranjas, entre as quais a laranja da China, contribuindo, assim, para o aumento numérico de espécies da flora brasileira, já mesclada a espécies exóticas. O trânsito de espécies, nativas ou não, parece ter ocorrido de forma rotineira no Brasil. Serafim Leite afirma que, no final do século XVII, os jesuítas levaram a canela da Bahia para o Maranhão e Grão-Pará²⁵.

A despeito dos dados numéricos que, como vimos, são

²³ Keith Thomas, O homem e o mundo natural, p. 63.

²⁴ Aqui, o termo “gênero” não se refere à concepção taxonômica moderna, mas sim a tipo, variedade, cultura etc. Particularmente o urucum (*Bixa orellana*), a salsaparrilha (*Smilax* sp) e as raízes aromáticas eram denominados genericamente como “drogas do sertão”, até finais do século XVIII. Serafim Leite, História, Tomo IV, Livro III, Cap. 1, p. 155. Cf. Alexandre Rodrigues Ferreira, op. cit., p. 748; J. P. F. S. Dias, “Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa setecentista”, p. 447, a respeito da salsaparrilha.

²⁵ Na Bahia, particularmente exemplares da Quinta do Tanque; Serafim Leite, História, Tomo IV, Livro III, Cap. 1, p. 157. Cf. Joaquim da Silva Tavares, As fruteiras do Brasil.

muitas vezes subestimados, sabemos que a riqueza de seres vivos nas florestas tropicais é imensa. Os índios brasileiros conheciam o poder medicinal das plantas da flora brasileira, utilizando várias delas em seus métodos de tratamento de doenças. A tendência atual é de se considerar a preservação dessas florestas como uma necessidade premente da sociedade, uma vez que tais formações vegetais são consideradas “a maior farmácia do mundo”, conforme veremos adiante.

2. A “farmácia dos índios” e a tradição oral

Embora os indígenas brasileiros nunca tenham escrito uma linha sequer acerca de suas plantas, consideramos aqui o termo “farmácia dos índios” como sendo o conjunto de plantas medicinais utilizadas pelas diferentes etnias nativas do Brasil, de cujo conhecimento provavelmente aproveitaram-se jesuítas, holandeses e demais europeus que aqui se instalaram após a chegada dos primeiros colonizadores.

É corrente entre os historiadores a noção de que o conhecimento indígena acerca das plantas medicinais nativas despertou o interesse estrangeiro quase que imediatamente após o descobrimento do Brasil. A ipecacuanha, ou poaia, por exemplo, planta usada pelos índios brasileiros como emética e antidiarréica, foi exportada para a Europa em enormes quantidades, tornando-se rara, já no século XVII²⁶.

Cassiano Gomes afirma que, em matéria de conhecimento da flora nativa, não havia gente melhor que os tupi-guarani, que se utilizavam das virtudes medicinais das plantas que a terra lhes oferecia. A maior parte dos cronistas, médicos e viajantes que aqui estiveram assinalaram, com certo entusiasmo ou até assombro muitas vezes, a riqueza das

²⁶ Para maiores detalhes sobre a ipecacuanha, vide o Capítulo 3 deste trabalho.

matas em plantas medicinais e a maneira pela qual os silvícolas tiravam partido das benesses naturais²⁷.

Os índios brasileiros, além da prática bem comum da sangria, que era levada a cabo com o uso de dentes de animais ou com cristais de rocha, valiam-se das virtudes dos vegetais de suas matas quando se tratava de curar um doente²⁸.

Há autores, como Alexandre Rodrigues Ferreira, entretanto, que não descrevem a “farmacopéia indígena” de forma tão eficiente. Na verdade, parecem querer depreciá-la. Em fins do século XVIII, o naturalista diz que a medicina local (indígena) era insuficiente para curar as enfermidades. Afirma, ainda, que havia lido a *Brasilia Medica* de Guilherme Piso, sobre as enfermidades da Capitania de Pernambuco, e escreve, acerca da região amazônica, que

d’elles se conta o mesmo que de outras muitas nações d’America [...] chegando ou a envelhecer, ou a padecer d’aquellas enfermidades, que sua grosseira medicina não sabe remediar [...]”²⁹

Vários fármacos enviados a Portugal da América do Sul tinham, comprovadamente, origem na tradição médica dos índios. Entre tantos outros, podemos citar a quina do Peru, ou “pó dos jesuítas”, considerada antifebril e antimalárica, e as angélicas brasileiras, consideradas boas para tratar verminoses.

Até hoje, as técnicas empregadas pelos índios no tratamento de doenças são bastante variadas. Não se sabe se os brasilíndios de outrora utilizavam os mesmos procedimen-

²⁷ C. O. Gomes, op. cit., p. 177.

²⁸ M. H. M. Ferraz, “A Química Médica”, p. 695.

²⁹ Alexandre Rodrigues Ferreira, op. cit., pp. 621, 711-3 (grifo nosso).

tos observados em tribos atuais, ou se havia, ainda, outras técnicas. Junto às ervas medicinais, invariavelmente presentes, os indígenas brasileiros valem-se de cirurgias, sucções, sopros, fumigações, banhos de imersão e jejum³⁰.

Parece que a Europa do século XVII e início do XVIII creditava esperanças em obter proveito da medicina pré-colombiana. Esperava-se, talvez, encontrar nas Américas drogas que tradicionalmente tinham sido importadas de Macau, de Goa e de outras regiões da Ásia.

Comunidades que ocupam ambientes diversificados e com grande número de espécies, como é o caso das populações amazônicas e as de matas tropicais em geral, parecem ter a oportunidade de explorar uma gama maior de recursos e, portanto, poder vir a desenvolver uma “farmacopéia” muito rica. Vislumbra-se, então, uma “farmácia indígena” bastante complexa e vigorosa, cujo conhecimento das plantas parece também incluir o conhecimento de seus espíritos e dos encantamentos usados para evocá-los durante o tratamento³¹.

Há, também, uma abordagem feita por muitos autores em relação aos brasilíndios, considerando-os “verdadeiros naturalistas”, no sentido lato do termo. Como observadores da natureza, e, por conseguinte, também preservadores, até certo ponto, das riquezas naturais que a terra fornecia, conheciam com muita propriedade as qualidades medicinais apresentadas pelas ervas e plantas do Brasil. Sua linguagem continua viva no nome científico de vários animais, plantas

³⁰ C. O. Gomes, op. cit., pp. 163 et seq. O autor cita Piso, dizendo que, “entre o magistério de Galeno e a prática dos indígenas, de resultados reais, o médico holandês não hesita em lançar mão do que lhe ensinava o brasilíndio. Daí o seu cuidado em ver, observar e experimentar os medicamentos da terra [...]” (Ibid., pp. 252-3).

³¹ M. C. de M. Amorozo, “A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais”, in L. C. Di Stasi, org., op. cit., p. 58.

e fenômenos atmosféricos³². Contudo, é preciso levar em conta que muitas das espécies botânicas brasileiras não eram aproveitadas pelo índio para fins curativos. Alguns autores afirmam que o colono português é que as descobriu e veio a utilizar tais plantas como medicamento.

O homem nativo das Américas foi um profundo conhecedor dos medicamentos de origem vegetal úteis à medicina. Todo este saber, no caso específico das etnias brasileiras, provavelmente foi sendo passado de geração a geração através da cultura nitidamente oral.

3. A transmissão do conhecimento das plantas medicinais aos jesuítas

Considera-se que as culturas indígenas no Brasil não deixaram registros escritos sobre suas atividades e sobre as plantas medicinais nativas. A oralidade, embora seja por si só um fator complexo e muitas vezes dificilmente compreendido, é a base da transmissão do saber dos povos indígenas sul-americanos aos colonizadores europeus.

Dominar os idiomas dos povos com os quais se deseja manter contato é uma premissa básica para a qual os jesuítas parecem ter sido mestres talentosos. De fato, é inconteste a aproximação feita pelos padres da Companhia às diversas etnias indígenas no Brasil, mediante o aprendizado de

³² Como exemplo, podemos citar, no caso de plantas, a mandioca ou maníba (*Manihoc esculenta* L.), cujo gênero, *Manihoc*, é derivado do vocábulo indígena *man-i-hoc*; entre os animais, podemos citar a anta, cujo nome científico (*Tapirus terrestris* L.) é derivado do nome indígena *tapir*; Luís Caldas Tibiriçá, Dicionário tupi-português, p. 9; Silveira Bueno, Estudos de filologia portuguesa, p. 219. Para outros detalhes sobre o vocabulário português-brasilico, ou português-brasiliiano, tal como era conhecida a “língua geral do Brasil” no século XVIII (não simplesmente tupi ou tupi-guarani), consultar Serafim Leite, Leonardo do Vale: mestre da língua tupi-guarani - o vocabulário na Língua Brasílica, pp. 183-87. Vide também C. O. Gomes, op. cit., p. 178.

suas línguas nativas.

O contato diário com os indígenas deve ter levado os jesuítas a conhecerem de perto as propriedades terapêuticas das plantas brasileiras. O conhecimento da flora nativa foi sendo ampliado através dos longos séculos de contato com os habitantes autóctones da terra³³. De fato, Serafim Leite é categórico quanto à utilização das plantas medicinais brasileiras pelos jesuítas, porém sem fazer uma menção clara acerca de como este conhecimento foi transmitido aos jesuítas:

A necessidade local obrigou pois os Jesuítas a terem abundante provisão de medicamentos; e também logo a procurarem os que a terra podia dar, com as **plantas medicinais**, que começaram a estudar e a utilizar em receitas próprias, como as do Ir. Manuel Tristão [...]. Destes remédios e tisanas, iniciadas no século XVI, se foi pouco e pouco ampliando a preparação de outros, com ingredientes europeus e **da terra**, até se estabelecer a farmacopeia brasileira, com as suas Boticas [...]³⁴.

Para os jesuítas, o contato com os índios foi particularmente benéfico, do ponto de vista farmacológico. Dos gentios — como eram chamados os indígenas americanos — absorveram muitos conhecimentos da flora brasileira, e da aplicação terapêutica das plantas e ervas medicinais autóctones³⁵.

Neste ponto de reflexão, poderíamos até ousar afirmar que, no tocante à arte de curar, mais aprenderam os colonos e os jesuítas com os índios do que estes com aqueles. Os jesuítas

³³ M. H. M. Ferraz, "A Química Médica", p. 696.

³⁴ Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 86 (grifo nosso).

³⁵ A. M. Crow, *The Occult Properties of Herbs and Plants*, p. 24; cf. José Carlos Sebe, *Os jesuítas*, p. 54.

podem ter “copiado” a medicina que os indígenas utilizavam, cujo conhecimento das plantas medicinais superava, em muitos pontos, o dos europeus que aqui aportaram no século XVI³⁶.

Os jesuítas são vistos por P. J. C. Silva como homens que tiveram de lidar com desafios imensos, muitas vezes incompreensíveis. Tais desafios podem ter esbarrado, também, nos sistemas terapêuticos utilizados pelos brasilíndios, que provavelmente eram distintos daqueles utilizados na Europa de então. Este autor afirma que os jesuítas “experimentaram o desafio do contato e convivência com a diversidade, seja no terreno da natureza, seja no humano, já que os indígenas, velhos habitantes de uma terra que viria a ser chamada de Brasil, tinham uma cultura [...] muitas vezes, radicalmente oposta aos valores europeus”³⁷.

Muitas das plantas medicinais foram definitivamente incorporadas às práticas modernas de tratamento de doenças. Dessas plantas, selecionadas pela experiência secular do índio, autores quinhentistas e seiscentistas como A. Thevet, J. de Léry, G. S. de Sousa, P. M. Gândavo, F. Cardim, M. da Nóbrega, J. de Anchieta, C. Abbeville, Y. Évreux, G. Piso e G. Marcgrave, entre outros, escreveram textos que serviram a médicos e naturalistas europeus. De fato, já no século XIX, K. F. von Martius afirma que, das 470 espécies medicinais por ele relacionadas da flora brasileira, mais de uma centena

³⁶ Com efeito, autores contemporâneos chegam a concluir que os guaranis estavam, em medicina e botânica, mais “adiantados” que o homem ocidental (C. O. Gomes, op. cit., pp. 177-9). Deve-se tomar cuidado para não se cair em um pensamento centrado excessivamente na figura do índio ou caboclo, excesso tão condenável, talvez, quanto o eurocentrismo defendido por vários outros autores.

³⁷ P. J. C. Silva, *A tristeza na cultura luso-brasileira: os 'sermões' do Padre Antonio Vieira*, pp. 17 e 28. O autor também descreve os jesuítas como sendo de “temperamento voltado à ação”, orientados pelo novo aristotelismo quinhentista.

eram empregadas pelos índios³⁸. Neste sentido, valem as palavras de M. C. Amorozo, ao afirmar que

em sociedades tradicionais, a transmissão oral é o principal modo pelo qual o conhecimento é perpetuado. O conhecimento é transmitido em situações, o que faz com que a transmissão entre gerações requiera contato intenso e prolongado dos membros mais velhos com os mais novos. Isto acontece normalmente em sociedades rurais ou indígenas, nas quais o aprendizado é feito pela socialização no interior do próprio grupo doméstico [...]

Não existe discriminação entre saber teórico e prático, sendo ambos adquiridos ao mesmo tempo. [...] Assim é transmitido transgeracionalmente o saber ordinário, normal, necessário àquele grupo social, para que se perpetue como tal.³⁹

A respeito do arcabouço que deu sustentação ao pensamento jesuítico, proveniente de uma situação de intenso debate desde o século XVI, M. E. B. Prestes comenta que “[...] no século XVI [...] o mundo não era classificado segundo a existência de seres concretos e abstratos; não se tratava de impressões esparsas e assistemáticas, pois não havia sido inventado o levantamento de dados através da observação rigorosamente metódica da natureza; [...] não havia perguntas sem resposta em número suficiente para que se buscasse uma teoria alternativa”⁴⁰. Aos jesuítas coube, então — dentro de uma cultura bastante distinta da cultura indígena —, dar sentido aos conhecimentos que dela provinham.

³⁸ A obra de Martius citada é *Systema Materiae Medicae Vegetalis Brasiliense*. Pode ser até que Martius tenha subestimado numericamente as plantas utilizadas pelos indígenas.

³⁹ M. C. de M. Amorozo, in L. C. Di Stasi, org., op. cit., p. 55.

⁴⁰ M. E. B. Prestes, op. cit., p. 17.

A BOTICA DO COLÉGIO DE JESUS

*Cur moriatur homo cui salvia crescit in horto?
[...] Contra vim mortis non est medicamen in
hortis (P. Font Quer, Plantas medicinales — el
Dioscórides renovado, p. 678)⁴¹*

A Companhia de Jesus, idealizada e fundada por Inácio de Loyola, foi oficialmente reconhecida como instituição religiosa pela autoridade eclesiástica em Roma em 27 de setembro de 1540, através da bula do Papa Paulo III, intitulada *Regimini militantis Ecclesiae*⁴². Em 29 de março de 1549, nove anos depois da fundação da Companhia de Jesus, chegaram ao Brasil os primeiros jesuítas, juntamente com a armada do primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Sousa⁴³. O “corpo sanitário” dessa armada compunha-se de apenas um boticário, Diogo de Castro, com função oficial e com salário. Não havia nesta armada nenhum “físico”, ou seja, nenhum médico⁴⁴.

⁴¹ “De que poderá morrer um homem que tem sálvia no jardim? [...] Não há no jardim remédio que vença o poder da morte”.

⁴² Carlos Bresciani, *Companhia de Jesus: 450 anos ao serviço do povo brasileiro*, p. 79; cf. Dauril Alden, *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal, its Empire and Beyond (1540-1750)*, p. 28. Nesse mesmo ano, os primeiros dois jesuítas da Companhia, Francisco Xavier e o nobre português Simão Rodrigues, chegaram a Lisboa e foram recebidos pelo rei D. João III.

⁴³ Estes jesuítas foram os padres Manuel da Nóbrega, Leonardo Nunes, João de Azpilcueta Navarro, Antônio Pires, Vicente Rodrigues e Diogo Jácome; a chegada ocorreu na Bahia (Carlos Bresciani, *op. cit.*, p. 89, diz que os jesuítas “[...] escolheram uma área rica de fontes, banhada em grande parte pelo mar. Começaram a construir casas para si com a ajuda dos nativos, de modo que em agosto [de 1549] se podia ver uma centena de habitações”).

⁴⁴ O físico-mor só viria a ser instituído no segundo governo de Duarte da Costa.

Da base da atividade missionária inicial na Bahia, mais precisamente em Salvador, os missionários estenderam sua ação, no século XVI, para o sul até São Vicente, no litoral do que hoje é o estado de São Paulo, e para o norte até Pernambuco. No século XVII, a ação missionária dos jesuítas do Brasil se expandiu para o norte até o Maranhão e o Pará. Na primeira metade do século XVIII, os jesuítas já haviam expandido sua ação missionária por toda a bacia amazônica até a atual fronteira ocidental do Brasil, onde depararam-se com as missões fundadas pelos companheiros oriundos de Quito e do Peru⁴⁵.

O contato com as Novas Terras trouxe aos missionários algo inesperado: a realidade das várias doenças diferentes e desconhecidas da Europa, muitas já endêmicas na América. Para estas doenças, havia poucos recursos disponíveis — falta de médicos, escassez de remédios, distância da Metrópole etc.

A medicina europeia trazida para a colônia parecia não obter sucesso frente às doenças endêmicas do Brasil⁴⁶. Há quem polarize a questão, afirmando que, no primeiro século de colonização do Brasil, não se encontrava na medicina europeia da colônia remédio algum para cuidar dos doentes.

⁴⁵ Carlos Bresciani, op. cit., pp. 219-22. Em 1727, cria-se a vice-província do Maranhão, juridicamente autônoma, com dois grandes colégios jesuíticos, noviciado, juniorado, estudos de filosofia e teologia.

⁴⁶ Cf. Serafim Leite, *Os jesuítas no Brasil e a medicina*, p. 5 (doravante referida apenas como *Os jesuítas no Brasil*): “[...] os Jesuítas, indo para o Brasil como médicos das almas, viram-se obrigados [...] a ser também médicos do corpo”. Em relação ao tema médicos das almas, vide artigo de Marina Massimi, “A medicina da Alma no Pensamento Jesuítico e sua influência na cultura luso-brasileira dos séculos XVI e XVII” in J. L. Goldfarb & M. H. M. Ferraz, VII Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, Anais e P. J. C. Silva, *A tristeza na cultura luso-brasileira: os ‘sermões’ do padre Antonio Vieira*. Cf. Carlos Bresciani, op. cit., p. 210.

Os jesuítas, portanto, tinham de ocupar-se com diligência das enfermidades do corpo e igualmente zelar pelas enfermidades espirituais⁴⁷. A este respeito, P. J. C. Silva afirma que “[...] é bom lembrar que os jesuítas, apesar de não terem formação médica curricular, não eram avessos à medicina de uma maneira geral”⁴⁸.

Epidemias de doenças aparentemente endêmicas entre os povos nativos das Américas, e portanto desconhecidas para os europeus no início do século XVI, como a malária, referida em cartas do Padre Manuel da Nóbrega como sarampão ou impaludismo, faziam vítimas diárias nas aldeias⁴⁹. Muitos outros jesuítas e colonizadores portugueses adoeceram e restabeleceram-se posteriormente, utilizando-se do que havia em mãos à época. A febre amarela, por exemplo, que era desconhecida da Europa do início da colonização, já havia se tornado endêmica entre os nativos⁵⁰.

A medicina praticada na colônia, na primeira metade do século XVI, muito provavelmente era realizada por indígenas, jesuítas, “físicos” e cirurgiões portugueses. Embora seus modos de agir fossem, possivelmente, muito distintos entre si, havia pontos em comum. A sangria (flebotomia), por exemplo, era comum até mesmo entre os indígenas⁵¹. Posteriormente, com a vinda do contingente de escravos oriun

⁴⁷ Carlos Bresciani, op. cit., pp. 201, 211-2 e 216. O autor transparece uma boa dose de radicalismo; não se pode assumir que não havia “remédio algum para cuidar dos doentes”, como ele o afirma. Sabe-se que, ao vir para o Brasil, boticários, médicos e cirurgiões traziam consigo remédios da Europa (embora, muitas vezes, tais remédios já chegassem deteriorados no Brasil).

⁴⁸ P. J. C. Silva, op. cit., pp. 31-2.

⁴⁹ Serafim Leite, *Os jesuítas no Brasil*, p. 9. Nesta página, o autor cita algumas cartas do Padre José de Anchieta, referindo-se às epidemias de malária do início do século XVI. Anchieta narra a morte de um dos primeiros jesuítas que aportaram no Brasil em 1549, o padre Diogo Jácome, acometido de malária.

⁵⁰ G. O. Andrade, Mourão, Rosa e Pimenta, p. 150.

⁵¹ M. H. M. Ferraz, “A Química Médica”, p. 695. A sangria (flebotomia) era igualmente praticada pelos jesuítas; Anchieta é relatado como um dos que praticavam ativamente a flebotomia no século XVI, durante os períodos de epidemia (Carlos Bresciani, op. cit., p. 167).

dos da África, juntam-se aos indígenas e cirurgiões portugueses curandeiros africanos⁵².

Se no século XVIII os médicos eram relativamente escassos no Brasil — em 1799, atuavam no Brasil apenas doze médicos —, duzentos anos antes o eram ainda mais. O primeiro médico régio contratado do Brasil foi Jorge de Valadares, cujo ofício iniciou-se em maio de 1549, sob a condição de “físico e cirurgião”⁵³. Havia, como se pode apreender das descrições e das cartas dos jesuítas, uma necessidade de se realizar tratamentos e curas, porém a escassez de cirurgiões e físicos era uma realidade com que os jesuítas tiveram que lidar. Além disso, deve-se ter em mente que, na maior parte do tempo, deslocar-se ao Brasil parecia constituir-se um castigo (ou provação) para se alcançar melhores cargos na metrópole⁵⁴.

Podemos admitir que a prática da medicina na colônia brasileira deve ter deixado aos jesuítas duas opções, não mutuamente excludentes: a utilização dos escassos meios que tinham trazido da Europa — ferramentas, remédios, ervas etc. — e dos meios que o país, onde deveriam exercer sua atividade, lhes oferecia⁵⁵.

No caso de remédios e plantas vindas da Europa, a maior parte deles provavelmente chegava em terras brasileiras de forma deteriorada, devido, entre outras coisas, ao tempo de viagem e às condições climáticas divergentes entre os dois continentes. No caso de lançarem mão do que a terra colonizada oferecia, admite-se que o processo de reconhecimento e familiarização com as plantas medicinais e outros compo

⁵² Carlos Bresciani, *op. cit.*, p. 104.

⁵³ Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 85, nota 2.

⁵⁴ M. H. M. Ferraz, *As ciências em Portugal e no Brasil*, p. 21.

⁵⁵ Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 86.

nentes curativos seja uma premissa básica. A distância da Metrópole, também, obrigava à busca de substitutos para as drogas que dificilmente chegavam (ou chegavam em péssimas condições) nas terras brasílicas. Imagina-se, então, que a cura de novas doenças exigia, também, a busca por novos medicamentos⁵⁶. O processo de transmissão de conhecimentos das plantas medicinais aos jesuítas não deve ter sido pontual e rápido, podendo ter ocorrido durante todo o século XVI e os próximos cento e cinquenta anos de convívio com os brasilíndios. Um processo de mão-dupla, onde europeus e indígenas retransmitiam saberes uns aos outros⁵⁷.

Muitas vezes sem formação na área médica, os padres jesuítas tomavam contato com as doenças e a arte de curar no trato cotidiano com os enfermos que buscavam os seus socorros. Com efeito, Lopes Rodrigues afirma que

não há lista sistemática de manifestações patológicas ou de doentes no século XVI; e, evidentemente, as curas [operavam-se] segundo requeria a sua doença. Merecem menção particular, entre as práticas médicas dos jesuítas, a cirurgia de urgência, a flebotomia, a assistência nas epidemias, as doenças venéreas, o cancro [...] **a descoberta e manipulação**

⁵⁶ F. G. A. Ferreira, *História da saúde e dos serviços de saúde em Portugal*, pp. 178 et seq. Cf. M. H. M. Ferraz, “A Química Médica”, pp. 694-5. C. A. L. Filgueiras, “Saberes académicos y populares en la práctica médica del siglo XVIII en Portugal y en Brasil”, in P. Aceves-Pastrana, ed. *Tradiciones e intercambios científicos: materia médica, farmacia y medicina*, vol. 5, p. 183, afirma que “seguramente, a prática médica no Brasil do século XVIII exigia uma capacidade de adaptação extraordinária”.

⁵⁷ Vide estudo sobre as sociedades indígenas e seu conhecimento sobre as plantas medicinais, em M. Haubert, “Índios e jesuítas no tempo das missões”, pp. 29-32. Acerca do impacto que a flora do Novo Mundo causou ao europeu, vide M. H. R. Beltran, “O europeu diante da flora do Novo Mundo”, in A. M. Alfonso-Goldfarb & C. A. Maia, orgs., *História da ciência*, vol. 2, pp. 479-89.

de medicamentos nas suas oficinas ou laboratórios privativos⁵⁸.

Embora haja vários estudos sobre os jesuítas e sua ação na medicina, alguns autores afirmam que ainda se faz necessário ter novas abordagens sobre o assunto. A experiência dos jesuítas, a ordem religiosa mais famosa e em evidência no mundo português entre os séculos XVI e XVIII, é tema de um sem-número de publicações, nas áreas de educação, política, economia e ciências. Seria, portanto, difícil imaginar um aspecto qualquer da história de Portugal nesse período em que os jesuítas não tenham desempenhado algo relevante⁵⁹.

Independentemente da análise que se possa fazer dos jesuítas, de forma geral somos levados a admitir que a formação do Brasil deve muito aos padres da Companhia, em aspectos importantes da sociedade: educação, estudo das línguas e das ciências. Em relação às ciências, o que os jesuítas

⁵⁸Lopes Rodrigues apud Serafim Leite, *Os Jesuítas no Brasil*, pp. 5-6 (grifo nosso). A ação médica dos jesuítas no Brasil, iniciada no séc. XVI, associou-se, aos poucos, ao conhecimento indígena sobre as plantas medicinais. Phillippe Guédon afirma, por exemplo, que os indígenas já utilizavam, no século XVII, mais de três mil plantas, enquanto a farmácia dos brancos possuía pouco mais de 40 remédios diferentes (P. Guédon, op. cit., p. 47; deve-se tomar cuidado, entretanto, com estimativas numéricas. É difícil precisar quantitativamente o número de remédios utilizados pelos incolas e pelos portugueses no Brasil do século XVII, devido, entre outras coisas, à falta de material de apoio necessário). O padre Fernão Cardim, por exemplo, aprendeu com os índios a conhecer algumas das plantas usadas para curar. Suas anotações, além de mostrar a serventia da mata, revelam, igualmente, o idioma português da época, mesclado aos termos indígenas (como é o caso de caarobmoçorandigba, que é a maçaranduba (*Manilkara* sp, da família das Sapotáceas), e iabigrandi, que é o jaborandi (discutido no Capítulo 3); A. B. Joly, *Botânica*, pp. 308 e 546. A língua brasílica (i.e., língua geral) era falada, em meados do século XVI, ao longo de quinhentas léguas de costa (Carlos Bresciani, op. cit., p. 103).

⁵⁹Sebastião B. Cavalcanti Filho, *A questão jesuítica no Maranhão colonial (1622-1759)*, p. 9. Cf. D. Alden, op. cit., p. 90.

podiam fazer com o conhecimento adquirido acerca das plantas medicinais nativas do Brasil? Uma das saídas talvez fosse escrever compêndios e dicionários. Poderiam, ainda, guardar todo esse conhecimento como um tesouro secreto, disponível apenas aos membros da própria Companhia⁶⁰. Ou, como nos parece ter sido uma saída mais viável e humana, transmutar informações em práxis. Neste caso, utilizar o potencial medicinal da vasta flora nativa nos preparados feitos em suas boticas ou farmácias. Com efeito, Serafim Leite afirma que “por muito tempo [...] as farmácias da companhia foram as únicas existentes em algumas cidades. E quando se estabeleceram outras, as dos padres, pela sua notável experiência e longa tradição, mantiveram a primazia [...]”⁶¹.

Este capítulo abordará o contexto histórico em que se inserem as boticas jesuíticas no Brasil, particularmente as do século XVIII, com breve menção à farmacopéia brasileira, ao término da primeira seção. Serão discutidos, também, os processos de confecção de remédios, muitas vezes receitas secretas, como a Triaga Brasília. O Colégio de Jesus na Bahia recebeu atenção especial, por tratar-se do local onde foram achados os manuscritos da Triaga, e por ser considerado por diversos historiadores como um dos maiores centros jesuíticos no Brasil Colônia.

⁶⁰ Os segredos medicinais tiveram muita aceitação na Europa e também nas colônias, sendo preparados e vendidos por portugueses e estrangeiros, pertencentes a todo o tipo de profissões, com destaque para os médicos e cirurgiões. Os seus autores e fabricantes escondiam do público a composição e muito frequentemente preparavam-nos em grandes quantidades para serem vendidos a largas distâncias. Estes medicamentos distinguiam-se dos tradicionais, caracterizados pela preparação em pequena escala pelo boticário, de acordo com receita médica prescrita para um determinado doente, morador a curta distância da botica. O arsenal terapêutico galênico, onde predominavam as substâncias vegetais, facilmente degradáveis, acomodava-se bem a esta forma de produção.

⁶¹ Serafim Leite, *Artes e ofícios*, pp. 91-3 (grifo nosso).

1. As boticas jesuíticas e as outras boticas⁶²

As boticas, muitas vezes referidas como dispensatórios farmacêuticos, farmácias ou simplesmente maletas ou caixas de medicamentos, eram portadoras ou locais de preparação de remédios — triagas, pós, unguentos, emplastros, trociscos, xaropes, tinturas, entre outros⁶³. Serafim Leite afirma que os serviços de saúde da Companhia de Jesus no Brasil faziam parte da caridade natural e cristã, e, por seu caráter técnico, tais serviços eram tratados como ofícios. Havia, então, entre os serviços de saúde, o ofício dos que cuidavam e tratavam dos doentes, e o ofício dos que manipulavam remédios — enfermeiros e alguns cirurgiões e farmacêuticos.

As boticas jesuíticas eram dependências especiais dos colégios, anexas às enfermarias. Tornaram-se famosas, e eram referências necessárias quando as aldeias e vilas eram atingidas por epidemias ou quando ocorriam casos de calamidade pública. Em tais ocasiões, a botica do colégio parecia ser a botica de todos da aldeia — portugueses, colonos, mestiços e índios⁶⁴. Com o passar do tempo, a farmacopéia das boticas

⁶² A respeito deste tema - farmácia laica (fora dos domínios dos conventos) e farmácia conventual (sob tutela das ordens religiosas) -, vide estudo feito por J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, pp. 331-41. O autor traz uma explicação interessante a respeito do contraste entre as duas farmácias: “Infelizmente, os nossos arquivos não conservam tantos documentos respeitantes à vida das boticas religiosas como seria de esperar, atendendo à forma como os bens das ordens reverteram para o Estado [...] essa documentação foi considerada pouco importante” (*Ibid.*, p. 331). A farmácia conventual teve, nos séculos XVI e XVII, grande projeção, e muitas não se limitavam a fornecer às próprias ordens, vendendo também medicamentos ao público.

⁶³ Serafim Leite, *Artes e ofícios*, pp. 83 e 86. Não podemos fazer confusão, entretanto, com os termos modernos drogaria, farmácia e laboratório farmacêutico, que são coisas distintas. Vide estudo feito por J. P. F. S. Dias, “Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa setecentista”. Acerca da farmácia, vide o Capítulo 2 para maiores detalhes.

⁶⁴ Serafim Leite, *Os Jesuítas no Brasil*, p. 7.

foi-se enriquecendo, sobressaindo-se, com renome quase lendário, em meados do séc. XVIII, a Triaga Brasília⁶⁵. Era uma receita que, segundo o Desembargador Francisco Pereira, “tinha grande consumo por ser pronto o seu efeito e que não faltaria quem desse pelo segredo três ou quatro mil cruzados”⁶⁶. Suas receitas e triagas, porém, continuaram em voga, a despeito da suposição de alguns historiadores, que consideravam perdidas tais fórmulas. Serafim Leite afirma que se pensava perdida a fórmula da Triaga Brasília, porém a mesma foi posteriormente transcrita e publicada por ele mesmo⁶⁷.

Os medicamentos encontrados nas boticas jesuíticas podem ter sido uma opção à qual boa parte dos colonos no Brasil não podia escapar, embora tenha havido outras alternativas. Bresciani, ao mencionar as boticas dos jesuítas no Brasil do século XVI, conta-nos que “[...] uma menina de 4 ou 5 anos adoeceu gravemente; pediu à mãe que lhe levasse à igreja [...] O pai dela perguntou-lhe se não queria recorrer a um feiticeiro para que lhe desse a saúde. Ela [...], pois, tomando um simples **remédio** oferecido pelos nossos [jesuítas], recuperou a saúde”⁶⁸.

Como “homens de ação”, os jesuítas são geralmente considerados pelos historiadores como tendo sido mais práticos

⁶⁵ A farmacopéia brasileira, iniciada no século XVI, foi estabelecida paulatinamente com a adição de ingredientes europeus e do Brasil, em receitas próprias, como as do irmão Manuel Tristão, de 1625 (Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 86) e a famosa Triaga Brasília, do século XVIII (Ibid., p. 87). A respeito das triagas, sugere-se a leitura de A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, pp. 163 et seq.

⁶⁶ Ofício do Desembargador Francisco Antônio Berquó da Silveira Pereira para Tomé J. Côte-Real, da Bahia, 30 de julho de 1760, apud Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 88. O texto da Triaga Brasília encontra-se transcrito em Serafim Leite, *Artes e ofícios*, pp. 283 e 295 et seq. e no Apêndice II deste trabalho.

⁶⁷ Serafim Leite, *Artes e ofícios*, pp. 15, 295-300.

⁶⁸ Carlos Bresciani, *op. cit.*, p. 165 (grifo nosso).

e previdentes que os donatários e os próprios governadores-gerais. A este respeito, Serafim Leite faz um comentário bastante incisivo, ao afirmar que

os jesuítas sempre foram homens práticos. As suas observações não ficavam só no campo da especulação. Gradativamente, **todos êstes elementos da flora e da fauna americana se utilizaram na sua farmacologia**. A quina, que os Jesuítas revelaram ao mundo, levou muito tempo o nome de <mézinha dos Padres da Companhia>⁶⁹.

Os serviços de saúde da Companhia de Jesus no Brasil, segundo Serafim Leite, faziam parte da caridade natural e cristã. Constituíaam dois ofícios básicos: o dos que cuidavam e tratavam os doentes, e o dos que manipulavam remédios. Neste segundo caso, incluem-se os enfermeiros — e também alguns cirurgiões — e os farmacêuticos⁷⁰.

Nos colégios, os jesuítas possuíam um receituário particular, onde se encontravam não só as fórmulas dos medicamentos como seus processos de preparação. Havia, também, métodos de obtenção de certos produtos químicos. Sabe-se

⁶⁹ L. G. Cabral, *Jesuítas no Brasil*, apud Serafim Leite, *Os jesuítas no Brasil*, p. 14 (grifo nosso). Em São Paulo de Piratininga, por exemplo, o primeiro membro da Companhia que preparava os remédios era José de Anchieta. Lopes Rodrigues considerou-o “Galeno jesuítico” do Brasil, embora o próprio Serafim Leite tenha considerado tal denominação um tanto exagerada (cf. Serafim Leite, op. cit., p. 16). Devemos tomar cuidado, igualmente, com as generalizações feitas por Serafim Leite; não há como comprovar que “*todos* êstes elementos da flora e da fauna...” foram efetivamente utilizados na farmacologia jesuítica.

⁷⁰ Serafim Leite, *Artes e ofícios*, pp. 37 e 83; à p. 96, Serafim esclarece que “como na Companhia as enfermarias eram obrigatórias em todas as Residências e Colégios, é natural que os irmãos enfermeiros, desde o século XVI ao XVIII, fossem mais numerosos do que os Irmãos boticários ou farmacêuticos”. Para ele, “o ser Farmacêutico, dentro dos serviços da saúde, é mais ciência do que arte”.

que no Brasil setecentista os jesuítas formaram importantes coleções de cadernos manuscritos com receitas médicas. A maior parte dos manuscritos, porém, se perdeu, à exceção, talvez, dos documentos conservados no Arquivo Romano da Companhia de Jesus⁷¹.

Estes receituários das boticas jesuíticas parecem ter sido um dos poucos pontos de encontro entre a medicina autóctone e a medicina européia. Se excluirmos a utilização dos produtos para a alimentação e alguns medicamentos, pouco do saber indígena parece ter sido efetivamente incorporado pelo europeu na grande colônia portuguesa⁷².

A medicina “oficial” ensinada nas universidades da época e exercida na Europa do século XVIII era fundamentada na teoria humoralista sistematizada por Galeno. Mas não se deve imaginar, porém, que a medicina era unicamente praticada nas colônias e na Europa por aqueles formados na Universidade⁷³. Os jesuítas, como discutimos anteriormente, eram praticantes da medicina na colônia, e faziam uso inclusive de procedimentos médicos correntes, como a flebotomia. O relato de Manoel Gomes comenta o uso de mezinhas associadas à prática da sangria, em voga na Europa da época:

⁷¹ Como exemplo de método de obtenção de certos produtos químicos podemos citar a pedra infernal, a saber, o nitrato de prata (Serafim Leite, *Artes e ofícios*, pp. 88-91). Cf. C. A. L. Filgueiras, “Saberes académicos y populares en la práctica médica del siglo XVIII en Portugal y en Brasil”, in P. Aceves-Pastrana, ed. *Tradiciones e intercambios científicos: materia médica, farmacia y medicina*, vol. 5, p. 181.

⁷² Em 1813, a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra decidiu requerer um levantamento sobre a qualidade e a quantidade dos produtos medicinais indígenas (M. H. M. Ferraz, *As ciências em Portugal e no Brasil*, p. 23). Este caso demonstra que o descendente de europeus pouco conhecia sobre as plantas medicinais brasileiras, apesar de ter existido uma certa insistência, no que tange à medicina autóctone, para que se enviasse à metrópole as informações sobre esse saber.

⁷³ P. A. Porto, Van Helmont e o conceito de gás, pp. 21-3.

[...] curavamos [os jesuítas] aos doentes, aplicando as mezinhas que a charidade nos ensinava [...] antes da missa mandou fazer vinte sangrias por aver huma doença perigosa, emfim eramos enfermeros [...] apos os remedios do corpo aplicavamos os da alma, catequizando, bautizando, ajudando a bem morrer [...] Huma india tinha huma filha doente dos olhos e pedindo-me alguma mesinha lha dei e vendo que não aproveitava [...] trouxe a minina a igreja [...] ⁷⁴

Muitas vezes sem formação superior na área médica, os padres da Companhia tomavam contato com as doenças e a arte de curar no trato cotidiano com os enfermos que buscavam, de alguma forma, seu auxílio. A preocupação dos jesuítas com a cura física fica bastante evidenciada nas palavras do Padre Antônio Vieira: “[...] muito particularmente mandavam vir para este Reino [Brasil] todos os anos uma botica das coisas mais necessárias nestas partes [...]” ⁷⁵.

Como veremos mais à frente neste trabalho, o arcabouço galênico transparece em alguns pontos da Triaga, embora não possamos afirmar, categoricamente, que os jesuítas seguiram a teoria humoralista empregando as ervas medicinais brasileiras. De fato, M. Ferraz afirma que “livres, talvez, das amarras dos estudos clássicos — e puramente acadêmicos — ministrados nas universidades européias, os jesuítas puderam, com mais facilidade, incorporar novas drogas em suas receitas” ⁷⁶.

⁷⁴ Manoel Gomes, “Informação da Ilha chamada Maranhão”, p. 334 (grifo nosso).

⁷⁵ Serafim Leite, História, Tomo IV, Livro III, Cap. III, p. 186.

⁷⁶ M. H. M. Ferraz, “A Química Médica”, p. 697.

As boticas jesuíticas, embora tenham se tornado célebres, eram ainda poucas no século XVIII⁷⁷. Para entendermos qual o universo em que as boticas jesuíticas se inseriam no Brasil, primeiramente citamos A. R. Ferreira que, em finais do século XVIII, afirmava não haver ainda boticas nas povoações de Moreira e Thomar, na Amazônia, tampouco os remédios mais domésticos, comuns em outras boticas (como as do Rio de Janeiro e Bahia, por exemplo), razão pela qual a mortandade era muito grande entre o povo dessas vilas⁷⁸. E. Pohl, ao viajar no início do século XIX pelos sertões do Brasil, notou que “quanto à assistência médica, os habitantes [...] são dignos de dó; não possuem médico nem farmácia”⁷⁹.

As boticas no Brasil, entretanto, faziam parte de uma rede de boticas sob domínio português. Em Lisboa, as duas boticas jesuíticas mais importantes eram as boticas do Colégio de Santo Antão e de São Roque, que “eram apenas uma pequena parte de uma rede de boticas distribuídas pelo país e pelos domínios ultramarinos, em Évora, Coimbra, Bragança, Baía, Maranhão, Olinda, Recife, Pará, Rio de Janeiro, Santos, S. Paulo, Goa, Macau e outros locais”⁸⁰.

Nas boticas existentes, a renovação era feita constantemente, com os medicamentos que se mandavam buscar de

⁷⁷ Serafim Leite, História, Tomo IV, Livro III, Cap. III, p. 189, afirma que, em 1757, a Botica do Colégio do Pará “era a única da cidade”. Curiosamente, o mesmo Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 32, afirma que “como se sabe os Padres da Companhia de Jesus, da Assistencia de Portugal, tiveram Colégios, Residências e Fazendas desde o Amazonas ao Rio da Prata e da costa atlântica ao Mato Grosso” (estas indicações geográficas referem-se, segundo ele, aos anos de 1549 a 1760).

⁷⁸ Alexandre Rodrigues Ferreira, Viagem filosófica ao Rio Negro, p. 76. Os relatos de Alexandre Rodrigues Ferreira são bastante importantes, já que seus trabalhos são considerados cientificamente como um dos primeiros levantamentos completos, no final do século XVIII e início do século XIX, da natureza e dos povoamentos da região norte do Brasil, com ênfase nos aspectos econômicos da Amazônia. Historicamente, também, seus trabalhos antecedem os trabalhos de Spix e Martius.

⁷⁹ J. E. Pohl, Viagem ao interior do Brasil, p. 102.

⁸⁰ J. P. F. S. Dias, op. cit., pp. 338-9 (grifo nosso). O autor afirma que a botica de Santo Antão guardava 566 receitas, demonstrando que esta botica não se destinava exclusivamente para o uso interno do colégio jesuítico. Cf. P. J. C. Silva, op. cit., p. 16, ao referir-se à fecunda produção intelectual no âmbito da Companhia de Jesus.

Portugal ou que se manipulavam ali mesmo. Os boticários e farmacêuticos da Companhia eram vistos como peritos na arte, considerados, por Serafim Leite, “como os melhores da época”. De fato, este autor diz que os boticários da Companhia vinham de Portugal, já feitos, e outros aprendiam o ofício no Brasil, “[...] e, dentro da farmacopéia do [seu] tempo, não seriam mais competentes que os seus colegas da Europa; mas providenciava-se que o não fossem menos”⁸¹.

Remédios prescritos na Europa só aportavam em terras americanas quando expedições portuguesas, francesas ou espanholas apareciam com suas esquadras, onde sempre havia um cirurgião barbeiro ou algum tripulante com uma botica portátil com drogas e medicamentos. A princípio, os medicamentos vinham do reino já preparados. A pirataria do século XVI, porém, e as dificuldades da navegação impediam com frequência a vinda de navios de Portugal, e era preciso reservar grandes provisões, como acontecia com São Vicente e São Paulo. Por estas razões, os jesuítas acabaram tornando-se os primeiros boticários da nova terra, e os seus colégios as primeiras boticas onde o povo encontrava drogas e medicamentos vindos da Metrópole, bem como remédios preparados com plantas medicinais nativas.

Viajantes europeus, visitando o Rio de Janeiro em finais do século XVIII e início do século XIX, ficavam admirados com a grandeza, instalações e serviços oferecidos pelas boticas dos Colégios. A passagem a seguir é bastante representativa:

A grande botica do Colégio [do Rio de Janeiro], como não havia outra igual em França [...] era o armazém das demais boticas do Rio de Janeiro⁸².

⁸¹ Serafim Leite, História, Tomo IV, Livro III, Cap. III, p. 190.

⁸² Ibid., Tomo VI, Livro I, Cap. I, p. 15.

Fora dos Colégios, as boticas só foram autorizadas, como comércio, em 1640. A partir deste ano, as boticas se multiplicaram, de norte a sul, dirigidas por boticários aprovados em Coimbra pelo físico-mor, ou por seu delegado comissário na capital do Brasil, Salvador. Entre 1683 e 1750, só em Lisboa foram realizados 359 exames de boticários. Por causa da facilidade de atuar como boticário, muitas vezes lavadores de vidros ou simples ajudantes de botica requeriam exame perante o físico-mor ou seu delegado, e, uma vez aprovados, arvoravam-se em boticários, estabelecendo-se por conta própria ou associando-se a um capitalista ou comerciante, normalmente do ramo de secos e molhados. Em todas as cidades do Brasil, desde os primeiros tempos da colonização, foi hábito dos comerciantes de secos e molhados negociarem com drogas e medicamentos. Raras eram as boticas legalmente estabelecidas⁸³.

Na primeira década do século XIX, as boticas da capital baiana, segundo testemunho de K. F. von Martius, estavam “providas copiosamente de específicos ingleses e remédios milagrosos”. Em outros países europeus, como a Inglaterra, os pacientes podiam recorrer aos cirurgiões e boticários, em vez de médicos⁸⁴.

O comércio das drogas e medicamentos era privativo dos boticários, segundo o que estava nas “Ordenações”, conjun-

⁸³ Estes boticários, que obtinham com relativa facilidade a sua “carta de aprovação”, eram profissionais práticos (contrapostos aos médicos com formação acadêmica), às vezes analfabetos, possuindo apenas conhecimento de medicamentos corriqueiros. J. P. F. S. Dias, op. cit., pp. 228 et seq. e 695; cf. J. M. P. Reglado, “Los exámenes de boticario en la España del siglo XVIII”, in P. Aceves-Pastrana, ed., *Tradiciones e intercambios científicos: materia médica, farmacia y medicina*, vol. 5, pp. 197-205.

⁸⁴ K. F. von Martius, *Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros*, p. 115.

to de leis portuguesas que regeram o Brasil durante todo o período colonial, reformada por D. Manuel e em vigor desde o princípio do século XVI, bem como por leis e decretos complementares⁸⁵. Foi com base nesta legislação que o físico-mor do reino, por intermédio de seu comissário de São Paulo, ordenou o cumprimento integral do regimento baixado em maio de 1744. Com isto, intensificou-se a fiscalização do exercício dessa profissão, pois o regimento proibia terminantemente o comércio ilegal das drogas e medicamentos, estabelecendo pesadas multas e seqüestro dos respectivos estoques. Em 1765, a cidade de São Paulo tinha apenas três boticários. O ópio, a escamônea, a rosa, o sene, o manacá e a ipeca já faziam parte dos remédios necessários para funcionamento de uma botica. Pomadas e linimentos tinham grande consumo⁸⁶.

Quanto ao exame prestado pelos candidatos a boticários, bem como a inutilização das drogas eventualmente deterioradas, desde a sua chegada aos portos, e a fiscalização das boticas, tudo se fazia de acordo com o regimento: legalização do profissional responsável, existência de balança, pesos e medidas, estado de conservação das drogas vegetais, principalmente as importadas, medicamentos galênicos, produtos químicos, vasilhames e, ocasionalmente, a existência de alguns livros. As inspeções das boticas seriam rigorosas e realizadas a cada três anos. No tempo da Real Botica os remédios eram, na sua grande maioria, plantas medicinais,

⁸⁵ Vide J. P. F. S. Dias, op. cit., pp. 222-7, a respeito da Junta do Protomedicato, órgão criado em Portugal em 1782 e extinto em 1808, com a vinda da família real para o Rio de Janeiro; cf. Arquivos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, “Lei da criação da junta do Proto-medicato” e “Carta a um amigo, dando algumas informações sobre medicina purgativa. De Manoel Ramos”.

⁸⁶ Os produtos mais consumidos eram a pomada alvíssima, além dos bálsamos católico e de copaíba e a Água Vienense, que só entrou em desuso no começo do século XX (Philippe Guédon, op. cit., pp. 52 et seq.)

porém desde 1730 o brasileiro usava o mercúrio e o arsênio importados da Europa⁸⁷.

A farmacopéia brasileira, intitulada muitas vezes como “Farmacopéia Verde”, foi instituída oficialmente em 1922. Nela constam aproximadamente 183 espécies de plantas medicinais brasileiras, com as suas descrições macro e microscópicas das drogas, uma vanguarda quando comparada a outras farmacopéias da mesma época. Marcos anteriores incluem, em maio de 1841, o Formulário do Dr. Pedro Luís Napoleão Chernoviz e, no ano seguinte, o Dicionário de Medicina Popular e das Ciências Acessórias, contendo a descrição das doenças, sintomas e tratamento, as receitas para cada doença, as plantas medicinais, as alimentícias, as águas minerais do Brasil, Portugal e de outros países. Merece destaque, também, Rodolpho Albino Dias da Silva, químico do Laboratório Nacional de Análises e professor de farmácia no Rio de Janeiro. Por mais de dez anos trabalhou no projeto do Código Farmacêutico Brasileiro. Ao concluí-lo, em 1924, Dias da Silva pôde apresentar seu projeto de farmacopéia brasileira ao Dr. Carlos Chagas, Diretor Geral do Departamento Nacional de Saúde Pública⁸⁸.

⁸⁷ No século XVI surge a farmácia química em oposição à farmácia galênica, utilizando, basicamente, remédios como sais metálicos (antimônio e mercúrio) e também substâncias medicamentosas oriundas da destilação de simples vegetais. Do ponto de vista da terapêutica, a grande inovação da farmácia européia dos séculos XVII e XVIII foi o aparecimento da farmácia química (J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 447). Cf. A. G. Debus, “Science and history: the birth of a new field”, in A. G. Debus, org., *A chemist’s appraisal*, p. 4: “Os remédios químicos tinham sido introduzidos [na Europa] pelos médicos árabes”. Vide, também, Paulo Alves Porto, “O laboratório farmacêutico de J. B. von Helmont”, in A. M. Alfonso-Goldfarb & M. H. R. Beltran, orgs., *O laboratório, a oficina e o ateliê*, pp. 87-8: “o desenvolvimento das chamadas grandes navegações, iniciadas em quinhentos, “fizeram com que a matéria médica fosse enriquecida com uma miríade de novas espécies vegetais; [...] a profissão de farmacêutico institucionalizou-se sobre novas bases, distintas das propostas de Paracelso”.

⁸⁸ Philippe Guédon, op. cit., pp. 87 et seq.

2. Confeção e formulação de remédios nas boticas da Companhia

A palavra remédio possui várias concepções, tomadas de formas variadas, em momentos históricos diferentes. Abordaremos, a seguir, apenas algumas dessas concepções⁸⁹.

A farmácia nos tempos hipocráticos empregava, ao que parece, um número abundante de produtos importados, sobretudo do Egito. O comércio entre a Grécia e o Egito já ocorria muito antes de Hipócrates, e diversos produtos oriundos do império egípcio foram valorizados por muito tempo, muitos deles entre as mais de trezentas substâncias usadas pelo médico grego⁹⁰.

Ao que tudo indica, na medicina árabe, cuja concepção da fisiologia humana derivava, em larga medida, da antiga teoria grega dos quatro elementos e da teoria humoralista, os remédios eram uma categoria intermediária entre os alimentos e os venenos. A dosagem da substância é que poderia alterar a categoria. O conhecimento árabe sobre “farmácia” incluía o conhecimento a respeito dos simples, os dispensatórios e formulários médicos (escritos sobre compósitos ou agentes compostos) e os antidotários (conhecimentos sobre antídotos ou contravenenos). Os alexifármacos eram remédios que faziam evacuar os venenos mortais⁹¹.

⁸⁹ A farmacologia moderna tende a diferenciar três tipos de remédios: oficiais, que fazem parte da farmacopéia de cada país; officinais, que são os geralmente confeccionados nas próprias farmácias, mediante fórmulas de compostos comprovadamente eficientes; e magistrais, que são aqueles cujo uso popular consagrou como eficientes.

⁹⁰ A. Debru, “O jardineiro e a dama: terapêutica e sociedade na época de Galeno”, in R. Pöttsch, ed., *A farmácia*, p. 26.

⁹¹ A questão dos simples será abordada em maiores detalhes no Capítulo 3 deste trabalho. Acerca de compostos e simples, vide A. M. Alfonso-Goldfarb, “Materia médica y farmacia en el siglo IX Árabe: un composito del saber antiguo” in P. Aceves-Pastrana, ed., *Construyendo las ciencias químicas y biológicas*, pp. 13-9. Cf. M. H. M. Ferraz, “A Química Médica”, p. 701.

Na Europa do século XVII, por exemplo, muitas vezes não era possível fazer a distinção funcional entre médicos, barbeiros-cirurgiões e boticários. Nesse quadro, os padres jesuítas relataram suas receitas com riqueza de detalhes quanto à elaboração e prescrição, porém com certa escassez de informações teóricas. Seus textos apresentam-se ricos em detalhes quanto à preparação e prescrição dos medicamentos, que estavam destinados ao uso prático, porém com pouco esmero na exposição teórica⁹².

Um trecho bastante ilustrativo é encontrado em Curvo Semedo, ao perguntar às autoridades médicas portuguesas de finais do século XVII:

[..] digam-me: quem argumentaria melhor sobre o modo com que se fazem as quartãs, Galeno ou um sapateiro? É certo que Galeno: mas se o sapateiro tiver a água da Inglaterra, ou a Quinaquina, ou o febrífugo de Riverio, ou o meu febrífugo, há-de curar as quartãs [...] e Galeno com todas as suas letras, e Filosofias, há-de ficar envergonhado⁹³.

A leitura de vários textos dos jesuítas permitem observar como os padres da Companhia manipularam terapeuticamente plantas medicinais autóctones, tais como o jacarandá, a copaiba, a caroba, o maracujá, o jaborandi etc. Como já vimos, esses medicamentos acabaram tornando-se muito mais importantes para doenças endêmicas da América tropical, como a febre amarela, que era desconhecida dos europeus⁹⁴.

⁹² M. H. M. Ferraz, "A Química Médica", p. 697.

⁹³ João Curvo Semedo, Polianteia, p. 772, apud J. P. S. Dias, "Terapéutica química y polifarmacia en Portugal", in P. Aceves-Pastrana, ed. Construyendo das ciencias quimicas y biológicas, p. 77.

⁹⁴ M. H. M. Ferraz, "A Química Médica", p. 696.

Os Colégios do Maranhão e do Pará pareciam distribuir os remédios à população de forma diferenciada: aos pobres, sempre gratuitamente, e aos ricos, mediante uma simbólica remuneração (esta renda era, em parte, destinada à manutenção das livrarias). Em tempos de epidemias, entretanto, esta regra talvez não fosse seguida, e os remédios seriam distribuídos gratuitamente a todos, ricos e pobres.

As livrarias jesuíticas, cuja receita era, em parte, fornecida pela venda de medicamentos, abasteciam os membros da Companhia que se dedicavam à confecção de remédios com livros, os mais variados, versando sobre medicina, farmácia etc.⁹⁵

A introdução das plantas medicinais utilizadas pelos índios modificou de maneira bastante profunda a matéria médica e a terapêutica trazidas pelos europeus às colônias americanas, embora tenha havido a tendência de se utilizar um pano-de-fundo com base na escola humoralista. Desta forma, havia o emprego do tratamento clássico nas novas drogas. Isto deve ter sido uma das razões principais para que se tenha perdido boa parte dos conhecimentos nativos que simplesmente não puderam se encaixar na farmacologia tradicional utilizada pelos europeus⁹⁶.

⁹⁵ O “Catálogo da Livraria da Casa da Vigia”, do *Inventarium Maragnonense* do século XVII (Serafim Leite, *História*, Tomo IV, Apêndice I, pp. 400-410), cita, entre tantos livros das prateleiras dos jesuítas, um volume de *Botica de N^a S^a da Lapa*, um volume de *Flores Indici* e um volume de *Pharmacopea Lusitana*. Nas boticas do século XVIII, os livros mais comumente encontrados incluíam, além da *Pharmacopea*, a *Poliantéia de Curvo Semedo*, *Matéria Médica de Amato Lusitano*, *Matéria Médica de Dioscórides* e *Luz Verdadeira do Cirurgião de Antonio Ferreira*. Além disso, as cartas aos priores da Companhia e os livros de notícias sobre as terras, notadamente as *Cartas de José de Anchieta*, as *Notícias Antecedentes*, *Curiosas e Necessárias das Coisas do Brasil de Simão de Vasconcelos* e os *Receituários*, nos fornecem elementos acerca da maneira de curar pretendida pelos jesuítas (M. H. M. Ferraz, “A Química Médica”, p. 696; Serafim Leite, *História*, Tomo IV, Livro III, Cap. III, p. 288).

⁹⁶ M. H. M. Ferraz, “A Química Médica”, p. 704.

Duas características interessantes acerca das boticas jesuíticas no Brasil podem ser apontadas. Em primeiro lugar, parecem ter sido o local de referência, durante boa parte do período colonial, para a preparação de remédios. Em segundo lugar, constituíam, junto às enfermarias, o auxílio necessário à população em tempos de pestes, calamidades e outras mazelas para as quais os colonos e os índios talvez não tivessem mais com quem contar.

3. O Colégio de Jesus na Bahia e as Collecções de Receitas

A botica jesuítica em terras brasileiras mais importante foi, na opinião de muitos historiadores, a da Bahia. Sua importância histórica tornou-a um centro distribuidor de medicamentos para as demais boticas dos vários colégios, de norte a sul do Brasil colônia. Para isso, e como a Bahia mantivesse maiores contatos com a Metrópole, os padres pareciam conservar a botica bem sortida e aparelhada para o preparo de medicamentos, iniciando-se nela, inclusive, o aproveitamento das matérias primas indígenas. O relato a seguir dá-nos uma idéia do que deve ter sido o Colégio dos Jesuítas na Bahia:

[...] em nenhuma outra terra americana trabalharam tão longamente os Jesuítas da Assistência de Portugal como na Bahia. Coincidiu a sua chegada com a fundação da Cidade de Salvador (1549). [...] A primeira aldeia dos Jesuítas, na Baía e em toda a América (1549) foi no Monte Calvário, onde hoje é o Carmo [...] ⁹⁷

⁹⁷ Serafim Leite, História, Tomo V, Livro I, Cap. IV, pp. XXX (grifo nosso). O mesmo Serafim Leite, Artes e ofícios, pp. 91-2, esclarece que a botica da Bahia era ampla, denominada “Terreiro de Jesus” porque era ao rés do chão; sua localização atual corresponde à entrada da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia. Esta botica era constituída por uma sala, que correspondia à loja ou farmácia (onde ficavam os remédios à disposição do público), e uma oficina, que correspondia ao laboratório onde se fabricavam os medicamentos. Havia, invariavelmente, a imagem de Nossa Senhora da Saúde, que presidia a botica.

A relação das boticas com as enfermarias, nos próprios colégios, é frisada por Serafim Leite ao afirmar que “[...] segundo a informação da Província do Brazil, de 31 de dezembro de 1583, o Colégio Novo [Terreiro de Jesus na Bahia] tem, nesta data, o claustro de pedra e cal e, na parte leste, fica a igreja e a sacristia; a do sul, tem por cima a capela e a enfermaria, **de boa grandura** [...]”. Em 1694, a farmácia do Colégio da Bahia é descrita como elegante e provida de toda sorte de remédios. Em 1722, a botica do Colégio dos Jesuítas da Bahia já era conhecida como a mais famosa e de maior movimento entre as boticas brasileiras. Em 1728, a nova botica é reconstruída fora do Colégio, junto à portaria do Terreiro de Jesus⁹⁸.

A localização privilegiada da Bahia deve ter contribuído para que seu Colégio atingisse a fama e a grandeza reconhecidas durante quase três séculos. Os narradores dos primeiros tempos de colonização, como Fernão Cardim, Gabriel Soares de Sousa e Jean de Léry, por exemplo, são fontes importantes de informações acerca das atividades desenvolvidas pelos colonizadores nessa região. Serafim Leite parece fazer uso de tais narrativas ao afirmar sobre a agricultura nos primeiros idos da colonização, em especial a desenvolvida pelos jesuítas: “[...] tais eram as plantas principais, que os Portugueses levaram para o Brasil desde os primeiros dias da colonização e **que os jesuítas, por sua vez, cultivaram e desenvolveram**⁹⁹[...]”.

⁹⁸ Serafim Leite, História, Tomo I, Livro I, Cap. IV, p. 53 (grifo nosso); *ibid.*, Tomo V, Livro I, Cap. IV, pp. 87-8.

⁹⁹ *Ibid.*, pp. 178-80 (grifo nosso). O trânsito de espécies vegetais entre a colônia e a metrópole foi bastante intenso, pois, a Pernambuco, vieram, pelas mãos dos jesuítas, mudas de mangueiras e coqueiros, entre outras plantas não nativas e que foram cultivadas no Brasil.

As Collecções de Receitas do Colégio de Jesus na Bahia parecem coroar as atividades dos jesuítas desenvolvidas nesse local. Suas receitas, indicadas para um sem-número de enfermidades, parecem querer contar-nos quão importante o Terreiro de Jesus foi para a medicina do Brasil colônia. Quando o Colégio da Bahia foi saqueado e seqüestrado em julho de 1760, por ordem dada pelo Marques de Pombal, o desembargador incumbido da ação judicial comunicava a seus superiores que havia feito as diligências necessárias para se apossar da botica do Colégio e de algumas receitas particulares, entre as quais se achava a Triaga Brasília. Nessa época, a Triaga já havia se tornado quase lendária. Mas a receita, porém, não apareceu na Botica, nem em lugar algum na Bahia: foi encontrada mais tarde na Collecção de Receitas no Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

A TRIAGA BRASÍLICA

Nas veredas há às vezes grandes matas, comuns. Mas, o centro da vereda [...] é sempre ornado de buritis, buritiranas, assafrás e pindaíbas, à beira d'água (E. Bizzarri, J. G. Rosa, p. 28)

Este capítulo trata especificamente da *Triaga Brasileira*. Sabemos, entretanto, que em um estudo preliminar como este não se pode explorar as múltiplas e talvez incontáveis possibilidades de pesquisa da receita. Desta forma, conforme discutido na Introdução deste trabalho, pretende-se analisar, ainda que superficial e brevemente, as triagas ao longo da história, a fim de que o leitor compreenda em que contexto se situa a *Triaga Brasileira*, assim como a questão dos simples, que permeiam todo o estudo. A discussão das plantas da receita é o tema central deste capítulo, que se encerra com a abordagem acerca do modo de confecção e finalidades da *Triaga*.

A quantidade de notas explicativas reflete a riqueza de informações apreendidas da leitura desta receita jesuítica. A pesquisa de suas plantas medicinais e outros ingredientes envolveu fontes diversificadas, que se foram juntando umas às outras e sugerindo novas fontes, criando um aparato de consulta amplo.

1. As triagas e a história

As triagas são receitas à base de plantas, animais e outras substâncias, como minerais, sais, óleos etc., utilizadas pela

humanidade desde a Antigüidade. Algumas vezes eram constituídas por apenas um único ingrediente, mas podiam abarcar mais de seis dezenas de substâncias¹⁰⁰. A história das triagas perde-se no tempo. Por esta razão, torna-se difícil, muitas vezes, precisar as fontes de determinadas triagas, ou mesmo a época histórica a que pertencem. Há várias lendas e histórias acerca de sua origem, cuja veracidade dos fatos talvez seja discutível¹⁰¹.

A própria origem do termo deixa dúvidas etimológicas, que não cabem nesta discussão. A maior parte dos autores, porém, considera que o termo origina-se do grego *theriake* e do latim *theriaca*. A concepção inicial que se dá às triagas é a de antídoto contra a mordida de serpentes e contra venenos em geral. Este sentido permeia sempre as triagas. Posteriormente, entretanto, observa-se que estas receitas acabaram tornando-se remédios universais (panacéias)¹⁰².

Embora as triagas tenham sido originadas como antídoto contra os venenos de serpentes e outros venenos, as receitas foram sendo reformuladas, seus ingredientes foram sendo substituídos e outros ingredientes foram sendo acrescentados às receitas. O processo de seleção, substituição ou acres-

¹⁰⁰ M. Ferraz conta-nos que uma das triagas utilizadas pelos médicos no Brasil no século XVIII era a chamada Triaga dos rústicos, composta apenas por dentes-de-alho. Outras triagas igualmente empregadas na época incluíam o mercúrio e raízes de angelicó (M. H. M. Ferraz, "A Química Médica", pp. 701-2).

¹⁰¹ Uma das lendas mais famosas da Antigüidade foi a de Antídoto de Mitridates, criada, provavelmente, no primeiro século a.C., por Mitridates Eupator, rei do Ponto (Tim Low et al., *Magic and Medicine of Plants*, pp. 32-3). I. Guareschi et al., *Commentario della Farmacopea Italiana e dei medicamenti in generale*, p. 98, enfatizam que a triaga é o "[...] antídoto di Andromaco, derivato dal mitridato" ("[...] antídoto de Andrômaco, derivado do mitridato").

¹⁰² J. P. F. S. Dias, "Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa setecentista", p. 447. Cf. A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 163, nota 264.

cimo de ingredientes, entretanto, não deve ter ocorrido de forma pontual e possivelmente seguiu critérios bastante complexos, e não somente o acaso ou a tentativa e erro. Desta forma, muitas modificações foram sendo feitas às fórmulas primitivas. A famosa “triaga galênica universal”, por exemplo, incluía cerca de 60 substâncias, e tornou-se famosa durante a Idade Média na Europa¹⁰³.

Algumas triagas tornaram-se populares e obtiveram aceitação e prestígio. Entre elas cita-se a Triaga de Veneza, que foi uma das mais famosas na Europa, gozando de ampla aceitação popular ainda em fins do século XVIII. A preparação dessa triaga, por exemplo, era acompanhada de perto para que não houvesse falsificações. Em Paris, no antigo Colégio de Farmácia, havia um grande cerimonial para a preparação da triaga. Todos estes costumes antigos desapareceram, embora a triaga tenha sido considerada, por séculos, como uma panacéia universal — ou seja, um remédio “para todos os males”¹⁰⁴.

Entre os árabes, as triagas continham como um dos ingredientes mais importantes a carne de víbora, e eram consideradas os mais requisitados de todos os antidotos, mesmo

¹⁰³ No contexto árabe do século IX, como pontua Alfonso-Goldfarb (A. M. Alfonso-Goldfarb, Livro do Tesouro de Alexandre, p. 115, nota 33, e p. 163), as triagas são definidas como antidotos ou contravenenos. Pela sua importância na medicina, conhecimento geral de sua obra e contexto histórico, torna-se desnecessário mencionar maiores referências a Galeno (c. 130-200 d.C.). Dele originaram-se as expressões farmácia galênica, medicamentos galênicos etc. J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 446, afirma que a farmácia galênica é “a farmácia que corresponde à Teoria dos Humores, baseada na autoridade de Hipócrates e Galeno. Os seus medicamentos eram constituídos principalmente por substâncias de origem vegetal e animal”.

¹⁰⁴ I. Guareschi et al., op. cit., pp. 101 et seq. A própria Triaga Brasilica é referida como panacéia, e comparada à triaga de Veneza: “A Triaga Brasilica hé um Antidoto ou Panacea composta, à imitação da Triaga de Roma e de Veneza [...]” (Notícia do Antidoto ou nova Triaga Brasilica que se faz no Collegio da Companhia de Jesus da Bahia, Apêndice II, grifo nosso).

nos tempos antigos¹⁰⁵. A. M. Alfonso-Goldfarb, ao trabalhar com farmácia e matéria médica dos árabes do século IX, comenta que vários autores colecionam uma imensa gama de velhos tratados sobre venenos, antídotos, triagas ou receitas, conhecidas desde Galeno e muito antes dele¹⁰⁶.

Durante os séculos XVI e XVII, várias obras surgiram na Europa versando sobre as plantas utilizadas na medicina. Tais obras aproveitaram, provavelmente, as facilidades oferecidas pela imprensa recém-surgida¹⁰⁷.

As triagas continuaram a ser utilizadas em países europeus, em suas farmacopéias oficiais, até finais do século XIX. Só para citar alguns exemplos, o preparado segundo a *Pharmacopea Gallica* (farmacopéia francesa) continha cerca de 56 ingredientes, e o da *Pharmacopea Hispanica* (farmacopéia espanhola), aproximadamente 74 ingredientes distintos. Outras farmacopéias, como a austríaca, húngara, belga, germânica, italiana, grega e suíça, traziam quantidades diferentes e muitas vezes composições mais simplificadas. Há divergências, também, em relação ao modo

¹⁰⁵ Não se pode omitir a menção a Avicena (980-1037), principalmente seu *Cânone da Medicina*, baseado em textos de Hipócrates, Aristóteles, Dioscórides, Galeno e outros (Tim Low et al., op. cit., p. 60).

¹⁰⁶ A. M. Alfonso-Goldfarb, "Materia médica y farmacia en el siglo IX árabe: un composito del saber antiguo", in P. Aceves-Pastrana, ed., *Construyendo las ciencias químicas y biológicas*, pp. 16 et seq.

¹⁰⁷ Alguns exemplos incluem as obras de Garcia da Orta, Ioannem Mey, Johannem Antonium de Nicolinis de Sabio, C. Bauhin, J. Fragoso, A. Laguna, Frei Cristóvão de Lisboa, Aemilius Macer, Giordan Ziletti, L. Fuchs, Mathias Lobel, entre tantos outros. Cf. M. H. R. Beltran, "El Liber de Arte Distillandi y la divulgación de conocimientos sobre materia médica y farmácia", in P. Aceves-Pastrana, ed., *Tradiciones e intercambios científicos: materia médica, farmacia y medicina*, vol. 5, p. 45: "a partir do final do século XV, com a difusão da imprensa na Europa, os conhecimentos sobre as propriedades curativas de materiais de origem vegetal, animal e mineral, assim como procedimentos práticos e concepções sobre a arte da destilação, preservados até então pela tradição oral popular e por registros manuscritos, viriam [...] penetrar nas páginas dos primeiros livros impressos".

de preparação dos ingredientes. O extrato de ópio, segundo a farmacopéia belga, devia ser dissolvido e mantido no vinho, porém nas farmacopéias germânica e italiana devia ser dissolvido em álcool por 24 horas, ao passo que na farmacopéia suíça devia ser macerado por um dia em vinho. Diferenças também ocorriam, nas diferentes farmacopéias, em relação à quantidade dos ingredientes: as diversas proporções de 1/95, 1/97, 1/100 e 1/125 de sulfato ferroso em água atestam estas diferenças. Após ser preparada, a triaga era mantida fechada, em lugar escuro e fresco, e em alguns casos só podia ser utilizada seis meses após sua preparação¹⁰⁸.

As triagas muitas vezes eram mezinhas de uso caseiro, consistindo apenas de mercúrio, antimônio ou outra substância tóxica. Continuaram em voga na Europa e nas colônias da América até meados do século XX¹⁰⁹. Em finais do século XIX, a farmacopéia oficial do então Império Germânico continha uma receita de triaga com doze ingredientes¹¹⁰.

E no Brasil, como se situam historicamente as triagas? Como se sabe, os poucos boticários e médicos que havia na colônia portuguesa da América até finais do século XVIII tinham formação na Metrópole, e, de lá, traziam o corpo de conhecimento adquirido da educação universitária europeia. A idéia inicial que se faz é a de que as triagas utilizadas no

¹⁰⁸ I. Guareschi et al., op. cit., p. 105.

¹⁰⁹ As mezinhas, ao invés de curar os doentes, muitas vezes acabavam levando-os à morte, devido à ingestão de metais pesados, aliada à corriqueira prática das sangrias, como relata Manoel Gomes: “[...] curavamos aos doentes, aplicando as mezinhas que a charidade nos ensinava [...]” (Manoel Gomes, Informação da Ilha chamada Maranhão”, p. 334). Em finais do século XVIII, a aplicação das mezinhas aparentemente caía no descrédito popular. Vide também A. J. Andrade Gouveia, op. cit., pp. 27, 30 e 49-50. Cf. diacatolicão, ou purgante universal dos humores, em J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 446; “Mezinha”, in H. de Garcia & A. Nascentes, orgs., op. cit., vol. 3, p. 2349; Tim Low et al., op. cit., p. 42.

¹¹⁰ Heinz Goerke, “O farmacêutico: um pilar da sociedade e do estado” in Regine Pöttsch, ed. A farmácia, p. 212.

Brasil colonial eram triagas fundamentalmente baseadas nas triagas européias de então. Entretanto, como veremos mais adiante, já se encontram plantas medicinais brasileiras mescladas a plantas de origem européia, asiática e africana, conhecidas de triagas milenares. Serafim Leite diz que, em 1732, vieram de Lisboa, para o Colégio dos Jesuítas do Pará, “[...] alcaçuz, jalapa, ruibarbo, pós, **triagas**, unguentos, óleos, bálsamos, todos os ‘**específicos**’ então em voga na farmacopéia da Europa”¹¹¹.

A Collecção de Receitas, na qual se insere a Triaga Brasília, traz o nome de várias outras triagas, tais como a “Triaga Optima da Botica do Collegio Romano”, a “Triaga da India, chamada do Sul”, e “Triaga contra Lombrigas”¹¹².

Sem dúvida, a Triaga Brasília pode ter sido realmente o medicamento mais famoso no Brasil no século XVIII. Foi referida por muitos autores como o “medicamento extraordinário” das terras brasílicas. Ao que tudo indica, era manipulada mediante fórmula secreta, e continha mais de sessenta ingredientes distintos, muitos deles nativos do Brasil¹¹³. Essa triaga se usava contra a mordedura de animais peçonhentos, em várias doenças febris, e principalmente como antídoto e contraveneno. Gozava de grande fama. Essa “maravilhosa panacéia”, segundo M. Ferraz, era considerada tão boa quanto a de Veneza, pois agia pronta e rapidamente e com a vantagem de, em sua composição, entrarem “várias **drogas nacionais de comprovada eficiência**”¹¹⁴.

¹¹¹ Serafim Leite, História, Tomo IV, Livro III, Cap. III, p. 189 (grifo nosso).

¹¹² Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 291.

¹¹³ Vide Apêndice II deste trabalho. A apresentação da coleção traz “Collecção de varias receitas e segredos particulares das principaes boticas...” (grifo nosso). A Triaga Brasília, a mais conhecida farmacopéia jesuítica publicada em Roma em 1766, encontra-se atualmente depositada no Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

¹¹⁴ M. H. M. Ferraz, “A Química Médica”, p. 697. (grifo nosso)

J. P. S. Dias comenta que a “teriaga brasílica”, junto a outros fármacos brasileiros, está relatada entre as fórmulas de grande número de medicamentos do Tratado III do Erário Mineral de L. G. Ferreira¹¹⁵.

Embora haja vários termos em português da “theriaca”, tais como triaga, teriaga, teriága, teriaca, triaca e triaca, o padrão terminológico adotado no presente trabalho foi “triaga”. Entre os sinônimos de triaga aceitos na literatura, podemos citar o de eletuário teriacal e eletuário aromático com ópio¹¹⁶.

Este breve histórico acerca das triagas serve, como já foi mencionado, única e exclusivamente para o leitor obter uma visão histórica geral a respeito destas receitas. O tema é por demais complexo para avançarmos em discussões mais detalhadas em um trabalho como este. Passaremos, então, à questão dos simples, ingredientes fundamentais das triagas.

2. Os simples

Podemos definir um simples como sendo qualquer medicamento à base de ervas, cereais, legumes, frutas, partes de animais e minerais. Seu uso por parte da humanidade re-

¹¹⁵ O autor destaca, entre os doze tratados da obra de Luís Gomes Ferreira, Erário Mineral, o tratado XI, cujo tema é “Da cura dos venenos e mordeduras venenosas das cobras do Brasil”, e o tratado III, “Da miscelânea de varios remédios” (J. P. S. Dias, “Terapéutica química y polifarmacia en Portugal”, in P. Aceves-Pastrana, Construyendo las ciencias químicas y biológicas, p. 85).

¹¹⁶ O último sinônimo, aliás, aponta-nos um dos ingredientes das triagas, o ópio. I. Guareschi et al., op. cit., p. 143, dizem que as triagas não são mais utilizadas atualmente, devido à presença do ópio, que é uma substância estupefaciente; além disso, foram legalmente proibidas em vários países europeus. A presença do ópio na preparação da receita confirma a sinonímia de eletuário aromático com ópio (‘electuarium aromaticum cum oppio’). A. J. Andrade Gouveia, Garcia D’Orta e Amato Lusitano na ciência de seu tempo, p. 50, afirma que Garcia da Orta tratou e salvou do cólera o bispo de Málaga com o emprego de mezinhas curativas, como a pedra bezoar e a “*triaga* ou *teriaga* que contém ópio”.

monta a vários milênios. Pode haver, entretanto, confusão em relação aos simples e aos compostos. Os simples podem ser entendidos ora como substâncias que apenas possuíam uma das quatro qualidades — por exemplo, simples quentes e frios, de acordo com o Galenismo —, ora como drogas sujeitas a operações de divisão ou purificação. Os compostos, por outro lado, podem ser entendidos como substâncias sujeitas a operações como a extração ou, então, como sendo a mistura de componentes¹¹⁷.

Garcia da Orta e sua famosa obra, *Coloquios dos simples, e drogas he cousas mediçinais da India...*, tiveram papel fundamental na medicina de seiscentos e setecentos. A. J. A. Gouveia afirma que “a obra de Orta teve larga influência no progresso do estudo de simples e drogas nos séculos XVI e XVII”. J. P. F. S. Dias também concorda com este autor, pois escreve que “quase todas as drogas referidas por Garcia da Orta nos Colóquios se continuam a utilizar [em Portugal] no século XVIII”¹¹⁸.

No século XVI, os medicamentos utilizados na Europa dividiam-se segundo sua ação terapêutica, em três grupos: aqueles que tinham ação sobre as “qualidades elementares”, os que agiam sobre mais de uma “qualidade” e os que

¹¹⁷ J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 447. O termo simples (ou simplices) parece ter-se originado do latim *simplicia*, ao passo que os compostos, do termo latino *composita*. Vide também M. H. R. Beltran, “El Liber de Arte Distillandi y la divulgación de conocimientos sobre materia médica y farmácia”, op. cit., p. 46, nota 3: a autora afirma que o termo “simples” era empregado para diferenciar os medicamentos obtidos a partir de um único componente daqueles, chamados compostos, preparados pela mistura de vários materiais, tais como plantas, minerais e partes de animais, considerados portadores de virtudes medicinais específicas. Cf. também A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 150, nota 196.

¹¹⁸ A. J. Andrade Gouveia, op. cit., p. 23. Na mesma página, o autor continua: “A obra de Garcia d’Orta [...] ocupa uma posição cimeira nos trabalhos do Renascimento sobre matéria médica, pelo acréscimo extremamente rico de novas substâncias e materiais [...]”. Cf. J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 174.

possuíam ação específica, como os vomitivos e os purgantes, por exemplo. A doutrina farmacológica nessa época girava em torno “do conceito de medicamento (phármakon) com um sentido estritamente terapêutico [...] considerado como qualquer substância capaz de produzir alguma alteração no organismo [...]”¹¹⁹.

Antes de comentarmos sobre os vários tipos de simples, é necessário discutir a questão, presente em obras clássicas e principalmente nos autores árabes medievais, acerca dos alimentos, dos venenos e dos antídotos. Os venenos podem ser compreendidos como substâncias que, por sua própria natureza, destroem a natureza animal. O alimento é, por seu turno, digerido e os medicamentos retiram os excessos dos humores do corpo. Há, ainda, um medicamento extremo e perigoso, que é o antídoto, considerado por muitos autores como um agente intermediário entre o veneno e a comida. Distintos por natureza, o antídoto e o veneno têm, praticamente, ações antagônicas. A dosagem, ou seja, a quantidade da substância a ser ingerida é fator preponderante na transação entre alimento, veneno e antídoto. É interessante a visão de que os antídotos, se tomados em grandes quantidades, podem matar. Os venenos, entretanto, sempre matam¹²⁰.

Classicamente, os simples podem ser divididos em três

¹¹⁹ J. M. L. Piñero et al., *Medicinas, Drogas y Alimentos Vegetales del Nuevo Mundo*, p. 320. P. Aceves-Pastrana, “Un éxito editorial de la farmacia hispana: la palestra farmacéutica químico galénica (1706)”, in P. Aceves-Pastrana, ed., *Tradiciones e intercambios científicos: materia médica, farmacia y medicina*, vol. 5, pp. 139 e 166, afirma que a patologia galênica tradicional é substituída pelas novas idéias iatroquímicas e iatromecânicas no século XVII. Em pleno século XVIII, a farmácia européia é constituída pelas farmácias galênica e química.

¹²⁰ A. M. Alfonso-Goldfarb, “Materia médica y farmacia en el siglo IX árabe: un composito del saber antiguo”, in P. Aceves-Pastrana, ed., *Construyendo las ciencias químicas y biológicas*, p. 16. Cf. C. O. Gomes, *História da Medicina no Brasil no século XVI*, p. 250 (o autor cita G. Piso, afirmando que este, ao estudar venenos e contravenenos do Brasil, concluiu que não só as plantas como os animais encerram em si o fármaco e o alexifármaco). Vide também A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 159, nota 248: “De qualquer forma, Ibn Wahchiya dá indicativos em suas receitas de que compostos feitos de **plantas medicinais poderiam ser venenosos, dependendo das quantidades utilizadas [...]**” (grifo nosso).

grandes categorias: simples vegetais, simples animais e simples minerais. Tais categorias são brevemente discutidas a seguir.

As plantas parecem exercer seu fascínio sobre a humanidade desde tempos imemoriais. Não é por acaso que, invariavelmente, as triagas tenham empregado um número considerável de simples de origem vegetal, muitas vezes superior aos das outras duas categorias. Vários são os exemplos que poderiam ser citados. Plantas como limão, alface e arroz são mencionadas, por exemplo, na farmacopéia árabe medieval. Indianos, gregos e egípcios já conheciam as propriedades medicinais do aloés. A misteriosa mandrágora era conhecida dos povos antigos e tida por muitos como a “maçã de Satã” devido às suas propriedades medicinais e tóxicas. Sabe-se que, por volta do ano 1010 d.C., o médico árabe Ali ibn Isa utilizava narcóticos em operações demoradas, à base de simples vegetais como mandrágora, ópio, meimendro ou xarope de papoula. Não poderíamos deixar de citar o ópio, simples que emprestou o nome a um dos sinônimos da triaga, como vimos anteriormente.

Entre os simples de origem animal, prezava-se muito certas concreções ou pedras oriundas de ação fermentativa, encontradas no interior do estômago de certos animais (cabras, bois, jumentos etc.). Já desde o século XII, certos contravenenos ou bezoárticos gozavam destaque entre os simples utilizados rotineiramente — entre esses simples, podemos citar a pedra bezoar, que era uma formação encontrada no estômago de ruminantes e dissolvida num cozimento de ervas que podia ser de papoulas, escorcioneira, borragens ou língua-de-vaca do Reino¹²¹. As terras america-

¹²¹ A pedra bezoar também era denominada bazar, do árabe *bad*, pedra, e *zahr*, veneno. A. M. Alfonso-Goldfarb, Livro do Tesouro de Alexandre, p. 170, nota 310, ao referir-se ao bezoar da triaca que Hermes preparou para afastar o mal dos venenos, afirma que o bezoar é “pedra calcárea amarelada que se forma no estômago de alguns ruminantes, considerada o antídoto dos antídotos. A palavra, aliás, seria a voz árabe do termo persa *pad-zahr*, que significa ‘proteção contra veneno’”. Cf. M. H. M. Ferraz, “A Química Médica”, p. 699. Garcia da Orta, Colóquios..., p. 246, diz que a “pedra bezar he criada no estamago dhum carneiro ou bode que ha no coraçone [...] e criase sobre hua palha [...] e aprouveita pera toda as enfermidades venenossas e [...] pera lepra”.

nas acrescentaram novos bezoárticos inexistentes na Europa, como os de lhama, de peixe-boi e de camaleão. Na África, cornos de rinoceronte, que eram muito estimados e empregados para diversas doenças, e as cabeças de cascavéis, cuja aplicação terapêutica se dava no âmbito das febres e das doenças cardíacas, eram simples animais bastante conhecidos¹²². Entre alguns bezoárticos famosos na Europa de fins do século XVII, encontramos o bezoártico de Curvo Semedo, preparado com contra-erva, terra lêmnia, osso de unicórnio, coral preparado, antimônio diaforético, âmbar branco preparado, corno de cervo filosoficamente preparado e azeite de cidra¹²³.

Na galeria dos simples de origem mineral, poderíamos citar pedras, ímãs (magnetos) e cristais variados, além de cal, mercúrio, antimônio e arsênico, entre outros, que eram simples minerais comuns em receitas antigas, empregados individualmente ou mesclados uns aos outros ou em combinações com simples de origem vegetal ou animal¹²⁴. Para os árabes, os simples de origem mineral, denominados “mugarrabat” (i.e., agentes mágicos), eram quaisquer pedras ou substâncias duras que não fossem de origem animal ou vegetal. Alguns autores afirmam que, em meados do século XVIII, os minerais podiam ser classificados em metais perfeitos e imperfeitos, meios-metais, escórias metálicas, sais, enxofres, pedras, terras e águas¹²⁵. P. A. Porto afirma que a utilização de substâncias minerais como medicamentos “não era exatamente uma novidade no século XVI. Na Antigüida-

¹²² J. P. S. Dias, “O conhecimento da matéria médica angolana nos séculos XVI a XVIII” in J. L. Goldfarb & M. H. M. Ferraz, orgs., V Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, Anais, pp. 110-8.

¹²³ J. P. S. Dias, “Terapêutica química y polifarmacia en Portugal”, op. cit., p. 77 (Cf. J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 172, que cita, entre os medicamentos químicos e drogas metálicas adquiridas pela Botica de Santo Antão, entre 1749 e 1750, o bezoártico mineral e o bezoártico jovial).

¹²⁴ A. M. Alfonso-Goldfarb, “Materia médica y farmacia en el siglo IX árabe: un composito del saber antiguo”, in P. Aceves-Pastrana, ed., Construyendo las ciencias químicas y biológicas, pp. 14-5.

¹²⁵ J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 446.

de greco-romana, estavam restritas ao uso externo, pois eram consideradas venenosas”¹²⁶.

Admite-se que a literatura dos simples foi primordialmente influenciada por Dioscórides (século I d.C.) e Galeno (século II d.C.), e continuou em voga por toda a Europa e mundo árabe durante a Idade Média, até início do século XX, em alguns locais.

A. M. Alfonso-Goldfarb, ao comentar sobre matéria médica e farmácia no século IX entre os árabes, afirma que o uso dos simples, derivados dos três reinos (animal, vegetal e mineral), não era muito freqüente entre os médicos da tradicional escola greco-latina. As propriedades, porém, destes compostos, quando combinados uns aos outros, eram muito numerosas. Quando dois, três ou quatro (ou mais) simples são mesclados entre si, as propriedades resultantes não são mais as dos simples que compuseram a combinação. Aqui, não se pretende referenciar pura e simplesmente a teoria aristotélica das potencialidades — há que se considerar a hipótese de que as novas propriedades não estejam latentes nos simples, porém na mistura deles e a partir do que vai ocorrer com esta combinação¹²⁷.

¹²⁶ Paulo Alves Porto, “O laboratório farmacêutico de J. B. von Helmont”, in A. M. Alfonso-Goldfarb & M. H. R. Beltran, orgs., *O laboratório, a oficina e o ateliê*, p. 88. Vide também A. M. Alfonso-Goldfarb, “Entre griegos y bárbaros: eternas cuestiones historiográficas sobre materia médica y farmacia”, in P. Aceves-Pastrana, ed., *Tradiciones e intercambios científicos*, vol. 5, pp. 17-8 e 26, acerca da *Materia medica* escrita por Dioscórides. A obra de Dioscórides sempre foi considerada como sendo o exemplo mais primoroso de organização antiga exclusivamente dedicada ao tema de matéria médica, na qual os fármacos são organizados de acordo com a ação terapêutica. Entretanto, somente com os estudos da química no século XVIII, da farmacognosia no século XIX e da fitoquímica no século XX é que se pode decifrar a chave do sistema de Dioscórides.

¹²⁷ A. M. Alfonso-Goldfarb, “Materia médica y farmacia en el siglo IX árabe: un composito del saber antiguo”, in P. Aceves-Pastrana, ed., *Construyendo las ciencias químicas y biológicas*, p. 14.

Curvo Semedo, em finais do século XVII, e vários outros cirurgiões portugueses da primeira metade do século XVIII, escreveram uma literatura de terapêutica prática onde se encontram simples e compostos utilizados em cirurgias e outras intervenções médicas. Entre eles, podem-se citar J. F. de Moura e J. L. Correia. J. P. F. S. Dias afirma que o Coletâneo farmacêutico, obra de António Martins Sodré, de 1735, traz inicialmente conceitos farmacêuticos básicos sobre os medicamentos, diferenciando-os dos alimentos e venenos¹²⁸.

A. L. Janeira, ao comentar sobre os simples, afirma a dicotomia básica encontrada em suas propriedades medicinais: os simples nunca poderão ter uma identidade neutra, já que contém virtude e servem, portanto, como fármacos, ou “porque empestam de vício e são, portanto, veneno”¹²⁹.

A substituição de simples, como já dissemos anteriormente, não deve ter sido um processo de ocorrência pontual e instantânea. Muitos simples empregados em receitas antigas foram cedendo lugar a outros, de uso semelhante ou com eficácia superior¹³⁰. Além disso, a presença de produtos oriundos das Novas Terras em obras de autores europeus dos séculos XVI a XVIII traz à tona fatos relevantes. Em primeiro

¹²⁸ De José Ferreira de Moura, cirurgião em Lisboa, cita-se Sintagma Cirúrgico Teórico-Prático de João de Vigo, obra na qual se encontram capítulos como “Da natureza dos simplices, muyto proveytosos para o uso pratico na arte da Cirurgia”, “Do Antidotario” e “Catalogo de unguentos, emplastos etc.”; de João Lopes Correia, cita-se Castelo Forte contra todas as enfermidades (J. P. S. Dias, “Terapêutica química y polifarmacia en Portugal”, op. cit., p. 83; J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 136. O nome completo da obra de António Martins Sodré, de 1735, é *Collectaneo Pharmaceutico. Dividido em duas partes, nas quaes se acharão as melhores perguntas e respostas, e algumas eleições de simples, com suas explicaçoens ao texto de Mesue, tiradas dos melhores autores antigos, e modernos da Arte Pharmaceutica. Obra utilissima para se examinarem os novos Professores da mesma Arte*. Foi o primeiro livro destinado exclusivamente ao preparo dos aprendizes farmacêuticos para os exames ante o fisico-mor (J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 136).

¹²⁹ A. L. Janeira, *Jardins do saber e do prazer*, p. 17.

¹³⁰ A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 196, nota 426, ao comentar sobre “o tratamento do louco” e o emprego do óleo de nozes nessa receita: “[...] o azeite de oliva seria um bom substituto para o óleo de nozes” (grifo nosso).

lugar, algumas substâncias americanas pareciam estar totalmente inseridas nas farmacopéias europeias — citemos, por exemplo, a participação da salsaparrilha, da ipecacuanha e de alguns alimentos, como o tomate e a batata. Em segundo lugar, a atribuição de valores terapêuticos dados principalmente às plantas medicinais americanas pelos colonizadores pode ter seguido duas rotas: o conhecimento das propriedades medicinais das plantas americanas deveu-se ao contato direto com os povos indígenas, porém muitas vezes os colonizadores tratavam de justificar a utilização dos simples encontrados no continente americano dentro das doutrinas galênicas vigentes na época¹³¹.

Parece ser corrente na historiografia referente às plantas medicinais do continente americano do século XVI a idéia de que a Europa esperava obter proveito da medicina dos povos americanos autóctones, quer para encontrar drogas que tradicionalmente vinham sendo importadas do Oriente ou da África, quer para incorporar novas drogas às suas farmacopéias. A diversidade de simples extraídos do continente americano era realmente muito grande, e acredita-se que os colonizadores não sabiam a princípio o que fazer com todo esse “arsenal” de plantas medicinais. Entretanto, é clara a ajuda da medicina indígena aos europeus no tocante à obtenção de algumas de suas drogas mais importantes, inclusive contra males como a sífilis e a malária, para as quais a salsaparrilha e a quina eram respectivamente empregadas.

Abordar sucintamente a complexa e rica teia de informações a respeito dos simples não é uma tarefa fácil, e nosso

¹³¹ J. M. L. Piñero et al., op. cit., p. 320.

objetivo foi o de fornecer um pano-de-fundo, por assim dizer, da Triaga Brasília: fizemos um breve apanhado histórico das triagas e discutimos rapidamente a questão dos simples. A seguir, discutiremos a própria Triaga Brasília, mantendo em mente esta questão dos simples e sua utilização nas triagas.

3. Identificação botânica das plantas utilizadas na Triaga Brasília

O Apêndice II deste trabalho fornece ao leitor a transcrição da Triaga Brasília, com informações sobre as plantas e demais ingredientes utilizados, modo de preparo da Triaga e citação de alguns locais onde as plantas medicinais podiam ser encontradas. Nesta seção, entretanto, pretende-se discutir os problemas da identificação botânica das plantas citadas, assim como as demais informações constantes da receita.

Anteriormente, discutimos brevemente a questão dos simples. Vimos que as triagas tornaram-se mais complexas e o número de componentes também chegou a várias dezenas, entre plantas medicinais, sais, óleos, resinas, pós, elementos e compostos químicos etc. Como veremos mais adiante, a própria Triaga Brasília era aumentada, com o acréscimo de sais e óleos químicos, caso se desejasse que ficasse mais eficaz¹³².

A discussão das plantas da Triaga, mais adiante, revela-nos fatos interessantes. Embora não estejamos tratando do mérito da substituição ou acréscimo de simples strictu sensu, é muito claro o fato de que plantas nativas da flora brasileira, como a ipecacuanha e o jaborandi, por exemplo, foram “incorporadas” à Triaga. Poderíamos, igualmente, inferir que simples empregados em triagas antigas, como sene e cássia, podem ter encontrado no Brasil um substituto à altura, o fedegoso das Américas¹³³. A adição e a substituição de um simples, portanto, não podem ser entendidas como proces-

¹³² No Apêndice II, o leitor encontrará uma nota esclarecendo esta questão de acrescentar outros compostos à *Triaga*, como o fazia o padre André da Costa.

¹³³ Vide item “Pagimiroba” nesta seção.

sos aleatórios ou meramente casuais. Ao que nos parece, deve ter sido moldado, entre outros fatores, pela necessidade: a demora da viagem, as alterações climáticas e geográficas praticamente impossibilitavam a vinda de boa parte das plantas medicinais da Europa, levando os boticários e herbanários a utilizarem plantas da flora silvestre nativa¹³⁴.

A proposta de discutir cada planta, além de fornecer dados de identificação científica e propriedades farmacológicas atuais, constitui análise do cenário histórico fornecido pela literatura de consulta onde se inserem as plantas medicinais.

As indicações dos lugares onde os simples da Triaga podiam ser encontrados, de acordo com a transcrição de Serafim Leite, levantam questões igualmente complicadas. Em primeiro lugar, a data de impressão da receita é de 1766, embora possa ter sido compilada e utilizada muito antes disso¹³⁵. O termo “sertão”, empregado muitas vezes na indicação geográfica dos simples, encerra em si uma dificuldade espacial difícil de delimitar na época em questão, pois não sabemos, ao certo, a que regiões se referia. Além do mais, se considerarmos a data de 1766 como referencial único da Triaga, o lapso de tempo até o presente é de aproximadamente du-

¹³⁴ M. L. L. Rodrigues, “Guilherme Piso e o conhecimento da flora medicinal brasileira no século XVII (1638-1644)”, p. 9, afirma que “Piso, entre tantos outros viajantes, foi um dos poucos que procurou conhecer o modo de curar dos índios brasileiros”. Segundo a autora, G. Piso refletiu, principalmente, sobre o confronto entre o uso terapêutico dos vegetais feito pelos brasilíndios, com aquele que ele já conhecia (Ibid., p. 41).

¹³⁵ Vide Apêndice II, Notícia breve dos lugares onde se achão alguns simples que compoem a Triaga sobredita. A menção da data na folha de rosto da receita, 1766, não significa, entretanto, que a Triaga foi inteiramente compilada nesse ano. Acreditamos que sua compilação abrangeu um período amplo, difícil de precisar. De fato, a mesma receita cita, conforme nota explicativa no Apêndice II, a utilização dos sais e óleos químicos pelo Irmão André da Costa, que faleceu em 1712, portanto muito antes da data mencionada.

zentos e cinqüenta anos. Nesse período, muitas das espécies identificadas segundo literatura atual, e para as quais são citadas informações geográficas também atuais, podem ter desaparecido das localidades citadas, ou nem mesmo terem sido reportadas na literatura especializada. Estes obstáculos serão discutidos em cada planta, especificamente.

A identificação botânica das plantas da receita é, talvez, um dos grandes problemas surgidos durante o estudo. A citação dos simples não é feita, como é de se imaginar, em linguagem binominal ou lineana¹³⁶. As plantas são apresentadas em português da época ou em língua geral, ou então em línguas indígenas. Desta forma, trilhar caminhos identificatórios para as plantas foi uma jornada por labirintos muitas vezes confusos e pouco elucidativos. A taxonomia atual não fornece, em alguns casos, soluções confiáveis, quer pela falta de informações sobre plantas do passado, quer pela ineficiência dos próprios sistemas taxonômicos¹³⁷. Na Triaga, portanto, as espécies vegetais são mencionadas sob os no-

¹³⁶ Não entraremos na questão de Lineu (1707-1778) e de todo o sistema proposto por ele porque esta discussão não cabe neste trabalho. Primeiramente, porque a data de impressão da receita é 1766, praticamente contemporânea da época em que o taxonomista começou a dar corpo ao seu sistema classificatório (sua famosa obra *Species Plantarum* é publicada em 1733). Em segundo lugar, porque este mesmo sistema só começou a ser aceito na Europa em finais do século XVIII e início do século XIX, mesmo assim com opositores, como Spallanzani e Buffon, entre outros.

¹³⁷ A taxonomia (do grego *táxis*, lei, princípio, categoria, e *nomós*, nomenclatura, disposição), é definida como a ciência que estuda a classificação, a identificação e a nomenclatura dos seres vivos. Basicamente, é um sistema que se baseia em critérios classificatórios, tais como estruturas de reprodução, características anatômico-fisiológicas etc. Aceita-se, atualmente, sete diferentes taxa (níveis), que correspondem aos termos reino, filo/divisão, classe, ordem, família, gênero e espécie, com subníveis variáveis. A tendência em muitos centros de pesquisa é recorrer também à sistemática e à filogenia. Cf. A. L. Panchen, *Classification, Evolution and the Nature of Biology*, p. 126. Vale lembrar que, historicamente, a classificação dos vegetais segue a seqüência: classificação medicinal (propriedades farmacológicas), como em Dioscórides; classificação sistemática (famílias botânicas), como em Lineu; classificação evolutiva (filiação ontogênica), como em Dahlgren; e classificação temático-ecológica (ecossistemas e grandes áreas da botânica), como nos autores contemporâneos ocidentais (A. L. Janeira, op. cit., p. 21). Vide também M. N. Arêdes, "Humboldt e a geografia das plantas", p. 17.

mes populares (o que se convencionou chamar em botânica atual de “nomes vulgares”)¹³⁸.

As dimensões quase continentais do território brasileiro, a diversidade de dialetos indígenas e sua miscigenação na língua geral, além da citação de plantas diferentes sob o mesmo nome e, dependendo da região, de efeitos terapêuticos distintos para a mesma planta, constituem fatores que devem ser levados em consideração e analisados de forma detalhada quando se pretende identificar espécies vegetais citadas em nome vulgar em meados do século XVIII, à luz da taxonomia atual. Verifica-se, assim, que em muitos casos ocorre a citação de mais de uma espécie para a mesma planta da Triaga, ou, até mesmo, a incerteza quanto à correta identificação. Esta, porém, não pretende ser conclusiva e tampouco absoluta.

Não houve a preocupação de se pesquisar o uso dos nomes vulgares utilizados para as plantas medicinais da Triaga, antes do século XVIII e no século seguinte, ou mesmo as diferenças regionais que podem ter existido, em toda a extensão do território brasileiro e nas regiões sob domínio português na época. A língua geral ou língua brasílica era falada em toda a costa brasileira, ao longo de quinhentas léguas, no século XVI, e continuou a ser falada em alguns locais até recentemente, como é o caso de São Paulo¹³⁹. Não nos esqueçamos, também, que os silvícolas brasileiros tinham conhecimento das plantas que os cercavam na imensa floresta, e da aplicação das propriedades dessas plantas na cura das enfermidades, embora não haja registro de nenhum tipo de classificação, tal qual a conhecemos hoje.

Diferentemente das identificações atuais, baseadas em

¹³⁸ C. O. Gomes, *op. cit.*, p. 177.

¹³⁹ C. Bresciani, *Companhia de Jesus: 450 anos ao serviço do povo brasileiro*, p. 103.

material coletado em campo, em espécimes observados em coleções herborizadas ou em ilustrações botânicas, na Triaga a identificação botânica teve de se apoiar tão-somente em documentos históricos. As poucas informações sobre algumas plantas da Triaga citadas pelo próprio Serafim Leite também foram fontes de consulta importantes¹⁴⁰. As informações contidas nesse material bibliográfico foram, então, comparadas a informações contidas em livros e outros materiais bibliográficos de taxonomia botânica atuais¹⁴¹.

As plantas medicinais da Triaga Brasília são descritas em uma seqüência não alfabética, de onde se pode apreender seis grandes divisões: raízes, sementes, extratos, gomas, óleos químicos e sais químicos. Uma seção, entretanto, foi acrescentada neste trabalho, somente a título de facilitar o estudo das plantas. Foi intitulada “cipós, cascas, pós e outras formas vegetais”, e inclui as plantas não citadas entre raízes, extratos ou sementes, na receita original.

As três últimas divisões — gomas, óleos químicos e sais químicos —, embora incluam plantas medicinais em suas composições, além de outras substâncias químicas, não estão sendo discutidas no presente trabalho, conforme justificativas anteriormente discutidas, que delimitaram o corpus do texto somente para as raízes, sementes e extratos. Há, porém, menção rápida a cada componente destas divisões da receita, com o objetivo único de esclarecer pontos relevantes de cada ingrediente, sem a pretensão de um estudo mais detalhado.

Discute-se, a seguir, os simples da Triaga Brasília.

¹⁴⁰No Apêndice II, o leitor poderá encontrar a transcrição de “Notícia breve dos lugares onde se achão alguns simples que compoem a Triaga sobredita”, citada por Serafim Leite, Artes e ofícios, pp. 299-300.

¹⁴¹A seleção dos autores atuais foi fomentada basicamente pela ampla aceitação dos mesmos entre os estudiosos da taxonomia, e pelo cuidado na avaliação e discussão das identificações realizadas em seus trabalhos.

3.1. Raízes

Em muitas famílias de plantas, entre as quais as euforbiáceas, zingiberáceas, liliáceas, solanáceas e convolvuláceas, as raízes são estruturas de importância muito ampla, tanto para as plantas que as produzem quanto para o ser humano que as consome, fornecendo, além das conhecidas reservas de amido, no caso das batatas e da mandioca, por exemplo, uma infinidade de substâncias químicas, utilizadas na medicina terapêutica tradicional e caseira, além do uso nas receitas culinárias, como é o caso do alho e do gengibre¹⁴².

Na Triaga, as raízes eram transformadas em pó e de seus resíduos obtinham-se os extratos, que eram misturados uns aos outros e aos quais outros ingredientes iam sendo paulatinamente acrescentados. Eventualmente, os óleos e sais químicos podiam igualmente fazer parte da Triaga, quando se desejava que a mesma tivesse maior eficácia. A transcrição da receita diz que “às primeiras vinte e huma raízes se lhe tomam os seus pesos respectivos e se façam em pó, e se passe por tamiz muito fino com cuidado que não volatilize muito. Dos resíduos que ficarem com pesos respectivos a cada huma das ditas raízes se faça extrato”¹⁴³. A alguns extratos de raízes acrescentava-se vinho branco e xarope de limão e, a outros, mel.

As vinte e uma raízes empregadas na confecção da Triaga Brasileira são discutidas a seguir.

¹⁴² As euforbiáceas constituem uma família comum no Brasil, incluindo, entre outras plantas conhecidas e difundidas, a mamona e a mandioca. O gengibre e o cardamomo são dois exemplos dos conhecidos representantes das zingiberáceas. Na família das liliáceas, além do lírio, utilizado como planta ornamental, encontram-se espécies utilizadas na culinária e no campo medicinal, como o alho e a cebola. A família das solanáceas, muito bem representada na flora brasileira por espécies nativas, além das exóticas amplamente cultivadas, inclui a batata comum, o tomate, a berinjela, o jiló e as pimentas. Entre as convolvuláceas, podemos citar a batata-doce e várias espécies de bom-dia (A. B. Joly, *Botânica*, pp. 403-5, 576-8, 586-91, 656-63, 724).

¹⁴³ Vide Apêndice II deste trabalho.

Abutua

As fontes consultadas para identificar a “abutua” da Triaga sugeriram diversas espécies que podem ser indicativas deste simples. Quatro espécies da família Menispermaceae, de dois gêneros distintos, são citados por J. M. Caminhoá: do gênero *Abuta* L., as espécies *A. candicans* Rich. e *A. concolor* Poep., e do gênero *Cissampelos* L., as espécies *C. parriera* Vell. e *C. vitis* L.¹⁴⁴

A transcrição de Serafim Leite diz que a raiz de abútua era encontrada em “Pernambuco, Camamu, Aldeya do Spirito Santo e no sertão”¹⁴⁵. Embora não se saiba ao certo a que regiões o sertão se refere, a citação geográfica da abútua descrita na Triaga está, em parte, em concordância com as referências atuais mencionadas. A. B. Joly, por exemplo, afirma que as menispermáceas, embora pouco representadas na flora do Brasil, já que são mais abundantes nas zonas temperadas, encontram-se como trepadeiras nas zonas de mata — especialmente a região amazônica —, ou como subarbustos no cerrado e regiões do Nordeste e Centro-Oeste brasileiros. O gênero mais freqüente no cerrado brasileiro é *Cissampelos*¹⁴⁶. É, portanto, uma planta nativa do Brasil.

A identificação desta planta a nível específico, porém, destaca alguns problemas. Os muitos nomes vulgares existentes — parreira-brava, parreira-do-mato, uva-do-rio-apa,

¹⁴⁴ Joaquim Monteiro Caminhoá, *Compendio de botanica geral e medica*, pp. 387, 2328 e 3125.

¹⁴⁵ Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 299.

¹⁴⁶ A. B. Joly, *op. cit.*, p. 304.; cf. A. G. Eichler, “Menispermaceae” in K. P. von Martius et al., *Flora Brasiliensis*, XIII, 1, pp. 1841-72.

bútua, butua, cipó-cobra, caápeba, erva-de-nossa-senhora e pecauem — invariavelmente trazem sinonímias, intercambiáveis¹⁴⁷. A julgar pelos termos vulgares, a saída imediata para a identificação seria a própria terminologia latina do gênero *Cissampelos* L., aqui representado pelas espécies *parriera* e *vitis*, que encontra respaldo em A. B. Joly. A julgar, porém, pelos termos “bútua” e “butua”, a saída talvez fosse pela identificação do gênero *Abuta*, proposta, por exemplo, por P. B. Cavalcante e P. Friel. Outros autores, como J. A. A. Carmargos, afirmam que a abútua pode ser igualmente denominada *abuta*¹⁴⁸.

L. Ribeiro também associa a abútua à parreira-brava, afirmando que é planta encontrada em Minas Gerais e Espírito Santo, havendo duas qualidades (espécies): “uma mais grossa, sólida e nodosa; outra delgada, lisa e branda. A primeira é melhor; a segunda é chamada ciparabo pelos naturais. É aperitiva, desobstruente e resolutive. Também se diz parreira-brava”¹⁴⁹. Sua indicação geográfica também parece estar em conformidade com a citação feita por Serafim Leite.

¹⁴⁷ H. F. Leitão Filho et al., *Plantas invasoras de culturas*, vol. 3, p. 771, afirmam que *Cissampelos parriera* Vell. é provavelmente a abútua verdadeira, cuja sinonímia entre os indígenas é ciparoba ou pecauem. Não se pode, entretanto, tomar esta afirmação como definitiva e verdadeira, visto que vários autores defendem outras espécies, de gêneros inclusive distintos, como sendo a abútua verdadeira. A respeito da terminologia caápeba, vide item próprio, mais adiante nesta seção.

¹⁴⁸ Paulo B. Cavalcante & P. Friel, *A Farmacopéia Tiryó*, p. 149; José Arlete Alves Camargos, org., *Catálogo de árvores do Brasil*, p. 256.

¹⁴⁹ Lourival Ribeiro, “Medicina no Brasil Colonial - matéria médica: mapa das plantas do Brasil, suas virtudes e lugares em que florescem; extraído de ofícios de vários médicos e cirurgiões”, p. 191. O termo resolutive(o) refere-se a “medicamento capaz de expulsar (resolver) um humor, através da pele ou da circulação. Para esse efeito, os medicamentos resolutivos seriam quentes e secos, abrindo os poros e tornando o humor mais fluido”. Termos análogos para medicamentos resolutivos incluem evaporativos, diaforéticos e rarefativos (J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 447).

Diversamente dos autores supramencionados, N. Chernoviz identifica a “butuá” como sendo a espécie *Cocculus platyphylla* Willd, também uma menispermácea. Afirma ser planta brasileira encontrada especialmente em Minas Gerais. Sua raiz era empregada em infusão contra febres intermitentes e outros males. Relata que:

[...] vi os paulistas fazerem muito caso dela [a butuá], trazendo-a consigo, que estão estes homens muito vistos e experimentados em raízes, ervas, plantas, árvores, e frutos, por andarem pelos sertões anos e anos, não se curando de suas enfermidades, senão com as taes cousas, e por terem muita comunicação com os carijós, de quem se tem alcançado cousas boas, com que lhes se curam a si de muitas doenças [...]¹⁵⁰

J. P. F. S. Dias inclui a raiz de “abutua” como uma das drogas vegetais americanas adquiridas pelas boticas de Lisboa em meados do século XVIII¹⁵¹. Outros autores afirmam que “[...] os antigos jesuítas [...] fizeram dele [do arbusto abutua] extenso e inteligente emprego no combate às febres palustres, pois hoje sabemos que a pelosina é um sucedâneo da *quinina*”¹⁵².

Na literatura consultada, a abútua é indicada para tratar cálculos renais, cólicas uterinas, amenorréia, má digestão, reumatismo, varizes, epigastralgia. Também é considerada diurética e pode ser empregada no tratamento de hidropisia. A presença de alcalóides em várias partes da planta, incluindo a raiz, provavelmente fez com que várias menispermáceas transformassem-se em alvos muito procurados pela medici-

¹⁵⁰ P. L. N. Chernoviz, Dicionário de medicina popular, p. 463. É espécie afim de outras três menispermáceas: *Menispermum cocculus* Willd, *Cocculus glaucus* L. e *Pachygone ovata* Willd.

¹⁵¹ J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 174, quadro 6.

¹⁵² O. V. Brasil & J. S. Campos, Lacerda e a origem botânica do curare, p. 17.

na popular, embora a dosagem empregada de seus princípios ativos deva ser sempre pequena a moderada¹⁵³.

Pela descrição geográfica citada, é pouco provável que se trate de uma outra espécie de *Abuta*, da região amazônica, a *A. grandifolia* (Mart.) Sandw., mencionada como auxiliar no tratamento de dores abdominais e epigastralgia¹⁵⁴.

De qualquer forma, somos levados a considerar esta planta como um simples nativo do Brasil, acrescentado a outras plantas também americanas da Triaga Brasília, como veremos mais adiante.

Mil-homens

A literatura consultada para identificação botânica sugere um único gênero, ***Aristolochia*** L., família Aristolochiaceae, para a planta citada como mil-homens. Várias espécies do gênero ***Aristolochia*** são oriundas da Europa e Ásia. Há representantes autóctones, mas não se pode afirmar com certeza que a mil-homens utilizada na Triaga seja nativa do Brasil¹⁵⁵.

Na América do Sul, o gênero ***Aristolochia*** L. é comum no Vale do Amazonas, no Peru, na Bolívia e Colômbia. Alguns representantes são também encontrados nos cerrados brasileiros¹⁵⁶. De modo genérico, as ***Aristolochia*** recebem as denominações corriqueiras de papo-de-peru, angelicó, jarrinha, mil-homens, cipó-paratudo, cipó-milhome, crista-de-galo, cipó-branco e camará-açú¹⁵⁷.

¹⁵³ H. F. Leitão Filho et al., op. cit., vol. 3, p. 771.

¹⁵⁴ Paulo B. Cavalcante & P. Frikel, op. cit., p. 42.

¹⁵⁵ O gênero *Aristolochia* será discutido em maiores detalhes oportunamente. Vide discussão acerca da aristolôquia redonda, nesta Seção.

¹⁵⁶ Mário Guimarães Ferri, Espécies do cerrado, p. 42.

¹⁵⁷ Edvaldo Rodrigues de Almeida, Plantas medicinais brasileiras: conhecimentos populares e científicos, p. 278. Estes nomes, entretanto, geram confusão taxonômica. Camará, por exemplo, pode ser igualmente identificada como camará (*Gochnatia* sp, família Asteraceae; H. F. Leitão Filho et al., op. cit., vol. 2, pp. 381-3; ou *Lantana camara* L.; S. Schvartsman, Plantas venenosas, p. 158); o cipó-paratudo está comentado neste trabalho; crista-de-galo também pode ser a espécie *Celosia cristata* L., família Amaranthaceae (H. Lorenzi & H. M. de Souza, Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras, p. 104), ou *Heliotropium transalpinum* Vell. (S. Schvartsman, op. cit., p. 67).

Acredita-se que os indígenas conheciam o valor medicinal das aristolóquias, as quais eram denominadas, por várias tribos, como “urubu-cáá” ou “anhangapotira”¹⁵⁸. G. Piso e G. Marcgrave citam a aristolóquia, genericamente, por nomes indígenas semelhantes, cuja etimologia não foi possível precisar: o primeiro traz o termo “ambuayembo”, e o segundo, “amuarembó”¹⁵⁹.

Langsdorff faz menção ao uso de várias espécies de aristolóquias com emprego medicinal pelos habitantes da região sudeste do Brasil, no início do século XIX¹⁶⁰.

F. C. Hoehne faz um extenso levantamento da família Aristolochiaceae. Em seu trabalho, sugere vários nomes populares para as aristolóquias: milhomens, papo-de-peru, abútua, jarrinha, mata-porcos, raiz-pereira, parreira-brava¹⁶¹.

¹⁵⁸ Os vocábulos podem ser traduzidos como “erva do diabo” ou “flor do diabo”, respectivamente (Luís Caldas Tibiriçá, Dicionário tupi-português, pp. 25 e 130).

¹⁵⁹ G. Piso, História natural e médica da Índia Ocidental, p. 260; G. Marcgrave, História natural do Brasil, p. 15.

¹⁶⁰ Danuzio Gil Bernardino da Silva, Os diários de Langsdorff, vol. 1, p. 379.

¹⁶¹ F. C. Hoehne, Flora Brasílica: Aristolochiaceas, pp. 15, 43-141. O autor faz uma ampla revisão do gênero, citando as seguintes espécies: *Aristolochia gigantea* Mart. & Zucc. (papo-de-peru, milhomens); *A. elegans* Mast. (jarrinha); *A. killipiana* O. C. Schmidt (jarrinha); *A. deltoidea* H.B.K. (jarrinha); *A. weddellii* Duchtr. (papo-de-peru); *A. cymbifera* Mart. & Zucc. (angelicó, papo-de-peru, milhome, raiz de milhomens); *A. brasiliensis* Mart. & Zucc. (mil-homens [Joaquim Monteiro Caminhoá, op. cit., p. 3120, diz que talvez esta espécie de *Aristolochia* seja a verdadeira milhomens], milhomens, cipó-paratudo [não confundir com a espécie *Drimys winter* Forst., família Magnoliaceae, denominada popularmente casca-de-anta ou pau-paratudo; Edvaldo Rodrigues de Almeida, op. cit., p. 127], papo-de-peru, raiz de São Domingos); *A. galeata* Mart. & Zucc. (crista-de-galo, papo-de-peru, milhomens); *A. malmeana* Hoehne (milhomens, papo-de-peru); *A. lingulata* Ule (paratudo, urubu-cáá); *A. ridicula* N. E. Brown (jarrinha); *A. hypoglauca* Kuhl. (jarrinha); *A. nevesarmondiana* Hoehne (jarrinha); *A. acutifolia* Duchtr. (jarrinha); *A. burchellii* Mast. (jarrinha); *A. wendeliana* Hoehne (jarrinha); *A. macrotia* Duchtr. (jarrinha); *A. papillaris* Mast. (jarrinha, jericó, angelicó); *A. tamniifolia* Duchtr. (jarrinha); *A. pubescens* Willd. (jarrinha); *A. peltato-deltaidea* Hoehne (jarrinha); *A. disticha* Mast. (cipó-de-cobra [F. C. Hoehne, op. cit., pp. 106 e 136, parece mencionar este “cipó-de-cobra” indistintamente em relação ao “cipó contra-cobra”. G. Marcgrave, op. cit., p. 25, diz que o cipó de cobras é a caapeba, erva de Nossa Senhora; os comentaradores de Frei Cristóvão de Lisboa, História dos animaes, e arvores do Maranhão, pp. 298-9, sugerem a espécie *Salacia laevigata* DC., família Celastraceae, para as gravuras constantes das páginas supramencionadas da obra de Cristóvão de Lisboa], jarrinha); *A. filipendulina* Duchtr. (jarrinha, batuinha); *A. birostris* Duchtr. (angelicó, jarrinha); *A. curviflora* Malme (jarrinha); *A. silvatica* Barb. & Rdr. (urubu-cáá, cipó contra-cobra); *A. clematitis* L. (aristolóquia). Curiosamente, Hoehne não cita a espécie *Aristolochia esperanzae* O. Ktze., citada por M. G. Ferri (Mário Guimarães Ferri, op. cit., p. 42) como uma das aristolóquias do cerrado brasileiro, cujos nomes populares admitem as sinônimas papo-de-peru, cachimbo-de-turco, mil-homens e jarrinha.

A dificuldade de identificação das espécies de milhomens, jarrinha, angelicó e outras aristolóquias da Triaga Brasilica justifica-se pela extensa citação bibliográfica encontrada na literatura. T. J. A. Rego cita a *Aristolochia apendiculata* L. como sendo a espécie nacional mais conhecida de jarrinha¹⁶². F. C. Hoehne cita a *Aristolochia clematitidis* L. como sendo a aristolóquia-tipo brasileira, aclimatada com sucesso na América do Sul¹⁶³. Pode-se inferir que tais referências contra-põem-se à dos autores supramencionados, no tocante a esta aristolóquia ser uma aristolóquia-tipo do Brasil. A. B. Joly afirma categoricamente que o gênero *Aristolochia* é denominado indistintamente no Brasil como mil-homens, jarrinha e papo-de-peru¹⁶⁴. Entretanto, tal como outras espécies do mesmo gênero, discutidas mais à frente neste trabalho, esta planta apresenta diversos sinônimos no território brasileiro, para espécies distintas. Desta forma, vários nomes vulgares são citados por outros autores, todos associados às espécies de *Aristolochia*: jarrinha-do-campo, jarrinha-preta¹⁶⁵; cachimbo-de-turco, cassaú, cipó-mil-homens, milhomes, milhomens, urubu-caá, mata-porcós, patinho, caçaú, cipó-mata-cobras, angelicó¹⁶⁶.

¹⁶² Terezinha de Jesus Almeida Rego, Fitogeografia das plantas medicinais, p. 53.

¹⁶³ F. C. Hoehne, Flora Brasilica: Aristolochiaceas, p. 141. É muito pouco provável que a *A. clematitidis* seja, como pretende Hoehne, a “aristolóquia-tipo” do Brasil. Tim Low et al., op. cit., p. 232, afirmam que esta espécie é a conhecida jarrinha-da-Europa, que recebeu o nome de papo-de-peru ao ser introduzida no Brasil.

¹⁶⁴ A. B. Joly, op. cit., p. 317. Cf. “jarrinha”, in R. Fontinha, Novo Dicionário etimológico da Língua Portuguesa, p. 1039: “[a jarrinha] é planta rasteira, também chamada mil-homens, que se julga curar a picada das cobras venenosas” (grifo nosso).

¹⁶⁵ H. F. Leitão Filho et al., op. cit., vol. 3, p. 605, dizem que a espécie *Aristolochia arcuata* Mart. é o cipó mil-homens, também denominado jarrinha-do-campo e jarrinha-preta.

¹⁶⁶ O vocábulo “urubu-caá” será abordado oportunamente, mais adiante. Esta planta parece ter sido citada como angelicó, identificada como *Aristolochia trillobata* L., de cuja raiz triturada obtinham-se propriedades que aliviam o estômago, causando o vômito (L. C. Di Stasi, Plantas medicinais da Amazônia, p. 139).

F. C. Hoehne, entretanto, afirma que a espécie *A. cymbifera* Mart. et Zucc. é, entre as mais de 50 espécies de *Aristolochia*, uma das “legítimas” mil-homens do Brasil, embora todas as espécies apresentem basicamente as mesmas propriedades medicinais. Seu relato nos diz que:

[...] acreditou-se sempre e continua-se acreditando em todo o interior, que o extrato etéreo, como as alcoolaturas e os próprios decoctos **das raízes e do caule destas plantas [Aristolochia cymbifera]** são anti-ofídicos... admitimos a possibilidade de que o extrato fresco e ainda vivo, de raízes e caules destas plantas, poderá realizar curas, como anti-ofídico [...] **Muitíssimas são as aristolóquias** que já figuram nas farmacopéias oficiais e que são receitadas de quando em quando pelos médicos mais inclinados para a fitoterapia. Elas atuam mui benéficamente sobre a mucosa estomacal e sobre os gânglios internos que facilitam a digestão e assimilação dos alimentos que ingerimos. E esses seus efeitos mostram-se de modo apreciável quando se usa o extrato conforme referido. [...] Muitas pessoas as prescrevem como depurativas, como diuréticas, vulnerárias, anti-reumáticas, anti-febris, emenagogas etc.¹⁶⁷

H. Lorenzi e H. M. Souza defendem que a espécie *A. gigantea* Mart. et Zuc. é uma das poucas aristolóquias que devem realmente receber o nome vulgar de mil-homens, embora não haja referências às propriedades medicinais desta espécie. É pouco provável que esta espécie seja a mil-ho-

¹⁶⁷ F. C. Hoehne, *Plantas e Substâncias Vegetais Tóxicas e Medicinais*, p. 106 (grifo nosso). Outros autores também confirmam a espécie *A. cymbifera* como sendo a verdadeira mil-homens: “[mil-homens]: planta da família das aristolóquias (*Aristolochia appendiculata*, *grandiflora* ou *cymbifera*), chamada também jarrinha e raiz-de-mil-homens” (“mil-homens”, in H. de Garcia & A. Nascentes, orgs., op. cit., vol 3, p. 2361).

mens utilizada na Triaga¹⁶⁸.

Serafim Leite diz que a raiz de mil-homens podia ser encontrada “em Pernambuco, Camamu, Aldeya do Spirito Santo e no sertão”¹⁶⁹. As espécies de *Aristolochia* têm sido associadas ao tratamento de várias doenças: histeria, nervosismo, clorose (tipo peculiar de anemia de mulheres jovens), dispepsia, falta de apetite, amenorréia, feridas infectadas e furúnculos. Além do mais, são também tidas, historicamente, como facilitadoras do trabalho de parto, diuréticas, antiinflamatórias, calmantes, anti-sépticas, depurativas e antitérmicas. São, entretanto, abortivas, e seu uso não deve ser utilizado durante a gestação¹⁷⁰.

A se considerar o que traz a literatura consultada de modo geral, as raízes da mil-homens, utilizadas principalmente sobre a forma de extrato, decocto, infusão e xarope, são consideradas antídoto contra o veneno de várias cobras¹⁷¹. Esta última propriedade, inclusive, pode justificar o nome vulgar cipó-mata-cobras, e também atestar o destaque à planta entre os ingredientes da Triaga, considerando-se que as triagas tenham se originado como antídotos ou contravenenos.

¹⁶⁸ H. Lorenzi & H. M. de Souza, op. cit., p. 189.

¹⁶⁹ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 300. A questão do sertão e das localidades citadas encontra-se em outras notas do texto.

¹⁷⁰ Com efeito, F. C. Hoehne, Plantas e substâncias vegetais tóxicas e medicinais, p. 107, afirma que “efetivamente, acredita-se que muitos dos preparados que se usam para acarretar este criminoso resultado [o do aborto] tenham por base o extrato de raízes ou sementes de aristolóquias”.

¹⁷¹ P. F. Quer, Plantas medicinales - el Dioscórides renovado, pp. 193-7.

Capeba

A capeba parece-nos ser identificada como *Pothomorphe umbellata* (L.) Miq., família Piperaceae. Espécie nativa brasileira, ocorre desde a Amazônia até o Rio de Janeiro, em solos estercados e úmidos, ou em bosques¹⁷².

A literatura fornece vários nomes populares: caapeba, nhandi, pariparoba, catajé, malvaíscio, malvarisco, guaxima e aguaxima¹⁷³.

Em sua descrição das grandezas da Bahia de meados do século XVI, G. S. de Sousa descreve a capeba e a guaxima, diferenciando as duas plantas entre si. A diferenciação, entretanto, não ocorre a nível de atividade terapêutica:

Capeba é uma erva que nasce em boa terra perto da água [...] é de natureza frigidíssima, com cujas fôlhas passadas pelo ar do fogo se desafoga toda a chaga e inchação que está esquentada [...]

Criam-se outras ervas pelos campos da Bahia, que se chama guaxima, da feição de tanchagem [...] cuja

¹⁷² Edvaldo Rodrigues de Almeida, op. cit., p. 120. O autor foi bastante enfático quanto à identificação desta planta como sendo *Pothomorphe umbellata*, sinônimo comum de *Piper umbellata* L. (cf. P. V. Fatumbi, Ewé: o uso das plantas na sociedade iorubá, p. 709).

¹⁷³ Não confundir o vocábulo *nhandi* com possíveis transcrições para o português de *nhandü*, donde pode-se ter igualmente *nhandu* e *nhandú*, pela transliteração do fonema “ü” para o português “i” ou “u” (Cf Joaquim Monteiro Caminhoá, op. cit., p. 2261). Silveira Bueno, Estudos de filologia portuguesa, p. 220, cita o vocábulo *nhandú* como equivalente tupi da palavra aranha; já Luís Caldas Tibiriçá, op. cit., diz que o *nhandu* é uma espécie de pimenta (*Piper caudatum*), da família das piperáceas. Vale lembrar, também, como supramencionado, que a transcrição fonética do tupi para o português traz alguns problemas, como o da representação gráfica mostrada aqui (*nhandu* e *nhandú*). Além disso, temos que o tupi, como praticamente todas as línguas, também possui homófonos, o que pode acarretar maiores problemas a nível etimológico. Aguaxima pode ser igualmente transcrita como aguanxima ou guanxima.

natureza é fria; e posta sobre chagas e coçaduras das pernas que têm fogagem, as desafoga, e encouram com elas, sem outros unguentos¹⁷⁴.

Serafim Leite diz que a raiz de capeba era encontrada no Colégio da Bahia e em Pernambuco. Esta indicação geográfica encontra respaldo em A. B. Joly, que afirma que a família das piperáceas compreende representantes de distribuição primariamente pantropical¹⁷⁵.

O chá da raiz, folhas ou espigas é considerado popularmente diurético, anti-reumático, colagogo, febrífugo, sudorífico, emoliente, e eficaz contra atonias do estômago e hepatite.

F. A. Sampaio considera a capeba (por ele referida como “capéba”) emoliente e um excelente desobstruente, propriedades estas encontradas principalmente em suas raízes. Doses elevadas, porém, podem intoxicar levemente o paciente, pois a planta possui chavicina, pariparobina, jaborandina, piperatina e piperina¹⁷⁶.

J. M. C. Veloso, recorrendo às descrições de G. Piso, afirma ser o “nhandí” também conhecido como pimenta-longa; segundo ele, a pimenta-longa é “boa para qualquer moléstia”¹⁷⁷. Curiosamente, este autor afirma ser a pariparoba conhecida entre os indígenas e entre os falantes da língua geral como capeba ou caapeba, que quer dizer “erva rasteira”, embora, entre os portugueses, a pariparoba seja conhecida como malvaíscio (neste aspecto, contraria G. Piso, que não faz tal menção)¹⁷⁸.

Como pariparoba, encontramos autores distintos citando espécies variadas. F. Weberling e H. O. Schwantes, por exem-

¹⁷⁴ G. S. Sousa, Tratado descritivo do Brasil em 1587, p. 210.

¹⁷⁵ A. B. Joly, op. cit., p. 308. Vide Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 300.

¹⁷⁶ Francisco Antonio de Sampaio, História dos Reinos Vegetal, Animal e Mineral..., p. 54.

¹⁷⁷ Frei J. M. da C. Veloso, Flora Fluminense, p. 130.

¹⁷⁸ Ibid., p. 134.

plo, associam a pariparoba à espécie *Piper hilarianum* L. (família Piperaceae)¹⁷⁹. S. Pavan-Fruehauf associa a pariparoba a outra espécie de *Piper*, *P. cernuum* Vell., embora diga que os resultados medicinais encontrados nesta espécie assemelham-se profundamente aos encontrados para *Pothomorphe umbellata* (L.) Miq¹⁸⁰. L. Ribeiro afirma que a pariparoba é a espécie *Piper decumanum*, porém não dá indicações de onde podia ser encontrada, dizendo apenas que “seus usos são bem conhecidos”¹⁸¹.

Pode-se apreender, do exposto acima, que a capeba possa ser mais um simples nativo do Brasil acrescentado à Triaga.

Aypo

O aipo ou salsão (*Apium graveolens* L., família Umbelliferae¹⁸²), cujo nome latino, *apium*, pode ser derivado de uma palavra indo-européia antiga significando “água”, é provavelmente nativo do sul da Europa. Atualmente é cultivado em várias regiões do mundo¹⁸³. Na Triaga, o aipo empregado pode ter sido trazido de Portugal, porém já há indicações de que era cultivado na Bahia, como bem o diz Serafim Leite¹⁸⁴. J. P. F. S. Dias afirma ser o aipo também denominado aipo-bravo, espécie *Apium graveolens* L. var. *silvestris* Cambess¹⁸⁵.

As propriedades do aipo são conhecidas há muito tem-

¹⁷⁹ Focko Weberling & Hans Otto Schwantes, *Taxionomia vegetal*, p. 64.

¹⁸⁰ Sandra Pavan-Fruehauf, *Plantas medicinais de mata atlântica*, pp. 61 e 67. A autora diz que *Piper cernuum* tem ação hipoglicêmica, antioxidante, antiinflamatória, analgésica, vermífuga e estimulante do baço e do fígado.

¹⁸¹ L. Ribeiro, op. cit., p. 195.

¹⁸² A família Umbelliferae pode ser igualmente denominada Apiaceae.

¹⁸³ Se for verdade a origem do vocábulo latino *apium*, a etimologia parece estar apropriada, tendo-se em vista a preferência do aipo por solos úmidos e brejos alagadiços (Tim Low et al., op. cit., p. 110; cf. F. Weberling & H. O. Schwantes, op. cit., p. 100).

¹⁸⁴ Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300, diz que a raiz de aipo era encontrada na Bahia e em Portugal.

¹⁸⁵ J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 604.

po¹⁸⁶. Plínio, por exemplo, apresenta o aipo como verdadeira panacéia, incluindo em sua relação de vinhos o vinho misturado com aipo¹⁸⁷. P. F. Quer descreve uma receita, denominada xarope das cinco raízes aperientes e diuréticas, em que o aipo aparece junto ao aspargo, ao funcho, à gilbarbeira e à salsa¹⁸⁸. T. Peckolt cita Homero, Virgílio e Avicena como escritores antigos que falaram largamente sobre as virtudes medicinais desta planta¹⁸⁹.

É considerado tônico, estimulante e carminativo, eficaz no alívio das dores decorrentes de gases, e considerado útil como remédio caseiro contra flatulência e reumatismo. As virtudes do aipo sobressaem-se no aparelho digestivo humano. No século XVII, suas folhas, quando comidas na primavera, eram tidas como adoçantes e purificadoras do sangue¹⁹⁰.

¹⁸⁶ O aipo já aparece em Dioscórides (The Greek Herbal of Dioscorides, III, 74-5), sob o nome grego *sélinon*, que significa salsa (supõe-se que, de corruptelas do nome grego, tenham surgido os étimos sedano em italiano, céleri em francês, celery em inglês e Sellerie em alemão); neste, a cocção do aipo tornaria aquele que a bebesse resistente a drogas venenosas. No mundo árabe, a água de aipo é citada como sendo componente de uma grande triaga, servindo para desobstruir o fígado (I. Juljul, Tratado sobre los medicamentos de la triaca, p. 57). Cf. A. M. Alfonso-Goldfarb, Livro do Tesouro de Alexandre, p. 158, nota 241: “O aipo dos clássicos (*Apium graveolens* L.) [...] quando em cocção, tornaria quem o bebe resistente a drogas venenosas [...] esta seria uma das plantas cuja água, acrescentada à grande triaca, serve para desobstruir o fígado”.

¹⁸⁷ Plínio, *Histoire naturelle de Pline*, pp. 19 e 40.

¹⁸⁸ Pio Font Quer, *Plantas medicinales...*, p. 488. A receita diz: “½ onça [cerca de 15 g] de cada raiz. Coloque em ½ litro de água fervendo. Deixe macerar durante 12 horas, fervendo várias vezes. Coe o líquido e junte açúcar suficiente para fazer um xarope, aquecendo ligeiramente. Tome às colheradas, como aperitivo e diurético”. Deve-se atentar para o fato de que os pesos e medidas variaram muito de país para país, e de época para época. Os valores sempre são aproximados. Aqui, tomamos a onça como sendo equivalente a aproximadamente 33,5 g.

¹⁸⁹ Theodoro Peckolt, *Historia das plantas alimentares...*, p. 39.

¹⁹⁰ René Morgan, *Enciclopédia das ervas e plantas medicinais*, p. 35. Cf. Tim Low et al., op. cit., pp. 62-3 e 110. Os autores fazem referência à capacidade do aipo auxiliar no tratamento do escorbuto; as propriedades descritas no texto para as folhas foram bastante disseminadas pelo médico e botânico inglês Nicholas Culpeper (1616-1654).

É, portanto, um dos simples da Triaga que já era utilizado anteriormente, e que participou da confecção da receita não como um substituto, mas como uma planta de propriedades bastante conhecidas dos europeus, utilizada em triagas milenares.

Jerubeda

A transcrição da Triaga traz “jerubeda”. Entretanto, o manuscrito do mesmo documento cita as referências dos locais onde se encontrava a “jerobeba”. A literatura consultada não faz menção alguma a qualquer tipo de planta com o nome vulgar “jerubeda”, ou análogo. Desta forma, partiu-se do princípio de que “jerubeda” pode ter sido grafia antiga ou errônea de “jerubeba”, de onde, provavelmente, podemos apreender o vocábulo popular jurubeba¹⁹¹. Se assim o assumirmos, a jurubeba é planta nativa do Brasil.

Serafim Leite diz que a raiz de “jerobeba” podia ser encontrada na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro¹⁹². Considerando-se, portanto, que se trata da jurubeba, conhecida atualmente como tônica e estimulante, e muito comum na região nordeste do Brasil, temos as seguintes espécies do gênero *Solanum* L. relacionadas a este nome popular: *S. paniculatum* L., *S. asperolanatum* R. & P. e *S. variabile* Mart. (todas da família Solanaceae¹⁹³).

A espécie *S. paniculatum*, mencionada por G. Piso em 1658, que lhe deu o nome de *Juripeba altera*, é atualmente identificada como a jurubeba verdadeira. Recebe outros nomes, tais como jurupeba, juribeba, juripeba e jupeba¹⁹⁴.

¹⁹¹ A este respeito, vide Apêndice II, desse trabalho. Há uma nota de rodapé comentando a problemática da grafia desta planta.

¹⁹² Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 300.

¹⁹³ S. Endlicher, Solanaceae, p. 160.

¹⁹⁴ Guilherme Piso, História natural do Brasil, p. 181; S. Endlicher, op. cit., p. 161; “jurubeba”, juripeba”, in A. L. Barbosa, Pequeno vocabulário português-tupi, p. 127; “jurebeba”, “jurubeba”, in A. L. Barbosa, Pequeno vocabulário tupi-português, p. 80.

L. Ribeiro afirma que a “jurupeba ou jerveva”, encontrada em Minas Gerais, é realmente a espécie *S. paniculatum* L.:

[...] as virtudes da raiz deste arbusto [*Solanum paniculatum*] são conhecidas por uma grande parte dos habitantes das Minas Gerais. É desobstruente: dissolve os grumos de sangue, que ocasionam as inflamações; expele as impuridades pelas urinas; resolve as concreções causadas pelo vírus escorbútico. Está acreditada por um dos melhores diuréticos¹⁹⁵.

J. M. C. Veloso menciona a mesma espécie em 1825 como sendo *Solanum jubeba*¹⁹⁶. É encontrada em estado espontâneo do Ceará ao Rio Grande do Sul. Na medicina popular de hoje, as folhas, frutos e especialmente a raiz são empregados como chás para as doenças do fígado, diabetes e icterícia, além de possuir as propriedades de tônica e estimulante do apetite, já mencionadas.

A espécie *S. aspero-lanatum* recebe os nomes populares de juveva, jurubeba, jurubebá e cardo-branco¹⁹⁷. É comum de Minas Gerais e Rio de Janeiro até Santa Catarina. Tal como a espécie anterior, é utilizada no tratamento do fígado e em outras doenças¹⁹⁸.

A espécie *S. variabile* é popularmente conhecida como jurubeba-velame, jurubeba-da-boia e juveva. Seu epíteto específico, *variabile*, provém da grande variação da planta em

¹⁹⁵ Lourival Ribeiro, op. cit., p. 194. O autor diz que a droga deve ser empregada em infusão ou cozimento de meia onça até uma onça para cada libra de água.

¹⁹⁶ Frei J. M. da C. Veloso, op. cit., p. 89.

¹⁹⁷ Não confundir com duas outras espécies que recebem o nome de cardo: *Cnicus benedictus* L. (família Asteraceae, também cardo-santo) e *Argemone mexicana* L. (família Papaveraceae, também cardo-santo ou cardo-bento; Tim Low et al., op. cit., pp. 156-8).

¹⁹⁸ S. Endlicher, op. cit., pp. 165-6.

vários locais onde cresce espontaneamente¹⁹⁹. É encontrada nos mesmos locais citados para a espécie anterior, incluindo-se também o Rio Grande do Sul. Seu uso medicinal é análogo ao da espécie anterior (especialmente problemas de ordem hepática).

Na mesma família Solanaceae encontramos, ainda, duas subespécies²⁰⁰ da espécie *S. fastigiatus* Willd, que também recebem o nome de jurubeba: *S. fastigiatum* var. *fastigiatum* Willd. e *S. fastigiatum* var. *acicularium* Dunal. Ambas são encontradas espontaneamente apenas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul²⁰¹. Das informações constantes da Notícia breve dos lugares onde se achão alguns simpleses que compoem a Triaga sobredita²⁰², mencionadas no início deste item, podemos inferir que há poucas chances destas subespécies de *S. fastigiatus* serem as jurubebas mencionadas na Triaga Brasileira, devido, obviamente, às disparidades geográficas existentes nas citações bibliográficas.

De qualquer forma, a “jerubeda” parece ser um acréscimo da flora brasileira, bastante difundido especialmente na região nordeste brasileira.

Jarro

A maior parte da literatura consultada para as demais espécies da Triaga não trouxe quaisquer referências ao jarro ou, em alguns casos, indicações vagas ou pouco precisas²⁰³.

¹⁹⁹ Esta espécie apresenta variações morfológicas bastante acentuadas a nível de folhas, quantidade de pêlos etc., dependendo da localidade onde cresce (Ibid., pp. 176-8).

²⁰⁰ O conceito de subespécie, atualmente bastante controverso, geralmente é associado, entre espécies vegetais, a variações ou subtipos; entre espécies animais, entretanto, a subespécie é geralmente atribuída a raças ou, no caso da espécie humana particularmente, até mesmo a etnias (Cf. “subespécie”, in Aziz Nacib Ab'Saber, Glossário de Ecologia, p. 160).

²⁰¹ S. Endlicher, op. cit., p. 181-3.

²⁰² Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 299-300.

²⁰³ É o que ocorre com João Barbosa-Rodrigues, As nupcias das palmeiras, p. 35-51; o autor menciona que, durante a fecundação do jarro, há um aumento da temperatura das flores; esta é uma breve menção, porém sem cuidado taxonômico (o autor inclui a espécie entre as Arecaceae - família das palmeiras - uma vez que o jarro é da família Araceae).

H. W. Lack menciona que o jarro, *Arum maculatum* L. (família Araceae), já aparece no Codex Aniciae Julianae, atestando, assim, sua utilização em compostos antigos²⁰⁴. Não se trata, portanto, de uma planta nativa brasileira.

F. Weberling e H. O. Schwantes afirmam que o jarro é realmente a espécie *Arum maculatum* L.²⁰⁵ Partimos destas fontes para a pesquisa das informações que se seguem, embora uma outra espécie de arácea, *Arisum vulgare* Targ. ex Toz., tenha sido citada como serpentária-menor, capuz-de-fradinho, jarro ou aron. Esta espécie é referida por A. Laguna, ao comentar Dioscórides²⁰⁶.

J. P. F. S. Dias, ao trabalhar com a identificação de plantas medicinais da Serra de Sintra de 1758, afirma ser o jarrodos-campos (“jeró”) as espécies *Arum italicum* Miller e *Arum maculatum* L.²⁰⁷. F. J. C. Aulete afirma que o jarro, popularmente conhecido também como jarreiro, é o “nome vulgar da taioba e de outras aroídeas, tais como o jarro-vulgar (*Arum vulgare*) e o jarro-de-itália (*Arum italicum*)”²⁰⁸.

O jarro é uma planta originalmente de regiões tropicais e subtropicais, tal como muitas outras aráceas, apresentando raízes rizomatosas subterrâneas e tuberosas²⁰⁹. Apresenta área

²⁰⁴ H. Walter Lack, Garden Eden, p. 24. O Codex Aniciae Julianae, do século VI d.C., engloba figuras que atestam a autenticidade de Dioscórides (ibid., p. 24). O jarro parece ter sido utilizado conjuntamente com o ácoro, a canela e o mel para o tratamento de transtornos gástricos e no combate a lombrigas e outras espécies de Ascaris intestinais (P. F. Quer, Plantas medicinales - el Dioscórides renovado, p. 258).

²⁰⁵ F. Weberling & H. O. Schwantes, op. cit., p. 127.

²⁰⁶ Andres Laguna, Pedacio Dioscorides Anarzabeo..., II, p. 155. O autor diz que os que esfregarem as mãos com as folhas do dracúnculo [outra denominação do jarro, *Arisum vulgare*] ou portarem a raiz da planta não serão mordidos pelas víboras.

²⁰⁷ J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 603.

²⁰⁸ “Jarreiro”, “jarro”, in F. J. C. Aulete, Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa, vol. 2, p. 169.

²⁰⁹ Grande parte das espécies da família Araceae são cipós. O jarro faz parte de uma pequena porcentagem das espécies rizomatosas, ou seja, que apresentam raiz subterrânea. Entre as substâncias tóxicas, encontram-se um alcalóide (coniina), uma saponina (aroina) e glucosídeos como a azonina associada a oxalato de cálcio, que podem desprender ácido cianídrico, uma vez em contato com o suco gástrico (F. Weberling & H. O. Schwantes, op. cit., p. 127).

de dispersão primária nos bosques úmidos da Europa central e meridional. Este simples é muito pouco utilizado atualmente, ficando restrito a poucas áreas da Europa, especialmente a Espanha e Portugal. Toda a planta é venenosa, embora a temperatura elevada volatilize seus princípios tóxicos mais importantes.

Serafim Leite diz que as raízes de jarro eram encontradas na “quinta do Collegio e no sertão”²¹⁰. Considerando-se que é uma planta tropical, supõe-se que, da Europa, o jarro tenha sido cultivado na Bahia, em condições que provavelmente se assemelhavam àquelas de seus habitats originais.

Jarrilho

A identificação desta planta foi possível devido a indicações em verbetes de dicionários etimológicos. A bibliografia de autores relacionados à taxonomia vegetal não apresentou quaisquer referências ao jarrilho. Partimos, portanto, das referências listadas nos dicionários para identificar este simples.

O jarrilho foi identificado como sendo a conhecida salsaparrilha, planta citada para várias espécies do gênero *Smilax* L., família Liliaceae. Este gênero, cuja espécie tipo é *S. officinalis* Humb., é representado por trepadeiras espinhentas do cerrado e associações vegetais, como o cerradão²¹¹. Referências a esta planta foram encontradas nos dicionários de R. Fontinha e F. J. C. Aulete, comentados a seguir.

²¹⁰ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 300. A quinta, sinônimo de fazenda ou chácara, era uma área do Colégio da Bahia onde provavelmente se cultivavam plantas medicinais e outros vegetais.

²¹¹ A. B. Joly, op. cit., p. 660, afirma que as liliáceas não são muito bem representadas na flora nativa brasileira, embora apresentem uma larga distribuição no mundo: “[...] poucos são os gêneros indígenas aqui [no Brasil] existentes”.

R. Fontinha nos diz que o jarrilho é o “cozimento de salsaparrilha, para a cura da sífilis”²¹². A alusão às propriedades anti-sifilíticas da salsaparrilha feita no verbete deste autor parece estar de acordo com as descrições dos colonizadores espanhóis quando de sua chegada ao continente americano. J. M. L. Piñero e colaboradores enfatizam o encantamento desses colonizadores ao conhecerem a salsaparrilha, devido, principalmente, à sua ação terapêutica contra o “mal gálico” (i.e., a sífilis)²¹³. O mesmo autor, entretanto, adverte quanto à diversidade de espécies de salsaparrilha: as já conhecidas e utilizadas salsaparrilha européia (*S. aspera* L.) e raiz de china (*S. china* L.), e as espécies americanas, notadamente *S. medica* Schlecht et Cham. e *S. utilis* Hemsley (salsaparrilha de Honduras), *S. mexicana* Griseb ex Kunth e *S. cordifolia* H. et. B. (salsaparrilha mexicana)²¹⁴.

F. J. C. Aulete é categórico ao afirmar que o jarrilho é “forma antiga de salsaparrilha”, embora tenha identificado as espécies em duas famílias distintas: afirma que a *S. salsaparrilha* é da família das asparagíneas, e que a *S. aspera* é da família das esmiláceas. O gênero *Smilax*, como já vimos, pertence à família das liliáceas²¹⁵. De qualquer forma, o verbete de F. J. C. Aulete está em conformidade com o de R. Fontinha ao associar o jarrilho à salsaparrilha, e esta à japecanga.

²¹² “Salsaparrilha”, in Rodrigo Fontinha, op. cit., p. 1039. Afirma, também, que a salsaparrilha é conhecida como japecanga: “[japecanga]: planta medicinal vulgarmente conhecida como salsaparrilha” (ibid., p. 1038).

²¹³ J. M. L. Piñero et al., op. cit., especialmente pp. 44, 91, 122 e 218. Tim Low et al., op. cit., p. 288, entretanto, discordam deste fato: “[...] no século XVI, Mattioli atribui-lhe [à salsaparrilha] uma ação anti-sifilítica que nunca foi confirmada” (grifo nosso).

²¹⁴ J. M. L. Piñero et al., op. cit., p. 218.

²¹⁵ F. J. C. Aulete, op. cit., vol. 2, pp. 169 e 1040. O autor afirma que a espécie *Smilax salsaparrilha* é a conhecida salsa-americana, e que a espécie *Smilax aspera*, citada por J. M. L. Piñero et al. como salsaparrilha européia, é conhecida como salsaparrilha-do-reino, salsaparrilha-indígena, legação e alegre-campo. Parece haver uma contraposição entre os termos salsaparrilha-do-reino (i.e., de Portugal) e salsaparrilha-indígena (i.e., do Brasil). Além do mais, diz que “[...] no Brasil, há diversas espécies de salsaparrilha denominadas japecanga”.

G. S. Sousa atesta a presença da salsaparrilha em terras brasílicas. Além de confrontá-la com a legação de Portugal, associa esta planta à discutida ação anti-sifilítica, ao afirmar que

pelos campos da Bahia se dão algumas ervas que lançam grandes braços como meloeiros, que atrepam se acham por onde, as quais dão umas flores brancas que se parecem até no cheiro com a flor de **legaço** em Portugal; cujos olhos comem os índios doentes de boubas [sífilis], e outras pessoas; e dizem achar-se bem com eles, e afirma-se que esta é a salsaparrilha das Antilhas²¹⁶.

Pelas informações apreendidas dos dicionários, não se pode precisar se este simples era a salsaparrilha de origem européia, ou as várias espécies de salsaparrilha americana²¹⁷. Serafim Leite apenas diz que a raiz de jarrilho era encontrada na Tujupeba e no sertão. Considerando-se o sertão como parte do agreste nordestino — caatinga e cerrado, portanto —, os locais citados por Serafim Leite parecem condizer, de certa forma, com as informações de A. B. Joly, supramencionado²¹⁸.

Na Triaga, o jarrilho pode ter sido incluído como um simples de ação terapêutica contra a sífilis.

²¹⁶ Gabriel Soares de Sousa, op. cit., p. 210. O grifo chama a atenção para o termo **legaço**, supramencionado.

²¹⁷ Entre as drogas vegetais americanas adquiridas pela Botica de Santo Antão (1749-1750), encontrava-se a salsaparrilha (J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 174, quadro 6).

²¹⁸ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 300.

Angericó

A literatura consultada também não forneceu quaisquer indicações sobre a possível identificação desta planta. Poder-se-ia assumir, entretanto, que o termo “angericó” é mais uma corruptela de angelicó — ademais, sabendo-se que o gênero *Aristolochia* possui, em território nacional, vários nomes vulgares distintos, como já foi anteriormente discutido²¹⁹, pode haver a possibilidade desta planta ser mais uma entre as aristolóquias utilizadas na Triaga. Se assim o assumirmos, a participação do angericó na receita poderia ser tomada como mais um dos acréscimos de simples, já discutido antes.

Serafim Leite nos diz que a raiz de angericó era encontrada “em Pernambuco, Tujupeva e Jaboatam”²²⁰.

Limão

Falar do limão como planta medicinal constituinte de triagas é como voltar milênios na história da farmácia e da medicina. O limão, *Citrus limonum* Risso (família Rutaceae), é originário do sul da Ásia, de onde foi provavelmente levado para a Europa²²¹. Do continente europeu, o limoeiro foi sendo cultivado também nas Américas, onde encontrou condições climáticas favoráveis ao seu desenvolvimento. Há, atualmente, diversas variedades de limão²²².

²²⁰ Especialmente a relação entre a mil-homens, o angelicó, as jarrinhas e as aristolóquias.

²²¹ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 300.

²²² Diferentemente dos demais autores consultados, F. Weberling & H. O. Schwantes, op. cit., p. 94, afirmam que o limão comum pertence à espécie *Citrus limonum* L. Manuel Arruda da Câmara, Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos..., apud M. E. B. Prestes, op. cit., p. 179, nota (I), cita o limoeiro como sendo a espécie *Citrus limon*.

¹⁶³ Não se pode afirmar que, à época da Triaga, já houvesse as variedades conhecidas atualmente como eureka, milafanca, redondo, chinês, taiti, galego, português, siciliano etc.

As propriedades medicinais do limão são atribuídas ao tratamento de diarreias, astenias, dispepsias, escorbuto, hipertensão arterial, arteriosclerose, afecções biliares, gripes, febres e tuberculose. Além do mais, é tido popularmente como tônico, expectorante, depurativo, antitérmico e anti-séptico leve.

As informações da *Notícia breve dos lugares...* dizem que a raiz de limoeiro podia ser encontrada “em qualquer parte”²²³.

Junça

A junça ou chufa é muito provavelmente a espécie *Cyperus esculentus* L., da família Cyperaceae²²⁴. É uma planta herbácea, cujo rizoma, com leve sabor de amêndoa, fornece um óleo essencial, não identificado. A espécie recebe, também, outros nomes: tiririca-amarela, manimbu, coco-capim, junquinha e junquinha-mansa (em Portugal)²²⁵.

Serafim Leite diz que a raiz da junça era obtida de Portugal²²⁶. Esta indicação pode sugerir que a planta, originária da Europa, tenha sido introduzida no Brasil, onde medra nas proximidades dos rios, em vários estados do Nordeste. Não há qualquer referência na literatura acerca da junça ser uma espécie nativa do Brasil.

²²³ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 300.

²²⁴ As ciperáceas compreendem mais de 70 gêneros e aproximadamente 3.500 espécies, encontrados em larga distribuição em todo o mundo, preferindo terrenos úmidos e brejosos (A. B. Joly, op. cit., p. 720). P. V. Fatumbi, op. cit., p. 659, afirma categoricamente que a junça dos portugueses é a chufa dos negros africanos, identificada botanicamente como *Cyperus esculentus* L. (cf. “junça”, in J. F. C. Aulete, op. cit., vol. 2, p. 180). Vale lembrar, também, que ao gênero *Cyperus* pertence o papiro (*Cyperus papyrus* L.), cuja medula do caule servia, já no século XXV a.C., para a fabricação do papiro no Egito (F. Weberling & H. O. Schwantes, op. cit., p. 126).

²²⁵ H. F. Leitão Filho et al., op. cit., vol. 3, p. 689. Em território brasileiro, os autores citam mais de 15 diferentes espécies de *Cyperus* cuja sinonímia vulgar é tiririca (Ibid., pp. 679-704).

²²⁶ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 300.

Sua inclusão na Triaga pode ser tomada como adição e não substituição de simples, uma vez que as propriedades apresentadas pela planta — as raízes da junça são utilizadas como carminativas, sudoríficas e diuréticas, além de serem usadas nos casos de congestão dos rins e como afrodisíacas²²⁷ — compartilham, em efeito medicinal, com os de outras plantas da receita.

Acoro

O ácoro (*Acorus calamus* L., família Araceae) ou ácoro verdadeiro é igualmente denominado pimenta-das-abelhas. Seus rizomas eram utilizados para fins medicinais, pois contém um óleo volátil, resinas, um glicosídeo (acorina) e um alcalóide cristalizado (calamina), que lhes conferem as propriedades aperitiva, tônica e anticatarral. Parece ser originário da Ásia Oriental. É possível que venha sendo difundido na Europa desde o século XVI²²⁸.

O ácoro verdadeiro não deve ser confundido com o ácoro-bastardo ou falso-ácoro (*Iris pseudacorus* L., família Iridaceae)²²⁹.

Este simples não é nativo do Brasil. Não se sabe, porém, se era cultivado no Brasil à época da Triaga. Serafim Leite relata que este simples era obtido de Portugal²³⁰.

Gengibre

O gengibre, espécie *Zingiber officinale* L. (família

²²⁷ M. Pio Corrêa & L. A. Penna, Dicionario das plantas uteis do Brasil, vol. 4, p. 562. Os autores afirmam: “Os rizomas gozam, há longo tempo, de boa fama como afrodisíacos”.

²²⁸ F. Weberling & H. O. Schwantes, op. cit., p. 127; J. M. Caminhoá, op. cit., p. 1821.

²²⁹ René Morgan, op. cit., p. 32. Vide também A. M. Alfonso-Goldfarb, Livro do Tesouro de Alexandre, p. 188, nota 404.

²³⁰ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 299.

Zingiberaceae), é conhecido antigo das receitas à base de simples²³¹. Suas raízes e partes aéreas contêm um óleo essencial com canfeno, felandreno, zingibereno e zingerona²³². Este conteúdo de óleos essenciais pode ter provavelmente levado ao uso do gengibre como planta condimentar e medicinal, pois a combinação dos constituintes do óleo essencial tornam a planta rubefaciente, revulsiva, carminativa e eficaz na digestão de alimentos gordurosos (i.e., estimulante gastrintestinal)²³³. Além do mais, na China e no Japão principalmente, o gengibre tem sido amplamente utilizado no tratamento de gripes, tosses, resfriados e afecções de pulmões e rins²³⁴. A raiz, quando pulverizada, é utilizada em casos de vômitos²³⁵. A. Macer afirmou que o gengibre e espécies de “piper” foram utilizados de forma análoga na medicina²³⁶.

O gengibre era uma erva medicinal, com inúmeras prescrições de uso interno e externo, conhecida há quase vinte séculos, referida por Dioscórides como constituinte de eletuários e triagas²³⁷. Garcia da Orta refere-se a origens antigas do gengibre. Afirma que seu centro de dispersão foi a região da Arábia, Pérsia e Turquia²³⁸. A. B. Joly afirma que o

²³¹ A literatura consultada parece polarizar-se frente à questão da prioridade na descrição da planta. Boa parte dos autores consultados associam o gengibre a Lineu -daí *Zingiber officinale* L.; outros, como Tim Low et al., op. cit. p. 211, e Cid A. M. Santos et al., Plantas medicinais (herbarium, flora et scientia), p. 104, afirmam ser a prioridade de Roscoe - daí *Zingiber officinale* Rosc. De qualquer forma, o gengibre já era conhecido dos antigos, tendo sido utilizado como estimulante e ingrediente de vários antidotos (A. M. Alfonso-Goldfarb, Livro do Tesouro de Alexandre, p. 161, nota 256).

²³² Tim Low et al., op. cit., p. 211.

²³³ F. Weberling & H. O. Schwantes, op. cit., p. 129.

²³⁴ Tim Low et al., op. cit., p. 211.

²³⁵ Cid A. M. Santos et al., op. cit., p. 104.

²³⁶ Aemilius Macer, Editio duorum librorum Macri..., p. 87 (“De Gingibere”): “Gingiber atq(?) piper aequales in medicina dicunt [...]” (“o gengibre (?) possui qualidades médicas semelhantes às de piper”).

²³⁷ P. A. Dioscórides, Annotado por..., II, p. 149.

²³⁸ Garcia da Horta, Aromatum, et simplicium..., p. 155 (“De Gingibere, Cap. XLI): “Gingiber appellatur Arabius, Persis & Turcis Gengibil, non Lengibel” (“o gengibre vem do vocábulo gengibil, da Arábia, da Pérsia e da Turquia, e não lengibel”).

maior centro de dispersão do gengibre, e também de boa parte das cerca de 1.500 espécies de zingiberáceas, é a Ásia tropical, o que, de certa forma, está em conformidade com as rotas traçadas por Garcia da Orta²³⁹.

Semelhante à raiz do gengibre, A. R. Ferreira cita uma espécie nativa do Brasil, porém de outra família, a tamaturana ou tamatarana. Esta mesma planta, citada na obra de C. Lisboa ao referendar-se a G. Piso como tamotarana, parece ser um substituto brasileiro do gengibre muito próximo a este por suas propriedades medicinais²⁴⁰.

Não é espécie nativa do Brasil. Serafim Leite não nos dá qualquer referência geográfica acerca de onde o gengibre era obtido para a confecção da Triaga. Sua inclusão na Triaga ocorre como um simples já utilizado anteriormente, não sendo caracterizado, portanto, como um substituto ou adição.

Malvaíscos

Se considerarmos o malvaíscos como sendo do gênero *Althaea* L., temos a altéia (*A. officinalis* L., família Malvaceae) como espécie mais significativa²⁴¹. Proveniente das estepes asiáticas muito antes da era cristã, a altéia parece ter se aclimatado facilmente na Europa. Foi cultivada durante toda

²³⁹ A. B. Joly, op. cit., p. 724. O autor afirma, ainda, que as zingiberáceas contêm 49 gêneros, de ampla dispersão nos trópicos e subtropicais de todo o mundo. Cf. M. L. L. Rodrigues, op. cit., p. 57: “Ao contrário do rícino, cuja origem não está totalmente esclarecida, o gengibre parece ser uma planta originária da Ásia tropical”.

²⁴⁰ Alexandre Rodrigues Ferreira, Viagem filosófica ao Rio Negro, p. 737. Segundo comentaristas da obra do Frei Cristóvão de Lisboa, op. cit., pp. 214-5, a tamotarana de Guilherme Piso seria muito provavelmente a espécie *Maranta arundinaceae* L., da família Marantaceae, conhecida atualmente como araruta. Ademais, o gengibre é citado por G. Piso como mangaratia, conhecido dos mexicanos como “chilti” e dos árabes, turcos e persas como “inzibit” (G. Piso, História Natural e Médica da Índia Ocidental, Livro VI, p. 227).

²⁴¹ Tim Low et al., op. cit., p. 123; F. Weberling & H. O. Schwantes, op. cit., p. 98. Esta espécie é uma planta comum, que cresce nas bordas das fossas úmidas ou nas margens dos riachos.

a Alta Idade Média e por muito tempo aproveitada nos jardins dos mosteiros, de onde provavelmente disseminou-se, tornando-se espontânea. Suas propriedades medicinais assemelham-se sobremaneira às de uma espécie da mesma família, a malva (*Malva sylvestris* L.²⁴²)

Como contém mucilagem — substância pegajosa derivada de algas marinhas e outras plantas, muitas vezes usada por sua ação balsâmica na pele e por ter propriedades adesivas — é empregada como emoliente, mas possui, igualmente, propriedades béquicas e calmantes, além de ser considerada lenitiva, maturativa e resolutive. Também possui antocianinas e taninos. É a sua ação emoliente e resolutive dos humores que possibilita a utilização em caso de inflamação das mucosas, contra a tosse e a asma, no tratamento das inflamações crônicas do estômago e dos intestinos, contra a obstipação²⁴³.

Na linguagem tupi, o malvaíscio também é conhecido como guanaxima ou aguanxima²⁴⁴.

C. O. Gomes refere-se ao malvaíscio como sendo uma das raízes encontradas no Brasil, de cuja infusão se obtém um ótimo e eficiente contraveneno, até mesmo das picadas de jararacas e surucucus²⁴⁵.

J. P. F. S. Dias cita o malvaíscio (“melvariijscio”) como sendo sinônimo da alteia (espécie *Althaea officinalis* L.²⁴⁶). Não deve ser confundido com uma planta da família Compositae

²⁴² Também denominada malva-das-boticas e malva-silvestre (Tim Low, op. cit., p. 246). O primeiro epíteto parece ser um indicador do seu emprego nas boticas ou dispensatórios farmacêuticos, como emoliente.

²⁴³ A. M. Crow, *The Occult Properties of Herbs and Plants*, p. 63, traz uma definição diferente para o termo mucilagem: “a mucilagem é obtida pela evaporação de uma seiva vegetal, sendo insolúvel em álcool ou éter”.

²⁴⁴ Silveira Bueno, op. cit., p. 219.

²⁴⁵ C. O. Gomes, op. cit., p. 254.

²⁴⁶ J.P.F.S.Dias, op.cit., p. 602.

(Asteraceae), *Pericallis malviflora* (L'Her) B. Nord., conhecido popularmente como cabaceira, figueiró, figueira-brava, malvaisco ou malvão-da-rocha²⁴⁷.

Serafim Leite nos informa que a raiz de malvaisco era obtida de Portugal²⁴⁸.

Jaborandi

O jaborandi é uma entre tantas outras plantas da flora nacional que apresentam, ao pesquisador, o problema de identificação botânica. Como veremos adiante, a tentativa de identificar corretamente o jaborandi, em todo o território nacional, tem esbarrado em obstáculos de ordem nomenclatural. Recentemente, M. L. L. Rodrigues discutiu amplamente a questão, trazendo à tona um fato de relevância:

[...] em relação ao jaborandi, são conhecidas atualmente várias espécies de plantas que recebem esse nome genérico. Essas espécies pertencem às famílias das Rutáceas e Piperáceas²⁴⁹.

Levando-se em consideração a referência geográfica fornecida por Serafim Leite, que afirma ter sido a raiz do jaborandi encontrada “[...] na quinta do Collegio da Bahia, Pernambuco e sertão”, portanto o Nordeste do Brasil, serão consideradas, na discussão abaixo, apenas as espécies cuja localização atual restrinja-se a tal região. Excetuaram-se, então, espécies das demais regiões brasileiras²⁵⁰.

G. S. Sousa afirma que o jaborandi é uma erva

²⁴⁷ F. Weberling & H. O. Schwantes, op. cit., p. 101.

²⁴⁸ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 300.

²⁴⁹ M. L. L. Rodrigues, op. cit., pp. 78-80. Em sua dissertação de mestrado, a autora discute alguns aspectos da abordagem feita por G. Piso e outros autores, como G. Marcgrave e A. Laguna, por exemplo, de espécies da flora brasileira nativas, como o jaborandi e a ipecacuanha; no capítulo final de seu trabalho há a discussão da identificação botânica e seus problemas.

²⁵⁰ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 300. Considerou-se genericamente o Nordeste do Brasil devido à proximidade da Bahia e de Pernambuco, e ao fato de que o sertão dos séculos XVII e XVIII muito provavelmente compreendia as regiões do agreste e da caatinga nordestina.

que faz arvore de altura de um homem e lança uma vara em nós como canas, por onde estalam muito como as apertam [...] cheira à hortelã francesa, e tem a aspereza da hortelã ordinaria; [...] quem tem a boca danada, ou chagas nela, mastigando as folhas desta erva [...] a cura muito depressa²⁵¹.

C. O. Gomes faz uma referência a Simão de Vasconcelos, jesuíta do século XVII, afirmando que este padre, desconhecendo as descrições de G. S. Sousa, citou de passagem a planta, sem, contudo, especificar suas propriedades terapêuticas²⁵².

G. Piso cita a planta como “iaborandi guaçu”, afirmando que a erva tornou-se uma verdadeira panacéia, tamanho o abuso a que chegaram holandeses e portugueses no uso rotineiro²⁵³. J. M. C. Veloso recorre à descrição de G. Piso, alegando ser o jaborandi uma planta sialagoga, catártica, carminativa e um alexifármaco, além de ser diaforética, diurética e com ação sudorípara²⁵⁴. As propriedades medici-

²⁵¹ G. S. de Sousa, op. cit., pp. 208-9 (grifo nosso). O cronista afirma, ainda, que na Bahia do século XVI podiam ser encontradas ervas denominadas pelos índios *jaborandiba*, muito parecidas com as plantas de jaborandi, as quais foram reconhecidas pelos que andaram na Índia como bethele. Segundo ele, “quem se lava com ela cozida nas partes eivadas do figado, lhas cura em poucos dias; e cozidos os olhos e comestos, são saníssimos para este mal do figado; e mastigadas estas folhas e trazidas na boca, tiram a dor de dentes”. A descrição deste autor remete-nos à família Piperaceae, que tem como uma das características morfológicas mais conspícuas a presença de nós entre folhas e ramos.

²⁵² A obra de Simão de Vasconcelos, citada por C. O. Gomes, é Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil, de 1663. A passagem mencionada traz: “As mais ervas não posso descrever, porei só os nomes: o camará [...], avenca, erva de cobras, erva dos ratos, erva do bicho, erva pulgueira, salsaparrilha, cipó de camaras, bethele, pimenta [...] gengibre, caiapá, caapéba, caraóba, caatimaí, caátaia, jetica, urucatu, *jaborandi*, nhambi, tajóba, jeçapeinimboia [...] Todas estas ervas são medicinais, das mais conhecidas e usadas, de virtudes tão raras, que fora necessário um Dioscórides para descrevê-las” (grifo nosso).

²⁵³ G. Piso, História Natural e Médica da Índia Ocidental, Livro IV, cap. XLVII, p. 216. Piso escreve: “Radix valet contra venena [...] fere veneni per sudores & urinas exturbat” (“A raiz é um contraveneno [...] que elimina o veneno através do suor e da urina”). M. L. L. Rodrigues, op. cit., p. 43, afirma que “Piso foi o primeiro a descrever a ipecacuanha [...] e também foi o primeiro a descrever as propriedades sialagogas e diaforéticas do jaborandi”.

²⁵⁴ Frei J. M. da C. Veloso, op. cit., p. 129.

nais citadas por J. M. C. Veloso concordam com as encontradas na espécie *Pilocarpus pinnatifolius* Engl. (família Rutaceae)²⁵⁵. Alguns autores, como E. R. Almeida, afirmam que o jaborandi é realmente esta espécie²⁵⁶. Outros, porém, como T. J. A. Rego, consideram a espécie *Pilocarpus microphyllus* Stapf., da mesma família, como sendo o jaborandi “verdadeiro”²⁵⁷.

Outras espécies, entretanto, podem fazer parte deste vasto elenco. Da família das rutáceas, a espécie *Pilocarpus jaborandi* Holmes e, da família das piperáceas, *Piper jaborandi* Vell²⁵⁸. A primeira espécie é identificada, na Farmacopéia Brasileira descrita por M. P. Corrêa, como sendo a espécie oficial do jaborandi, encontrada principalmente em Pernambuco²⁵⁹.

A aparente disparidade de famílias (Rutaceae e Piperaceae) mencionada por vários autores parece encontrar respaldo em Langsdorff, que afirma ser o jaborandi, em quase todo o Brasil, identificado como pertencente ao gênero *Pilocarpus*; em Minas Gerais, porém, é pertencente a algumas espécies

²⁵⁵ M. P. Corrêa, Dicionário das plantas úteis do Brasil..., V, p. 366, afirma que esta espécie é comprovadamente sudorípara; é encontrada de forma nativa de Pernambuco até Santa Catarina e Mato Grosso.

²⁵⁶ Edvaldo Rodrigues de Almeida, op. cit., p. 210.

²⁵⁷ Terezinha de Jesus Almeida Rego, op. cit., p. 103. A este respeito, M. L. L. Rodrigues posiciona-se enfaticamente: “É considerado o jaborandi legítimo. Encontramos referências de que esse jaborandi [*Pilocarpus microphyllus*] recebeu esse nome pelo fato dos índios o denominarem ia-mbor-endi, que significa <que faz babar>” (M. L. L. Rodrigues, op. cit., p. 80).

²⁵⁸ Não se deve fazer confusão, entretanto, com o jaborandi-falso, *Piper ceanothifolium* HBK, da mesma família. Esta espécie apresenta raízes com propriedades estomáquica, sialogoga e diurética; popularmente, suas raízes maceradas são empregadas em aguardente nas mordeduras de cobras (M. L. L. Rodrigues, op. cit., p. 79).

²⁵⁹ M. P. Corrêa, op. cit., pp. 361-2. Note-se que houve um grifo proposital na palavra “oficial”. Não se pode afirmar, categoricamente, que *Pilocarpus jaborandi* Holmes é a espécie oficial de jaborandi, como o fez Pio Corrêa.

do gênero *Piper*, especialmente *Piper aduncum* L.²⁶⁰. Esta afirmação de Langsdorff coloca em dúvida, mais uma vez, a difícil tarefa de identificação do jaborandi.

L. Ribeiro diz que o jaborandi é a espécie *Piper reticulatum*, encontrada primariamente em Minas Gerais. Segundo ele, “é erva vivax, cuja raiz é de sabor acre inerente, e cheiro aromático; usa-se como diurética, sodorífica e alexifármaca nas febres renitentes; dá-se em infusão de duas oitavas até meia onça em seis de água; em pó de dez graus até meia oitava”²⁶¹.

Quanto à identificação do jaborandi a *Pilocarpus jaborandi*, S. Schvartsman é categórico: esta espécie é a do jaborandi verdadeiro, empregado medicinalmente em terapêutica oftálmica, encontrado em quase todo o Brasil, porém cultivado de maneira excepcional no Maranhão²⁶².

Qualquer que seja, porém, a espécie de jaborandi “verdadeira”, trata-se de uma planta nativa do Brasil, empregada muito provavelmente como um acréscimo de simples na confecção da Triaga²⁶³.

Pagimiroba

A literatura consultada forneceu muitos nomes sinôni-

²⁶⁰ Danuzio Gil Bernardino da Silva, op. cit., vol. 1, p. 380. Em Minas Gerais, o jaborandi também recebe os nomes de borandi, capoty, catai-guacu, cutia, erva-de-soldado, jaborandi-capoti, jaborandi-da-mata-virgem, jaborandi-do-norte, jaborandi-falso, jaborandi-manso, jamborandirana, joao-borandi, nandu, peteca.

²⁶¹ L. Ribeiro, op. cit., p. 194.

²⁶² Samuel Schvartsman, op. cit., p. 154. As folhas do *Pilocarpus jaborandi* Holmes produzem uma substância de onde é extraída a pilocarpina, alcalóide de amina terciária, de estrutura semelhante à histamina. A questão do “verdadeiro”, porém, deve ser considerada com muita cautela; dadas as diferenças regionais do Brasil, a diversidade de dialetos e a extensão territorial, torna-se insustentável a afirmação de que esta ou aquela planta é a legítima, a verdadeira etc.

²⁶³ M. L. L. Rodrigues afirma claramente que “ao descrever as plantas brasileiras em sua totalidade, Piso talvez estivesse preocupado com o fato de que a ipecacuanha e o **jaborandi** eram praticamente desconhecidas do mundo europeu [...]” (M. L. L. Rodrigues, op. cit., p. 73, grifo nosso).

mos para esta espécie: fedegoso-grande, fedegoso-verdadeiro, fedegoso-do-rio-de-janeiro, folha-de-pajé, ibixuma, maioba, magerioba, pajamarioba, pagamarioba, tararaçu, tararucu, tararubu, mamangá, mata-pasto, lava-pratos e sene²⁶⁴. E. R. Almeida cita a leguminosa *Cassia alata* L. (família Leguminosae) como sendo mata-pasto ou manjerioba²⁶⁵. M. P. Corrêa associa a espécie citada por aquele ao dartrial, considerando-o sucedâneo da sena-verdadeira (*Cassia acutifolia* Del.), cujas folhas são diuréticas, febrífugas e sudoríferas. É considerada uma espécie nativa apenas nas Américas e, no Brasil, é espontânea desde a Amazônia até Mato Grosso, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás²⁶⁶.

A referência feita por G. S. Sousa acerca “da virtude de outras ervas menores” da Bahia, além de atestar a validade do nome tararucu, é esclarecedora acerca do termo equivalente português:

Há outras ervas menores, pelos campos, de muita virtude, de que se aproveitam os índios e os portugueses [...] o gentio chama tararucu, e os portugueses fedegoso [...] o qual de natureza é muito frio, e serve para desafogar chagas; com este fumo curam o sesto dos índios e das galinhas [...]²⁶⁷

J. M. C. Veloso descreve a pagimirioba como paiómirioba, nome dado à espécie de leguminosa *Senna occidentalis* (L.) Link pelos indígenas brasileiros²⁶⁸. Há muito esta espécie é

²⁶⁴ Samuel Schvartsman, op. cit., p. 111. Sene como sinônimo de cássia aparece, também, na obra de G. Ziletti, op. cit., pp. 39-40. No gênero *Cassia* L., temos, ainda, fedegoso-de-folha-torta, fedegoso-do-mato e fedegoso-do-pará.

²⁶⁵ Edvaldo Rodrigues de Almeida, op. cit., p. 253. Cf. com o vocábulo magerioba, supramencionado.

²⁶⁶ M. Pio Corrêa, Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas, vol. 3, p. 125.

²⁶⁷ G. S. Sousa, op. cit., pp. 209-10 (grifos nossos).

²⁶⁸ Frei J. M. da C. Veloso, op. cit., p. 96, cita a espécie *Cassia occidentalis* L. A família das leguminosas tem sofrido, ultimamente, várias revisões taxonômicas; um dos gêneros que passou por tais revisões é o gênero *Cassia*. Várias espécies deste gênero foram revistas e a nomenclatura atual adotou o gênero *Senna* como sinonímia para muitas espécies, incluindo-se, entre elas, a espécie em questão (G. Bentham, Leguminosae, partes 1 e 2). J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 447, afirma que sene, *Cassia acutifolia*, é droga purgativa.

conhecida como cássia, fedegoso, fedegoso-grande ou sene/sena²⁶⁹. Este autor diz que a paiómirióba é usada “contra a corrupção do anus” (i.e., hemorróidas e outras fissuras anais) e “[...] em todas as inflamaçoens”. A descrição terapêutica acerca das hemorróidas está em conformidade com as citações atuais, que sugerem a pagimirioba como auxiliar no tratamento da hepatite, da malária, de certas doenças cardíacas e no tratamento de hemorróidas²⁷⁰.

L. Ribeiro afirma que o fedegoso é a espécie *Cassia planisiliqua*, encontrada basicamente em Minas Gerais. Segundo ele, “a casca da raiz é um bom antifebril, alexifármaco; e também é remédio policresto”²⁷¹.

De forma contrária, entretanto, à ação terapêutica descrita acima, a pagimirioba também é tóxica. A presença de glicosídeos antraquinônicos confere a ela propriedades purgativas em excesso, além de levar o indivíduo que a ingeriu a apresentar um quadro gastrointestinal com náuseas, vômitos, cólicas abdominais e diarreia aquosa²⁷². J. P. F. S. Dias

²⁶⁹ Frei J. M. da C. Veloso, op. cit., afirma que os nomes ‘fedegoço’ e ‘senne’ são referências dadas pelos europeus a esta espécie (o autor também escreve “senne occidental”). Cita C. Lineu, G. Piso e G. Marcgrave como autores que fazem referência a este fedegoso.

²⁷⁰ Além disso, duas espécies de sene, *Cassia senna* L. e *Cassia angustifolia* Vahl. são tidas como purgativas e laxativas; doses moderadas a elevadas da infusão das folhas pode levar a fortes cólicas abdominais (Cid A. M. Santos et al., op. cit., p. 141). Estas propriedades medicinais da pagimirioba foram igualmente relacionadas por Fatumbi, ao referir-se a esta espécie de leguminosa (P. V. Fatumbi, op. cit., p. 718).

²⁷¹ L. Ribeiro, op. cit., p. 193. O sal policresto é também chamado de sal policresto de Glaser, normalmente sendo o sulfato de potássio, administrado “internamente como catártico e diaforético, ou como antídoto para intoxicações com mercúrio e outros metais” (J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 447).

²⁷² Este quadro clínico de intoxicação pelas antraquinonas deve-se à ingestão das sementes, folhas ou raízes, porém muito mais devido aos frutos, que apresentam até 0,3% de oximetilantraquinona, contra 0,25% das raízes e menos de 0,1% das folhas. Várias outras espécies de *Cassia* são elencadas entre as leguminosas com índice elevado de toxicidade, como *C. quinqueangulata* Rich. (tingui), *C. fistula* L. (canafistula) e *C. laevigata* Willd. (canudo-de-pito). Cf Samuel Schvartsman, op. cit., pp. 111-2.

inclui, entre as drogas vegetais da Bacia do Mediterrâneo adquiridas pela Botica de Santo Antão em meados do século XVIII, o “sene bom” e o “sene ordinário (de Trípoli)”²⁷³.

Serafim Leite afirma que a raiz da pagimirioba era encontrada “na quinta do Collegio da Bahia e Pernambuco” e que “as constipações, muito comuns, curavam-se [...] sobretudo com suadoiros ou de braseiro ou água quente ou aguardente queimada, ou de plantas medicinais, modcura-cao, pagé-merioba, etc.”²⁷⁴. Esta indicação parece encontrar respaldo em todas as obras consultadas para *Cassia occidentalis* e outras espécies de sene, que afirmam ser o fedegoso nativo das Américas, encontrado espontaneamente em áreas improdutivas e terrenos revolvidos. Encontra-se, ainda, amplamente naturalizado como erva daninha nas regiões tropicais e subtropicais do mundo. Pode ter sido incluída na Triaga como um substituto brasileiro das cássias e senes conhecidas do mundo antigo²⁷⁵.

Orelha de onça

Na família da conhecida quaresmeira, Melastomataceae, várias espécies do gênero *Tibouchina* L. são popularmente conhecidas como “orelha-de-onça”: orelha-de-onça-miúda, orelha-de-onça-branca etc. A similaridade das folhas de diversas espécies deste gênero levou, talvez, à associação do

²⁷³ J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 173.

²⁷⁴ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 96, nota 1; idem, p. 300 (grifo nosso).

²⁷⁵ A palavra sene parece originar-se de radicais árabes, e sua utilização, desde os tempos medievais, era feita para as plantas do grande gênero de leguminosas *Cassia*, cujas propriedades medicinais, como laxantes, eram bem conhecidas do mundo antigo (sene de Alexandria, sene de Trípoli, sene de Meca, sene de Bombaim etc.; Tim Low et al., op. cit., p. 295).

nome vulgar a várias plantas diferentes²⁷⁶. O gênero é amplamente distribuído nas zonas tropicais do mundo inteiro, e, no Brasil, contam-se mais de 200 espécies distintas.

A literatura consultada destacou quatro prováveis espécies, que poderiam ser identificadas como orelha-de-onça, em concordância com a citação geográfica que Serafim Leite nos fornece na transcrição da Triaga: “Tujupeba, Canabrava, Sacco dos Morcegos e no sertão”²⁷⁷.

A espécie *T. grandiflora* Cogn. é amplamente distribuída em regiões de terra fértil, necessitando de muito sol para se desenvolver, sendo especialmente encontrada em toda a costa e nas regiões do cerrado. A espécie *T. radula* Markgr. é, como a supramencionada, igualmente distribuída em regiões de clima quente e úmido, necessitando de muito sol para se desenvolver²⁷⁸. Ambas espécies são arbustos semi-lenhosos de crescimento vigoroso. As outras duas espécies, *T. holosericea* Baill. e *T. clavata* (Pers.) Wurdack, são espécies típicas das regiões quentes e mais secas do Brasil, cobrindo, em suas áreas de frequência, regiões do cerrado e do sertão Nordeste. Não foram encontradas, entretanto, quaisquer referências aos efeitos terapêuticos das espécies acima.

Serafim Leite traz um trecho significativo a respeito da erva conhecida como orelha-de-onça:

[...] prodigiosa para todos os venenos e malefícios, assim tomando o seu pó, como bebida a sua água, ou tudo junto que será melhor [...] para toda a qua-

²⁷⁶ A. B. Joly, op. cit., pp. 510-4.

²⁷⁷ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 300. A questão do sertão na citação geográfica da Triaga já foi anteriormente discutida; a respeito das outras localidades, entretanto, pode-se localizar Canabrava e Saco dos Morcegos no atual estado da Bahia.

²⁷⁸ H. Lorenzi & H. M. de Souza, op. cit., pp. 524 e 526.

lidade de veneno e para quem tiver desconfiança de que lhe deram feitiços e para mordeduras venenosas²⁷⁹.

Apesar das quatro espécies de melastomatáceas supramencionadas receberem o nome vulgar de orelha-de-onça, aparecem sugestões interessantes na literatura, que podem fornecer indicações igualmente valiosas, porém divergentes das do parágrafo anterior. Na família Leguminosae²⁸⁰, aparecem mais duas espécies que, além do epíteto de orelha-de-onça, também são conhecidas em várias regiões do Nordeste e Centro-Oeste do Brasil como bozinho, corticeira e tamboril-do-cerrado.

A espécie *Enterolobium gummiferum* (Mart.) Macbride, da subfamília Mimosoidae, é encontrada em áreas de cerrado, em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. É mencionada como levemente emética, embora contenha saponina hemolítica, cuja ingestão moderada a alta leva à anorexia, anemia, constipação intestinal, a alterações hepáticas e até à morte²⁸¹.

Da subfamília Caesalpinioideae encontramos a espécie *Zollernia ilicifolia* Vog., também conhecida como mucitaíba ou mocutaíba, cuja dispersão atual encontra-se no Nordeste, especialmente nas regiões do agreste e do sertão de Pernambuco e Bahia. Esta planta já foi encontrada de forma

²⁷⁹ Serafim Leite, Os jesuítas no Brasil, vol. 1, p. 460. O termo água assumiu significados bastante diversos na história dos medicamentos - pode significar o extrato propriamente dito, ou então os líquidos ou sucos obtidos a partir de materiais variados (A. M. Alfonso-Goldfarb, Livro do Tesouro de Alexandre, p. 131, nota 108).

²⁸⁰ Há uma tendência atual entre os taxonomistas de igualarem a nível de família as então três subfamílias de leguminosas (Mimosaceae, Caesalpinaceae e Fabaceae), elevando a família Leguminosae a superfamília (J. B. Harborne et al., Chemotaxonomy of the Leguminosae, p. 97; cf. R. M. Polhill & P. H. Raven, Advances in Legume Systematics, vol. 1, p. 274).

²⁸¹ S. Schvartsman, op. cit., p. 17.

espontânea, porém, do sul da Bahia até o Rio Grande do Sul²⁸². Não há relatos sobre efeitos terapêuticos desta planta, embora seja mencionada como fornecedora de madeira de ótima qualidade.

Apesar de H. Garcia e A. Nascentes afirmarem que a abutua-grande (*Chondodendrum platyphyllum* Miers) é sinônimo de orelha-de-onça, esta indicação parece meio confusa e não encontrou respaldo em outros autores²⁸³.

As informações fornecidas por Serafim Leite e as ocorrentes na literatura consultada não oferecem, com segurança, uma identificação precisa acerca da “orelha-de-onça” referida na Triaga.

Aristolóquia redonda

A aristolóquia redonda é muito provavelmente a espécie *Aristolochia rotunda* L. (família Aristolochiaceae), oriunda da Europa Meridional. Seu emprego em triagas e outras receitas tem história antiga. Tal como outras espécies da mesma família, F. C. Hoehne afirma que “as aristolochiáceas são utilizadas na terapêutica desde a mais remota antiguidade”²⁸⁴.

Autores do século XVI, como A. Macer e I. Mey, por exemplo, citam três espécies de aristolóquias: a longa, a redonda e a clematite. Acerca da redonda, pormenores de sua ação medicinal não são revelados. Em relação às aristolóquias,

²⁸² C. T. Rizzini, Árvores e madeiras úteis do Brasil - manual de dendrologia brasileira, p. 136.

²⁸³ “Abutua-grande”, in H. Garcia & A. Nascentes, op. cit., vol. 1, p. 32.

²⁸⁴ F. C. Hoehne, Flora Brasílica: Aristolochiaceas, vol. XV, II, p. 3. O autor faz uma citação literal de Dioscórides: “*Aristolochia* nomen inde accepit, quod optimum praebere auxilium puerperis”, aludindo às qualidades facilitadoras do parto apresentadas por várias espécies do gênero *Aristolochia*. Outro autor, do século XVI, também transcreve Dioscórides ao falar da aristolóquia, referindo-a como auxiliadora nos trabalhos de parto (Ioannem Mey, Nicandri Colophonii, Poetae..., p. 50). Vide também A. M. Alfonso-Goldfarb, Livro do Tesouro de Alexandre, p. 164, nota 274. Vide também G. M. Barroso, Sistemática de angiospermas do Brasil, vol. 1, p. 47: “[...] a família Aristolochiaceae compreende 7 gêneros, com cerca de 600 espécies, distribuídas nos trópicos e subtropicais da Ásia, África, América do Norte, Antilhas, América Central e América do Sul. No Brasil, há cerca de 62 espécies de *Aristolochia* L.”

porém, o poder abortivo é frisado pelo segundo autor: “pode levar o útero a expelir o feto”²⁸⁵.

A. B. Gomes afirma que três aristolóquias devem ser reconhecidas sob os epítetos de jarrinha e mil-homens: *Aristolochia clematitis*, *A. rotunda* e *A. longa*²⁸⁶. Nota-se, aqui, uma relação imediata com as espécies citadas em autores anteriores, como os já mencionados A. Macer e I. Mey. Contemporâneo de A. B. Gomes, F. A. Sampaio diz que as jarrinhas brasileiras são plantas resolutivas, e que a raiz de algumas são antifebris. Afirma que várias espécies, nativas do Brasil e com propriedades desobstruente, emenagoga e anticólica, podem ser denominadas popularmente “abutua” ou “parreira-brava”²⁸⁷.

As três espécies de *Aristolochia* supramencionadas parecem ter sido empregadas, no passado, de forma bastante frequente e, talvez, indistintamente. Os nomes populares “erva-de-parto” e “raiz-de-cobra” referem-se aos usos de várias espécies, especialmente as três já mencionadas, de *Aristolochia* L. em medicamentos tradicionais para infecções pós-parto e mordidas de serpente²⁸⁸. Para F. J. C. Aulete, *A. longa* L. é a erva-bicha dos ervanários, também conhecida como

²⁸⁵ Ioannem Mey, op. cit., p. 50. O autor continua: “*Aristolochia* [...] tria eius genera troduntur, rotunda [...] longa [...] clematitis [...]” (“Há três gêneros de aristolóquias, a redonda [...], a longa [...] e a clematite [...]”); Aemilius Macer, op. cit., pp. 44-5 (“De *Aristolochia*”): “*Aristolochia*em species tres [...] esse. Longa prior [...] rotunda sequens [...] Tertia clematis [...] vocatur” (“Há três espécies de aristolóquias. A primeira é a longa [...] a redonda é a seguinte [...] e a terceira é dita clematite”).

²⁸⁶ Edgard Cerqueira Falcão, Antonio Bernardino Gomes (1768-1823) e as plantas medicinais do Brasil, p. 24.

²⁸⁷ Francisco Antonio de Sampaio, op. cit., pp. 11, 57 e 65. A abutua é citada por ele como sendo uma planta utilizada no tratamento de cólicas.

²⁸⁸ Estes usos podem ter sido originados pela Doutrina das Assinaturas, que declarava que a cor ou a forma de uma erva indicava seu propósito. Nas flores de *Aristolochia* via-se uma forma semelhante a um feto encurvado e a maioria das plantas assemelha-se a uma serpente.

estrelamin, empregada como tônica e estimulante²⁸⁹. *A. clematitis* L. é uma planta herbácea vivaz, originária provavelmente das regiões européias e asiáticas quentes. Todas as suas partes são venenosas e contêm ácido aristolóquico, um óleo essencial, taninos, pigmentos e um alcalóide, a aristoloquina. Têm uma ação relaxante sobre as câibras, calmante sobre as dores cardíacas, gástricas, intestinais ou respiratórias. Esta espécie, segundo F. C. Hoehne, é a conhecida *birthworth* dos ingleses, aclimatada na América do Sul desde a chegada dos colonizadores portugueses e espanhóis²⁹⁰. Não nos parece que a *A. rotunda* era proveniente do Colégio da Bahia, pois a Notícia breve dos lugares... transcrita por Serafim Leite diz que a “aristoloquia redonda” era obtida de Portugal²⁹¹.

J. P. F. S. Dias inclui a aristolóquia redonda como uma das drogas vegetais da Bacia do Mediterrâneo adquiridas pela Botica de Santo Antão em meados do século XVIII²⁹².

Batata do campo

Trata-se, muito provavelmente, da batata comum, espécie *Solanum tuberosum* L., ou alguma espécie afim do gênero *Solanum* L. (família Solanaceae). A sugestão provém de Serafim Leite: as indicações da Notícia breve dos lugares... informam que a raiz de “batata do campo, ou batatinha” podia ser encontrada no Rio de Janeiro e no sertão²⁹³. Sabe-se que, sob o nome batata, são conhecidas diversas plantas de tubérculos comestíveis e medicinais. A. B. Joly afirma que a batata também pode ser denominada batatinha, e que as

²⁸⁹ “Aristolóquia”, in F. J. C. Aulete, op. cit., vol. 1, p. 277.

²⁹⁰ F. C. Hoehne, Flora Brasilica: Aristolochiaceas, p. 141. Joaquim Monteiro Caminhoá, op. cit., p. 264, faz menção a esta espécie, dizendo que é uma das jarrinhas não nativas do Brasil. Leonhart Fuchs, The New Herbal of 1543, cap. XXXI, afirma ser a jarrinha, *birthwort*, uma erva com propriedades sedativas.

²⁹¹ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 300.

²⁹² J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 173.

²⁹³ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 300 (grifo nosso). A batatinha é o mesmo que batata-inglesa (“batatinha”, in H. Garcia & A. Nascentes, op. cit., vol. 1, p. 463).

solanáceas são muito bem representadas na flora nativa brasileira²⁹⁴.

G. S. Sousa traz um relato bastante interessante acerca das batatas americanas, “que são naturais da terra”:

Há umas batatas grandes e brancas e compridas como as das Ilhas; há outras pequenas e redondas como túberas da terra, e mui saborosas; há outras batatas que são roxas ao longo da casca e brancas por dentro; há outras que são côm azul anilada muito fina, as quais tingem as mãos; há outras verdoengas muito doces e saborosas; e há outra casta, de côm almecegada, mui saborosas; e outras tôdas amarelas, de côm muito tostada, as quais são tôdas úmidas e ventosas [...] ²⁹⁵

G. Piso e G. Marcgrave citaram a batata utilizando o nome indígena amplamente utilizado no século XVII: *gitica*²⁹⁶. A batata, e outras plantas do mesmo gênero (berinjela e jiló), foram espécies americanas que parecem ter ganhado prestígio na Europa. A inclusão da batata na Triaga pode ser um indicativo deste fato.

Este simples não deve, entretanto, ser confundido com outras “batatas”, espécies do gênero *Ipomoea* (família Convolvulaceae): a conhecida batata-doce, *Ipomoea batatas* (L.) Lam.²⁹⁷, o convólculo-do-campo, espécie *Ipomoea pes-*

²⁹⁴ A. B. Joly, op. cit., pp. 571-91. H. Walter Lack, op. cit., p. 66, menciona a pintura a aquarela mais antiga existente acerca da batata no *Plantarum seu stirpium historia*, de Mathias Lobel, de 1576. *Solanum tuberosum* L. também aparece no *Rariorum plantarum historia* de Carlos Clúcio, p. lxxix.

²⁹⁵ G. S. Sousa, op. cit., p. 180 (grifos nossos).

²⁹⁶ G. Piso, *História Natural e Médica da Índia Ocidental*, p. 254 (G. Piso cita a batata como sendo “ietica”); G. Marcgrave, op. cit., p. 16.

²⁹⁷ Frei Cristóvão de Lisboa, op. cit., pp. 220-3. O autor utiliza, tal como G. Piso e G. Marcgrave, a palavra *gitica* para denominar a batata-doce e todas as outras “batatas”. A batata-doce é considerada uma das várias plantas alimentícias que também possuem valor medicinal; diz-se que o extrato das folhas desta planta alivia dores-de-cabeça.

caprae (L.) Sweet²⁹⁸, e a batatinha amarela ou batata-de-purga, espécie *Ipomoea altissima* L.²⁹⁹ Analogamente, não deve haver confusão em relação às espécies do gênero *Dioscorea* (família Dioscoreaceae), o conhecido cará, batata-do-ar ou inhame-de-são-tomé³⁰⁰. Na família Gesneriaceae, encontra-se uma outra batata, também denominada batata-de-campo, da espécie *Gesneria allagophylla* Mart. (sinônimo de *Rechsteineria allagophylla* (Mart.) Regel), embora sua identificação pareça ser duvidosa³⁰¹.

A batata é considerada popularmente como laxativa, purgativa branda, catártica e tônica estomacal. Suas folhas e flores, também, são utilizadas em decocto no tratamento do reumatismo e nas dores espasmódicas, e em cataplasma para a cura de queimaduras leves.

Ipecacoanha branca

A literatura consultada, além de apresentar vários nomes populares associados a esta planta, também trouxe à tona vários nomes científicos distintos, muitas vezes de famílias botânicas distintas³⁰². Vários autores, entretanto, concordam com a mesma identificação: a ipecacuanha, tanto a branca

²⁹⁸ Esta espécie também recebe os nomes populares de convólculo-da-praia, batata-da-praia, ipoméia, pé-de-cabra e batata-do-mar (Tim Low et al., op. cit., p. 181).

²⁹⁹ Também denominada jalapa, batata-de-purga, ruiubarbo-branco, briônia-da-américa, raiz-de-jaricuçu e baririçó (Samuel Schvartsman, op. cit., p. 149).

³⁰⁰ Frei Cristóvão de Lisboa, op. cit., pp. 210-3.

³⁰¹ “Batata-de-campo”, in H. Garcia & A. Nascentes, op. cit., vol. 1, p. 463. Os verbetes parecem entrar em contradição. Na mesma página, o verbete “batatinha-do-campo” afirma que esta planta é sinônima de batata-do-campo, porém fornece outra espécie, *Cypella herberti* Sweet.

³⁰² O site da Internet consultado, The Plant Names Project, por exemplo, aponta 23 espécies distintas, pertencentes a gêneros diferentes, de 8 famílias igualmente distintas. Edvaldo Rodrigues de Almeida, op. cit., p. 290, associa a ipecacuanha (por dele citada como pepaconha, ou ipecacuanha branca), à espécie *Hybanthus ipecacuanha* L. (família Violaceae); outros autores associam a ipecacuanha a outra espécie de Violácea, *Hybanthus calceolaria* (L.) Schulz; Edgard de Cerqueira Falcão, op. cit., p. 29, afirma que a ipecacuanha é a espécie *Psychotria ipecacuanha* Strokes (família Rubiaceae).

como a negra, pertence botanicamente à espécie *Cephaelis ipecacuanha* Rich., família Rubiaceae³⁰³. M. L. L. Rodrigues, entretanto, afirma categoricamente que a ipecacuanha branca descrita por G. Piso pertencia à espécie *Hybanthus ipecacuanha* L., da mesma família, ao passo que a ipecacuanha negra pertencia à espécie *Psychotria ipecacuanha* Stokes, também uma rubiácea³⁰⁴.

Entre os vários nomes populares que têm sido sugeridos, encontramos o de poaia, ipê-caá-coêne, ipeca e uragoga³⁰⁵. A denominação poaia, entretanto, gera confusões a nível de identificação. Autores diversos têm-na associada a outras espécies da mesma família (Rubiaceae), de gêneros distintos, tais como *Borreria* G. F. W., *Diodia* (Gronov.) L. e *Mitracarpus* Zucc³⁰⁶.

Vários autores afirmam que a ipecacuanha (*Cephaelis ipecacuanha*), utilizada como contraveneno, foi o grande destaque da flora medicinal da Colônia. Oriunda das matas fechadas da Bahia e Pernambuco, era enviada a Portugal, onde suas raízes eram tidas como miraculosas. As qualidades das raízes da ipeca teriam sido informadas aos jesuítas

³⁰³ A identificação da ipecacuanha como sendo *Cephaelis ipecacuanha* Rich., família Rubiaceae, foi encontrada em Luiz Cláudio di Stasi, Plantas medicinais: arte e ciência, p. 65; René Morgan, op. cit., p. 113; Terezinha de Jesus Almeida, op. cit., p. 102; José Arlete Alves Camargos, op. cit.; F. Weberling & H. O. Schwantes, op. cit., p. 103; Danuzio Gil Bernardino da Silva, op. cit., vol. 1, p. 378; Samuel Schvartsman, op. cit., p. 130 (estes últimos asseguram que *Cephaelis ipecacuanha* é sinônima de *Uragoga ipecacuanha*, denominada popularmente ipeca).

³⁰⁴ M. L. L. Rodrigues, op. cit., p. 74. Cf. M. C. Assis, "Aspectos taxonômicos, anatômicos e econômicos da 'ipeca' *Psychotria ipecacuanha* (Brot.) Stokes (Rubiaceae)", pp. 17-56.

³⁰⁵ B. A. Gomes, Plantas medicinais do Brasil, p. 220.

³⁰⁶ H. F. Leitão Filho et al., op. cit., v. 3, pp. 816-34. Espécies citadas como poaia, poaia-falsa ou poaia-preta: do gênero *Borreria*, *B. alata* D.C., *B. capitata* (Ruiz et Pav.) D.C., *B. verticillata* (L.) G. F. W.; do gênero *Diodia*, *D. teres* Walt.; do gênero *Mitracarpus*, *M. hirtus* D.C.

pelos indígenas, que sabiam, há muito, aproveitar as dádivas da natureza mais que ninguém³⁰⁷.

L. G. Ferreira relata a importância da ipecacuanha na medicina brasileira em meados do século XVIII:

[...] a raiz de cipó chamada pacacuanha [sic] ou por outro nome poalha [sic] nome que lhe deram os gentios carijós e por eles descoberta [...] o único e certo remédio para curar cursos [...] e também é remédio contra os venenos [...]³⁰⁸

Apesar da ipecacuanha ter sido utilizada na Europa desde o século XVII, até o século XIX a verdadeira planta ainda era desconhecida dos botânicos³⁰⁹. A ipecacuanha possui três alcalóides que constituem seu princípio ativo: emetina, cefelina e psicotrina. O primeiro tem propriedades expectorantes; o segundo, ação vomitiva, e o terceiro ainda não teve sua ação medicinal comprovada. É geralmente citada como planta indicada no tratamento das hemorragias, como emética, diaforética, antitussígena, amebicida e expectorante³¹⁰.

G. Piso nos fornece uma descrição bastante interessante a respeito das propriedades medicinais das raízes da ipecacuanha:

³⁰⁷ C. O. Gomes, op. cit., p. 181. Encontramos uma referência bastante importante acerca do uso contemporâneo desta planta: "Apesar de pouco usado no Brasil, o xarope de ipeca é muito recomendado em outros países, pois é um potente indutor dos vômitos e rapidamente eficiente" (S. Schwartsman, op. cit., p. 7). Lourival Ribeiro, op. cit., p. 194, apenas diz que a "ipecaconha é bem conhecida" e encontrada nas margens do Rio Doce.

³⁰⁸ L. Gomes Ferreira, op. cit., p. 463.

³⁰⁹ Edgard de Cerqueira Falcão, op. cit., p. IX.

³¹⁰ F. C. Hoehne, Plantas e substâncias vegetais tóxicas e medicinais, p. 283. A emetina é um poderoso alcalóide, obtido não somente da ipecacuanha, mas também de outras espécies do gênero *Cinchona* (L. C. Di Stasi, Plantas medicinais: arte e ciência, p. 116). É encontrado em quase todas as partes da planta, causando vômito quando em concentração acima da tolerável para o ser humano (Danuzio Gil Bernardino da Silva, op. cit., p. 378).

[...] purgativas e eméticas são exímios antídotos. [...] Ademais de curar os fluxos do ventre e outras doenças, é antídoto e elimina o vírus imediatamente pelo vômito, tanto de natureza desconhecida como manifesta. Por isso é guardada pelos brasileiros que, por primeiro, nos revelaram as suas virtudes³¹¹.

S. Schvartsman afirma que esta erva exige condições ecológicas muito especiais para seu crescimento, sendo encontrada espontaneamente em regiões florestais do Brasil, especialmente em Minas Gerais e Mato Grosso. Langsdorff concorda com esta distribuição geográfica, pois afirma que a ipecacuanha habita espontaneamente os sub-bosques das matas da região sudeste do Brasil³¹².

F. A. Sampaio foi um dos poucos autores consultados que traz uma diferenciação a nível de distribuição geográfica das duas ipecacuanhas. Quanto à ação medicinal da planta, afirma ser considerada, pelas populações que dela se utilizavam em finais do século XVIII, purgante e emética. Em relação à branca, diz ele nascer nas “purgas” dos campos do Brasil³¹³. As indicações geográficas supramencionadas parecem estar em concordância com o que Serafim Leite afirma sobre as raízes da “pecacoanha branca ou sipó”: podiam ser encontradas no “Jaboatão, Pernambuco e sertão”³¹⁴.

J. P. F. S. Dias afirma que a ipecacuanha é simplesmente

³¹¹ G. Piso, *História Natural e Médica da Índia Ocidental*, pp. 481-3. Aqui, cabe um esclarecimento a respeito dele, considerado, por muitos, como o primeiro a falar da ipecacuanha (cf. M. L. L. Rodrigues, op. cit., p. 43: “[...] Piso foi o primeiro a descrever a ipecacuanha...” [grifo nosso]). Gabriel Soares de Souza e Fernão Cardim, praticamente um século e meio antes de Piso, já haviam assinalado a ação da poaia no tratamento da disenteria, ao mesmo tempo em que forneciam as primeiras descrições de seu preparo para uso terapêutico. Como a maior parte das obras dos cronistas do século XVI só foram sendo estudadas recentemente, surge, em geral, um julgamento errado acerca dos que antecederam Piso e Marcgrave, por exemplo.

³¹² Danuzio Gil Bernardino da Silva, op. cit., p. 378.

³¹³ Francisco Antonio de Sampaio, op. cit., p. 42.

³¹⁴ Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300.

mencionada como cipó, e foi uma das drogas vegetais em destaque adquiridas pela Botica de Santo Antão em meados do século XVIII³¹⁵.

C. O. Gomes afirma, baseando-se em G. Piso, que há verdadeiramente duas espécies de ipecacuanha, a branca e a negra. Apesar de não citar, em momento algum, quaisquer nomes científicos da taxonomia moderna, diferencia as duas espécies pela raiz — a primeira possui raiz grossa, filamentosa e esbranquiçada, e cresce preferencialmente nos prados (cercados e campos); a segunda possui raiz delgada, tortuosa, nodosa, de coloração escura e sabor desagradável, e cresce preferencialmente em lugares sombrios, no interior das matas. À ipecacuanha branca são conferidas propriedades purgativas e curativas de fluxos hemorrágicos, sendo empregada tanto em crianças quanto em gestantes³¹⁶.

Qualquer que seja, porém, a abordagem acerca da ipecacuanha — geográfica, taxonômica ou terapêutica —, temos por certo que esta planta entra na composição da Triaga como mais um simples nativo da flora brasileira.

Ipecacuanha negra

Já discutimos toda a questão da identificação botânica das ipecacuanhas. Passaremos, portanto, às informações que os autores consultados forneceram acerca deste simples. Devido às similaridades entre os dois “tipos” de ipecacuanhas, e também ao conjunto de atividades terapêuticas apresentado por ambas, não serão considerados pormenores fisiológicos deste simples que, possivelmente, entrou na composição da Triaga como mais uma planta medicinal autóctone brasileira.

³¹⁵J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 174, quadro 6, e p. 175.

³¹⁶C. O. Gomes, op. cit., p. 180.

A. B. Gomes chamou a “ipecacuanha fusca” (i.e., ipecacuanha fosca, escurecida, em contraposição à ipecacuanha branca) de “cipó das nossas boticas”, dada a importância histórica da ipecacuanha nas receitas em voga no século XVIII e início do século XIX³¹⁷. F. A. Sampaio diz que a ipecacuanha “preta” cresce nas “matas incultas” (i.e., de formação primária, ainda com pouca ação humana) do Brasil³¹⁸.

C. O. Gomes diz que a ipecacuanha negra, também denominada poaia preta, aparentada muitíssimo à ipecacuanha branca, tem preferência por locais sombrios e no interior das matas. Produz, na extremidade do caule, bagas negras, em pouca quantidade. Sua raiz é fina, tortuosa, de sabor desagradável e amargo. Presta-se como agente purgativo e, segundo ele, é excelente antídoto contra venenos variados. A ipecacuanha negra foi considerada um poderoso contraveneno que expelia prontamente a peçonha, fazendo a vítima vomitar copiosamente³¹⁹.

Tal como a ipecacuanha branca, Serafim Leite afirma que a “ipecacuanha negra ou sipó” podia igualmente ser encontrada “no Jaboatão, Pernambuco, ou sertão”³²⁰.

Contra-erva ou cáápiã

Antes de iniciarmos a discussão desta planta, vale lembrar que o termo genérico *caá* ou *cáá*, na língua tupi-guarani,

³¹⁷ Antonio Bernardino Gomes, Memória sobre a ipecacoanha fusca do Brasil, p. 52.

³¹⁸ Francisco Antonio de Sampaio, op. cit., p. 42.

³¹⁹ C. O. Gomes, op. cit., p. 181.

³²⁰ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 300.

indica qualquer erva ou planta medicinal³²¹.

Em língua tupi-guarani, encontramos o vocábulo caá-apiá (de onde vem caapiá), como nome íncola a uma espécie não identificada da família Moraceae³²².

G. Piso e G. Marcgrave trazem sinonímias indígenas: o primeiro refere-se a “caapia, caa-apiá”, e o segundo, a “caaopia”³²³.

A. B. Gomes parece contradizer-se ao fazer referências a esta planta: ora chama-a de “herva da cobra”, associando-a a três espécies do gênero *Eupatorium* (*E. cannabinum* L., *E. perforatum* Bip. ex Baker e *E. odoratum* L., família Asteraceae), ora refere-se a “contra-herva”, dando-lhe a sinonímia de “caiapiá” (espécie *Dorstenia brasiliensis* Lam., família Moraceae)³²⁴. G. Ziletti, reportando-se a N. Monárdes, parece também generalizar o termo, mencionando, apenas, que a raiz de contra-erva é utilizada contra o veneno [de cobras]³²⁵.

G. S. Sousa, ao descrever as grandezas da Bahia em meados do século XVI, afirma que “nascem outras ervas pelo

³²¹ Luís Caldas Tibiriçá, op. cit., pp. 13-25. José Arlete Alves Camargos, op. cit., p. 234, entretanto, diz que a verdadeira “caá” é a espécie *Ilex paraguariensis* A. S. Hill (família Aquifoliaceae). Cf. Silveira Bueno, op. cit., p. 219. O autor afirma que caiapiá é o termo genérico empregado em língua tupi para qualquer planta ou erva medicinal da “farmacopéia indígena”.

³²² Luís Caldas Tibiriçá, op. cit., p. 24.

³²³ G. Piso, História Natural e Médica da Índia Ocidental, pp. 232, 311; G. Marcgrave, op. cit., pp. 52, 96.

³²⁴ Edgard de Cerqueira Falcão, op. cit., pp. 23-4, 29. É muito cultivada nos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, onde é conhecida como chupa-chupa, conta-de-cobra e caiapiá-verdadeiro. P. B. Cavalcante & P. Frikel, op. cit., p. 148, citam a espécie amazônica *Dorstenia asaroides* Gard. como apiú ou caapiá, utilizada contra febres e problemas hepáticos.

³²⁵ G. Ziletti, op. cit., p. 198 (grifo nosso): “[...] delle radici contra il veneno [...] chiamano contra-hervas” (“chamamos de contra-ervas [...] às raízes contra o veneno”).

campo, a que chamam os índios caapiam, que têm flores brancas da feição dos bem-me-queres [...]”³²⁶.

F. A. Sampaio diz que a “contraerva” nasce de forma espontânea e melhor nas “terras de areyas” do Brasil, sendo considerada antifebril e antiofídica³²⁷. J. M. C. Veloso concorda com a citação deste autor acerca das propriedades medicinais da planta, e acrescenta: diz ser a contra-erva um alexifármaco e antivermífuga. Para ele, a espécie citada por C. Lineu pertence ao gênero *Dorstenia* (família Moraceae), a conhecida Drakena de Clúcio, o tuzpatli dos mexicanos, a figueira-terrestre dos portugueses, a cai-apiá dos indígenas e a contra-hierba dos espanhóis³²⁸.

F. C. Hoehne afirma que os índios brasileiros há muito utilizavam a contra-erva para neutralizar o veneno das flechas³²⁹.

E. R. Almeida traz o nome caiapá (*Dorstenia brasiliensis* Lam., família Moraceae) como corruptela sinônima de caápiá ou contra-erva³³⁰. Para esta espécie são atribuídas as propriedades diaforética, diurética, emenagoga e béquica. F. J. C. Aulete diz que a contra-erva conhecida no Brasil também recebe o nome de batatinha³³¹.

J. P. F. S. Dias atesta a origem americana da contra-erva, incluindo-a entre as drogas vegetais americanas adquiridas pelas boticas lisboetas em meados do século XVIII³³².

³²⁶ G. S. Sousa, op. cit., p. 209.

³²⁷ Francisco Antonio de Sampaio, op. cit., p. 59.

³²⁸ Frei J. M. da C. Veloso, op. cit., p. 128.

³²⁹ F. C. Hoehne, Plantas e substâncias vegetais tóxicas e medicinais, p. 24.

³³⁰ Edvaldo Rodrigues de Almeida, op. cit., p. 104.

³³¹ “Batatinha”, in F. J. C. Aulete, op. cit., vol. 1, p. 382. Embora o autor tenha mencionado o termo “batatinha” como sinônimo desta planta, é pouco provável que se trate da batata, já discutida anteriormente.

³³² J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 174, quadro 6.

Outra denominação encontrada foi caápiá³³³. O próprio Serafim Leite, ao transcrever os locais onde os simples podiam ser encontrados, menciona outro sinônimo: diz que a “raiz de contra-erva, ou caapia, ou **pica de macaco**” era encontrada na Bahia (Tujupeba) e em Pernambuco³³⁴.

3.2. Cipós, cascas, pós e outras formas vegetais

Como foi anteriormente discutido, a inclusão desta divisão ocorreu de forma arbitrária, simplesmente a título de facilitar o estudo dos demais simples da Triaga. No documento transcrito por Serafim Leite (Apêndice II), entretanto, não há tal divisão. A separação das plantas nesta seção deve-se ao fato de que, na Triaga, há uma separação clara entre raízes, sementes e extratos. Outras plantas, discutidas a seguir, não são enquadradas em nenhuma das divisões supramencionadas.

Cipó de cobras

O termo cipó de cobras parece ser um nome popular genérico para diversas espécies de plantas, dificultando a correta identificação. Poucos autores relacionaram este simples a uma planta identificada a nível genérico ou específico. S. Schvartsman foi um dos poucos. Afirma que a raiz-de-cobra ou cipó-cobra é a espécie *Jatropha elliptica* (Pohl) Muell. Arg. (família Euphorbiaceae). Possui, como outros membros da família, látex constituído de muitas substâncias tóxicas, podendo provocar violentas disenterias. Também é conhecida no Nordeste do Brasil, onde é endêmica, como pinhão-

³³³ Joaquim Monteiro Caminhoá, op. cit., p. 2239. O mesmo autor, à p. 266, diz que a “raiz de contra-herva” é sinônimo de caápiá.

³³⁴ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 300 (grifo nosso).

do-paraguai. O autor, entretanto, não cita os efeitos medicinais deste simples³³⁵.

A Notícia breve dos lugares... diz que o “sipó de cobras” podia ser encontrado “na quinta do Collegio da Bahia e no sertão”³³⁶. Esta indicação geográfica parece estar de acordo com a área de ocorrência da espécie *J. elliptica*, citada por S. Schvartsman.

Canella da Índia

As canelas sempre foram um problema a nível identificatório. Os vários tipos (espécies) de canelas, mencionadas na literatura desde a Antigüidade Clássica, trazem alguns entraves de ordem taxonômica.

Dioscórides, por exemplo, já havia se referido à canela botanicamente conhecida hoje como *Cinnamomum cassia* Blume (canela-da-china, família Lauraceae), embora os árabes, conhecedores da proveniência desta espécie, ainda não tivessem como classificá-la de forma clara entre os vários tipos de canela existentes³³⁷.

Aceita-se atualmente que a canela-da-china tenha se originado nas terras do antigo Ceilão (modernamente, Sri Lanka). Desta forma, o nome canela-da-Índia parece ser um termo muito mais apropriado³³⁸.

³³⁵ Samuel Schvartsman, op. cit., p. 85. A família Euphorbiaceae é uma das maiores entre as dicotiledôneas, compreendendo cerca de 290 gêneros e mais de 7.500 espécies, distribuídas em todo o mundo, especialmente nos países tropicais (A. B. Joly, op. cit., pp. 398-405).

³³⁶ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 300.

³³⁷ F. Weberling & H. O. Schwantes, op. cit. p. 64. Cf. Ana Maria Alfonso-Goldfarb, Livro do Tesouro de Alexandre, p. 161, nota 259. Nesta nota, a autora explica que autores árabes medievais comentaram a confusa identificação da canela-da-china citada na matéria médica de Dioscórides. Como a canela-da-china deve ter-se originado no Ceilão, seria improvável, portanto, que autores da Antigüidade conhecessem tal espécie. Ademais, admite-se que *Cinnamomum zeylanicum* Nees seria um tipo inferior à canela-da-china.

³³⁸ Tim Low et. al, op. cit., p. 152, traz literalmente o verbete “canela-da-índia”.

Garcia da Orta afirmou que a origem da canela é asiática, e que muitos chamam a canela de “cinamomum” e “cassia”³³⁹. Analogamente, um contemporâneo seu, A. Macer, denomina a canela “cinnamo”, dizendo que há três espécies distintas, com a propriedade comum a todas de melhorar os “humores do estômago”³⁴⁰.

Revisões taxonômicas recentes identificaram a canela-da-Índia como sendo a espécie *Cinnamomum zeylanicum* Nees (família Lauraceae)³⁴¹. Na literatura geral, porém, ainda há citações confusas, como a de E. R. Almeida, que associa a canela-da-china à espécie *Cinnamomum zeylanicum* Blume (e não *C. zeylanicum* Nees)³⁴².

J. P. F. S. Dias, ao se referir a Curvo Semedo, diz que este autor considera o óleo de canela “útil para as palpitações do coração, só era verdadeiro se feito na Índia, na botica dos jesuítas ou por algum grande boticário”³⁴³.

De qualquer forma, os autores parecem entrar em consenso quanto às propriedades apresentadas pela canela. É considerada aromática, tônica, estimulante, carminativa,

³³⁹ Garcia da Orta, Colóquios..., pp. 54-5 (“De Canella”, Cap. XV), traz: “Antes canela he o q chamamos cassia lignia, e tudo he hua cousa, se não os escritores antigos viram estas drogas tam de lóge trazidas que nam puderam hauer perfeita noticia dellas”. Mais adiante, Orta afirma que “[...] nas terras onde nace a canela, e no Arabio e Persio, porq por estes nomes possamos vir em conhecimento da casia lignia, e do cinamomo [...] nã ha verdadeiro cinamomo ou verdadeira casia”.

³⁴⁰ Aemilius Macer, op. cit., p. 89 (“De cinnamo”). O autor escreve: “Cinnama tres species [?] habere [...] humores stomachi siccata [...]” (“Há três espécies de cinamomo [...] que secam os humores do estômago”).

³⁴¹ Edgard de Cerqueira Falcão, op. cit., p. 29; Cid Aimbiré de Moraes Santos et al., op. cit., p. 58, diz que a espécie *Cinnamomum zeylanicum* Nees é denominada “canela do Ceilão”. Tim Low et al., op. cit., p. 152, diz que esta espécie é conhecida, além de canela-do-ceilão, como caneleira e cinamomo.

³⁴² Edvaldo Rodrigues de Almeida, op. cit., p. 116.

³⁴³ Curvo Semedo, Atalaia da vida, p. 485, apud J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 152, nota 60.

antiespasmódica, emenagoga e anti-séptica. Além disso, nos laboratórios farmacêuticos tem uso como conservante e aromatizante.

Não há qualquer indicação da procedência da canela na Notícia breve dos lugares... Fica, portanto, apenas a sugestão de que possivelmente este é mais um simples da Triaga já utilizado em triagas anteriores.

Cravo do Maranhão

Tal como a canela, a ipecacuanha, o jaborandi e tantas outras plantas mencionadas neste e em outros trabalhos de escopo semelhante, o cravo apresenta alguns obstáculos à identificação específica precisa.

Poucas referências foram feitas ao “cravo do Maranhão”. J. A. A. Camargos associou este tipo de cravo a dois gêneros distintos da família Lauraceae: *Dicypellium* L. e *Caryophyllatum* L., fornecendo três sinônimos populares — pau-cravo, cravo da mata e canela-cravo³⁴⁴.

H. Garcia e A. Nascentes parecem dar respaldo à identificação feita por J. A. A. Camargos, além de fornecer mais nomes populares sinônimos. Afirmam que o craveiro-do-maranhão é uma “árvore laurácea (*Dicypellium caryophyllatum* Nees) [...] cuja madeira perfumada tem emprego em perfumaria e **farmácia**. Conhece-se igualmente por caneleira-cravo, cravo-da-mata, cravo-do-mato, ibiraquinha, imiraquinha, licari-canali, louro-cheiroso, louro-cravo, muiraquinha, muiraquia, pau-cravo, pau-de-cápsico e **cravo-do-Maranhão**”³⁴⁵.

³⁴⁴ J. A. A. Camargos, op. cit., p. 289. Novamente, aqui, vê-se a confusão taxonômica acerca das canelas, conforme discutido anteriormente.

³⁴⁵ “Craveiro-do-maranhão”, in H. Garcia & A. Nascentes, op. cit., vol. 2, p. 885 (grifo nosso).

F. J. C. Aulete afirma que o vocábulo tupinizado “ibiraquinha” é o mesmo que cravo-do-maranhão³⁴⁶. É importante não confundi-lo com duas outras plantas denominadas cravo: a tradicional especiaria denominada cravo-da-índia, utilizada até os dias de hoje tanto para fins medicinais quanto culinários, e o cravo ou cravina, planta ornamental muito estimada pelos floricultores³⁴⁷.

Não há qualquer referência quanto à origem geográfica, na transcrição da Notícia breve dos lugares... de Serafim Leite, do cravo do Maranhão. Se partirmos, entretanto, do próprio nome do simples, é de se imaginar que tenha sido levado do Nordeste brasileiro, ao Colégio dos Jesuítas na Bahia.

Cascas de angelicas do Brazil

A Triaga cita literalmente “angelicas”. O plural, aqui colocado propositadamente, talvez faça menção a um fato que está discutido logo à frente: há várias plantas nacionais conhecidas pelo nome popular de angélica.

A espécie *Angelica archangelica* L., conhecida também como angélica-da-boêmia, angélica-dos-jardins e erva-do-espírito-santo (família Umbelliferae), é aperitiva, carminativa, digestiva e estomáquica. Suas cascas devem ser colhidas preferencialmente no verão. F. J. C. Aulete afirma que a angélica é “planta da família das Umbelíferas, estimada por suas

³⁴⁶ “Ibiraquinha”, in F. J. C. Aulete, op. cit., vol. 2, p. 52.

³⁴⁷ O cravo-da-índia é, para René Morgan, op. cit., p. 130, a espécie *Eugenia caryophyllata* Thunb., da família Myrtaceae. A. B. Joly, op. cit., p. 505, entretanto, afirma que o cravo ou craveiro-da-índia pertence ao gênero *Syzygium* L., da mesma família. O óleo de cravo é obtido a partir dos botões florais das espécies deste gênero de mirtácea. O cravo ou cravina pertence ao gênero *Dianthus* L., da família Caryophyllaceae (A. B. Joly, op. cit., p. 272; cf. Cid A. M. Santos et al., op. cit., p. 79). Vide também A. M. Alfonso-Goldfarb, Livro do Tesouro de Alexandre, p. 164, nota 276, e “craveiro (1)”, in H. Garcia & A. Nascentes, op. cit., vol. 2, p. 885.

propriedades medicinais, e pelo seu aroma (*Angelica archangelica* Lin.)”. O mesmo autor, entretanto, relata outra planta sob o epíteto de angélica: uma planta da família das liliáceas, de flor bastante odorífera e identificada como *Polyantes tuberosa* Lin.³⁴⁸

A espécie *Angelica silvestris* L., mais simples e menos perfumada que sua afim *archangelica*, é encontrada em estado espontâneo com muito mais frequência. Por este motivo, é muito provável — se desconsiderarmos o envio, da Europa, de remessas de angélica-da-boêmia³⁴⁹ — que as “cascas de angelicas do Brasil” a que se refere a Triaga pertencem a plantas de *Angelica silvestris*, e não de *Angelica archangelica*.

Curvo Semedo considerava a angélica um excelente fármaco, afirmando que a planta

se cria no sertão, ou nos matos das terras da América cujos frutos são tamanhos como uma ameixa pequena. É fama pública e constante que os pós deste fruto matam infalivelmente as lumbrigas, e tem admirável virtude para as febres malignas, como consta, pois se mandou uma pouca ao senhor rei D. Pedro II como grande contraveneno³⁵⁰.

J. P. F. S. Dias cita a raiz de angélica como uma das drogas vegetais da Bacia do Mediterrâneo e Europa adquiridas pela Botica de Santo Antão em meados do século XVIII³⁵¹.

Alguns autores afirmam que a raiz de angélica, quando deixada de molho em pouca água, é um bom antídoto³⁵².

³⁴⁸ F. Weberling & H. O. Schwantes, op. cit., p. 100; Tim Low et al., op. cit., p. 129; “angélica”, in F. J. C. Aulete, op. cit., vol. 1, p. 204. Acerca da espécie *Polyantes tuberosa* L., não há indicações de que possa ser a angélica citada na Triaga.

³⁴⁹ O manuscrito transcrito por Serafim Leite diz que as cascas de angélica são achadas em Pernambuco ou no sertão (Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 299).

³⁵⁰ Curvo Semedo, Memorial de vários simpleses que da Índia Oriental..., p. 20 (grifo nosso).

³⁵¹ J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 173.

³⁵² Concordam com esta opinião Tim Low et al., op. cit., p. 129 (“[...] a angélica afastava a peste [bubônica] e neutralizava o efeito dos venenos [...]” (grifo nosso)).

Diversamente, C. T. Rizzini cita a espécie *Dicorynia paraensis* Benth. (família Leguminosae) como angélica ou angélica-do-pará. Segundo ele, é espécie muito próxima de *Dicorynia guianensis* Amsch. (família Leguminosae), na região amazônica³⁵³.

Casca de ibiraé

A literatura consultada acerca da identificação botânica das plantas da Triaga não nos forneceu quaisquer indicações desta planta. Portanto, não foi possível identificá-la. Igualmente, não houve tempo hábil para se pesquisar se o ibiraé desapareceu da flora nativa ou se não é mais reconhecido à luz da taxonomia atual.

A identificação botânica de materiais citados somente em literatura escrita oferece obstáculos ao botânico moderno. A este respeito, vale a pena conferir os comentários dos taxonomistas que trabalharam com as plantas e animais citados na obra de Frei Cristóvão de Lisboa, *Historia dos animaes, e arvores do Maranhão*³⁵⁴.

Entretanto, a pesquisa etimológica do radical “ibir-” encontrada em alguns dicionários de língua tupi apontou caminhos interessantes. C. M. S. Rondon e J. B. Faria indicam que o radical “ibira” significa “vara” em língua tupi³⁵⁵. Da mesma forma, C. Drumond, A. L. Barbosa e F. S. Bueno afir-

³⁵³ C. T. Rizzini, op. cit., p. 275.

³⁵⁴ Especialmente em relação à flora, várias são as plantas da referida obra sem identificação botânica atual, por falta de material suficiente para a correta identificação. Cf. também M. L. L. Rodrigues, op. cit., p. 42. Analogamente, J. P. F. S. Dias cita, ao transcrever e identificar plantas medicinais da Serra de Sintra em 1758, várias plantas cuja identificação não foi possível, tais como “rezeulla”, “garra de liam”, “lavassa”, “sitina”, “roca marinha”, “canis pitis” etc. (J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 601 et seq.)

³⁵⁵ C. M. S. Rondon & J. B. Faria, *Glossário geral das tribos silvícolas de Mato-Grosso e outras da Amazônia e do Norte do Brasil*, vol. I, p. 73.

mam que os vocábulos “igbirai”, “ybyrai” e “ybyrá” significam “vara”, “árvore”, “madeira” e “pau”³⁵⁶.

Curiosamente, o mesmo A. L. Barbosa afirma que “ybyraeê” é uma planta da família das sapotáceas, provavelmente uma corruptela de “ibirá-en” ou “imyrá-en”. Se seguirmos este caminho, temos a conhecida buranhém (*Pradosia lactescens* Radlk, família Sapotaceae), conhecida popularmente como ibiraém, imiraém, guaranhém, gurá-en, ivuranhê, monésia, casca-doce, miica e pau-de-remo. Sua casca é reportada como sendo tônica, adstringente e hemostática, útil no tratamento das diarreias atônicas e nas infecções dos intestinos. Esta espécie é amplamente cultivada em Alagoas, Minas Gerais e São Paulo³⁵⁷.

F. J. C. Aulete apresenta uma indicação botânica relativa à “ibira”, sem que esta, entretanto, pareça ser uma solução ao ibiraé: “arbusto anonáceo das regiões equatoriais do Brasil (*Xylopiá frutescens*), também chamado imbira e pindaíba”³⁵⁸.

As cascas de ibiraé podiam ser encontradas “no Camamu e sertoes da Bahia”³⁵⁹. Estas informações, embora não tenham ajudado diretamente na identificação deste simples, parecem estar em conformidade com as indicações geográficas propostas acima para a sapotácea *Pradosia lactescens*.

³⁵⁶ “Vara”, in C. Drumond, Vocabulário na língua brasílica, vol. 2, p. 141; “Ybyrá, ybyrai”, in A. L. Barbosa, Pequeno vocabulário português-tupi, p. 207; “ibira”, in F. da S. Bueno, Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa, vol. 4, p. 1832.

³⁵⁷ “Ybyraeê”, in A. L. Barbosa, Pequeno vocabulário tupi-português, p. 162. Cf. A. B. Joly, op. cit., p. 546-8.

³⁵⁸ “Ibira”, in F. J. C. Aulete, op. cit., vol. 2, p. 52. Acerca da pindaíba, vide discussão deste simples neste capítulo.

³⁵⁹ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 299.

Flor de noz moscada

A moscadeira é a espécie *Myristica fragrans* Houtl. (família Myristicaceae)³⁶⁰. É uma planta conhecida dos antigos, cuja origem é provavelmente a Índia. Atua principalmente como carminativa, digestiva, tônica cardíaca, além de perfumar o hálito³⁶¹. Esta espécie já aparece representada no Codex Fuchs, do século XVI³⁶². J. P. F. S. Dias cita o óleo de noz-moscada como um dos simples constantes do medicamento químico-galênico adquiridos pela Botica de Santo Antão entre 1749 e 1750³⁶³.

Não é nativa da flora brasileira. A. B. Joly afirma que a noz-moscada é um condimento originário das Ilhas Molucas, muito cultivado no Brasil³⁶⁴.

S. Schvartsman afirma que a noz-moscada produz a miristicina, substância que em doses elevadas produz alucinações e intoxicação³⁶⁵.

A transcrição da Notícia breve dos lugares... não fornece quaisquer indicações acerca de onde a noz moscada era obtida para a confecção da Triaga.

Assafrão em pó

O açafão (*Crocus sativus* L., família Iridaceae), é reputado como sendo uma das plantas aromáticas antigas de emprego bastante diversificado: além de suas propriedades corantes e degustativas, também teria uso nos casos de problemas gástricos e hepáticos³⁶⁶.

³⁶⁰ F. Weberling & H. O. Schwantes, op. cit., p. 64.

³⁶¹ A. M. Alfonso-Goldfarb, Livro do Tesouro de Alexandre, p. 172, nota 317.

³⁶² No referido códice, fl. 11122, p. 211; H. Walter Lack, op. cit., p. 38. Neste códice, a moscadeira aparece como “arbor nvcis moschatae”.

³⁶³ J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 172.

³⁶⁴ A. B. Joly, op. cit., pp. 288-90.

³⁶⁵ Samuel Schvartsman, op. cit., p. 33.

³⁶⁶ A. M. Alfonso-Goldfarb, Livro do Tesouro de Alexandre, pp. 160-1, nota 255.

O açafão é emenagogo, estimulante e eupéptico³⁶⁷. O herbário de Fuchs apresenta o açafão como sendo uma planta diurética³⁶⁸.

Embora *C. sativus* seja geralmente citada como a espécie-tipo do açafão verdadeiro, Langsdorff afirma que é apenas uma das espécies pertencentes a esta planta³⁶⁹. Com efeito, A. B. Joly afirma que “das flores de uma espécie do gênero *Crocus* obtemos o açafão do comércio”. Não é planta nativa da flora brasileira, podendo ter sido originada em regiões não muito definidas da Ásia Menor, no atual Oriente Médio³⁷⁰.

Há, entretanto, uma espécie, *Curcuma longa* L. (família Zingiberaceae), conhecida como açafão-da-terra, açafroeiro-da-índia, curcuma ou gengibre-dourado que não é aparentada de *C. sativus*³⁷¹.

Ambas as espécies parecem ter sido utilizadas em receitas antigas. Orta refere-se ao açafão, dizendo que

[...] açafam chamado na India, açafã da terra, e he meezinha vsada dos fisicos desta terra, e prouaste q escreue della Auçena, e os outros Arabios [...]³⁷²

Serafim Leite não dá qualquer indicação acerca de onde o “assafrão em pó” era obtido para a confecção da Triaga, em-

³⁶⁷ René Morgan, op. cit., p. 30.

³⁶⁸ Leonhart Fuchs, op. cit., cap. CLXVII.

³⁶⁹ Danuzio Gil Bernardino da Silva, op. cit., vol. 3, p. 285: “com esse mesmo nome existem muitas outras plantas, todas servindo como matéria tintorial, mas a verdadeira e principal é esta [...] de que tratamos aqui”.

³⁷⁰ A. B. Joly, op. cit., p. 674 (grifo nosso).

³⁷¹ Tim Low et al., op. cit., p. 104, afirmam que “[...] os trajes cor de açafão dos monges budistas e a maior parte do arroz com açafão da cozinha indiana devem sua coloração ao açafão-da-terra (*Curcuma longa*) e não ao açafão verdadeiro (*Crocus sativus*)”. A açafroa ou açafão-bastardo (*Carthamus tinctorius* L., família Asteraceae) também não tem parentesco com as espécies citadas no texto (idem, p. 105).

³⁷² Garcia da Orta, Colóquios..., p. 239.

bora se saiba que o açafrão é cultivado no Brasil desde os tempos coloniais.

Erva cáacica, ou erva de sangue

Embora na Notícia breve dos lugares..., a “erva caacica” e a “erva do sangue” apareçam separadamente, na Triaga as duas plantas são tratadas como sinônimas. Ambas são associadas ao Colégio dos Jesuítas na Bahia³⁷³.

E. R. Almeida cita, para cá-a-cica, duas espécies de famílias distintas: *Euphorbia pilulifera* L. (família Euphorbiaceae) e *Chenopodium ambrosioides* L. (família Chenopodiaceae), esta última também conhecida como mastruço. O mastruço pode ser empregado como vermífugo, porém também apresenta propriedades antiespasmódicas e digestivas, além de ser emenagogo e tônico. Afirma que esta planta possui, ainda, dois outros nomes vulgares: erva-andorinha e caá-tiá³⁷⁴.

Outros autores parecem confirmar os dados deste autor em relação à erva “cáacica” ser a espécie de quenopodiácea e não a de euforbiácea. A. B. Joly, ao referir-se à família Chenopodiaceae (“[...] compreende esta família mais de 100 gêneros, de larga distribuição em todo o mundo, sendo entretanto mal representada na flora brasileira”), diz que “no sul do Brasil, destacam-se espécies ruderais, introduzidas, do gênero *Chenopodium*. Uma espécie [...] a erva-de-santa-maria, é utilizada como anti-helmíntico”³⁷⁵. T. Low e colaboradores também chamam a espécie *C. ambrosioides* L. de erva-de-santa-maria, associando-a a vários outros nomes vulga-

³⁷³ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 299 (grifo nosso). Note que a grafia das plantas também é diferente daquela da transcrição da Triaga: “erva caacica” (ao invés de “erva cáacica”) e “erva do sangue” (ao invés de “erva de sangue”).

³⁷⁴ Edvaldo Rodrigues de Almeida, op. cit., pp. 172 e 252.

³⁷⁵ A. B. Joly, op. cit., pp. 272-4.

res: ambrósia, ambrósia-do-méxico, caacica, chá-do-méxico, erva-das-cobras, erva-santa, menstrução e uzaidela. Atribuem-na propriedades antiespasmódicas, digestivas, tônicas, estomáquicas e vermífugas. Afirmam, também, que os jesuítas importaram do México, no século XVII, a erva-de-santa-maria para cultivá-la como sucedâneo do chá. A origem desta planta pode ter sido a região temperada da Europa meridional³⁷⁶.

3.3. Sementes

A semente é, entre as plantas superiores, a estrutura que se desenvolve a partir da fecundação do óvulo, e cuja função básica é a da nutrição do embrião. É notável a presença de vários compostos diversificados neste órgão, entre eles compostos nutritivos, alcalóides, pigmentos, óleos e outras substâncias. Tais substâncias podem ser obtidas por maceração, pulverização e outros processos de extração. Alguns óleos, como o de rícino, extraído da mamona, tornaram-se remédios bastante difundidos no passado³⁷⁷.

Muitas famílias de plantas apresentam sementes de valor nutritivo apreciado, como as leguminosas, as gramíneas, as compostas e as umbelíferas — destas famílias temos, res-

³⁷⁶ J. M. L. Piñero et al., op. cit., p. 220. Ainda hoje, muitas pessoas no México preferem a erva-de-santa-maria ao chá verdadeiro, utilizando-a com menta ou quina. Além do mais, diz-se que esta planta “[...] está muito bem aclimatada em quase todo o Brasil” (Tim Low et al., op. cit., p. 195).

³⁷⁷ “Semente”, in J. L. Soares, Dicionário etimológico e circunstanciado de Biologia, p. 429. As plantas superiores também são denominadas espermatófitas ou fanerógamas, e incluem as gimnospermas (que não possuem fruto) e as angiospermas (que possuem fruto).

pectivamente, o feijão e a soja, o arroz, o girassol e a erva-doce³⁷⁸.

A Triaga traz sete sementes em sua receita, discutidas a seguir.

Cidra

A cidra, identificada como *Citrus medica* L. (Rutaceae) e também denominada popularmente laranja-turanja ou toranja, pertence ao mesmo gênero da laranja, do limão, da lima-da-pérsia e da tangerina³⁷⁹. Como outros representantes dos gêneros *Citrus* L. e *Ruta* L., a cidra provavelmente se originou da Ásia ocidental, nas regiões mais quentes. A cidra é uma das muitas espécies de rutáceas cultivadas no Brasil³⁸⁰.

As cidras parecem ter se aclimatado muito bem nas terras americanas. A este respeito, G. S. Sousa dá um relato inte-

³⁷⁸ As leguminosas compreendem uma das maiores famílias das angiospermas, e seus representantes são muito bem representados nas regiões de clima quente. Cultivam-se no Brasil grandes culturas de leguminosas, como os citados feijão e soja, além de amendoim, fava, ervilha, lentilha, grão-de-bico, entre outras. As gramíneas são, igualmente, uma grande família de dispersão pantropical, embora as espécies aproveitadas economicamente como alimento prefiram regiões mais frias: arroz, cevada, trigo, aveia, centeio e outros cereais, além do milho. As compostas são bastante conhecidas pela diversidade de flores ornamentais, como as margaridas, os crisântemos, as centáureas etc. As umbelíferas constituem uma família com raízes comestíveis, como a cenoura, e folhas e sementes de valor alimentício e medicinal, como a erva-doce, o funcho e o cominho (A. B. Joly, op. cit., pp. 354-71, 524-33, 622-37 e 698-703)

³⁷⁹ M. A. da Câmara, *Memoria sobre a utilidade dos jardins botanicos...*, apud M. E. B. Prestes, op. cit., p. 179, nota (k). A cidra também é muitas vezes identificada como *Citrus cedra* Gall. Cf. "laranja-turanja", in H. Garcia & A. Nascentes, op. cit., vol. 3, p. 2102.

³⁸⁰ A. B. Joly, op. cit., p. 407. O autor afirma que a família Rutaceae compreende mais de 150 gêneros, distribuídos nas regiões tropicais e subtropicais de todo o mundo.

ressante acerca das cidreiras cultivadas no Brasil:

[...] se plantam de estaca, mas de pevide se dão melhor, porque dão fruto ao segundo ano; e as cidras são grandíssimas e saborosas, as quais fazem muita vantagem às de Portugal, assim no grandor como no sabor; e faz-se delas muita conserva. Algumas têm o amargo doce, outras azêdo, e em todo o ano as cidreiras estão de vez para dar fruto, porque têm cidras maduras, verdes, outras pequenas e muita flor [...]³⁸¹

J. P. F. S. Dias cita o espírito de cidra, a essência de cidra e o óleo de cascas de cidra como medicamentos químico-galênicos adquiridos pela Botica de Santo Antão entre 1749 e 1750³⁸².

Serafim Leite não fornece qualquer indicação acerca dos lugares de onde as sementes de cidra eram obtidas. Popularmente, a cidra e demais espécies do gênero *Citrus* L. são consideradas antiescorbúticas, antiespasmódicas, aperitivas, anti-hemorrágicas, colagogas, digestivas, antitérmicas, tônicas e vermífugas³⁸³.

Erva doce

O anis ou erva-doce (*Pimpinella anisum* L., família Umbelliferae) é o conhecido anison de Dioscórides, o anisum de Plínio e o anysum dos árabes. Não é um simples nativo da flora brasileira. A erva doce é planta utilizada desde a Antigüidade e provavelmente originária de regiões mediterrâneas orientais e do sudoeste asiático³⁸⁴.

³⁸¹ G. S. Sousa, op. cit., p. 167.

³⁸² J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 172.

³⁸³ Tim Low et al., op. cit., pp. 344-5.

³⁸⁴ René Morgan, op. cit., p. 46. A erva doce é cultivada como uma erva para condimentos e princípios medicinais em muitas regiões temperadas e de clima ameno, no mundo inteiro (Tim Low et al., op. cit., p. 196).

Aparece em herbários antigos, como o de L. Fuchs, sendo invariavelmente associada a propriedades carminativas, e como coadjuvante no tratamento de afecções intestinais e estomacais³⁸⁵.

Alguns autores de livros de taxonomia atuais preferem referir-se a ela exclusivamente como anis ou pimpinela, para que não seja confundida com outra planta igualmente conhecida por erva-doce, o funcho³⁸⁶.

Serafim Leite não fornece quaisquer indicações acerca dos lugares de onde a erva doce era obtida.

Cominhos

Seus grãos são confundidos com os de outros temperos da mesma família, particularmente o funcho (*Foeniculum vulgare* (Mill.) Gaertn.) e a alcaravia (*Carum carvi* L.)³⁸⁷. O seu aroma é intenso e seu gosto acre é levemente amargo. É considerado bom auxiliar no combate aos gases intestinais, além de aumentar a transpiração e estimular a produção do leite materno nas lactentes³⁸⁸.

Os cominhos vêm sendo utilizados há muito tempo: parece que os egípcios usavam cominhos como pimenta e colocavam seus frutos dentro das tumbas. Na Idade Média, o

³⁸⁵ Leonhart Fuchs, op. cit., cap. XIX.

³⁸⁶ O funcho é da mesma família do anis (Umbelliferae), porém é da espécie *Foeniculum vulgare* L. (F. Weberling & H. O. Schwantes, op. cit., p. 101); o funcho será discutido mais adiante neste capítulo. Di Stasi, Plantas medicinais: arte e ciência, p. 173, afirma que “existem algumas drogas vegetais que normalmente são substituídas umas pelas outras, como o anis, *Pimpinella anisum* L., que, na prática, muitas vezes, é substituído pelo funcho, *Foeniculum vulgare* L., com princípios ativos muito parecidos”.

³⁸⁷ Note que várias plantas da família das umbelíferas são confundidas umas com as outras. De fato, a parte aérea de vários gêneros é muito semelhante, trazendo, ao público leigo, confusão acerca da identificação botânica.

³⁸⁸ C. A. M. Santos et al., op. cit., p. 75.

cominho era considerado como um tempero aristocrático, utilizado para temperar as aves a fim de facilitar a digestão. Faz parte, ainda, da composição do curry. É provável que tenha sido levado para a Europa pelos árabes, que pareciam atribuir-lhe poderes afrodisíacos³⁸⁹.

A. B. Joly afirma, entretanto, que o cominho e o funcho pertencem ao mesmo gênero (*Foeniculum* L.), sendo plantas cultivadas bastante importantes na culinária brasileira³⁹⁰. De qualquer forma, o cominho é um simples não nativo da flora brasileira. Não há indicações de onde os cominhos eram obtidos para a confecção da Triaga³⁹¹.

Salsa da horta

A salsa é, tal como tantas outras espécies dos mais de 300 gêneros da família das umbelíferas, uma planta largamente empregada para fins medicinais ou culinários. Provavelmente é nativa da Europa e do oeste asiático, de onde disseminou-se para várias regiões tropicais do mundo³⁹².

É possível que várias espécies do gênero *Petroselinum* L. sejam popularmente identificadas como salsa. Duas especi-

³⁸⁹ Tim Low et al., op. cit., p. 342, afirmam que o cominho é uma das “quatro sementes quentes” dos Antigos. A. M. Alfonso-Goldfarb, Livro do Tesouro de Alexandre, p. 172, nota 318, discute os diversos “tipos” de cominhos, afirmando que “[...] a maioria das espécies de cominhos seriam provenientes da Pérsia e da Índia” (grifo nosso).

³⁹⁰ A. B. Joly, op. cit., p. 528.

³⁹¹ As “contas correntes e facturas” do Colégio do Pará, em 1699, apontam dados interessantes sobre a aquisição de ingredientes para a confecção de remédios e outros preparados. Suas “Dividas” apontam, entre outros itens, “ [...] 8 libras de cominhos, \$800; ½ libra de canella, \$850; 3 libras de erva doce, \$240; 2 libras de incenso, \$560; permeios de camândulas e verônicas, 7\$200” (Serafim Leite, História, Tomo IV, Apêndice E, pp. 381-84, grifo nosso). A libra, unidade de medida de massa e volume ainda hoje utilizada, nos séculos XVII e XVIII equivalia a aproximadamente 469 gramas (Danuzio Gil Bernardino da Silva, op. cit., vol. 1, p. 287).

³⁹² Tim Low et al., op. cit., p. 287.

es, porém, são reconhecidas botanicamente: *P. sativum* L. e *P. crispum* (Mill.) Nyman. Várias subespécies podem ter-se originado destas duas espécies³⁹³.

A espécie *P. crispum* não é recomendada para mulheres grávidas, pois possui um composto orgânico de propriedades abortivas, o apiol (altera o sistema hormonal feminino, especialmente o estradiol).

G. S. Sousa diz que “a salsa se dá muito formosa, e se no verão tem conta com ela, deitando-lhe uma pouca de água, nunca se seca, mas não dá semente, nem espiga”³⁹⁴.

No Brasil, é comum chamar a salsa de cheiro ou cheiro-verde. Entra na composição de vários pratos da culinária brasileira, além de ser considerada carminativa e diurética. Não há indicações de onde a salsa era obtida para a confecção da Triaga.

Pindaíba

A pindaíba é uma árvore nativa do Brasil, provavelmente das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil. Ocorre principalmente nas florestas de altitude e na mata pluvial atlântica, assim como outros representantes da mesma família. Pode atingir até 20 metros de altura, ocorrendo de forma espontânea em regiões de solos bem drenados. É da família Annonaceae, sendo parente dos araticuns, da pinha, do biribá, da graviola e da pimenta-de-macaco. É identificada botanicamente como *Duguetia lanceolata* St. Hil.³⁹⁵

³⁹³ F. Weberling & H. O. Schwantes, op. cit., p. 101. Tim Low et al., op. cit., p. 287, afirmam que “a salsa familiar aos brasileiros é a variedade que tem folhas recortadas (*Petroselinum sativum*). A salsa de folha reta, preferida na Europa, difere quanto à aparência e ao gosto. Os europeus também cultivam outros tipos de salsa” (grifo nosso). Cf. A. M. Alfonso-Goldfarb, Livro do Tesouro de Alexandre, p. 158, nota 241: “[...] alguns dos estudiosos árabes teriam comparado [as sementes de aipo] ao que modernamente consideramos ser a *salsinha* ou *Petroselinum crispum*” (grifo nosso).

³⁹⁴ G. S. Sousa, op. cit., p. 170.

³⁹⁵ A. B. Joly, op. cit., pp. 286-7.

Entretanto, sob o mesmo nome de pindaíba são conhecidos, no Brasil, espécies bastante diversas de anonáceas. Várias outras plantas brasileiras da mesma família são popularmente denominadas como pindaibas. J. A. A. Carmargos cita as espécies *Xylopia brasiliensis* Spreng., *X. emarginata* Mart. e *X. sericea* A. St. Hil. como sinônimos de pindaubuna, pindaíba-vermelha, pindaíba-reta, pindaíba-do-brejo, pindaíba-d'água, pau-de-embira, pimenta-do-mato e pau-de-anzol. Sugere, ainda, duas outras espécies da família Styracaceae, *Styrax ferrugineum* Nees & Mart. e *S. pohlii* A. DC., como sinônimos de benjoeiro, limoeiro-do-mato, estoraqueiro, árvore-de-bálsamo e pindaíva³⁹⁶.

As propriedades terapêuticas da pindaíba parecem ter caído em esquecimento, porém suas folhas e sementes já foram consideradas expectorantes e anti-sépticas. A. B. Joly, ao referir-se à família da pindaíba, afirma que “afora as espécies que produzem frutos comestíveis e que são objeto de comércio, [a família Annonaceae] não tem outra importância econômica”³⁹⁷.

De acordo com Serafim Leite, as sementes de pindaíba podiam ser encontradas “na Aldeya do Spirito Santo e no sertão”³⁹⁸.

³⁹⁶ J. A. A. Camargos, op. cit., pp. 214-6. Presume-se que a origem da expressão “estar na pindaíba” esteja, talvez, ligada ao fato da polpa da fruta ser muito fina e sem substância: diz-se que uma pessoa “está na pindaíba” quando se encontra tão sem recursos que não tem outra alternativa senão alimentar-se dos frutos da pindaíba, mesmo sabendo que esta lhe oferecerá pouco alimento. Vide também A. M. Alfonso-Goldfarb, Livro do Tesouro de Alexandre, p. 167, nota 290.

³⁹⁷ A. B. Joly, op. cit., p. 287. Cf. Tim Low et al., op. cit., p. 239.

³⁹⁸ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 300.

Nhambuz

À luz da taxonomia atual, nenhuma espécie foi identificada sob o epíteto de “nhambuz”. A literatura consultada, entretanto, forneceu duas indicações distintas para este simples, comentado a seguir.

C. Lisboa cita a planta “yuambu/inambou/inhambu” como sendo uma espécie do gênero *Gomphrena* L. (família *Amaranthaceae*), utilizada em fins do século XVIII no tratamento de colites, enterites, como tônica e antifebril³⁹⁹. Pelos termos indígenas sugeridos acima, é possível que haja representantes desta família que sejam identificados ao “nhambuz” citado na Triaga.

L. C. Tibiriçá cita as variações “nhamby/nhambi/nhambü” (daí, portanto, nhambu) como tipos de ervas picantes e medicinais da família *Compositae* (*Asteraceae*), na região do Pará⁴⁰⁰. G. S. Sousa afirmou que “há uma erva que se chama nhambi, que se parece na folha com coentro, e queima como mastruços, a qual os comem índios e os mestiços crua, e temperam as panelas dos seus manjares com ela [...]”⁴⁰¹.

Este termo, entretanto, não deve ser confundido com o “nhambu-guaçu” citado por G. Piso como sendo a mamona (*Ricinus americanus*)⁴⁰².

Na Noticia breve dos lugares..., Serafim Leite diz que a semente de “neambus” era encontrada no Colégio da Bahia e no sertão⁴⁰³. Note-se que a grafia empregada aqui difere daquela da própria Triaga.

³⁹⁹ Frei Cristóvão de Lisboa, op. cit., pp. 234-5.

⁴⁰⁰ Luís Caldas Tibiriçá, op. cit., p. 78.

⁴⁰¹ G. S. Sousa, op. cit., p. 200.

⁴⁰² *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*, vol. 2, p. 101. A referência feita a G. Piso, nesta passagem, é a da página 180 de sua *História Natural das Coisas do Brasil*, onde a mamona é descrita como “Nhambv-Gvaçv” ou “Ricins Americana”, conhecida em Portugal como figueira-do-inferno. Cf. M. L. L. Rodrigues, op. cit., p. 52.

⁴⁰³ Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300 (grifo nosso).

Urucu secco em torciscos

De modo geral, os torciscos podem ser definidos como formas farmacêuticas obtidas através da mistura de vários pós. Estes pós eram reduzidos, então, a uma pasta rígida no almofariz. A esta massa eram acrescentados sumos ou mucilagens e a massa era, posteriormente, cortada em pequenas pastilhas, de formas variadas⁴⁰⁴.

O urucu, urucú ou urucum é citado entre os autores consultados como a espécie *Bixa orellana* L., família Bixaceae. No Nordeste, também é conhecido como açafraeiro ou açafroa⁴⁰⁵.

G. Piso e G. Marcgrave fizeram referências a esta planta, citando-a como “ouroucu” e “urucú”⁴⁰⁶. G. Piso, em particular, mencionou que o urucum era cultivado, em fins do século XVII, pelos índios para ser vendido aos portugueses, que da planta obtinham lucro excepcional a partir da tintura vulgarmente conhecida como “orellana” entre os espanhóis⁴⁰⁷. C. Lisboa afirma ser o urucum uma planta muito estimada e utilizada pelas populações autóctones da Améri-

⁴⁰⁴ J. P. F. S. Dias, op. cit., pp. 447-8. Os trociscos aparecem em várias obras, incluindo a *Pharmacopea Lusitana*, de 1704, junto a electuários, purgantes, opiatos, águas cordiais e pós magistras (Ibid., p. 114). Serafim Leite, ao transcrever a Triaga Brasília da Collecção de Receitas, traz vários exemplos de torciscos: “Trociscos de estancar sangue. Do Curvo [Semedo]”, “Trociscos de Fiorabanto. Do Curvo [Semedo]”, “Trociscos de jararacas”, “Trociscos de Fiorabanto. Da Botica do Collegio de Macáo” etc. (Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 291). Cf. A. J. Andrade Gouveia, op. cit., p. 51.

⁴⁰⁵ José Arlete Alves Camargos, org., op. cit., p. 231. Cf. Edvaldo Rodrigues de Almeida, op. cit., p. 333.

⁴⁰⁶ G. Piso, *História natural e médica da Índia Ocidental*, cap. XIV, p. 133; G. Marcgrave, op. cit., p. 61. Piso escreve: “Lusitanis vulgo Orellana dictant [...] Clusius Bixam Americanam [...] Oviedi et Fr. Ximenes [...] accurate describit sub nomine Achioté” (“Entre os portugueses, é conhecido como orelana [...] para Clúcio, é *Bixa Americana* [...] Oviedo e Fr. Ximenes descreveram com acuidade sob o nome de Achioté”).

⁴⁰⁷ G. Piso, *História Natural e Médica da Índia Ocidental*, pp. 302-5.

ca do Sul, muito antes da chegada dos colonizadores⁴⁰⁸.

F. A. Sampaio diz que o “orucú” também pode ser denominado açafão (esta denominação, entretanto, pode esbarrar em confusões taxonômicas, pois o açafão, tal como é conhecido botanicamente há muito tempo, é a espécie *Crocus sativus* L., família Iridaceae). Afirma que somente as frutas ou bagos, chamados ourucú, têm virtudes medicinais, os quais são utilizados para tratar hemorragias e para “engrossar” o sangue. Seus princípios ativos, que incluem carotenóides e flavonóides, conferem a este simples propriedades antiespasmódicas e hipotensoras⁴⁰⁹.

As qualidades do urucum, além das medicinais, são bem conhecidas dos índios brasileiros. A. R. Ferreira diz que o urucú

[...] distingue-se em duas qualidades, que são o encarnado e amarello. [...] Quasi todo o gentio se pinta com a bella gala da sua cor⁴¹⁰.

Os primeiros europeus nas Novas Terras depararam-se com hábitos indígenas bastante divergentes daqueles encontrados em seus países de origem. Entre estes hábitos chamou a atenção o costume de pintar o corpo com substâncias de origem vegetal, entre as quais destacavam-se o urucum, cujas sementes forneciam um suco de coloração avermelhada, e o genipapo, de cuja fruta se extraía um suco de coloração negra azulada⁴¹¹.

⁴⁰⁸ Frei Cristóvão de Lisboa, op. cit., pp. 278-81.

⁴⁰⁹ Francisco Antonio de Sampaio, op. cit., p. 29. O autor literalmente diz que o “ourucú” serve para “incrassar os liquidos”. Cf. C. A. M. Santos et al., op. cit., p. 149.

⁴¹⁰ Alexandre Rodrigues Ferreira, op. cit., p. 734.

⁴¹¹ J. M. L. Piñero et al., op. cit., p. 46. Os autores confirmam a identificação do urucum como sendo *Bixa orellana* L.; o genipapo é a espécie *Genipa americana* L.

Serafim Leite diz que a “semente ourucu” podia ser encontrada “na Aldeya do Spirito Santo, Capivaras e sertão”⁴¹².

3.4. Extratos

Sob o termo extrato conhecem-se vários significados em português. Do ponto de vista da farmácia e da química, entretanto, os extratos podem ser definidos como produtos oriundos do tratamento de substâncias animais ou vegetais através de um solvente apropriado, como água ou álcool, por exemplo, e submetendo-se os excipientes empregados à evaporação até que se chegue a uma consistência pastosa. Muitas vezes, os extratos adquirem a consistência de xarope ou goma mole. Embora se assemelhem às tinturas, que também são métodos extrativos, os extratos não devem ser confundidos com elas, pois, nestas, o solvente não é evaporado⁴¹³.

Os métodos de extração vêm sendo empregados desde a Antigüidade. As triagas magistras invariavelmente empregavam extratos variados, sendo que o de ópio era um dos mais conhecidos. Talvez não por acaso, o primeiro extrato citado na Triaga Brasília é justamente este.

A receita cita quatro extratos, discutidos a seguir.

Ópio

Orta refere-se ao ópio como uma substância que torna os homens impotentes, e afirma que o mais usado é o de Cam-

⁴¹² Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300.

⁴¹³ “Extrato”, in H. de Garcia & A. Nascentes, orgs., op. cit., vol. 2, p. 1521. As tinturas podem ser definidas como a “solução de uma ou muitas substâncias químicas mais ou menos coloridas [...] água, álcool ou éter carregado, por maceração ou lixiviação, dos princípios de uma ou várias substâncias vegetais, animais ou minerais” (ibid., vol. 5, p. 3574).

baia, feito de sementes de dormideiras brancas⁴¹⁴.

Muitas substâncias com grande atividade farmacológica podem ser extraídas de uma planta chamada *Papaver somniferum* L. (família Papaveraceae), conhecida popularmente com o nome de papoula do oriente⁴¹⁵. Ao se fazer cortes na cápsula da papoula, quando ainda verde, obtém-se um suco leitoso, o ópio⁴¹⁶.

Quando seco, este suco passa a se chamar pó de ópio. Nele existem várias substâncias com grande atividade. A mais conhecida é a morfina, droga opiácea conhecida como depressora do sistema nervoso central, embora a codeína, menos conhecida, atue especificamente como depressora dos acessos de tosse (antitussígena). Além de deprimir os centros da dor, da tosse e da vigília (o que causa sono), todas estas drogas, em doses um pouco maior que a terapêutica, acabam também por deprimir outras regiões do nosso cérebro⁴¹⁷.

O conhecido e antigo pó de ópio é considerado anti-diarréico e analgésico. Seu uso em triagas é tão antigo, talvez, quanto as próprias triagas. O ópio também pode ser

⁴¹⁴ Garcia da Orta, Colóquios..., p. 246: "Ho opio se chama na india amsiam faz os homes inpotentes, e por outra maneira aproueita pera dilatar o jogo de venus ho melhor he o do cairo (que he o tebaico) e o mais vsado he o de Cambaia [...] façe de semente de domideiras brancas [...]". J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 601, ao transcrever as plantas medicinais na Serra de Sintra, em 1758, afirma que as "dormideyras" são identificadas como *Papaver somniferum* L. Entretanto, o ópio também pode ser considerado como o látex da dormideira negra (A. M. Alfonso-Goldfarb, Livro do Tesouro de Alexandre, p. 162, nota 261).

⁴¹⁵ A. B. Joly, op. cit., p. 344, afirma que as papaveráceas não têm sequer um só gênero nativo no Brasil.

⁴¹⁶ A palavra ópio, em grego, significa "suco".

⁴¹⁷ As regiões citadas do cérebro incluem, por exemplo, as que controlam a respiração, os batimentos do coração e a pressão do sangue. A morfina é um poderoso alcalóide, considerado um dos mais potentes analgésicos opióides (L. C. Di Stasi, Plantas medicinais: arte e ciência, p. 116).

terapeuticamente utilizado em tinturas e em tinturas alcoólicas⁴¹⁸.

Alcaçuz

O alcaçuz é identificado atualmente como *Glycyrrhiza glabra* L. (família Leguminosae) e recebe vários nomes populares, como alcaçuz-doce, alcaçuz-glabro, madeira-doce e raiz-doce⁴¹⁹.

Originário da Europa mediterrânea, nas planícies e planaltos até mil metros de altitude, suas primeiras aparições na literatura remontam ao Antigo Egito. Os povos da Antigüidade chamavam-no de raiz-doce. Suas propriedades medicinais parecem ser bem amplas: expectorante, béquico, empregado no tratamento de distúrbios respiratórios, digestivo, antiespasmódico, depurativo, diurético, emoliente, refrescante e tônico⁴²⁰. Garcia da Orta alerta para não chamar o alcaçuz de asa fétida⁴²¹.

L. Ribeiro apenas afirma que o alcaçuz é “bem conhecido” e encontrado principalmente em Minas Gerais⁴²².

No Brasil, utiliza-se o alcaçuz-da-terra (*Periandra dulcis* L., família Leguminosae) como sucedâneo do alcaçuz verdadeiro⁴²³.

⁴¹⁸ Até hoje se utiliza um remédio, denominado “elixir paregórico”, à base de tintura alcoólica de ópio, para tratamento de gastrites.

⁴¹⁹ A etimologia da palavra sugere a denominações “-doce” em português: do grego, temos *glucés*, *glucós*, doce, e *rhidzós*, raiz (Tim Low et al., op. cit., p. 111).

⁴²⁰ *Ibid.*, p. 111. Os autores mencionam que “A raiz e o rizoma (colhido no outono a partir do terceiro ano) devem ser secos ao sol”.

⁴²¹ Garcia da Orta, Colóquios..., p. 240: “Asa foetida de quantas maneira seia, e asa doce ña he alcaçus e serue nesta terra pera temperar os comeras e he hu çibo muyto medicinal nestas partes”.

⁴²² L. Ribeiro, op. cit., p. 191.

⁴²³ F. Weberling & H. O. Schwantes, op. cit., p. 74.

Serafim Leite afirma que os catarros, tratados no Brasil durante o século XVIII e início do XIX com suadouros e xaropes, podiam ser curados de maneira mais eficaz com o uso da raiz do alcaçuz⁴²⁴.

Angelica

A angélica (*Angelica sylvestris* L.⁴²⁵, *Archangelica officinalis* L.⁴²⁶, família Umbelliferae) é aperitiva, tônica e diurética. Alguns autores admoestam sobre a confusão que pode haver entre a angélica verdadeira (*Angelica archangelica* L.) e outras espécies silvestres, que podem apresentar toxicidade variável. Alves Camargos cita duas outras espécies de angélicas, de famílias distintas: *Dicorynia guianensis* Amsch. (família Leguminosae), na região amazônica, e *Randia glabrescens* Spruce (família Rubiaceae), na região sul do Brasil (particularmente Santa Catarina)⁴²⁷. Considerando-se, entretanto, que, na Notícia breve dos lugares onde se achão alguns simples que compoem a Triaga sobredita⁴²⁸, as angélicas são citadas em Pernambuco e nos sertões, fica pouco provável a inclusão da espécie sulina supramencionada entre as angélicas que tomaram parte na confecção da Triaga Brasília.

Pindaiba

Já discutida anteriormente.

⁴²⁴ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 96, nota 1. O autor diz que “para os casos agudos [de catarro] tinha eficácia a raiz do alcaçuz, em particular o bravo ou silvestre”. Cf. com o “alcaçuz do Brasil” de Joaquim Monteiro Caminhoá, op. cit., p. 270.

⁴²⁵ Joaquim Monteiro Caminhoá, op. cit., p. 321.

⁴²⁶ René Morgan, op. cit., p. 45.

⁴²⁷ J. A. A. Camargos, op. cit., p. 67.

⁴²⁸ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 299.

3.5. As gomas, os sais e óleos químicos e outros ingredientes

Como foi anteriormente mencionado, a discussão detalhada e a identificação das plantas da Triaga ateve-se basicamente às raízes, sementes, extratos, cipós e cascas. As gomas não foram consideradas no estudo pormenorizado porque muitos de seus componentes não são de origem vegetal, havendo substâncias animais e minerais. Os óleos e sais químicos eram eventualmente adicionados à receita, quando se desejava que esta se tornasse mais eficaz (era chamada, segundo o Ir. André da Costa, de “triaga reformada”⁴²⁹). Desta forma, também estes ingredientes não foram incluídos na discussão pormenorizada da pesquisa. Julgou-se necessário, entretanto, acrescentar esta seção ao trabalho, com as devidas notas referenciais, a fim de que o leitor tenha uma visão geral dos ingredientes totais constantes da Triaga.

As observações constantes desta seção não são, em hipótese alguma, conclusivas. A abordagem considerada prezou pelo mínimo de informações. Embora sejam ingredientes extremamente importantes, que por si só já pudessem constituir um estudo mais detalhado, apreende-se, de antemão, que a maior parte deles constitui elementos constantes de receitas já utilizadas na Europa, anteriormente à Triaga, tais como os castóreos, a terebintina, a goma arábica, o bálsamo etc. Optou-se em citar os ingredientes tal como são transcritos por Serafim Leite⁴³⁰.

Balsamo do Brazil

O bálsamo ou bálsamo-do-Brasil é, como a canela, já co-

⁴²⁹ Vide Apêndice II deste trabalho.

⁴³⁰ Serafim Leite, Artes e ofícios, pp. 295-7.

mentada anteriormente, outra planta cuja identificação torna-se confusa muitas vezes. É citada por alguns autores como a copaíba, leguminosa do gênero *Copaifera* L., identificada às espécies *C. langsdorfii* Desv., *C. reticulata* Ducke, *C. multijuga* Hayne, *C. guianensis* Desv. ou *C. cearensis* Hub. Pode igualmente ser o conhecido pau-d'óleo, espécie *Myroxylon permiferum* L., também da família Leguminosae⁴³¹. Popularmente conhecida em várias regiões do Brasil como cabraíba, cabureíba e pau-vermelho⁴³². Não deve ser confundido com o bálsamo de Paracelso — que era considerado o princípio preservador da vida, em todos os seres vivos —, um remédio que podia ser extraído por métodos alquímicos⁴³³. C. O. Gomes afirma que o óleo ou bálsamo de copaíba é uma das substâncias da farmacopéia brasilíndica que mais emprego tiveram e cujas propriedades terapêuticas foram por muito tempo reconhecidas pela medicina oficial européia⁴³⁴.

Goma arabia

As gomas são substâncias viscosas, translúcidas e insípidas que correm ou são extraídas de certas árvores. A goma arábica, utilizada milenarmente em receitas variadas e fazendo parte de várias triagas, é o produto de algumas espécies de *Acacia*, em particular a espécie *A. senegal* L. (família Leguminosae). A goma é produzida pela planta para recom-

⁴³¹ Mário Guimarães Ferri, op. cit., pp. 88 e 276; Edvaldo Rodrigues Almeida, op. cit., p. 154.

⁴³² A cabureíba é a espécie *Myrocarpus fastigiatus* Allemão (Edvaldo Rodrigues de Almeida, op. cit., p. 76). G. S. Sousa, op. cit., p. 202, escreve: “Não se podiam arrumar em outra parte que melhor estivessem as árvores de virtude [...] e seja a primeira a árvore do bálsamo, que se chama cabureíba [...]”.

⁴³³ J. Jolande, Paracelsus, p. 249.

⁴³⁴ C. O. Gomes, op. cit., p. 187. Cf. G. S. Sousa, op. cit., p. 202.

por alguma parte do caule; tanto a goma quanto a mucilagem são resinas (a mais importante é a arabina). É solúvel em água e apresenta várias aplicações, especialmente como cola. Garcia da Orta faz um estudo amplo sobre perfumes, incensos, gomas e madeiras aromáticas⁴³⁵.

Incenso e mirra

Desnecessário é mencionar a utilização do incenso, resina aromática obtida a partir de uma infinidade de substâncias vegetais, e da mirra, goma resinosa e aromática que se extrai preferencialmente da espécie *Balsamodendron mirra* L., ingredientes absolutamente conhecidos do mundo antigo. O colóquio 54º dos *Colóquios dos simples...* de Garcia da Orta traz o ture, que é, segundo A. J. A. Gouveia, “incenso e mirra”⁴³⁶.

Cato

Este simples, também denominado catechu, era obtido a partir do cozimento de lascas de coração da madeira de várias espécies de *Acacia* (família Leguminosae), de onde uma substância sólida originava-se da evaporação do extrato⁴³⁷. Na Inglaterra, tornou-se droga oficial desde 1721, e em outros países europeus a partir da década de 1740. É tido como refrescante, pungente e adstringente. Além do mais, associado à mirra aumenta a quantidade de leite na mulher lactente. Seu princípio ativo, o catecol (1,2-di-hidróxibenzeno), foi isolado recentemente⁴³⁸.

⁴³⁵ A. J. Andrade Gouveia, op. cit., p. 45, citando os colóquios 9º, 17º, 50º e 54º dos Colóquios... de Garcia da Orta.

⁴³⁶ Idem, p. 45.

⁴³⁷ J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 174, Quadro 5. O cato é incluído entre as drogas vegetais do Oriente e da África adquiridas pela Botica de Santo Antão.

⁴³⁸ P. K. Jain, Perspectives on Indian medicinal herbs, pp. 15-7.

Almessega da Índia

A almécega-da-Índia, também denominada almeceção, goma-almécega e incenso-bravo, é definida como a resina do lentisco ou aroeira-do-campo (*Pistacia lentiscus* L., família Anacardiaceae), embora haja várias espécies de plantas consideradas almécegas⁴³⁹. Seu gosto é resinoso e adstringente. Popularmente, tem sido empregada no tratamento das cólicas⁴⁴⁰. J. A. A. Camargos menciona duas espécies de outra família: *Protium elegans* Engl. e *P. heptaphyllum* Aubl. (família Burseraceae)⁴⁴¹. L. Ribeiro afirma que a almécega “pode ser encontrada nos sertões do Rio Doce e na Bacia do Rio São Francisco”⁴⁴².

Terebentina fina

A terebentina é o nome coletivo das resinas líquidas, obtidas por exsudação e incisão de alguns gêneros de coníferas e anacardiáceas. A partir da destilação da terebentina obtém-se a essência de terebentina, um óleo essencial volátil utilizado em amplo espectro, inclusive como emulsionante de tintas, que entrou na composição de receitas diversas, incluindo o ceroto magistral de D. João, um remédio secreto para feridas. Devido aos monoterpenos voláteis, as terebentinas são muito utilizadas em problemas respiratórios⁴⁴³. J. M. L. Piñero e colaboradores apontam para o problema de identi-

⁴³⁹ J. P. S. Dias, op. cit., p. 111; A. B. Joly, op. cit., p. 424; “almécega”, in H. Garcia & A. Nascentes, op. cit., vol. 1, p. 167. As anacardiáceas eram anteriormente denominadas terebintáceas.

⁴⁴⁰ Francisco Antonio de Sampaio, op. cit., p. 77.

⁴⁴¹ José Arlete Alves Camargos, op. cit., p. 126.

⁴⁴² L. Ribeiro, op. cit., p. 191.

⁴⁴³ J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 445. A terebentina faz parte, até hoje, de medicamentos como os expectorantes infantis, que podem ser constituídos, entre outros ingredientes, de óleos essenciais (eucalipto, noz-moscada, cedro, mentol, cânfora e terebentina).

ficar precisamente a maioria das resinas medicinais do continente americano: “[...] com exceção talvez de Alvarez Chanca, [os espanhóis] não se interessaram muito pela presença de produtos de uso medicinal [...] isto explica a abundância e imprecisão de referências a resinas medicinais com nomes europeus (anime, anime album, eneldo branco, terebintina, almécega etc.) junto à ausência de descrições detalhadas das plantas de onde se extraíam tais resinas”⁴⁴⁴. Historicamente, parece ter havido várias terebintinas, de origens vegetais diversas, distribuídas regionalmente pela Europa, tais como as essências de terebintina francesa (óleo extraído de *Pinus maritima* L.), inglesa (extraída das espécies *P. australis* e *P. taeda*), alemã (extraída de *P. sylvestris*) e de Veneza (extraída da anacardiácea *Larix europaea*)⁴⁴⁵.

Castorio e tintura de castorio

Os castóreos, historicamente denominados como sendo substâncias odoríferas segregadas por glândulas situadas debaixo da pele do ventre do castor (roedor do gênero *Castor* L., sobressaindo-se as espécies *C. fiber* L. e *C. canadensis* Kuhl.), foram remédios compostos utilizados pelos árabes e aceitos na Europa, durante muito tempo. Seu princípio químico, a castorina, é amargo e cristalino, conferindo aos castóreos atividade antiespasmódica. J. P. F. S. Dias inclui o castóreo entre as drogas de origem animal adquiridas pela Botica do Colégio de Santo Antão em meados do século XVIII⁴⁴⁶.

⁴⁴⁴ J. M. L. Piñero et al., op. cit., p. 42.

⁴⁴⁵ “Terebintina”, in H. Garcia & A. Nascentes, op. cit., vol. 5, p. 3545.

⁴⁴⁶ J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 175, quadro 7.

Terra sigillada

As chamadas terras sigiladas ou terras seladas eram tipos de terras argilosas a que os antigos costumavam atribuir propriedades medicinais. A terra sigilada de Chipre e Armênia tinha propriedades terapêuticas, antiveneníferas e antiofídicas. Entre as “drogas e medicamentos adquiridos pela Botica do Colégio de Santo Antão ao droguista Lourenço Scaniglia (1749-1750)”, a “terra sigilada” é citada como uma droga mineral não metálica⁴⁴⁷.

Terra de São Paulo

Pelas informações que Serafim Leite nos fornece a respeito da Botica do Colégio de São Paulo, em Goa (Índia), inferimos que, talvez como a terra sigilada, esta terra tivesse propriedades terapêuticas difundidas pela Europa, como o próprio autor descreve: “O Colégio de S. Paulo [de Goa] tinha, também, a sua botica, onde eram preparadas as célebres <pedras de Goa> ou <pedra cordial>, composição secreta do químico florentino, Irmão leigo Gaspar Antônio, que tiveram tanta voga e que levadas pelos jesuitas chegaram aos confins do Extremo-Oriente, até Pequim, usadas até pelo Imperador da China, e mesmo à Rússia, para onde foram remetidas de Pequim ao célebre médico Ribeiro-Sanches”⁴⁴⁸. Entretanto, não foi possível identificá-la tal como foi feito com outros ingredientes desta seção.

Pedra de Cananor

É, possivelmente, um simples de origem mineral, como a pedra bezoar (discutida no Capítulo 2 deste trabalho).

⁴⁴⁷ J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 697.

⁴⁴⁸ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 89, nota 1.

Cananor é uma região da Índia, próxima a Calicute, onde, em 1501, houve uma batalha naval envolvendo os portugueses⁴⁴⁹. Não foi possível obter-se maiores informações sobre este simples.

Capa roza-calcinada

O termo “caparrosa” refere-se ao nome vulgar de diversos sulfatos metálicos, tais como o sulfato de cobre (caparrosa azul), o sulfato de ferro (caparrosa verde) e o sulfato de zinco (caparrosa branca)⁴⁵⁰. A calcinação ou oxidação de metais, por sua vez, é um método antigo empregado por artesãos metalurgistas, reconhecido como a primeira etapa na obra alquímica⁴⁵¹. Vários processos de calcinação geram cores diferentes em metais diferentes. Não sabemos que tipo de material deu origem à “capa roza-calcinada”.

Espírito de Marte

O termo espírito ou *spiritus* refere-se, na antiga química, aos medicamentos líquidos resultantes da destilação do álcool com uma ou mais substâncias aromáticas, de origem vegetal ou animal. Estes eram, às vezes, a simples dissolução de álcool de diversos princípios medicamentosos e sobretudo de princípios aromáticos. Ainda hoje se utiliza o termo espírito para designar alguns compostos químicos e vários preparados farmacêuticos. O *spiritus* do vinho, por exemplo, é o álcool que resulta da destilação do vinho, o de ale-

⁴⁴⁹ Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, p. 203.

⁴⁵⁰ “Caparrosa”, in H. Garcia & A. Nascentes, *op. cit.*, vol. 1, p. 610.

⁴⁵¹ A. M. Alfonso-Goldfarb, *Da alquimia à química*, p. 40. Um exemplo de oxidação em metais é o que ocorre com o ferro: $\text{Fe}_{\text{livre}} \rightarrow \text{FeO}$, este último sendo o óxido de ferro II. Cf. A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 144, nota 171. Cf. “calcinar”, in H. Garcia & A. Nascentes, *op. cit.*, vol. 1, p. 577.

crim é a tintura de essência de alecrim, o *spiritus da vida* é um bálsamo analgésico contendo mais de seis ingredientes, e o *spiritus de hortelã* é o alcoolato de essência de hortelã. Dentro do exposto, o espírito de Marte da Triaga pode referir-se, muito provavelmente, a sais de ferro⁴⁵².

Torciscos de jararacas ou de viboras

O termo torcisco foi anteriormente discutido neste capítulo. Sabe-se que cobras peçonhentas eram empregadas nas triagas, milenarmente. Neste caso, a Triaga faz uso de ofídios nativos das Américas. A jararaca, que inclui várias espécies do gênero *Bothrops*, destacando-se *B. jararaca* e *B. jararacussu*, é serpente peçonhenta nativa da América do Sul, especialmente do Brasil⁴⁵³.

Vinho branco, xarope de limões e mel de abelhas

Limão, mel e vinho eram ingredientes bastante utilizados em triagas antigas, nos quais os outros simples eram geralmente dissolvidos ou acrescentados para se obter a consistência pulverulenta ou pastosa do composto. Os árabes, por exemplo, utilizavam compostos à base de xarope de limão, rosas, açúcar e água⁴⁵⁴. Serafim Leite diz que o mel de abelhas (ou “de pao”) era encontrado na Tujupeba, em Porto Seguro, em Capivaras, no Camamu e no sertão⁴⁵⁵.

⁴⁵² Como exemplos de outros espíritos ainda conhecidos atualmente, temos o espírito de amoníaco (cloridrato de amoníaco), espírito de sal marinho (ácido clorídrico), espírito de enxofre (ácido sulfuroso), espírito de madeira (álcool metílico, obtido da destilação seca da madeira), entre outros; “espírito”, in H. Garcia & A. Nascentes, op. cit., vol. 2, p. 1408. Cf. J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 446.

⁴⁵³ “Jararaca”, in J. L. Soares, op. cit, p. 240. As jararacas podiam ser encontradas “no Camamu, Tujupeba, sertão e na quinta do Collegio da Bahia” (Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 299).

⁴⁵⁴ Cf. A. M. Alfonso-Goldfarb, Livro do Tesouro de Alexandre, p. 165, nota 280.

⁴⁵⁵ Serafim Leite, Artes e ofícios, p. 299.

Cascas de laranjas

Há muitas variedades de laranjas, conhecidas há muito tempo por suas propriedades nutritivas e medicinais. Tal como outros membros da família Rutaceae, a laranja (*Citrus sinensis* Osb.) possui óleos aromáticos em suas folhas, conferindo-lhe propriedades semelhantes às da cidra e do limão: as laranjas são consideradas antiescorbúticas, antiespasmódicas, anti-hemorragicas, aperitivas e tônicas. Suas flores também são sedativas⁴⁵⁶.

Salsafraz

Como ocorre com outras plantas da família Lauraceae, sob o nome sassafrás são conhecidos três gêneros, com várias espécies: *Aniba* Mez., *Ocotea* L. e *Phoebe* L. Do primeiro gênero, a espécie geralmente citada é *A. gardneri* Mez., muito cultivada no Brasil, especialmente na região sudeste. Do segundo gênero, as espécies mais citadas são *O. sassafraz* Mez. e *O. cymbarum* L. (família Lauraceae), esta última também denominada canela-sassafrás. Do gênero *Phoebe*, temos *P. patens* Mez., conhecida no Rio de Janeiro como louro-sassafrás. As espécies de sassafrás são consideradas anti-reumáticas, sudoríferas e diuréticas⁴⁵⁷. J. P. F. S. Dias identifica o sassafrás (“sassafraz”) como sendo *Laurus sassafraz* L., citado em 1758 entre as plantas medicinais na Serra de Sintra como “salsafrazia”⁴⁵⁸.

⁴⁵⁶ Cid A. M. Santos et al., op. cit., p. 115.

⁴⁵⁷ Edvaldo Rodrigues de Almeida, op. cit., p. 316; G. Ziletti, op. cit., pp. 136-58.

⁴⁵⁸ J. P. F. S. Dias, op. cit., p. 601.

Pindaiba

Já discutida anteriormente.

Erva doce

Já discutida anteriormente.

Funcho

O funcho ou funcho silvestre é identificado como sendo a espécie *Foeniculum vulgare* Mill., da família Umbelliferae. Considerado diurético, aperitivo e carminativo, não deve ser confundido com uma espécie afim da mesma família, o funcho-bastardo, endro ou aneto, *Anethum graveolens* L.⁴⁵⁹

G. S. de Sousa refere-se ao funcho e ao endro quase que indistintamente:

Endros se dão tão alto que **parecem funcho**, e onde os semeiam uma vez, ainda que secam, outros tornam a nascer [...] Funcho se dá com vara tamanha, que parece uma cana de roca muito grossa, e dá muita semente **como os endros** [...]⁴⁶⁰

A. Macer traz uma referência interessante a respeito do funcho, quando utilizado com vinho e com o decocto das raízes: “[...] cum vino et vel acqua radice coctio [...] vesicae medicatur”⁴⁶¹.

⁴⁵⁹ René Morgan, op. cit., p. 101; Terezinha de Jesus Almeida Rego, op. cit., p. 52; Tim Low et al., op. cit., p. 128. A. M. Alfonso-Goldfarb, Livro do Tesouro de Alexandre, p. 164, nota 272, afirma que “[...] no Tratado dos simples, de Ibn Masawaih, o funcho é comparado à noz-moscada [...] suas raízes são especificamente apontadas como aperientes, enquanto suas folhas são consideradas por sua ação diurética”. A autora continua: “[...] a origem botânica é de difícil precisão” - o funcho foi citado como sendo a espécie *Anethum foeniculum* L. e também a espécie *Foeniculum vulgare* L.

⁴⁶⁰ G. S. Sousa, op. cit., p. 170 (grifos nossos).

⁴⁶¹ “Com vinho e com o decocto das raízes [...] se curam as vesículas”; Aemilius Macer, op. cit., pp. 20-2 (“De Foeniculo”). A respeito do aneto, este autor afirma (Ibid., p. 48): “De Anetho. Provocat vrinās obstantia [...] nervorum laxat tēnsuras [...]” (“Sobre o aneto. Provoca a saída volumosa da urina [...] e relaxa a tensão muscular”).

Canela

Não houve referência, na Triaga, a esta canela ser ou não a canela-da-Índia, discutida anteriormente. Sob o nome canela, há várias espécies nativas do Brasil, comentadas por alguns autores. J. A. A. Camargos associa a canela, no Brasil, a quatro gêneros de Lauráceas distintos: *Aniba* sp, *Cinnamomum* sp, *Nectandra* sp e *Ocotea* sp⁴⁶². Não se pode confundir a canela-do-ceilão e a canela-da-china com a canela brasileira, sucedânea destas, ocorrente em várias regiões da América do Sul⁴⁶³. Entre as canelas brasileiras, Langsdorff afirma, em sua viagem pelo Brasil no início do século XIX, que várias espécies pertencem ao gênero *Laurus* (família Lauraceae). Curiosamente, o mesmo viajante diz que a canela-de-ema, uma outra espécie de canela entre tantas do Brasil, não pertence ao gênero *Laurus*, mas sim a outros dois gêneros distintos: *Vellozia* e *Barbacenia* (família Velloziaceae)⁴⁶⁴. T. Rizzini faz uma extensa citação bibliográfica das canelas brasileiras⁴⁶⁵.

⁴⁶² O autor não deixa claro, em seu Catálogo, se o gênero *Ocotea* inclui a espécie *O. cymbarum* L. citada por Edvaldo Rodrigues de Almeida, op. cit., p. 316, como canela-sassafrás, embora cite, na mesma obra, as espécies de lauráceas *Mespilodaphne sassafras* Meissn. e *Sassafras officinale* Nees como sendo canela-sassafrás. Vide discussão acerca do sassafrás neste capítulo.

⁴⁶³ A espécie em questão é *Aniba canelilla* Nees (F. Weberling & H. O. Schwantes, op. cit., p. 64).

⁴⁶⁴ Danuzio Gil Bernardino da Silva, op. cit., vol. 1, pp. 380-3.

⁴⁶⁵ Do gênero *Ocotea*, traz *O. insignis* Mez como canela-batalha, *O. glaziovii* Mez e *O. spectralis* (Meisn.) Mez como canela-amarela ou canela-preta, *O. opifera* Mart. como canela-de-cheiro, *O. nitidula* (Nees & Mart.) Mez e *O. organensis* (Meisn.) Mez como canela-parda e *O. corymbosa* (Meisn.) Mez como canela-fedorenta. Do gênero *Nectandra*, traz *N. pichurim* Mez como canela-branca e *N. lanceolata* Nees como canela-da-várzea. Do gênero *Cinnamomum*, traz *C. glaziovii* (Mez) Kosterm. como canela-papagaio (C. T. Rizzini, op. cit., p. 275-6).

Salva

A salva ou sálvia é uma planta bastante conhecida dos europeus. É o nome comum dado a várias plantas de diferentes famílias, porém especialmente ao subarbusto *Salvia officinalis* L. (família Labiatae). Esta espécie é denominada, também, salva-das-boticas, sálvia ou salva-verdadeira. Textos antigos trazem referências à ação emenagoga deste simples. A. Macer, por exemplo, diz que a sálvia auxilia na expulsão da menstruação: “Pellit abortivum lotiumq(?) & menstrua purgat”⁴⁶⁶.

Cascas de limões

Este simples já foi discutido anteriormente.

Sal herculeo

Não foi possível identificar este simples.

Cravo

A discussão acerca do cravo foi feita anteriormente. É provável que este cravo seja o conhecido cravo-da-índia, antigo ingrediente de receitas antigas, e não o cravo ou cravina, planta ornamental cariofilácea.

Canella

Já discutida anteriormente.

⁴⁶⁶ Aemilius Macer, op. cit., p. 26 (“De Salvia”).

Alecrim

Várias espécies de *Holocalyx* (família Leguminosae) são popularmente conhecidas como alecrim. Tem-se, por exemplo, o alecrim-de-campinas ou alecrim-do-mato (*H. balansae* Mich.) Outras famílias, porém, também apresentam espécies popularmente conhecidas como alecrim⁴⁶⁷. A espécie *Rosmarinus officinalis* L., que recebe os nomes de alecrim-de-jardim, alecrim-rosmarinho e alecrinzeiro, é conhecida na Europa desde o século XVII — a rainha Isabel da Hungria parece ter utilizado a “água da juventude” [extrato alcoólico de alfazema (*Lavandula officinalis* Chaix), alecrim e tomilho (*Thymus vulgaris* L.)] para recuperar a saúde debilitada, e é tido terapêuticamente como antiespasmódico e antiácido⁴⁶⁸. Possui óleos etéreos (i.e., essências⁴⁶⁹; J. P. F. S. Dias confirma esta espécie, associando-a ao óleo de alecrim e à essência de alecrim. É, muito provavelmente, o alecrim referido na Triaga⁴⁷⁰.

Tobaco

Espécie muito conhecida, *Nicotiana tabacum* L. (família Solanaceae) — cujos nomes populares são variados, tais como fumo, petume, petima, pitura, petum e tabaco—, pode ter-se originado no noroeste argentino, procedente de duas espécies silvestres (*N. sylvestris* e *N. otophora*), de onde irradiou-se para o restante da América Latina. Outras espécies de *Nicotiana*, tais como *N. langsdorfii* Wein., *N. alata* Link

⁴⁶⁷ A. B. Joly, op. cit., p. 377. H. F. Leitão Filho et al., op. cit., vol. 3, p. 675, citam o alecrim-da-praia (*Bulbostylis capillaris* (L.) C.B. Clarke, da família Cyperaceae, e A. B. Joly, op. cit., p. 584, cita o gênero *Rosmarinus*, particularmente a espécie *R. officinalis* L., da família Labiatae (Lamiaceae).

⁴⁶⁸ Tim Low et al., op. cit., p. 113.

⁴⁶⁹ F. Weberling & H. O. Schwantes, op. cit., p. 108.

⁴⁷⁰ J. P. F. S. Dias, op. cit., pp. 445 e 602.

& Otto e *N. forgetiana* Hort. são igualmente conhecidas como fumo. O tabaco apresenta propriedades tóxicas, porém é tido como digestivo e ativador das funções cerebrais⁴⁷¹.

Caroba

Segundo J. A. A. Camargos, podem ser várias espécies dos gêneros *Jacaranda* ou *Tabebuia*, ambos da família Bignoniaceae⁴⁷¹. Esta descrição parece encontrar respaldo em L. Ribeiro, ao afirmar que a caroba é a espécie *Bignonia chelenoides*, encontrada em Minas Gerais. Diz ele: “As folhas são o remédio geral de todo o sertão para curar o vírus venéreo bobático [vírus do bubão ou sífilis bubática, também denominada boubá, buba, bubã ou bubo]; usa-se um cozimento, que é amargo, por bebida ordinária, e do pó das mesmas folhas para curar as chagas. O extrato é antivenéreo”⁴⁷³.

Chicorea

A chicória, *Cichorium intybus* L., da família Asteraceae, é originária das zonas temperadas da Ásia e da Europa e é conhecida por suas propriedades medicinais desde a Antigüidade Clássica. Há indicações de que era utilizada na Grécia Antiga para o tratamento de transtornos hepáticos. A chicória possui propriedades tonificantes e é empregada para o tratamento da icterícia e das obstruções dos órgãos abdominais, além de ser estomáquica, depurativa, laxativa fraca e

⁴⁷¹ F. weberling & H. O. Schwantes, op. cit., p. 109. O tabaco aparece no Codex Fuchs (século XVI), 11123, p. 161, e também no Adam Lonicer Kreuterbuch (século XVI), p. cccv r (H. Walter Lack, op. cit., pp. 38, 70).

⁴⁷² José Arlete Alves Camargos, op. cit., p. 58.

⁴⁷³ Lourival Ribeiro, op. cit., p. 192.

antidiarréica⁴⁷⁴. A. R. Ferreira diz que “a xicorea do reino é o coentro-da-Índia”⁴⁷⁵.

Borragens

O texto cita “borragens”. A literatura especializada em identificação botânica aponta, na família Boraginaceae, várias espécies igualmente denominadas “borragem”: *Borago officinalis* L., que também é consumida em saladas, além de ser utilizada na medicina popular⁴⁷⁶; *Heliotropium amplexicaule* Vahl., *Heliotropium procumbens* Mill., *Heliotropium leiocarpum* Morong.⁴⁷⁷; *Heliotropium indicum* L.⁴⁷⁸; *H. transalpinum* Vell.⁴⁷⁹. As duas últimas espécies recebem sinônimos de borragem-brava e heliotrópio. A borragem é considerada sudorífera, antiinflamatória e diurética. A. Macer afirma que a borragem é sedativo bucal, eliminando a dor de dentes⁴⁸⁰. O fato desta planta não ter sido citada em nenhum texto da Antigüidade levou os historiadores a admitirem o fato de que a borragem fora importada da África ou da Síria, de onde provavelmente é natural, durante a Idade Média⁴⁸¹.

⁴⁷⁴ René Morgan, op. cit., p. 76.

⁴⁷⁵ Alexandre Rodrigues Ferreira, op. cit., p. 735 (F. Weberling & H. O. Schwantes, op. cit., p. 115, dizem que *Cichorium intybus* L. é a chicória-amarga ou almeirão, usada como sucedâneo do café).

⁴⁷⁶ René Morgan, op. cit., p. 59; Tim Low et al., op. cit., p. 147; M. A. da Câmara, Memoria sobre a utilidade dos jardins botanicos..., apud M. E. B. Prestes, op. cit., p. 179, nota [a]; F. Weberling & H. O. Schwantes, op. cit., p. 107.

⁴⁷⁷ S. Schwartsman, op. cit., p. 66.

⁴⁷⁸ H. F. Leitão Filho et al., op. cit., vol. 3, p. 612.

⁴⁷⁹ Ibid., p. 614; S. Schwartsman, op. cit., p. 67.

⁴⁸⁰ Aemilius Macer, op. cit., p. 67: “Herbam, quam Graeci dixerunt melisophyllon [...] solet dentis sedare dolorem” (“Erva esta conhecida pelos gregos como melisofilo [...] tira a dor de dente”).

⁴⁸¹ O cap. LI de Leonhart Fuchs, op. cit., afirma ser a borragem antidepressiva.

Pindaiba

Já discutida anteriormente.

Arruda

A arruda é a espécie *Ruta graveolens* L. (família Rutaceae), conhecida da farmácia e amplamente empregada na medicina popular brasileira como estimulante, emenagoga, auxiliar do tratamento de varizes e flebite, além de aumentar a resistência dos capilares sanguíneos devido à rutina, um dos princípios ativos mais fortes. Crenças variadas também utilizam a arruda como planta mágica⁴⁸².

Cardo santo

Sob este nome há basicamente três espécies pertencentes a duas famílias distintas: *Cnicus benedictus* L. e *Silybum marianum* Gaertn., da família Compositae (Asteraceae), e *Argemone mexicana* L., da família Papaveraceae⁴⁸³. As duas asteráceas são originárias da Europa. A primeira recebe também o nome de cardo-bento e segunda, de cardo-mariano e serralha-de-folha-pintada. Suas propriedades medicinais são bastante próximas, sendo consideradas digestivas, tônicas, antifebrífugas, depurativas, colagogas e diuréticas. A papaverácea, cujo nome específico atesta provavelmente sua origem, é considerada eficiente no tratamento de verrugas e lesões de pele. Também é conhecida como papoula-do-méxico ou papoula-espinhosa. G. Ziletti parece ter-se referido a esta papaverácea, ao reportar-se a N. Monárdes, dizendo que o cardo-santo é uma raiz maravilhosa oriunda da Nova Espanha⁴⁸⁴. Não se pode precisar, porém qual destes “cardos-santos” foi empregado na Triaga.

⁴⁸² F. Weberling & H. O. Schwantes, op. cit., p. 94; Tim Low et al., op. cit., p. 221.

⁴⁸³ René Morgan, op. cit., p. 68 e H. F. Leitão Filho et al., op. cit., vol. 2, pp. 521-3.

⁴⁸⁴ G. Ziletti, op. cit., p. 158: “Portano della Noua Spagna [...] una raiz merauigliosa, & di gran virtù, che chiamano cardo santo [...]” (“Trazemos da Nova Espanha [...] uma raiz maravilhosa e de grande virtude, que chamamos de cardo santo [...]”).

4. Modo de fazer a Triaga Brasília

Tal como em outras triagas, a Triaga Brasília segue procedimentos específicos, assinalados por passos precisos e instruções detalhadas. Nota-se uma preocupação em descrever em detalhes todos os procedimentos, sem mencionar, entretanto, pormenores dos ingredientes ou dos instrumentos empregados. Todos os trechos transcritos a seguir encontram-se no Apêndice II deste trabalho, sob o título “Far-se-há do seguinte modo”.

Logo no início, as raízes deviam ser submetidas à extração, como se lê: “Às primeiras vinte e huma raízes se lhe tomam os seus pesos respectivos e se fação em pó, e se passe por tamiz muito fino com cuidado que não volatize muito. Dos rezíduos que ficarem com pesos respectivos a cada huma das ditas raízes se faça extrato”. Em seguida, alguns simples, como cipó de cobras, canela da Índia, cravo do Maranhão e angélicas, deviam ser também reduzidos a pó, excetuando-se o açafraão, que “se pizará à parte secando-se primeiro ao ar do lume”. O espírito de Marte, a tintura de castóreo, a terebintina, o bálsamo do Brasil e os extratos de ópio, de angélica e de pindaíba deveriam ser dissolvidos em vinho branco e xarope de limão e acrescentados à receita no tempo apropriado.

A parte final da preparação incluía a fervura do mel em fogo brando, depois em fogo alto por pouco tempo antes de terminar a fervura (“E tendo posto [...] hum pouco alto, então se tire do fogo”) e a adição do vinho com os simples desfeitos nele, além do xarope de limões e os pós “depoes de bem misturados huns com os outros”. Todos estes ingredientes eram, então, acrescentados ao mel e o composto, depois de ficar “em bom ponto”, deveria ser resfriado e coloca-

do em talhas com a “terceira parte por encher”.

A Triaga deveria ser exposta ao sol por seis meses e mexida diariamente pela manhã e tarde. Não deveria ficar ao relento durante a noite. Há uma admoestação que finaliza seu modo de preparo: “Não se uze desta tiriaga senão passados seis mezes”.

A receita básica da Triaga podia ser, entretanto, ampliada. A “Triaga Brasileira reformada” incluía os sais e óleos químicos, que eram acrescentados quando o Irmão André da Costa desejava que ficasse mais eficaz. Quanto a estes ingredientes, porém, o jesuíta “não lhos ajuntava ordinariamente” — eram desfeitos em gral de pedra e acrescentados ao composto e à mistura dos extratos. O autor da receita escreve que “esta hé a celeberrima tiriaga brasiliana, ou do Brazil, e tão estupenda para tantas enfermidades, como continuamente se tem experimentado, e se está experimentando”. E continua, de forma enfática e quase poética: “E eu a confeçar a verdade, pela experiencia que tenho de todas as quatro partes do mundo, e exercitando em todas ellas a charidade de applicar alguns remedios, digo que hé das tiriagas a que entre todas as outras tem a primazia, poes hé a que entre todas ellas obra mais promptamente e com mais efficacia”.

5. Finalidades da Triaga Brasileira

Serafim Leite, ao referir-se às receitas da Collecção de Receitas, das quais a Triaga é uma delas, diz que “[...] pelo exame dos [medicamentos] que pertencem ao Brasil, se vê que doenças tinham mais preparados locais, e correlativamente as enfermidades mais comuns. Sobressaem as da pele, a anemia e a sífilis”⁴⁸⁵. Se as informações de Serafim Leite estiverem corretas, as doenças para quais a

⁴⁸⁵ Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 91. O autor traz uma extensa lista de enfermidades para as quais as receitas da Collecção serviam terapêuticamente: enfermidades da pele, doenças anêmicas, males venéreos, febres, vermes intestinais, “enfermidades das senhoras”, chagas e feridas, tumores duros, apoplexias, paralisia, histerismo, hidropisia, disenterias, entre muitas outras.

Triaga Brasília supostamente servia estão incluídas no rol citado.

A lista, porém, das enfermidades constantes da Noticia do Antídoto ou nova Triaga Brasília que se faz no Collegio da Companhia de Jesus da Bahia é imensa, indo muito além das doenças de pele, da anemia e da sífilis de Serafim Leite⁴⁸⁶. Segundo o que se lê nesta “noticia”, a Triaga é referida, primeiramente, como um antídoto contra todos os venenos, exceto os corrosivos, e para a mordedura de cobras e outros animais peçonhentos. Esta indicação terapêutica parece não ser simples acaso, uma vez que a Triaga é apresentada como “Antídoto ou Panacea Composta” à imitação das triagas européias. Sabemos que as triagas inicialmente constituíam-se em antídotos contra venenos.

Seguindo-se à recomendação da receita como antídoto, o autor descreve as propriedades da Triaga nos diversos órgãos do corpo humano. A receita é remédio para problemas abdominais: “serve tambem para qualquer dor interna, como de estomago, vomitos, colica, flatos e pontadas, principalmente se forem cauzadas de frio; para lombrigas e qualquer humor corrupto que se gere nos intestinos”. Também é remédio para problemas relacionados à cabeça: “serve mais para qualquer achaque de cabeça [...] como hé paralesia, epileisia, apoplessia, melancolia [...]”. Para estes, recomenda-se o emprego conjunto com “os remedios universais que se costumão nestes achaques”. As doenças de pele, causadas ou não por epidemias, são igualmente contempladas pelo composto: “hé boa contra a peste e doenças epidemicas. Nas febres malignas tem mostrado grande efficacia [...] hé potente contra as bexigas e sarampão [...]”. Por fim, a receita é eficaz e “celebre

⁴⁸⁶ Vide Apêndice II para maiores detalhes.

e experimentado remedio” para enfermidades relacionadas às mulheres, tais como “soffocação da madre, accidentes uterinos, convulsão, flatos, dores, retenção dos menstros, para a opilação da madre [...]”, assim como para as crianças “que tem febres, colicas, e outras enfermidades cauzadas de lombrigas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem deve ter sido antes farmacologista que fazendeiro (P. Silva, Farmacologia, p. 193)

Ao terminarmos esta jornada, talvez fiquemos com mais perguntas sem respostas e lacunas abertas, ao invés de certezas e fatos precisos. A riqueza da receita jesuítica setecentista analisada neste trabalho trouxe à tona muitos pontos relevantes, comentados a seguir.

Primeiramente, o recorte metodológico feito na pesquisa prezou pelo detalhamento dos simples de origem vegetal empregados na receita e seus modos de preparo. Foram consideradas as vinte e uma raízes, as sete sementes, os quatro extratos e mais oito plantas distribuídas entre cascas, pós, cipós e flores. Não foram consideradas as “gomas” e outros ingredientes comuns de triagas antigas, tais como incenso, mirra, terebintina, mel etc., além dos óleos e sais químicos, que eram acrescentados à Triaga Brasília para constituir o que era denominado, segundo a transcrição de Serafim Leite, *Triaga Brasília Reformada*. Tais ingredientes já eram conhecidos desde o mundo antigo, e foram apenas comentados superficialmente na última parte do Capítulo 3 a fim de que o leitor pudesse ter uma visão geral de todos os ingredientes, embora as plantas tenham merecido a atenção principal. Sabemos, entretanto, que esta lacuna de pesquisa abre novos campos para estudos futuros, voltados ao âmbito da

farmácia ou da química, ou ambos.

Alguns dos simples vegetais são citados em mais de uma divisão da receita. A pindaíba, por exemplo, aparece entre as sementes, os extratos, os óleos e os sais químicos. Apesar do largo emprego na Triaga, é curioso notar que este simples não representa, na literatura consultada, uma planta cujas propriedades medicinais sejam atualmente exploradas popularmente de forma ampla. Na verdade, sua ocorrência espontânea, inclusive, parece ter sofrido alterações nos últimos anos e hoje é muito pouco vista nos seus habitats originais. Podemos imaginar que a pindaíba, à época da utilização da receita, além de ser uma planta comum nas matas brasileiras, fosse também terapêuticamente indicada para muitas enfermidades. De forma análoga, a canela é citada entre as cascas, óleos e sais químicos. Não sabemos, entretanto, se a canela dos óleos e sais químicos é a mesma canela-da-índia citada entre as cascas. A discussão das várias canelas feita no capítulo 3 deixa dúvidas que a própria receita não soluciona. A angélica figura entre as cascas e entre os extratos, atestando, talvez, sua importância como um simples de renome utilizado em triagas antigas, famosa por sua ação anti-helmíntica e alexifármaca.

Independentemente do modo como os extratos eram obtidos das raízes, verifica-se a importância do sistema radicular vegetal como fornecedor de substâncias medicinais. Comentamos a relevância da raiz como estrutura morfo-fisiológica em várias famílias de plantas, não somente a nível alimentar, mas também a nível medicinal. De fato, das quarenta plantas citadas em sementes, raízes e extratos, excetuando-se os sais e os óleos, vinte e uma são incluídas entre raízes.

Um fato curioso presente na transcrição da receita feita por Serafim Leite é a discordância gráfica dos nomes das plan-

tas. Não pudemos inferir acertadamente se tal fato ocorre devido a erros na publicação da obra de Serafim Leite, ou se as alterações ocorrem de fato no manuscrito por ele transcrito. Seguem-se alguns exemplos, comentados no Capítulo 3 e no Apêndice II. Na lista dos ingredientes, aparece o nome “jerubeda”, porém este mesmo simples é referido, posteriormente, como “jerobeba”. A pesquisa taxonômica não apontou para nenhuma planta denominada “jerubeda”, mas os caminhos de identificação foram sendo discutidos à medida que sugestões apareciam sob o nome “jerobeba”. Analogamente, o simples “nhambuz”, apresentado na lista dos ingredientes, aparece na *Notícia breve dos lugares...* como “neambus”. A canela é escrita ora como “canella”, ora como “canela”. A erva “cáácica”, também denominada erva de sangue, é citada separadamente na *Notícia breve dos lugares...* como erva “caacicá” e “erva do sangue”, apesar de, obviamente, serem remetidas ao mesmo local (Colégio da Bahia). Os dois “tipos” de ipecacuanha, a branca e a negra, são mencionadas na *Notícia breve dos lugares...* como “pecacoanha”.

A identificação botânica não se mostrou eficiente em todos os simples da Triaga. Na verdade, observou-se que, em vários casos, há uma vastidão de gêneros e espécies que se mostram sinônimas, muitas vezes oriundos de famílias botânicas igualmente variadas. As variações regionais de linguagem, as diferentes línguas indígenas do Brasil e a continentalidade do país originam obstáculos de cunho ético, geográfico e etimológico. Orelha-de-onça, pagimirio, jurubeba e mil-homens, por exemplo, são discutidas no último capítulo como podendo representar plantas de difícil identificação atual. Em outros casos, as indicações taxonômicas são imprecisas e duvidosas, como o que ocorreu com a planta referida na receita sob o nome de ibiraé. Um dos caminhos para se tentar chegar a uma identificação

moderna forçou a pesquisa etimológica da palavra, embora não se tenha certeza alguma se tais rotas levaram a sugestões convincentes. Esta planta poderá ter desaparecido da flora brasileira? Poderá ter sido posteriormente citada sob outros nomes? Tais perguntas talvez fiquem sem resposta, ou fomentem trabalhos futuros de pesquisa.

Na *Notícia breve dos lugares...*, nem todos os simples citados na Triaga têm seus respectivos locais mencionados. Alguns não têm qualquer indicação, como é o caso dos cominhos, da salsa da horta, da noz moscada e do açafão. Infere-se que tais plantas tenham origem européia ou tenham sido empregadas em receitas antigas, como também é o caso do ácoro, da aristolóquia redonda, da junça, do malvaíscio e do aipo, vindos de Portugal (embora o aipo pudesse ser encontrado também na Bahia, revelando, provavelmente, seu cultivo no Brasil).

Na *Notícia do Antídoto ou nova Triaga Brasilica que se faz no Collegio da Companhia de Jesus da Bahia*, a receita é definida como um antídoto ou panacéia composta semelhante às triagas de Roma e de Veneza, “[...] de varias plantas, rai- zes, ervas e drogas **do Brasil**, que a natureza dotou de tão excellentes virtudes, que cada huma por si só pode servir em lugar da Triaga de Europa [...]”⁴⁸⁷. Não podemos tomar esta descrição como verdade absoluta. Muitas plantas eram de fato nativas do Brasil, como o jaborandi, a ipecacuanha, a orelha-de-onça, o cravo-do-maranhão, a pindaíba e o urucum. Como discutimos anteriormente, entretanto, vimos que algumas não eram nativas do Brasil, como o ácoro, o açafão, a aristolóquia redonda etc. Se considerarmos a Triaga Brasilica Reformada, com os sais e óleos químicos, a

⁴⁸⁷ Vide Apêndice II deste trabalho (grifo nosso).

quantidade de ingredientes não brasileiros aumentaria consideravelmente, não justificando, então, a citação grifada acima.

O autor da receita parece querer enobrecer, de certa forma, as qualidades medicinais das plantas brasileiras. Afirma que “[...] com algumas das raízes, de que se compoem este Antidoto, se curão nos Brazis de qualquer peçonha e mordedura de animais venenosos [...] só com mastigá-llas”. Não há como comprovar se de fato tais simples possuíam propriedades praticamente miraculosas. A ênfase na eficácia do composto parece ser, até certo ponto, exagerada. A Triaga é considerada “efficacissima contra **todo** o veneno [...]” e também serve “contra **qualquer** bebida de veneno [...] e para mordeduras de **qualquer** qualidade de cobras e outros animais peçonhentos [...]”⁴⁸⁸.

A Triaga também é mencionada como tendo grande eficácia: “e a experiencia tem mostrado há tantos annos para cá que, se não hé melhor que a Triaga da Europa, ao menos não lhe é inferior em coisa alguma”. Sua eficácia parece ter encontrado respaldo nos meios acadêmicos, pois se lê na Noticia do Antidoto... que “[...] muitos Professores da Medicina só uzavão desta, por ser a que nas occasioens lhe obra-va mais promptamente”. Poderíamos questionar quais propriedades terapêuticas secretas a receita realmente detinha. Fizemos, quando possível, um levantamento dos princípios ativos e de tais propriedades dos simples analisados à luz da ciência atual, mesclada a informações de naturalistas dos séculos XVIII e XIX. Não sabemos, entretanto, como a interação de tais compostos conferia à Triaga o título de “panacéia miraculosa”, de ação rápida e eficiente.

⁴⁸⁸Vide Apêndice II deste trabalho (grifo nosso).

Não se pode afirmar que os jesuítas estabelecidos no Brasil atinham-se à teoria humoralista, em voga na Europa à sua época. Abre-se, aqui, um questionamento para novos estudos: até que ponto os jesuítas aceitaram o sistema de cura dos índios, ou simplesmente adotaram suas plantas medicinais e tentaram, de certa forma, encaixá-las no sistema galênico⁴⁸⁹?

Ao estudarmos a receita, uma questão mostrou-se pertinente: por que os jesuítas utilizaram tantas plantas nativas brasileiras para a confecção da Triaga? Vimos que o envio de simples da Europa e de outras partes do mundo esbarrava em alguns obstáculos. O primeiro deles era a distância da Metrópole e as longas viagens de navio, o que favorecia a putrefação dos produtos. O outro eram as doenças tipicamente tropicais, desconhecidas dos europeus e para as quais a medicina praticada no Velho Mundo talvez não tivesse eficácia. Além do mais, devemos considerar a opinião de muitos pesquisadores contemporâneos ao defendem a idéia de que, no emprego das ervas para a confecção de remédios, uma regra que vale, em geral, é a de que se deve empregar as plantas nativas, porque são muito melhores que as exóticas, já que as primeiras são mais ativas. O fato é que se acredita ocorrerem variações a nível de produção de compostos medicinais, tais como óleos, princípios ativos, essências etc., em plantas

⁴⁸⁹ A este respeito, M. L. L. Rodrigues, “Guilherme Piso e o conhecimento da flora medicinal brasileira no século XVII (1638-1644)”, p. 82, escreve: “com relação ao uso terapêutico da flora brasileira, Piso afirma que os incolas administravam medicamentos de qualidade quente para curar doenças de qualidade fria. Este aspecto nos sugere que, apesar de estar em contato direto com **uma forma de curar que lhe era desconhecida**, Piso não se preocupou em compreender os princípios que estavam por trás da prática terapêutica dos índios brasileiros. Parece-nos que ele identificou essa forma de curar no modelo aceito por uma parte dos estudiosos, adeptos da **teoria humoralista de Galeno**” (grifo nosso).

submetidas a condições climáticas, edáficas e geográficas diferentes das condições originais⁴⁹⁰.

Podemos inferir, entretanto, que a natureza exuberante — porém hostil e desconhecida — das Novas Terras deve ter levado os primeiros povoadores e missionários a se valem dos recursos dessa mesma natureza para combater doenças, curar ferimentos e neutralizar picadas de insetos e a mordedura de dezenas de espécies de animais peçonhentos. O processo de reconhecimento do continente americano e de defesa contra a agressividade do ambiente e a hostilidade de algumas tribos indígenas deve ter sido paulatino e possivelmente apresentou uma alternativa viável da qual os europeus não se podiam esquivar: contornar a adversidade com amabilidade. Neste sentido, levaram vantagem os padres jesuítas. Do contato diário com os nativos, gradativamente o saber acerca da infinidade de plantas medicinais brasileiras foi sendo incorporado às boticas dos colégios.

Apesar de não ser um ofício diretamente relacionado aos jesuítas, a prática da medicina e da confecção de remédios tornou-se comum entre os membros da Companhia. De fato, vimos que muitos deles tornaram-se habilidosos boticários, e as receitas das boticas jesuíticas, muitas vezes secretas,

⁴⁹⁰ F. C. Hoehne, *Flora Brasilica*, vol. XV, II, p. 15. O autor menciona literalmente “[...] deve-se empregar as plantas nativas porque têm efeitos melhores que as ‘importadas’ [...]”. A palavra importadas, no contexto em que Hoehne escreve, refere-se a plantas exóticas ou alóctones, em contrapartida às plantas nativas ou autóctones. Cf. M. R. Furlan, *Cultivo de plantas medicinais*; C. Correia Jr., *Cultivo de plantas medicinais e aromáticas*; M. P. Corrêa, *Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas*. Vários exemplos da literatura especializada em fisiologia vegetal poderiam ser citados aqui: a babosa (*Aloe vera* L.) diminui o teor de aloína, seu princípio ativo, quando as temperaturas são muito baixas; a estévia (*Stevia rebaudiana* Bert.) reage rapidamente à ação da luminosidade, produzindo mais esteviosídeos quando a luz solar é exposta à planta por mais de 10 horas diárias; o alecrim (*Rosmarinus officinalis* L.), quando em solo muito úmido, reduz a quantidade de óleo essencial (M. E. S. Cruz, “Influência de fatores climáticos no teor de óleo essencial de plantas medicinais”, in *Jornada Catarinense de Plantas Medicinais*, Anais).

gozavam de grande prestígio. Como se inserem os jesuítas nesta perspectiva? Sabemos que a filosofia mantida por Portugal na colônia brasileira dificultou a criação de ensino superior no Brasil, uma vez que este era considerado uma ameaça à dependência da Metrópole. A vinda espontânea de médicos para a colônia não era empreendimento atrativo. Os médicos restringiam-se, então, a uns poucos brasileiros, formados na Europa, e a raros europeus que aqui vinham exercer a sua profissão. Talvez a necessidade cotidiana, as pressões sociais e um talento natural às ciências, aliados a um comportamento prático, tenham favorecido os jesuítas como referências à farmácia e à medicina no Brasil colonial, embora tais ofícios não fossem a prioridade dos jesuítas no Brasil⁴⁹¹.

Um outro aspecto que se mostrou interessante foi a data encontrada no manuscrito transcrito de Serafim Leite. O ano que consta da página de rosto é 1766. Os jesuítas, porém, foram expulsos do Brasil em 1759, por ordem do Marquês de Pombal. Parece haver, à primeira vista, uma disparidade de datas entre a saída dos jesuítas e o ano de confecção da Triaga. Como discutimos, porém, em nota no Apêndice II, parece-nos óbvio imaginar que a Triaga Brasilica tenha sido utilizada muito anteriormente ao ano de 1766, devido, entre outras coisas, à menção do padre André da Costa, falecido em 1712, e que fazia uso dos óleos e sais químicos na Triaga Brasilica Reformada. A aparente disparidade entre 1766 e 1759 pode ter sido consequência da escolha de uma data posterior à saída dos jesuítas do Brasil.

O estudo concluído neste trabalho pretende ser apenas o

⁴⁹¹ Basta lembrar que, em 1799, atuavam no Brasil apenas doze médicos; cf. M. H. M. Ferraz, "A Química Médica", p. 696.

primeiro de tantos outros que possam surgir. A análise superficial das propriedades químicas dos compostos vegetais da Triaga pode sugerir novos estudos, no âmbito da farmácia, da química, da botânica taxonômica, entre outros.

A Triaga era, então, uma verdadeira panacéia? Parece-nos óbvio imaginá-la desta forma, dada a variedade de doenças e enfermidades para as quais ela era considerada eficaz. Se realmente todos estes males eram curados com o emprego do composto, não o sabemos, e não cabe neste trabalho discutir esta questão. Sua beleza e importância histórica residem justamente no fato de ser uma receita complexa, que fazia uso de plantas medicinais comprovadamente nativas do Brasil, associadas a outras simples e drogas de origem européia, asiática e africana, de pronto uso.

A Triaga Brasílica, apesar de bicentenária, continua, talvez, atualíssima. E por que não dizer instigante? Seu estudo une ciências do presente e do passado. Resgata, de certa forma, um saber brasílico — milenar? — fundido ao conhecimento dos padres jesuítas, transmutados em receita secreta e verdadeira panacéia.

BIBLIOGRAFIA

ABBEVILLE, Claude d'. História da missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo, Liv. Martins Editora, 1945, 15 vols.

ABREU, João Capistrano de. Capítulos de história colonial (1500-1800). 4ª ed. Rio de Janeiro, Soc. Capistrano de Abreu/Liv. Briguiet, 1954.

AB'SABER, Aziz Nacib, org. Glossário de Ecologia. São Paulo, Academia de Ciências do Estado de São Paulo/Fapesp, 1987.

ACEVES PASTRANA, Patricia, ed. Construyendo las ciencias químicas y biológicas. México, Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 1998 (Serie Estudios de Historia Social de las Ciencias Químicas y Biológicas, vol. 7).

_____. Química, Botánica y Farmácia en la Nueva España a finales del siglo XVIII. México, Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 1993.

_____. "Un éxito editorial de la farmacia hispana: la palestra farmacéutica químico galénica (1706)", in ACEVES-PASTRANA, P., ed. Tradiciones e intercambios científicos: materia médica, farmacia y medicina. México, Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 2000 (Serie Estudios de Historia Social de las Ciencias Químicas y Bio-

lógicas, vol. 5).

ALDEN, Dauril. *The making of an Enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its Empire, and beyond (1540-1750)*. Stanford, Stanford University Press, 1996.

ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. *Da alquimia à química: um estudo sobre a passagem do pensamento mágico-vitalista ao mecanicismo*. 3ª ed. São Paulo, Landy Livraria Editora e Distribuidora Ltda., 2001.

_____. “Entre griegos y bárbaros: eternas cuestiones historiográficas sobre materia médica y farmacia”, in ACEVES-PASTRANA, P., ed. *Tradiciones e intercambios científicos: materia médica, farmacia y medicina*. México, Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 2000 (Serie Estudios de Historia Social de las Ciencias Químicas y Biológicas, vol. 5).

_____. *Livro do tesouro de Alexandre: um estudo de herméutica árabe na oficina da história da ciência*. Trad. do original árabe de Safa Abou Chahla Jubran e A. M. Alfonso-Goldfarb. Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

_____. “Materia médica y farmacia el el siglo IX árabe: un composito del saber antiguo”, in ACEVES PASTRANA, Patricia, ed. *Construyendo las ciencias químicas y biológicas*. México, Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 1998 (Serie Estudios de Historia Social de las Ciencias Químicas y Biológicas, vol. 7).

_____. *O que é história da ciência*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

_____ & C. A. Maia, orgs. História da Ciência: o Mapa do Conhecimento. Rio de Janeiro/São Paulo, Expressão e Cultura/Edusp, 1995 (Col. América: Raízes e Trajetórias, vol. 2).

_____ & S. A. C. Jubran. “A complexa abordagem dos cenários de laboratório na literatura alquímica”, in ALFONSO-GOLDFARB, A. M. & M. H. R. Beltran, orgs. O laboratório, a oficina e o ateliê: a arte de fazer o artificial. São Paulo, Educ/Fapesp, 2002.

ALMEIDA, Carlos José Duarte. “A Companhia de Jesus em Cabo Verde (1604-1642)”. Povos e Culturas, 6 (1998): 535-573.

ALMEIDA, Edvaldo Rodrigues de. Plantas medicinais brasileiras: conhecimentos populares e científicos. São Paulo, Hemus Editora Ltda., 1993.

AMODIO, Emanuele. “Curanderos y médicos ilustrados: la creación del protomedicato en Venezuela a finales del siglo XVIII”. Asclepio, 49 (1, 1997): 95-129.

AMOROZO, Maria Christina de Mello. “A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais”, in DI STASI, Luiz Claudio, org. Plantas medicinais — arte e ciência: um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo, Editora da UNESP, 1996.

ANCHIETA, José de. Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Ed. da Universidade de São Paulo, 1988.

ANDRADE, G. O. Mourão, Rosa e Pimenta: Notícias dos Três primeiros Livros em Vernáculo sobre a Medicina no Brasil. Recife, Arquivo Público Estadual, 1956.

ANDRADE, S. O. & J. R. de Mattos. Contribuição ao estudo das plantas tóxicas no Estado de São Paulo. São Paulo, Instituto Biológico, 1968.

ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. Lisboa, Pub. Alfa, 1989.

ARAÚJO, Carlos S. Matéria médica no Brasil no século XVIII. Rio de Janeiro, A Noite, 1952.

ARBER, A. Herbs, their Origin and Evolution — a Chapter in the History of Botany (1470-1670). 3^a ed. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

ARÊDES, Marília Nunes. “Humboldt e a geografia das plantas”. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

Arquivos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. “Observações sobre o efeito de um remédio topico, aplicado a diversos doidos e doidas. Feitas em o Hospital Real de São José”, 1795. Coleção Real Biblioteca, Cód. I-47,24,6.

_____. “Lei da criação da junta do Proto-medicato”, s.d. Coleção Linhares, Cód. I-29,15,32.

_____. “Carta a um amigo, dando algumas informações sobre medicina purgativa. De Manoel Ramos”, 1881. Coleção Artur Ramos, Cód. I-36,10,172.

_____. “Virtudes curativas de algumas plantas e animais do Pará”, s.d. José Joaquim Machado de Oliveira, Cód. I-47,23,6.

ASSIS, M. C. “Aspectos taxonômicos, anatômicos e econômicos da ‘ipeca’ *Psychotria ipecacuanha* (Brot.) Stokes (Rubiaceae)”. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1992.

AULETE, F. J. C. Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa. 3ª ed. Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1948-1952, 2 vols.

BALDWIN, M. “Alchemy and the Society of Jesus in the Seventeenth Century: Strange Bedfellows?”. *Ambix* 40 (2: 1993), 41-64.

BANGERT, William. História da Companhia de Jesus. Porto, Apostolado da Imprensa, 1985.

BARBOSA, A. L. Pequeno vocabulário português-tupi. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1970.

_____. Pequeno vocabulário tupi-português. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1951.

BARBOSA-RODRIGUES, João. “As nupcias das palmeiras (primeiras notas)”, in João Barbosa-Rodrigues. *Palmae Novae Paraguayensis quas descripsit et iconibus illustravit*. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1899.

BARROSO, G. M., org. Sistemática de angiospermas do Brasil. Rio de Janeiro/São Paulo, Livros Técnicos e Científicos/ Editora da Universidade de São Paulo, 1978, 4 vols.

BAUHIN, C. *Theatri botanici. Sive index in Theophrasti, Dioscoridis, Plinii et Botanicorum qui a seculo scripserunt opera.* Basiléia, Sumptibus et typis Ludovici Regis, 1623.

BELTRAN, Maria Helena Roxo. “El Liber de Arte Distillandi y la divulgación de conocimientos sobre materia médica y farmacia”, in ACEVES-PASTRANA, P., ed. *Tradiciones e intercambios científicos: materia médica, farmacia y medicina.* México, Universidad Autónoma Metropolitana/Unidad Xochimilco, 2000 (Serie Estudios de Historia Social de las Ciencias Químicas y Biológicas, vol. 5).

_____. “O europeu diante da Flora do Novo Mundo”, in ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria & C. A. Maia, orgs. *História da Ciência: o Mapa do Conhecimento.* Rio de Janeiro/São Paulo, Expressão e Cultura/Edusp, 1995 (Col. América: Raízes e Trajetórias, vol. 2).

_____. “Receituários, manuais e tratados: indícios sobre a diferenciação das práticas artesanais”, in GOLDFARB, José Luís & M. H. M. Ferraz, orgs. *VII Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Anais.* São Paulo, Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2000.

BENTHAM, G. “Leguminosae I” in C. F. P. von Martius, S. Endlicher & I. Urban, eds., *Flora Brasiliensis.* s.l., Frid. Fleischer, 1892, vol. 2.

BIZZARRI, Edoardo. *J. Guimarães Rosa — correspondências com o tradutor italiano.* São Paulo, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1972.

BOCCARDO, P. *Appunti di storia del farmaco.* Gênova, Erga Edizioni, 1999.

BOMTEMPO, José Maria. Compendios de materia medica feitos por ordem de Sua Alteza Real. Rio de Janeiro, Régia Oficina Tipográfica, 1814.

BRAGA, R. Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará. 2ª ed. Fortaleza, s.ed., 1960.

BRASIL, O. V. & J. S. Campos. Lacerda e a origem botânica do curare. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1951 (Comemoração do centenário de J. B. Lacerda, volume avulso nº 6).

BRESCIANI, Carlos. Companhia de Jesus: 450 anos ao serviço do povo brasileiro. São Paulo, Edições Loyola, 1999.

BROTHERO, F. de Avellar. Compendio de botânica. Paris/Lisboa, 1788, 2 vols.

BUENO, António González. “En torno a las expediciones españolas a la América Ilustrada: la utilidad de los textos florísticos y de los índices de semillas en la investigación histórica”, in GOLDFARB, José Luís & M. H. M. Ferraz, orgs. VII Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Anais. São Paulo, Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2000.

BUENO, Francisco da Silveira. Estudos de filologia portuguesa. 6ª ed. São Paulo, Editora Saraiva, 1967.

_____. Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa. São Paulo, Editora Saraiva, 1965, 8 vols.

CALMON, Pedro. História da civilização brasileira. São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1958.

CAMARGOS, José Arlete Alves, org. Catálogo de árvores do Brasil. 2ª ed. Brasília, Edições Ibama, 2001.

CAMENIETZKI, C. Z. “O Museu do Colégio Romano e a organização do conhecimento na Companhia de Jesus (1651-1680)”, in ALVES, Isidro & E. M. Garcia, eds. VI Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Anais. São Paulo, Sociedade Brasileira de História da Ciência, 1997.

CAMINHOÁ, Joaquim Monteiro. Compendio de botanica geral e medica. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1884.

CAMPO-SERRANO, Maria Isabel del. “Plantas americanas enviadas al Jardín Botánico de Madrid a mediados del siglo XVIII: Cuadros sinópticos”. *Asclepio*, 43 (1, 1991): 211-247.

CARDIM, Fernão. Tratados da terra e gente do Brasil. Transcrição do texto, introdução e notas por Ana Maria de Azevedo. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

CARVALHO, Augusto da Silva. Mézinhas e remédios de segredo. Lisboa, Ofic. Sociedade Nacional de Tipografia, 1928.

CASIMIRO, Acácio. Expansão e actividade da Companhia de Jesus nos domínios de Portugal (1540-1940). Porto, Apostolado da Imprensa, 1941.

CASTRO, Baptista. Vocabulario tupy-guarany. Rio de Janeiro, Ariel, 1936.

CASTRO, Francisco da Silva. “Observações sobre o vegetal Paracary, e suas applicações therapeuticas”. *Gazeta Med. da Bahia*, 44 (1868): 232-233.

_____. “Nota sobre a droga uiráry, ou curáre, apresentada á academia real de Sciencias de Stockolmo”. *Gazeta Med. da Bahia*, 40 (1838): 174.

CAVALCANTE, Paulo B. & Protásio Friel. *A Farmacopéia Tiriyó: estudo etnobotânico*. Belém, CNPq/Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/Museu Paraense Emílio Goeldi, 1973.

CAVALCANTI FILHO, Sebastião Barbosa. *A questão jesuítica no Maranhão Colonial (1622-1759)*. São Luís, SIOGE, 1990.

CHAGAS, Francisco Antonio das. *Escola de Penitência*. s.l., s.ed., 1763, 3 vols.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Dicionário de medicina popular*. Trad. Paris, s.ed., 1890.

CLEMENT, Jean-Pierre. “La coca du Pérou ou la passion botanique au XVIIIe siècle”, in M. C. B. BERLING, ed. *Nouveau Monde et renouveau de l’histoire naturelle*. Paris, Univ. de la Sorbonne Nouvelle, 1986.

CLUSIUS, C. *Rariorum aliquot stripium per Hispanias observatorum Historia*. Antuérpia, Ex Officina Christophori Plantini, 1576.

COMITÉ DES TRAVAUX HISTORIQUES ET SCIENTIFIQUES. *Les naturalistes français en Amérique du Sud, XVIe-XIXe siècles*. Paris, Congrès National des Sociétés Historiques et Scientifiques/Section d’Histoire des Sciences, 1995.

COPIA de unas cartas de algunos padres y hermanos dela compannia de Iesus que escriuieron dela India, Iapon, y Brasil a los padres y hermanos dela misma compannia, en Portugal trasladadas de portugues en castellano. s.l., s.ed., 1555.

CORRÊA, M. Pio. Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1974, 7 vols.

_____ & L. de Azeredo Penna. Diccionario das plantas uteis do Brasil. Rio de Janeiro, Min. da Agricultura, 1926, 6 vols.

COSTA, O. “A introdução do jaborandi em terapêutica pelo Dr. Sinfrônio Coutinho”. Rev. da Flora Medicinal, 15 (1948): 459.

COUTO, Jorge. A Construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos do início do povoamento a finais de Quinhentos. Lisboa, Ed. Cosmos, 1995.

COUTY, Louis & J. B. de Lacerda. “Sur un nouveau curare extrait d’une seule plante, le Strychnos triplinervia”. C. R. de l’Acad. d. Sciences, 89 (1879): 582.

COUTY, Louis. Le Brésil en 1884. Rio de Janeiro, s.ed., 1884.

COX, Paul Alan. “The promise of Gerard’s Herball: new drugs from old books”. Endeavour, 22 (1998): 51-53.

CRONQUIST, A. An integrated system of classification of Flowering Plants. Nova Iorque, Columbia University Press, 1981.

CROW, A. M. The occult properties of herbs and plants. São Paulo, Hemus Editora Ltda., 1980.

CRUZ, G. L. Dicionário das plantas úteis do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985.

CRUZ, M. E. S., org. Jornada Catarinense de Plantas Mediciniais. Anais. Tubarão, s.ed., 1988.

CUNHA, M. Carneiro da, org. História dos índios do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

DA ORTA, Garcia. Colóquios dos simples e drogas e cousas medicinais da India. Goa, s.ed., 1563; reimpressão fac-similar, s.l., s.ed., 1963.

_____. Aromatum, et simplicium aliquot medicamentorum apud indos nascentium historia: primum quidem Lusitania lingua conscripta. 4^a ed. Antuérpia, Officina Plantiniana, 1593.

DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: introdução e adaptação de plantas no Brasil colonial e imperial. São Paulo, IEA/USP, 1992 (Série História das Ideologias e Mentalidades, Coleção Documentos, vol. 1).

DEBRU, Armelle. “O jardineiro e a dama: terapêutica e sociedade na época de Galeno”, in PÖTZSCH, Regine, ed. A farmácia: uma janela para a história. Basiléia, Roche, 1996.

DEBUS, A. G. Man and nature in the Renaissance. Nova Iorque, Harper & Row, 1978.

_____. “Science and history: the birth of a new field”, in DEBUS, A. G., org. A chemist’s appraisal: lectures given at the University of Coimbra. Coimbra, Serviço de Documentação e Publicações da Universidade de Coimbra, 1984.

DECKER, Johann Siegfried. Aspectos biológicos da flora brasileira. São Leopoldo, Rotermond, s.d.

DIAS, José Pedro Felripa de Sousa. “Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa Setecentista”. Tese de Doutoramento. Lisboa, Universidade de Lisboa/Faculdade de Farmácia, 1991.

DIAS, José Pedro de Sousa. “O conhecimento da Matéria Médica Angolana nos séculos XVI a XVIII”, in GOLDFARB, José Luís & M. H. M. Ferraz, orgs. V Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Anais. São Paulo, Sociedade Brasileira de História da Ciência, 1998.

_____. “Terapéutica química y polifarmacia en Portugal: la contribución de João Curvo Semedo (1635-1719)”, in ACEVES PASTRANA, Patricia, ed. Construyendo las ciencias químicas y biológicas. México, Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 1998 (Serie Estudios de Historia Social de las Ciencias Químicas y Biológicas, vol. 7).

DIAZ, F. del P., coord. Ciencia y contexto historico nacional en las expediciones ilustradas a America. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1988.

DIOSCÓRIDES, Pedacio Anazarbeo. Annotado por el doctor Andres Laguna; ilustrado y añalido por el doctor Francisco Suares de Ribera. Madri, D. F. de Arroyo, 1733, 2 vols.

_____. The Greek Herbal of Dioscorides. J. Goodyear, trad. ingl. 1655; reimpressão fac-similar, Nova Iorque, Hafner Publishing, 1959.

DI STASI, Luiz Claudio, org. Plantas medicinais — arte e ciência: um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo, Editora da UNESP, 1996.

_____, E. M. G. Santos, C. M. Santos & C. Hiruma. Plantas medicinais na Amazônia. São Paulo, Editora Unesp, 1989.

DODONEO, Emberto. Historia Frumentorum leguminum, palustrium et aquatilium herbarum (?) forum, quae eo Pertinenti Medico Auctore. Antuérpia, s.ed., 1569.

DRUMOND, C. Vocabulário na Língua Brasileira. 2ª ed. São Paulo, Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1953, 2 vols.

ELIZABETSKY, E., D. A. Posey. “A pesquisa etnofarmacológica e recursos naturais no trópico úmido: o caso dos índios kaiapó do Brasil e suas implicações para a ciência médica”, in POSEY, D. A., org. I Simpósio do Trópico Úmido. Anais. São Paulo, Embrapa/CPATU, 1986.

ENDLICHER, S. “Solanaceae” in Genera Plantarum. s.l., s.ed., 1841.

ENGLER, A. & K. Prantl. Die natürlichen Pflanzenfamilien. s.l., s.ed., 1889, 15 vols.

ÉVREUX, Yves d'. Viagem ao Norte do Brasil. Int. e notas de Ferdinand Denis, trad. port. de César Augusto Marques. Maranhão, s.ed., 1874.

EWAN, Joseph. “Through the jungle of Amazon travel narratives of naturalists”. Arch. Natur. Hist., 19 (1992): 185-207.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira, org. Bernardino Antonio Gomes (1768-1823) e as plantas medicinais do Brasil: *Brasiliensia Documenta*. São Paulo, s.ed., 1972.

FARNSWORTH, N. R. & D. D. Soejarto. "Global importance of medicinal plants" in AKERELE, O., V. Heywood & H. Synge, ed. *Conservation of medicinal plants*. Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

FATUMBI, Pierre Verger. *Ewé: o uso das plantas na sociedade iorubá*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

FERNANDES, José Augusto. *Dicionário de termos farmacéuticos*. Lisboa, Ed. Inquérito, 1942.

FERNÁNDEZ, Fiz. *Antropología cultural, medicina indígena de América y arte rupestre Argentino*. Buenos Aires, Galerna, 1992.

FERRÃO, J. E. M. *A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses*. 2ª ed. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993.

FERRAZ, Márcia H. M. "A química médica no Brasil colonial: o papel das novas terras na modificação da farmacopéia clássica" in ALFONSO-GOLDFARB, A. M. & C. A. Maia, orgs. *História da Ciência: o mapa do conhecimento*. Rio de Janeiro/São Paulo, Expressão e Cultura/Edusp, 1995.

_____. *As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química*. São Paulo, Educ/Fapesp, 1997.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica ao Rio Negro, s.l., s.ed., 1783-1792; reimpressão fac-similar, Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi, s.d.

FERREIRA, F. A. G. História da saúde e dos serviços de saúde em Portugal. Lisboa, F. Calouste Gulbenkian, 1990.

FERREIRA, J. H. Discurso crítico. Lisboa, s.ed., 1785.

FERREIRA, Luís Gomes. Erário mineral. Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1735, 12 vols.

FERRI, Mário Guimarães. Plantas do Brasil: espécies do cerrado. São Paulo, Editora Edgard Blücher/Editôra da Universidade de São Paulo, 1969.

FILGUEIRAS, C. A. L. "Saberes académicos y populares en la práctica médica del siglo XVIII en Portugal y en Brasil", in ACEVES-PASTRANA, P., ed. Tradiciones e intercambios científicos: materia médica, farmacia y medicina. México, Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 2000 (Serie Estudios de Historia Social de las Ciencias Químicas y Biológicas, vol. 5).

FONSECA, Eurico Teixeira. Indicador de madeiras e plantas úteis do Brasil. Rio de Janeiro, Villas-Boas, 1922.

FONTINHA, Rodrigo. Novo Dicionário etimológico da Língua Portuguesa. Porto, Editorial Domingos Barreira, s.d.

FRAGOSO, J. Discurso de las cosas aromáticas, árboles y frutales, y de otras muchas medicinas simples que se traen de la India Oriental, y que sirven al uso de la medicina. Madrid, Francisco Sánchez, 1572.

FUCHS, Leonhart. *The New Herbal of 1543: New Kreüterbüch*. Colônia, Taschen, 2001.

FURLAN, M. R. "Aspectos agronômicos em plantas medicinais" in DI STASI, L. C., org. *Plantas medicinais: arte e ciência — um guia de estudo interdisciplinar*. São Paulo, Fundação Unesp, 1996.

_____. *Cultivo de plantas medicinais*. Cuiabá, Sebrae/MT, 1988 (Col. Agroindústria).

GADELHA, Regina A. F., ed. *Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo, EDUC, 1999.

GAMA, J. B. F. *Memórias históricas da Província de Pernambuco (1494-1799)*. Recife, 1844-1848.

GAMA, J. S. *Catalogue of the products of the Brazilian forests*. Nova Iorque, s.ed., 1876.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província de Santa Cruz*. Texto modernizado por Maria da Graça Pericão e comentário de Jorge Couto. Lisboa, Pub. Alfa, 1989.

GARCIA, Hamílcar de & Antenor Nascentes, orgs. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Editora Delta S.A., 1980, 5 vols.

GILLISPIE, Charles C., ed. *Dictionary of scientific biography*. Nova Iorque, Charles Schribner's Sons, 1981.

_____, coord. *Iniciação à História da Ciência*. São Paulo, Editôra Cultrix, 1966.

GIRRE, Loïc. Traditions et propriétés des plantes médicinales: histoire de la pharmacopée. Toulouse, Privat, 1997.

GOERKE, Heinz. “O farmacêutico: um pilar da sociedade e do estado” in PÖTZSCH, Regine, ed. A farmácia: uma janela para a história. Basileia, Roche, 1996.

GOMES, Bernardino Antonio. Memoria sobre a ipecacuanha fusca do Brasil, ou cipó das nossas boticas. Lisboa, Tip. do Cego, 1801.

_____. Memoria sobre a canella do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Impressão Regia, 1809.

_____. Plantas medicinais do Brasil. São Paulo, Edusp, 1972.

GOMES, Cassiano Ordival. História da medicina no Brasil no século XVI. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de História da Medicina, 1974.

GOMES, Manoel. “Informação da Ilha chamada Maranhão”. Bras. 8, 334-338.

GONÇALVES, Sebastião. Primeira parte da história dos religiosos da Companhia de Jesus. Coimbra, Atlântida, 1957.

GOTLIEB, O. “New and underutilized plants in the Americas: solution to problems of inventory through systematics”. Interciência, 6 (1,1981): 22-9.

_____, & M. R. M. Borin. “Chemosystematic clues for the choice of medicinal and food plants in Amazonia”. Biotropica, pre-print.

GOUVEIA, A. J. Andrade. Garcia D'Orta e Amato Lusitano na ciência de seu tempo. Lisboa, Instituto de Língua e Cultura Portuguesa, 1985.

GRANJEL, L. S. La medicina española renacentista. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1980.

GUARESCHI, I., P. Albertoni, D. Vitali , orgs. Commentario della Farmacopea Italiana e dei medicamenti in generale. Turim, U.T.E.T., 1987, 2 vols.

HARBORNE, J. B., P. Boulter & L. Turner. Chemotaxonomy of the Leguminosae. Londres, London Academic Press, 1971.

HAUBERT, Maxime. Índios e jesuítas no tempo das missões (séculos XVI-XVIII). São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

HERNÁNDEZ, F. Rerum Medicarum Novae Hispaniae Thesaurus. Roma, Vitalis Mascardi, 1651.

HOEHNE, F. C. Flora Brasílica: Aristolochiaceas. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo, 1942, volume XV, II.

_____. Botânica e agricultura no Brasil no século XVI. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.

_____. Frutos indígenas. São Paulo, Instituto de Botânica, 1946 (Publicação da Série D).

_____. Plantas e substâncias vegetais tóxicas e medicinais. São Paulo/Rio de Janeiro, Graphinars, 1939.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 10ª ed. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio, 1976.

HOOKER, J. D. & B. D. Jackson. *Index Kewensis*. Oxford, Oxford University Press, 1960.

IBN JULJUL. *Tratado sobre los medicamentos de la triaca*. I. Garijo (org./trad.). Córdoba, Área de Estudios Árabes e Islâmicos/Cátedra de Lengua y Literatura Árabes/Universidad de Córdoba, 1992.

INSTITUTO DE ESTUDIOS DOCUMENTALES Y HISTÓRICOS SOBRE LA CIENCIA. *Las plantas del mundo en la história: ilustraciones botánicas de cinco siglos*. Valência, Bancaja Obra Social, 1996.

IRWIN, H. S. & R. C. Barneby. "The American Cassiineae (A synoptical revision of Leguminosae. Tribe Cassieae, subtribe Cassiineae in the New World)". *Memoirs of the NY Bot. Gard.*, 35 (1982), 2 vols.

JACOBI, Jolande. *Paracelsus — Selected Writings*. Princeton, Princeton University Press, 1979 (Bollingen Series, XXVIII).

JAIN, P. K. *Perspectives on Indian medicinal herbs*. Nova Iorque, Harper & Row Publishers, Inc., 1995.

JANEIRA, Ana Luisa. *Jardins do saber e do prazer: jardins botânicos*. Lisboa, Salamandra, 1991.

JOHNSTON, Jr., Stanley H. *The Cleveland herbal, botanical and horticultural collections: a descriptive bibliography of pre-1830 works from the libraries of the Holden Arboretum, the Cleveland Medical Library Association, and the Garden*

Center of Greater Cleveland. Kent/Ohio, Kent State Univ. Press, 1992.

JOLY, Aylthon Brandão. Botânica — introdução à taxonomia vegetal. 8ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1987.

KRAEMER, Henry. A Textbook of Botany and Pharmacognosy. 4ª ed. Filadélfia, Lippincott, 1910.

LA CONDAMINE, C. M. de. Viagem pelo Amazonas (1735-1745). São Paulo, Nova Fronteira/Edusp, 1992 (Coleção Nova História).

LACERDA, João Batista de. “De variis plantis veneniferis Florae brasiliensis; studium physiologicum”. Arch. Museu Nacional, 15 (1908): 1.

LACK, Walter H. Garden Erden: Masterpieces of Botanical Illustration. Colônia, Taschen/Österreichische Nationalbibliothek, 2001.

LAFUENTE, António & José Sala Catalá, orgs. Ciencia colonial en América. Madri, Alianza, 1992.

LAGUNA, Andres. Pedacio Dioscorides Anarzabeo, a cerca de la matéria medicinal y de los venenos mortíferos: traducidos de lengua griega, en la vulgar castellana, e ilustrado com claras, y sustanciales anotaciones. Valência, Imprensa de Vicente Cabrera, 1677; reimpressão fac-similar, Valência, Roig Impressores, 1996.

LEITÃO FILHO, H. F. C. Aranha & O. Bacchi. Plantas invasoras de culturas. Campinas, Ed. Unicamp, 1984, 3 vols.

LEITE, Serafim. Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760). Lisboa/Broteria, Tipografia Porto Médico Ltda., 1953.

_____. Breve história da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1760). Braga, Livraria A.I., 1993.

_____, org. Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1956.

_____. História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa/Rio de Janeiro, Liv. Portugália/Instituto Nacional do Livro/Liv. Civilização Brasileira, 1938-1950, 10 vols.

_____. “Leonardo do Vale: mestre da lingua tupi-guarani. O vocabulário na lingua brasílica”. Revista de Portugal, Série A (1946): 181-187.

_____, org. Novas cartas jesuíticas — de Nóbrega a Vieira. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940.

_____. Os jesuítas no Brasil e a medicina. Lisboa, Grupo Português da Academia Internacional de História das Ciências, 1936, vol. 1.

LÉMERY, Nicolas. Dictionnaire ou traité universel des drogues simples. Roterdã, J. Hoshout, 1727.

_____. Pharmacopée universelle, contenant toutes les compositions de pharmacie qui sont en usage dans la Médecine. Paris, L. d’Houvy, 1738.

_____. Traité universel des drogues simples en ordre alphabétique. Second édition. Paris, Chez Laurent D’Houry, 1714.

LÉRY, Jean de. Viagem à Terra do Brasil. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

LEVEY, M. "Ibn Masawaih in his Treatise on Simple Aromatic Substances: Studies in the History of Arabic Pharmacology". *Journal of the History of Medicine and Allied Sciences*, XVI (1961): 394-410.

_____. *Substitute Drugs in Early Arabic Medicine*. Stuttgart, Wissenschaftliche Verlagsgesellschaft MBh, 1971.

LEWIS, G. P. *Legumes of Bahia*. Londres, Kew Royal Botanical Gardens, 1987.

LINDLEY, John & Thomas Moore. *The treasure of botany*. Londres, Longman/Green, 1899.

LINNAEUS, C. *Species Plantarum*. 10^a ed. Estocolmo, Laurentii Salvii, 1758.

LISBOA, Frei Cristóvão de. *Historia dos Animaes, e Arvores do Maranhão (1624-1627)*, s.ed. s.d.; reimpressão fac-similar, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Comissão Nacional para as Comemorações do Descobrimento, 2000.

LOEFGREEN, A. *Manual das famílias naturais fanerógamas*. Rio de Janeiro, s.ed., 1917.

LOPES PIÑERO, J. M. , J. L. F. Febrer, M. L. L. Terrada & J. P. Tomás. *Medicinas, Drogas y Alimentos Vegetales del Nuevo Mundo — Textos e Imágenes Españolas que los introdujeron en Europa*. Madrid, Ministerio de Sanidad y Consumo, 1992.

_____. “Las ‘nuevas medicinas’ americanas en la obra (1565-1574) de Nicolás Monardes”. *Asclepio*, 42 (1990): 3-68.

LORENZI, Harri. *Plantas daninhas do Brasil*. Nova Odessa, Editora Plantarum, 1982.

_____ & Hermes Moreira de Souza. *Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras*. Nova Odessa, Editora Plantarum, 1995.

LOW, Tim, Tony Rodd & Rosemary Beresford. *Magic and Medicine of Plants*. Australia, Pty Limited, 1994.

MACER, Aemilius. *Henrici Ranzovii — Editio Duorum Librorum Macri de virtutibus herbarum de quibusdam animalium partibus, ad terrae specibus, medicamentus to(?) corporis humani*. s.l., 1590.

MARCGRAVE, Georg. *História Natural do Brasil*. Trad. Mons. Dr. José Procópio de Magalhães. São Paulo, Edição do Museu Paulista, 1942.

MARTINS, R. A. “Arquimedes e a coroa do rei: problemas históricos”. *Cad. Cat. Ens. Fís.* 17 (2: 2000): 115-21.

MASSIMI, Marina. “A Medicina da Alma no pensamento jesuítico e sua influência na cultura luso-brasileira dos séculos XVI e XVII” in GOLDFARB, José Luís & M. H. M. Ferraz, orgs. *VII Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Anais. São Paulo, Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2000.

_____. “A representação das características psicológicas dos

índios brasileiros em Tratados e Informes dos Jesuítas (século XVI)”, in GOLDFARB, José Luís & M. H. M. Ferraz, orgs. V Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Anais. São Paulo, Sociedade Brasileira de História da Ciência, 1998.

MAURO, Frédéric. O Império Luso-Brasileiro (1620-1750). Lisboa, Ed. Estampa, 1991.

MENEZES, J. de S. “Medicina indígena na Bahia”, in PEDROSA, M. X. V., org. IV Congresso de História Brasileira. Anais. s.l., s.ed., 1949.

MERGAULT, Jean, coord. Dictionnaire Français-Anglais. Canadá, Librarie Larousse, 1989.

MESSINGER, Heinz, coord. Langenscheidts: Grosses Schulwörterbuch Englisch-Deutsch. Berlim/Munique, Langenscheidt KG, 1988.

MEY, Ioannen. Nicandri Colophonii — Poetae, et medici antiquissimi clarissimi que theriaca, Petro Iacobo steue medico valentino interprete, & enarratore. Valência, 1552.

MIGLIAZZA, E. “Notas fonológicas da língua Tiriyo’”. B. Mus. Paraen. E. Goeldi, 29 (1965): 13.

MING, Lin Chau. “Coleta de plantas medicinais”, in DI STASI, Luiz Claudio, org. Plantas medicinais — arte e ciência: um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo, Editora da UNESP, 1996.

MINGUET, Charles. Alexandre de Humboldt: Historien et

géographe de l'Amérique espagnole, 1799-1804. Paris, L'Harmattan, 1997.

MONTEIRO, Saturnino. Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa. Lisboa, Associação Nacional de Cruzeiros/Livraria Sá da Costa Editora, 2001.

MOREIRA, Nicoláo Joaquim. Dicionario de plantas medicinais brasileiras. Rio de Janeiro, A Noite, 1941.

MORGAN, René. Enciclopédia das ervas e plantas medicinais. São Paulo, Hemus Editora Ltda., 1994.

MOURA, José Ferreira. Syntagma Chirurgico Theorico-Practico de Joam de Vigo. Lisboa, Officina Real Deslandesiana, 1713.

NEIVA, Artur. Esboço histórico sobre a botânica e a zoologia no Brasil. São Paulo, Soc. Impres. Paulista, 1929.

NICOLÒ, Maria Lucia de. Homo viator: la medicina del viaggio nel Rinascimento. Roma, GF Divisione Edizioni Scientifiche Srl., 1999.

NÓBREGA, Manuel da. Cartas do Brasil e mais escritos. Introdução e notas históricas e críticas de Serafim Leite. Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1955.

OLMO-PINTADO, Margarita del. "La história natural en la História del Nuevo Mundo del P. Cobo". Rev. Indias, 52 (1992): 795-823.

ORSINI, Lilia Capocaccia, Giorgio Doria & Giuliano Doria.

Animali e piante dalle Americhe all'Europa, 1492-1992. Gênova, Sagep, 1991.

PANCHEN, A. L. Classification, Evolution and the Nature of Biology. Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

PAVAN-FRUEHAUF, Sandra. Plantas medicinais de Mata Atlântica: manejo sustentado e amostragem. São Paulo, Anablume/Fapesp, 2000.

PEARSON, M. B. A. R. "Wallace's <sketches of the palms of the Amazon>, with an account of their uses and distribution". *Linnean*, 9 (3, 1993): 22-23.

PECKOLT, Theodoro. Coleção de Pharmacognosia e Chimica Organica enviada a Exposição Nacional de 1861-1866. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1942.

_____. Historia das plantas alimentares e de gozo do Brazil. Rio de Janeiro, Lammert, 1871.

_____ & Gustavo Peckolt. Historia das plantas medicinaes e uteis do Brazil. Rio de Janeiro, Laemmert, 1888, 7 vols.

PEDROSA, M. X. V. "A medicina dos índios brasileiros", in PEDROSA, M. X. V., org. IV Congresso de História Brasileira. Anais. s.l., s.ed., 1949.

PENNA, M. Dicionário Brasileiro de Plantas Mediciniais. 3ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Livraria Kosmos Editora/Erich Eichner & Cia. Ltda., 1946.

PEREIRA, H. Pequena contribuição para um dicionário das

plantas úteis do Estado de São Paulo (indígenas e aclimadas). São Paulo, Typographia Brasil de Rothschild & Co., 1929.

PEREIRA, Helena B. C. Michaelis: Dicionário Espanhol-Português e Português-Espanhol. São Paulo, Melhoramentos, 1993 (Série Michaelis).

PEREIRA, Isidro. Dicionário Grego-Português e Português-Grego. 7ª ed. Braga, Livraria Apostolado da Imprensa, 1990.

PEREIRA, Paulo Roberto, org. *Brasiliana da Biblioteca Nacional — Guia das Fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 2001.

PINA, Luís de. *Flora e fauna brasílicas nos antigos livros médicos portugueses*. Coimbra, s.ed., 1944, 3 vols.

PIRES-O'BRIEN, Maria Joaquina. "An essay on the history of natural history in Brazil, 1500-1900". *Arch. Natur. Hist.*, 20 (1993): 37-48.

PISO, Guilherme. *História natural do Brasil*. Trad. Alexandre Correia. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1948.

_____. *História Natural e Médica da Índia Ocidental*. Trad. Mário Lôbo Real. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1957.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa desde o ano de mil e quinhentos do seu descobrimento até o de mil e setecentos e vinte e quatro*. Lisboa, Editor Francisco Artur da Silva, 1880.

PLÍNIO. Pline, Histoire naturelle de. Trad. M. Littré. Paris, F. Didot, 1877, 2 vols.

POHL, Johann Emanuel. Viagem ao interior do Brasil. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1976.

POLHILL, R. M. & P. H. Raven. Advances in Legume Systematics. Kew, Royal Botanical Gardens, 1981, vol. 1.

POLITO, André Guilherme. Michaelis: Dicionário Italiano-Português e Português-Italiano. São Paulo, Melhoramentos, 1993 (Série Michaelis).

PORTO, Paulo Alves. “O laboratório farmacêutico de J. B. von Helmont: teoria e prática de um philosophus per ignem”, in ALFONSO-GOLDFARB, A. M. & M. H. R. Beltran, orgs. O laboratório, a oficina e o ateliê: a arte de fazer o artificial. São Paulo, Educ/Fapesp, 2002.

_____. Van Helmont e o conceito de gás — química e medicina no século XVIII. São Paulo, Edusp/Educ, 1995.

PÖTZSCH, Regine, ed. A Farmácia: uma janela para a História. Basileia, Editiones Roche/F. Hoffmann-La Roche AG, 1996.

PRESTES, Maria Elice de Brzezinski. A investigação da natureza no Brasil colônia. São Paulo, Anablume/Fapesp, 2000.

_____. “Dois naturalistas no Brasil do século XVIII”, in GOLDFARB, José Luís & M. H. M. Ferraz, orgs. V Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Anais. São Paulo, Sociedade Brasileira de História da Ciência, 1998.

PUIG-SAMPER, Miguel Ángel & F. Pelayo. “La exploración botánica del Nuevo Mundo en el siglo XVIII”. *Asclepio*, 47 (2, 1995): 7-240.

QUER, P. F. *Plantas medicinales*. Barcelona, Labor S.A., 1962.

_____. *Plantas medicinales — el Dioscórides renovado*. Familia 43 (Aristolochiáceas). Madrid, Labor, 1976.

RADFORD, A. E. *Fundamentals of Plant Systematics*. Nova Iorque, Harper & Row Publishers, Inc., 1986.

_____, W. C. Dickson, J. R. Massey & R. Bell. *Vascular Plant Systematics*. Nova Iorque/Londres, Harper & Row Editors, 1974.

REGLADO, J. M. P. “Los exámenes de boticario en la España del siglo XVIII”, in ACEVES-PASTRANA, P., ed. *Tradiciones e intercambios científicos: materia médica, farmacia y medicina*. México, Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 2000 (Serie Estudios de Historia Social de las Ciencias Químicas y Biológicas, vol. 5).

REGO, Terezinha de Jesus Almeida. *Fitogeografia das plantas medicinais do Maranhão*. São Luís, EDUFMA/CORSUP, 1993.

RENNER, Susanne S. *A history of botanical exploration in Amazonian Ecuador, 1739-1988*. Washington, Smithsonian Institution Press, 1993.

RIBEIRO, Lourival. “*Medicina no Brasil Colonial — matéria médica: mapa das plantas do Brasil, suas virtudes e lugares*”

em que florescem; extraído de ofícios de vários médicos e cirurgiões”. Rio de Janeiro, O Patriota (julho-agosto 1814), pp. 191-5.

RICCIERI, Tania Maura Nora. Bibliografia de plantas medicinais. Rio de Janeiro, Herbário do Jardim Botânico, 1989 (Série Estudos e Coleções, n.º 7, 2 vols.).

RIDDLE, J. M. Dioscorides on Pharmacy and Medicine. Texas, University of Texas Press, 1985.

RIZZINI, Carlos Toledo. Árvores e madeiras úteis do Brasil — manual de dendrologia brasileira. São Paulo, Editora Edgard Blücher Ltda., 1971.

_____. Tratado de fitogeografia do Brasil, aspectos sociológicos e florísticos. São Paulo, Editora de Humanismo, Ciências e Tecnologia/Editora da Universidade de São Paulo, 1979, vol. 2.

RODRIGUES, Francisco. História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal. Porto, s.ed., 1931-1950, 4 tomos, 7 vols.

RODRIGUES, J. B. Sertum Palmarum Brasiliensium. Bruxelas, s.ed., 1903, 2 vols.

RODRIGUES, Lopes. Anchieta e a Medicina. Belo Horizonte, Apollo, 1934.

RODRIGUES, Maria Luiza Ledesma. “Guilherme Piso e o conhecimento da flora medicinal brasileira no século XVII (1638-1644)”. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo, 2002.

RONDON, C. M. S. & J. B. Faria. Glossário Geral das Tribos Silvícolas de Mato Grosso e outras da Amazônia e do Norte do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948, 2 vols.

ROSNER, Fred, ed. Moses Maimonides — Glossary of Drug Names. Filadélfia, American Philosophical Society, 1979.

SAHAGÚN, Frei Bernardino de. Historia general de las cosas de Nueva España. Cidade do México, s.ed., 1830.

SAINT-HILAIRE, A. Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1975.

_____. Voyages dans l'intérieur du Brèsil. Paris, 1852.

SALES, Pedro. Histórico da medicina no Brasil. Belo Horizonte, G. Holman, 1971.

SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil (1500-1627). Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

SAMPAIO, Francisco Antonio de. História dos Reinos Vegetal, Animal e Mineral, do Brasil, pertencente à Medicina. Rio de Janeiro, Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1969, tomo I, vol. 89.

SANTOS, Cid Aimbiré de Moraes, Kátia Regina Torres & Rubens Leonart. Plantas medicinais (herbarium, flora et scientia). São Paulo/Curitiba, Ícone/Scientia et Labor, 1988.

SANTOS FILHO, Lycurgo. História geral da medicina brasileira. São Paulo, Hucitec/EDUSP, 1991, vol. 1.

SANTOS, N. P., R. B. Alencastro & A. C. Pinto. “A participação brasileira nas exposições nacionais do século XIX: a contribuição de Theodoro Peckolt”, in GOLDFARB, José Luís & M. H. M. Ferraz, orgs. VII Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Anais. São Paulo, Sociedade Brasileira de História da Ciência/Edusp/Unesp, 2000.

SARMENTO, Jacob de Castro. Matéria médica. 2ª ed. Londres, s.ed., 1758.

SAUNDERS, Gill. Picturing plants: an analytical history of botanical illustration. Berkeley, University of California Press, 1995.

SCHVARTSMAN, Samuel. Plantas venenosas. São Paulo, Sarvier, 1979.

SEBE, José Carlos. Os jesuítas. São Paulo, Ed. Brasiliense S.A., 1982 (Coleção Tudo é História, v. 57).

SEMEDO, João Curvo. Atalaia da vida. Lisboa, s.ed., 1720.

_____. Memorial de varios simples que da India Oriental, da America e de outras partes vem ao nosso reyno. Lisboa, Oficina de António Pedroso Galvan, 1727.

_____. Polyanthea Medicinal, Noticias Galenicis, e Chymicas repartidas em Tres Tratados. 3ª ed. Lisboa, Antonio Pedrozo, 1716.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da, org. Os diários de Langsdorff (1824-1828). Campinas, Associação Internacional de Estudos Langsdorff, 1997, 3 vols.

SILVA LIMA. “Contribuição para o estudo do ainhum”. *Gazeta Med. da Bahia*, 15 (1884): 466.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Guia da História Colonial*. Porto, Universidade Portucalense, 1992.

SILVA, P. *Farmacologia*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1985.

SILVA, P. J. C. *A tristeza na cultura luso-brasileira: os ‘Sermões’ do padre Antonio Vieira*. São Paulo, Educ, 2000.

SILVA, Rodolpho Albino Dias, org. *Pharmacopéia dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1929.

SIMPSON, Jr., Marcus B. “Dr. John Brickell’s catalogue of American trees and shrubs (1739): a bibliographic misadventure”. *Arch. Natur. Hist.*, 21 (1994): 67-72.

SOARES, Francisco. *Cousas Notáveis do Brasil*. Texto modernizado por Maria Graça Pericão e comentário de Luísa Black. Lisboa, Pub. Alfa, 1989.

SOARES, José Luís. *Dicionário etimológico e circunstanciado de biologia*. São Paulo, Editora Scipione, 1993.

SOUSA, G. S. de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora Itatiaia, 2001 (Col. *Reconquista do Brasil*, 2ª série, v. 221).

SOUZA, José Coelho de. Os jesuítas no Maranhão. São Luís, Fundação Cultural do Maranhão, 1977.

SOUZA, M. P., M. E. O. Matos & F. J. A. Matos. Constituintes químicos ativos de plantas medicinais brasileiras. Fortaleza, Edições UFC/Laboratório de Produtos Naturais, 1991.

STADEN, Hans. Duas Viagens ao Brasil. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

STAFLEU, F. A. & R. S. Cowan. Taxonomic literature — a selective guide to botanical publications and collections with dates, commentaries and types. 2^a ed. Haia, s.ed., 1979.

TAVARES, Joaquim da Silva. As Fruteiras do Brasil. Braga, s.ed., 1923.

THE PLANT NAMES PROJECT. International Plant Names Index, 1999; <http://www.ipni.org>, fevereiro-agosto, 2002.

THEATRUM RERUM NATURALIUM BRASILIAE. Icones aqutilium, icones volatiliium, icones vegetabilium, icones animalium Brasiliae. s.l., Editora Index, 1993, 2 vols.

THEODOR, Erwin. Tradução: ofício e arte. São Paulo, Editora Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

THEVET, André. Les Singularités de la France Antarctique (1557). Edição apresentada e anotada por Frank Lestringant. Paris, Ed. Chandeigne, 1997.

THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800).

São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

TIBIRIÇÁ, Luís Caldas. Dicionário tupi-português. São Paulo, Traço Editora, 1984.

TORRINHA, Francisco. Dicionário Latino Português. 2ª ed. Porto, Junta Nacional de Educação/Gráficos Reunidos Ltda., 1942.

USHER, George. Dictionary of Plants Used by Man. Londres, Constable, 1974.

VANDELLI, Domingos. *Florae lusitanicae et brasiliensis specimen*. Coimbra, s.ed., 1788.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal. 4ª ed., São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1948.

VASCONCELOS, Simão de. Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil. Lisboa, s.ed., 1663.

VELOSO, Frei José Mariano da Conceição. Flora Fluminense. Rio de Janeiro, Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1976, vol. 96.

VERGEZ, André & Denis Huisman. História dos filósofos ilustrada pelos textos. 6ª ed. Rio de Janeiro, Editora Freitas Bastos, 1984.

VIGIER, João. História das plantas da Europa e das mais usadas que vêm da Ásia, da África e da América. Lião, Oficina de Anisson/Posuel et Rigaud, 1718, 2 vols.

Von MARTIUS, Karl Friedrich. *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.

_____, S. Endlicher & I. Urban, eds. *Flora Brasiliensis*. Monachi, Frid. Fleischer, 1859-1862, 15 vols.

Von SACHS, Julius. *Histoire de la Botanique, du XVIème siècle a 1860*. Paris, C. Reinwald & Cie., 1892.

WEBERLING, Focko & Hans Otto Schwantes. *Taxionomia vegetal*. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1986.

WILLIS, J. C. *A dictionary of the Flowering Plants and Ferns*. 8ª edição. Cambridge, Cambridge University Press, 1973.

ZILETTI, Giordan. *Delle cose, che vengono portate dall'Indie Occidentali pertinenti all'uso della Medicina; raccolte, & trattate dal Dottor Nicolò Monardes. Parte Prima*. Veneza, s.ed.,1582.

APÊNDICE I

IDENTIFICAÇÃO BOTÂNICA E ÍNDICE REMISSIVO DAS PLANTAS MENCIONADAS NA *TRIAGA* *BRASILICA*, COM OS POSSÍVEIS NOMES CIENTÍFICOS, PORTUGUESES E INDÍGENAS

O objetivo deste apêndice é listar as plantas da Triaga Brasília, cuja identificação foi discutida individualmente no Capítulo 3, a fim de que o leitor tenha uma visão geral destes simples, sua identificação científica moderna (quando possível), com a respectiva família botânica entre parênteses, e a sinonímia em português e em língua indígena, quando ocorrer.

A ordenação alfabética foi feita pelo nome da planta citado na transcrição da Triaga Brasília de Serafim Leite¹. Abaixo do nome da planta, entre colchetes, sua utilização na receita (raiz, semente, extrato, casca, pó etc.), ao que se segue, quando for o caso, o nome da planta em português atual e, finalmente, seu nome científico.

¹ Vide Apêndice II deste trabalho.

Nome da planta na Triagem	Sinônimos em português moderno, língua tupi e/ou língua brasileira	
abútua [raiz]	abútua, bútua, pameira-brava, pameira-do-mato, uva-do-rio-apa ² , bútua, cipó-cobra, caápeba, erva-denossa-senhora, pecauem	Espécies dos gêneros <i>Cissampelos</i> L. e <i>Abuta</i> L. e talvez a espécie <i>Cocculus platyphylla</i> Willd. (Menispermaceae)
acoro [raiz]	ácoro, ácoro-verdadeiro, pimenta-das-abelhas	<i>Acorus calamus</i> L. (Araceae)
alcaçuz [extrato]	alcaçuz-doce, alcaçuz-glabro, madeira-doce, raiz-doce	<i>Glycyrrhiza glabra</i> L. (Leguminosae)
angélica [extrato]	angélica, angélica-da-boêmia, angélica-dos-jardins, erva-do-espírito-santo, angélica-do-pará	Dois espécies de Angélica L.: <i>A. archangelica</i> L. e <i>A. silvestris</i> L. (Umbelliferae); indicações de <i>Dicorynia paraensis</i> Berth. (Leguminosae)
angélicas do Brasil [casca]	angélica	<i>Angélica silvestris</i> L. (Umbelliferae)
angelicó [raiz]	angelicó (?)	<i>Aristolochia</i> sp. (Aristolochiaceae)
aristolochia redonda [raiz]	aristolochia redonda, papo-de-pena, jarrinha, erva-de-pena, raiz-de-cobra	<i>Aristolochia rotunda</i> L. (Aristolochiaceae)
asafrão [pó]	açafrão, açafrão-verdadeiro	<i>Crocus sativus</i> L. (Iridaceae)
aype [raiz]	aipo, saísão	<i>Apium graveolens</i> L. (Umbelliferae) ³
batata do campo [raiz]	batata, batata comum, batatinha, gútica	<i>Solanum tuberosum</i> L. (Solanaceae)
canela da Índia [casca?]	canela-da-Índia, canela-do-Ceitélo, canela-da-China	<i>Cinnamomum cassia</i> Blume, <i>C. zeylanicum</i> Nees (Lauraceae) ²
capeba [raiz]	caapeba, nhandi, pariparoba, cotajé, malvaíscio, malvaíscio, pimenta-longa, aguasima	<i>Pothomorphe umbellata</i> (L.) Miq., <i>Piper hiananum</i> L. e <i>Piper cominum</i> Vell. (Piperaceae)
cidra [semente]	cidreira	<i>Citrus medica</i> L. (Rutaceae)
cipó de cobras [?]	raiz-de-cobra, cipó-cobra, pau-de-cobra	<i>Jatropha elliptica</i> (Pohl) Muell. Arg. (Euphorbiaceae)
cominhos [semente]	falso-anis, falso-aneto	<i>Cuminum cyminum</i> L. (Umbelliferae)
contra-erva ou cápiá [raiz]	caá-ápiá, caapia, caapiá, colapiá, erva-da-cobra, pica de macaco	Três espécies do gênero <i>Eupatorium</i> L.: <i>E. cannabinum</i> L., <i>E. perforatum</i> Bip. ex Baker e <i>E. odoratum</i> L. (Compositae) ² ; também <i>Dorstenia brasiliensis</i> Lam. (Moraceae)

² Como foi discutido no Capítulo 3, é pouco provável que esta abútua seja a planta referida na Triagem Brasileira.

³ A família Umbelliferae também é denominada, atualmente, Apiaceae.

Nome da planta na Triagem	Sinónimos em português moderno, língua tupi e/ou língua brasileira	Identificação botânica atual
cravo do Maranhão [?]	pau-cravo, cravo da mata, canela-cravo	Gêneros <i>Dicypellum</i> e <i>Garyophytatum</i> (Lauraceae)
erva cálica, ou erva de sangue [?]	cáa-cica, erva-andorinha, cá-tiá, mastrugo, erva-de-santa-marta, erva-das-cobras, chá-do-méxico, uzadela, menstrugo, ambrósia	<i>Euphorbia peltata</i> L. (Euphorbiaceae) e <i>Chenopodium ambrósioides</i> L. (Chenopodiaceae)
erva doce [semente]	anis	<i>Pimpinella anisum</i> L. (Umbelliferae)
gingibre [raiz]		<i>Zingiber officinale</i> L. (Zingiberaceae)
ibiráé [casca]	buranhém (?) [ibiráém, imiráém, guaranhém, gurá-en, ivuranhé]	<i>Pradosia oleaceana</i> Radlk (Sapotaceae) (?)
ipecaçuinha branca [raiz]	ipecaçuinha, ipeca, poala, uragoga, ipé-cáa-cobré	Provavelmente a espécie <i>Cephaelis ipecaçuinha</i> Rich. (Rubiaceae)
ipecaçuinha negra [raiz]	ipecaçuinha, ipeca, poala, posta-preta	Provavelmente a espécie <i>Psychotria ipecaçuinha</i> Stokes (Rubiaceae)
jaborandi [raiz]		Espécies do gênero <i>Pilocarpus</i> L. (Rutaceae) e <i>Piper</i> L. (Piperaceae)
jamihó [raiz]	salsaparrilha	Várias espécies do gênero <i>Smilax</i> L., possivelmente a espécie <i>S. officinalis</i> Humb. (Liliaceae)
jarro [raiz]	aroré, capuz-de-iradinho, jeró	Várias espécies do gênero <i>Arum</i> L. (Araceae)
jerubeda [raiz]	jerubeta, junubeta, jurubeta, juribeta, juripeta, joroveva, juveva, junubeta, ju-peta	Várias espécies do gênero <i>Solanum</i> L. (Solanaceae)
junça [raiz]	chufa, tiritica-amarela, marimbu, coco-capim, junquinha, junquinha-marana	<i>Cyperus esculentus</i> L. (Cyperaceae)
lindo [raiz]		<i>Citrus limonum</i> Risso (Rutaceae)
malvaisco [raiz]	malvaisco, malvaisco, guanxima, aguaxima	<i>Althaea officinalis</i> L. (Malvaceae)
mil-homens [raiz]	janinha, janinha-do-campo, janinha-preta, cachimbo-de-turco, cassão, cipó-mil-homens, mil-homens, urubu-cáa, mata-porcos, pá-tinho, caçó, cipó-mata-cobras, angelicó, papo-de-peru	Possivelmente, várias espécies do gênero <i>Anistolochia</i> L. (Aristolochiaceae)
nhambuz [semente]	nhambu, nhambi, nhambu (?)	<i>Gomphrena</i> sp (Amaranthaceae) (?)
noz moacada [flor]	moacadeira	<i>Myristica fragrans</i> Houtt. (Myristicaceae)
opóie	ópio, domideira-branca, papoula do	<i>Papaver somniferum</i> L. (Papaveraceae)

⁴ Gêneros nativos no Brasil: *Aniba*, *Cinnamomum*, *Nectandra* e *Ocotea*; também o gênero *Laurus* (Lauraceae); indicações dos gêneros *Vellozia* e *Barbacenia* (Velloziaceae)

⁵ A família Compositae também é denominada, atualmente, Asteraceae.

⁶ Consultar o item no Capítulo 3 acerca da dificuldade de identificação deste simples.

Nome da planta na Triége	Sinónimos em português moderno, língua tupi e/ou língua brasileira	Identificação botânica atual
[extrato]	oriente	veraceae)
orelha de onça [raiz]	mooutaiba, mucitaiba, orelha-de-onça-miúda, orelha-de-onça-branca	Várias espécies do gênero <i>Tibouchina</i> L. (Melastomataceae); indicações das espécies <i>Enterococcus gummiiferum</i> (Mart.) Macbride (Leguminosae, Mimosoidae) e <i>Zoilemia ilicifolia</i> Vog. (Leguminosae, Caesalpinioideae)
pagimiroba [raiz]	pagimiroba, fedegoso-grande, fedegoso-verdadeiro, itixuma, maiba, magerioba, manjerioba, pajamiroba, pagamarioba, tararaçu, tararubu, mamangá, mata-paço, lavapratos, sene	Espécies do gênero <i>Cassia</i> L. e <i>Senna</i> L. (Leguminosae, Caesalpinioideae) ⁷
pindaíba [semente/extrato]	pindaíba, pindaiva, pindaubuna, pindaíba-vermelha, pindaíba-reta, pindaíba-do-brejo, pindaíba-d'água, pau-de-embira, pimenta-do-mato, pau-de-arroz, berjeiro, limoeiro-do-mato, estoraqueiro, árvore-de-bálsamo	<i>Duguetia lanceolata</i> ; possivelmente, espécies de <i>Xylopia</i> , como <i>X. brasiliensis</i> , <i>X. emarginata</i> e <i>X. sericea</i> (Annonaceae); indicações de duas espécies de <i>Styrac. S. ferruginea</i> e <i>S. pohillii</i> (Styracaceae)
salsa da horta [semente]	salsa, salsinha, cheiro-verde, cheiro	<i>Petroselinum sativum</i> L. (Umbelliferae)
urucu [semente]	urucum, açafreiro, açafroa	<i>Bixa orellana</i> L. (Bixaceae)

⁷ Há a tendência atual de se considerar a antiga família Leguminosae como uma super-família, desmembrada em três famílias distintas: Mimosaceae, Caesalpinaceae e Fabaceae. O gênero *Cassia* tem sido recentemente estudado e várias espécies deste gênero foram reclassificadas no gênero *Senna* (J. B. Harborne et al., Chemotaxonomy of the Leguminosae, p. 97; cf. R. M. Polhill & P. H. Raven, Advances in Legume Systematics, vol. 1, p. 274).

APÊNDICE II

TRANSCRIÇÃO DA *TRIAGA BRASÍLICA*,
INCLUINDO SUA RECEITA E SEU MODO DE
PREPARO,
SEGUNDO INFORMAÇÕES DE SERAFIM LEITE

COLLECÇÃO
DE
VARIAS RECEITAS
E
SEGREDOS PARTICULARES
DAS PRINCIPAES BOTICAS
DA NOSSA COMPANHIA
DE PORTUGAL,
DA INDIA, DE MACAO, E DO BRAZIL
COMPOSTAS,
e experimentadas pelos melhores
MEDICOS, E BOTICARIOS
MAIS CELEBRES
que tem havido neſſas partes.
AUMENTADA
com alguns indices, e noticias muito curiozas,
e neſſas para a boa direcção,
e acerto contra as
enfermidades.

[desenho do coração de Jesus, em vermelho]

EM ROMA - AN. MDCCLXVI
com todas as licenças neceſſarias.¹

¹ Página de rosto das Collecções (Serafim Leite, História, Tomo II, Apêndice, p. 584). Nesta página, há um comentário de Serafim Leite: "de autor jesuíta da Assistência de Portugal, que esteve no Oriente e no Brasil. Deste ms. se reproduziram 3 gravuras". O mesmo Serafim afirma que "O autor da Collecção, Padre ou Irmão da Companhia, ainda **não identificado**, pertencia à Assistência de Portugal, e estivera ou passara pelas suas diversas missões ultramarinas, incluindo o Brasil [...] Ao tratar da <Triaga Brasília>, escreve que ela se applicava em várias doenças, **mas sobretudo como antidoto ou contraveneno** [...] e era tão famosa no seu tempo, <que se não he melhor que a Triaga da Europa [...] ao menos não lhe é inferior em cousa alguma [...]>" (Serafim Leite, Artes e officios, p. 87, grifo nosso).

[p. 400]

Triaga Brasilica

CELEBERRIMA EM TODO AQUELE NOVO MUNDO DA BOTICA DO COLLEGIO DA BAHIA²

R.e

Raiz de abutua de mil-homens de capeba	an.	xxx	"
de aypo de jerubeda ⁴	an.	xv	"
de jarro		xvj	"

² A transcrição da Triaga Brasilica foi feita conforme Serafim Leite, *Artes e ofícios*, pp. 295-7.

³ A nota 1 (*Ibid.*, p. 295) traz o seguinte comentário, em relação à palavra onça: "No ms. a palavra onça, assim como a oitava e a libra aparecem representadas com os símbolos usados na Farmacopeia do século XVIII, data do mesmo ms.; e se descrevem na própria 'Collecção de Receitas', pp. 551-554 (Descrição dos Pezos, e Medidas)." Estas medidas equivaliam, aproximadamente: a onça, a 28,7 g; a oitava, a 3,6 g; e a libra, a 469,0 g (Danuzio Gil Bernardino da Silva, *Os diários de Langsdorff*, vol. 1, p. 287). Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 90, afirma que, nas fórmulas da *Collecção de Receitas*, a libra adotada é a "libra medicinal de 12 onças".

⁴ O vocábulo jerubeda não aparece em nenhuma referência bibliográfica consultada. A indicação de que esta planta é a jurubeba atual está no próprio texto transcrito por Serafim Leite. Pode ter havido uma troca de letras (comum quando se trata de nomes populares) ou erro na grafia da planta, cópia de manuscrito etc.; a palavra jerebeba (jurubeba) aparece na página 412 do manuscrito transcrito por Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300.

de jarrilho		xxv	"
de angericó		xxjv	"
de limão		xjv	"
[p. 401]			
de junça			
de acoro	an.	x	"
de gengibre		viiij	"
de malvaisco		xij	"
de jaborandi		xx	"
de pagimiroba		x	"
de orelha de onça			
de aristoloquia redonda	an.	xvj	"
de batata do campo		xviiij	"
de ipecacoanha negra		xxv	"
de ipecacoanha branca		xv	"
de contra-erva ou cáápiã		xxx	"
Extrato de todas as raizes assima		vj	libras
Cipó de cobras		xx	onças
canella da India		x	"
cravo do Maranhão		xjv	"
cascas de angelicas do Brazil		xv	"
casca de ibiraé		xx	"
flor de noz moscada			
assafrão em pó	an	v	"
erva cáácica, ou erva de sangue		xviiij	"
semente de cidra		v	"
de erva doce			
de cominhos	an.	jx	"
de salsa da horta		x	"
[402]			
de pindaiba		xxjv	"

de nhambuz	vij	"
semente de urucu secco em torciscos	xxj	"

Extratos

de opio	xvj	onças
de alcaçuz	xiiij	"
de angelica	xxj	"
de pindaiba	vj	libras

Gomas

Balsamo do Brazil	xxxvj	onças
goma arabia	xij	"
incenso		
mirra	an. xvj	"
cato	jx	"
almessega da India	xvj	"
terbentina fina	xx	"
Castorio	v	"
tintura do mesmo	xvj	"
Terra sigillada		
terra de S. Paulo	an. vij	"
pedra de Cananor	v	"
capa roza-calcinada	vj	"
Espirito de Marte	v	"
[403]		
torciscos de jararacas, ou de viboras	xxxvj	"
vinho branco		
xapore de limõens	an. vj	libras
mel de abelhas	clxx	"

Olios chimicos

de cascas de laranjas			
de salsafraz			
de pindaiba	an.	iiij	oitavas
de erva doce			"
de funcho			
de canela	an.	iiij	"
de salva			
de cascas de limõens	an.	ij	"

Saes chimicos

Sal herculeo		xij	oitavas
de cravo			
de canella			
de alecrim	an.	viiij	"
de tobaco			
de caroba			
de chicorea			
de borragens	an.	vj	"
de pindaiba		x	"
[404]			
de arruda			
de cardo santo	an.	iiij	"

Far-se-há do seguinte modo

Às primeiras vinte e huma raizes se lhe tomam os seus pesos respectivos e se fação em pó, e se passe por tamiz muito fino com cuidado que não volatize muito. Dos reziduos que ficarem com pesos respectivos a cada huma das ditas raizes se faça extrato. Os mais simples que se seguem, tomando-lhes os seus pesos respectivos, se farão em pó sutil passado por tamiz fino, e destes se exceptuarão o açafão, que se pizará à parte secando-se primeiro ao ar do lume, e mais o espirito de Marte, a tintura de castorio, a terbentina, balsamo do Brasil, o extrato de opio, de angelica, de pindaiba, que todos estes simples se desfarão com vinho branco e xarope de limão para se ajuntarem a seu tempo ao composto. E estando tudo assim preparado, se tome o mel e se ponha em fogo brando em tijella de barro vidrada, ou tacho; fervendo-se, se escume. E tendo posto [405] hum pouco alto, então se tire do fogo; ajunte-se-lhe então o vinho com as mais couzas desfeitas nelle, e o xarope de limões, e todos os mais pós depois de bem misturados huns com os outros. E estes se lhe vão deitando pouco a pouco dentro do ditto mel, mechendo continuamente com espatola de pau. E ficando em bom ponto, depois de fria se deite dentro em talhas, que lhe fique a terceira parte por encher. Esta tiriaga se traga ao sol por seis mezes, mechendo-a todos os dias pela manhã e à tarde, tendo cuidado que não fique de noite ao ar, e se reponha para o uzo. Não se uze desta tiriaga senão passados seis mezes.

Triaga Brasilica reformada

Esta hé a tiriaga que ordinariamente fazia o Ir. André da Costa⁵. Quando a elle queria mais efficaz, lhe ajuntava os oleos e saes chimicos que assimã ficão escrittos, e não lhos ajuntava ordinariamente porque lhe tirava pouco lucro, mas quando lhos ajuntava a fazia desta sorte:

Tomava os pezos respectivos dos dittos e em gral de pedra os desfazia e emcorpava todos muito bem e os ajuntava ao composto e mixto dos extratos, e tudo isto à mais composição como [406] assimã fica ditto.

Esta hé a celeberrima tiriaga brasiliana, ou do Brazil, e tão estupenda para tantas enfermidades, como continuamente se tem experimentado, e se está experimentando. E eu a confeçar a verdade, pela experiencia que tenho de todas as quatro partes do mundo, e exercitando em todas ellas a charidade de applicar alguns remedios, digo que hé das tiriagas a que entre todas as outras tem a primazia, poes hé a que

⁵ Nascido em Lyon, em 1648, ingressou na Companhia em 1676 e morreu no Brasil, em 1712, possivelmente ainda no officio de farmacêutico (Serafim Leite, *Artes e officios*, p. 21). Foi um dos membros da Companhia de Jesus citados por Serafim Leite como sendo dos officios da saúde (irmãos enfermeiros e cirurgiões; *ibid.*, p. 97). Como o próprio Serafim diz, à página 96 da mesma obra, "[...] Alguns [dos enfermeiros e cirurgiões] foram também farmacêuticos e boticários", podemos apreender que o irmão André da Costa desempenhou a função de boticário, tal como se pode inferir do texto lido da Triaga Brasilica e das informações fornecidas por Serafim Leite. Vale lembrar, porém, que a data trazida na página de rosto da Triaga (1766) é posterior à morte do referido padre (1712); a menção a seu nome pode atestar a importância que este jesuíta desempenhara na Botica da Bahia, pois o próprio texto diz "Esta hé a tiriaga que ordinariamente fazia o Ir. André da Costa" (grifo nosso). Além disso, pode dar-nos indicações que a Triaga já vinha sendo utilizada há muito mais tempo, talvez até em finais do século XVII.

entre todas ellas obra mais promptamente e com mais efficacia.

Virtudes [à margem] Serve para as enfermidades que na descrição seguinte se apontão.

[407] Noticia do Antidoto ou nova Triaga Brasilica que se faz no Collegio da Companhia de Jesus da Bahia

A Triaga Brasilica hé um Antidoto ou Panacea composta, à imitação da Triaga de Roma e de Veneza, de varias plantas, raizes, ervas e drogas do Brasil, que a natureza dotou de tão excellentes virtudes, que cada huma por si só pode servir em lugar da Triaga de Europa; pois com algumas das raizes, de que se compoem este Antidoto, se curão nos Brazis de qualquer peçonha e mordedura de animais venenosos, como tambem de outras varias [408] enfermidades, só com mastigá-las. E a experiencia tem mostrado há tantos annos para cá que, se não hé melhor que a Triaga da Europa, ao menos não lhe é inferior em coisa alguma; e muitos Professores da Medicina só uzavão desta, por ser a que nas occasioens lhe obrava mais promptamente. Hé esta Triaga efficacissima contra todo o veneno (excepto os corrosivos), como hé o solimão e outros semelhantes causticos, ainda que contra estes, dado o pezo de huma athé duas oitavas, ainda ajuda a os expellir com vomitos; e dipois, com remedios anodinos, que se costumão applicar a semelhantes venenos, faz a cura mais facil e mais segura.

Serve contra qualquer bebida de veneno, ainda que seja de ervas frias e venenosas, e para mordeduras de qualquer qualidade de cobras e outros animais peçonhentos, tomando pella boca o pezo de huma athé duas oitavas desfeita em vinho, caldo, ou em qualquer cousa potavel, e isto de quatro

em quatro horas, até se sentir aliviado o enfermo, untando-lhe também com ella os pulsos, nariz e coração, e pondo-a na mordedura em forma de emplastro desfeita em vinho ou sumo de limão.

Serve também para [409] qualquer dor interna, como de estomago, vomitos, colica, flatos e pontadas, principalmente se forem cauzadas de frio; para lombrigas e qualquer humor corrupto que se gere nos intestinos. Hé remedio para estancar cursos, applicada no pezo de meya oitava em agoas appropriadas a estas doenças e pondo sobre o embigo hum parxe com ella.

Serve mais para qualquer achaque de cabeça cauzado de intemperança fria, como hé paralesia, epileisia, apopleisia, melancolia, applicando juntamente os remedios universais que se costumão nestes achaques. Hé boa contra a peste e doenças epidemicas. Nas febres malignas tem mostrado grande efficacia, tomando logo huma oitava desfeita em agoa de cardo santo, ou em outra qualquer agoa cordeal, e isto tres ou quatro vezes no dia. Hé potente contra as bexigas e sarampão, pois ajuda a natureza a expelli-las para fora, e ao mesmo tempo corrige a má qualidade do humor corrupto. Assim mesmo, tomando-a em tempo de bexigas, ou de outras doenças contagiosas e epidemicas, todas as manhans em pezo e quantidade de meya oitava desfeita em vinho, serve para a preservação: e os que uzão della nestes tempos, ou se livrão dos tais achaques, ou, se os tem, [410] livrão muito melhor que os outros que della não uzarão.

Hé assim mesmo celebre e experimentado remedio para as enfermidades histericas, como para a soffocação da madre, accidentes uterinos, convulsão, flatos, dores, retenção dos menstruos, para a opilação da madre, para corroborá-la dipois do parto, facilitá-lo, expellir as pareas, e para os fluxos

demasiados, e finalmente para quasi todas as doenças das mulheres.

Serve tambem para as crianças que tem febres, colicas, e outras enfermidades cauzadas de lombrigas.

Noticia breve dos lugares onde se achão alguns simples que compoem a Triaga sobredita

Cascas de Angelica: na Tujupeba, Pernambuco, ou sertão.

Cascas de Ibiráé: no Camamu e sertoes da Bahia.

Erva caacicá: no Collegio da Bahia.

Erva do sangue: no Collegio da Bahia.

[411]

Jararacas: no Camamu, Tujupeba, sertão e na quinta do Collegio da Bahia.

Mel de abelhas ou de pao: na Tujupeba, Porto Seguro, Capivaras, Camamu e sertão.

Raiz de abutua: em Pernambuco, Camamu, Aldeya do Spirito Santo e no sertão.

Raiz de acoro: de Portugal.

Raiz de aipo: na Bahia e Portugal.

Raiz de angericó: em Pernambuco, Tujupeba e Jaboatam.

Raiz de aristoloquia redonda: em Portugal.

Raiz de batata do campo, ou batatinha: no Rio de Janeiro e no sertão.

Raiz de capeba: no Collegio da Bahia e Pernambuco.

Raiz de contra-erva, ou caapia, ou pica de macaco: na Tujupeba e Pernambuco.

Raiz de jaborandi: na quinta do Collegio da Bahia,

Pernambuco e sertão.

Raiz de jarrilho: na Tujupeba e no sertão.

Raiz de jarro: na quinta do Collegio e no sertão.

Raiz de junça: de Portugal.

Raiz de limoeiro: em qualquer parte.

Raiz de malvaisco: de Portugal.

Raiz de mil-homens: em Pernambuco, Camamu, Aldeya do Spirito Santo e no sertão.

Raiz de orelha de onça: na Tujupeba, Canabrava, [412] Sacco dos Morcegos e no sertão.

Raiz de pagimirioba: na quinta do Collegio da Bahia e Pernambuco.

Raiz de pecacoanha branca ou sipó: no Jaboatão, Pernambuco e sertão.

Raiz de pecacoanha negra ou sipó: no Jaboatão, Pernambuco, ou sertão.

Raiz de jerobeba: na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Semente de neampus: no Collegio da Bahia e sertão.

Semente de pindaiba: na Aldeya do Spirito Santo e no sertão.

Semente ourucu: na Aldeya do Spirito Santo, Capivaras e sertão.

Sipó de cobras: na quinta do Collegio da Bahia e no sertão.

Este livro foi impresso pela
Casa do Novo Autor Editora Ltda